

Relatório e Contas 2022



aicep Portugal Global

Relatório e Contas 2022

Relatório de Gestão

Demonstrações Financeiras e Orçamentais



Índice

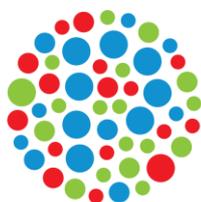
Parte I – Relatório de Gestão	6
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	7
Enquadramento económico.....	11
Atividade desenvolvida	32
A. Áreas de Negócio.....	36
A.1 Áreas Comerciais de interação direta com as empresas.....	36
A. 1.a) Atendimento de primeira linha e proximidade	36
A. 1.b) Desenvolvimento do negócio internacional das empresas presentes em Portugal.....	36
A. 1.c) Conhecimento setorial	37
A. 1.d) Angariação de Investimento estrangeiro	38
A.2 Rede Externa e Institucionais	43
A. 2.a) Ações com intervenção da Rede Externa	43
Ações de imagem e cross-selling	43
Missões empresariais, seminários e visitas institucionais ao estrangeiro	52
Missões empresariais, seminários e visitas institucionais a Portugal	54
Multilaterais.....	56
A. 2.c) Acompanhamento de entidades externas	56
A. 2.d) Protocolos de cooperação, memorandos de entendimento e contratos	57
A.3 Organização da participação portuguesa em grandes eventos - Expo Dubai, Hannover Messe, <i>Sustainable Blue Economy Investment Forum</i> e Web Summit.....	58
A.4 Marca Portugal.....	62
B. Áreas de Apoio ao Negócio.....	63
B.1 Produtos e serviços	63
B.1 a) Capacitação.....	63
Academia AICEP.....	64
Portfolio de Produtos	65
Capacitação Interna	66
Programa Qualificação para a Internacionalização	67
B.1 b) Intelligence externa	67
Conteúdos técnicos (Mercados, Setorial, Regulamentar, Estatística)	67
Oportunidades de negócio	71
Análise estratégica e prospetiva e outros produtos	71



B.1 c) <i>Intelligence</i> interna	73
B.2 Digital e Comunicação	74
B.3 Gestão de incentivos	77
B.3 a) Avaliação e seleção de projetos	77
B.3 b) Acompanhamento e pagamento de incentivos	80
B.4 Programa Inov Contacto	81
B.4 a) Realização da 25ª Edição	81
B.4 b) Rebranding e mentoring	82
B.5 Projetos de Interesse Nacional (PIN) e Custos de Contexto	84
Recursos humanos	88
A AICEP Global Parques	90
Cumprimento das orientações legais	102
Análise às contas do exercício	127
Proposta de aplicação de resultados	135
Parte II – Demonstrações Financeiras e Orçamentais	137
Contas individuais	138
Demonstrações Financeiras	138
Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais	144
1. Nota introdutória – Identificação da Sociedade	145
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	159
3. Principais Políticas Contabilísticas	159
4. Fluxos de Caixa	170
5. Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	171
6. Propriedades de Investimento	174
7. Participações Financeiras	175
8. Imparidade de Ativos	178
9. Impostos sobre o Rendimento	178
10. Ativos financeiros e outras contas a receber	181
11. Diferimentos ativos	182
12. Património Líquido	183
13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	188
14. Passivos Financeiros e outras contas a pagar	190
15. Estado e outros entes públicos	193



16.	Diferimentos Passivos	193
17.	Rédito	195
18.	Transferências e subsídios concedidos	196
19.	Fornecimentos e Serviços Externos.....	197
20.	Gastos com o Pessoal.....	198
21.	Amortizações.....	198
22.	Outros Rendimentos	199
23.	Outros Gastos.....	199
24.	Juros e outros rendimentos similares	200
25.	Juros e gastos similares suportados	200
25.	Partes relacionadas	200
26.	Divulgações exigidas por diplomas legais e outras	202
27.	Acontecimentos após a data do balanço	203
	Demonstrações Orçamentais.....	204



aicep Portugal Global

Relatório e Contas 2022

Parte I - Relatório de Gestão



Parte I – Relatório de Gestão

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Enquadramento económico

Atividade desenvolvida

A AICEP Global Parques

Cumprimento das orientações legais

Análise às contas do exercício

Proposta de aplicação de resultados



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

O Plano Estratégico da AICEP para o triénio 2020-2022 foi concluído com sucesso e rigor, contribuindo para o cumprimento da missão da AICEP: aumentar a competitividade e notoriedade de Portugal, através da captação de investimento estruturante e da internacionalização das empresas portuguesas.

Em 2022, as exportações portuguesas ultrapassaram, pela primeira vez, o marco de cem mil milhões de euros, enquanto no investimento batemos mais uma vez o número de novos clientes angariados para Portugal.



Em 2022, a AICEP angariou novos clientes a cada oito dias para Portugal: foram 47 os novos projetos que confirmaram a sua decisão de investimento de se estabelecer em Portugal, que ascendem a 2,4 mil milhões de euros e representam mais de 7 130 novos postos de trabalho a criar.

Também de salientar toda a atividade dos *Business Services* em Portugal, um setor que a AICEP tem vindo a fomentar com resultados positivos na Economia. Portugal conta atualmente com 234 Centros de Serviços e Competências, sendo que o setor duplicou nos últimos quatro anos, representando mais de 72 mil

postos de trabalho. A Agência tem vindo a angariar novos projetos cada vez mais complexos e de maior valor acrescentado que já totalizam mais de 43% do total de emprego criado neste setor.

Paralelamente, as empresas portuguesas têm demonstrado ao País e ao mundo a sua resiliência e capacidade de adaptação, apostando na tecnologia e inovação dos seus produtos. E a AICEP, sempre ao lado das empresas, tem adaptado os seus produtos e serviços para rapidamente corresponder às suas necessidades e novos contextos macroeconómicos.

Um dos pilares fundamentais de atuação da AICEP e apoio às empresas é a sua Rede Externa espalhada por todo o mundo. Temos hoje uma Rede Externa muito resiliente e mais focada em mercados de elevado valor acrescentado com 54 Delegações em 45 Países, cobrindo mais de 60 mercados.

A diversificação de mercados permanece, aliás, como uma necessidade para as empresas portuguesas e consideramos que a ação da

Agência deve continuar a ser reforçada em Países onde temos um posicionamento forte, como é o caso da Europa. Ao longo desta década temos obtido resultados muito positivos na Europa, que demonstram bem a competitividade das empresas portuguesas e, por isso, acreditamos que na União Europeia – que é o nosso verdadeiro mercado interno – conseguimos continuar a aumentar quota. Neste sentido, em 2022, alargámos a atividade da Agência nos países nórdicos, incluindo a Noruega e Finlândia.

Além disso, os países com Acordos de Comércio Livre, como são os casos do Japão, Coreia do Sul, Canadá e México, têm merecido uma atenção especial, bem como os Países de Língua Portuguesa, onde a presença das empresas

Rede de Delegações





portuguesas é uma aposta de longo prazo. Por fim, para adequar a capacidade de apoio num mercado de grande escala e onde existem boas oportunidades para as empresas e espaço de crescimento, abrimos uma nova Delegação nos EUA, em Chicago, em 2022.

Outra das grandes apostas que se manteve e foi reforçada em 2022 foi o Digital e a capacitação das empresas, com especial foco para as exportações online. Desde 2018 que a AICEP foi pioneira no desenvolvimento de iniciativas em E-Commerce, tendo vindo a impulsionar as exportações online, que ganharam uma força adicional e mais urgente na conjuntura de pandemia.

Todas as iniciativas da AICEP sobre E-Commerce têm tido uma grande adesão por parte das empresas, pelo que continuámos a estabelecer parcerias com *marketplaces* internacionais, dinamizámos o Acelerador de Internacionalização Online, aprofundando a ferramenta de Diagnóstico E-Commerce, que ajuda as empresas a iniciarem-se na exportação online, bem como a informação sobre mercados, numa perspetiva de abordagem digital.



Data: 14 de março
Local: Webinar
Inscrições até 12 de março

São milhares as entidades e empresas impactadas pelas centenas de ações de capacitação empresarial desenvolvidas pelas equipas da AICEP ao longo dos anos. Em 2022, criámos novos *webinars*, programas de *e-learning* e de capacitação, em particular com foco no digital, nas exportações online, mas também em novas macrotendências, com destaque para a sustentabilidade, em especial em parceria com Universidades.

Para continuar a aumentar a notoriedade de Portugal no exterior, a AICEP voltou a dinamizar grandes campanhas de promoção, nomeadamente apostando no Cross-Selling, a promoção cruzada de Fileiras. Em 2021, lançámos a campanha internacional *MADE IN PORTUGAL naturally*, das fileiras Casa e Materiais de Construção, pretendendo-se estender esta iniciativa a outras fileiras e setores – como é o caso da Moda Sustentável e das *Smart Cities* - com o intuito de captar o interesse da procura internacional, dando a conhecer a inovação ancorada na qualidade e tradição dos produtos produzidos em Portugal e a sua oferta de valor diferenciadora.

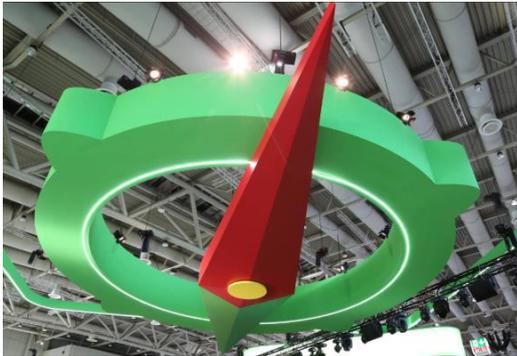
A AICEP foi também responsável pela organização de grandes eventos. Foi o caso do planeamento da operação, organização e implementação da participação de Portugal na Expo 2020 Dubai, que marcou o regresso do País às Exposições Universais e terminou a 31 de março de 2022. O evento de larga escala mundial, com a participação de 195 países, foi uma excelente oportunidade para promover Portugal, a sua diversidade, língua e carácter universalista, sob o mote “Portugal, um mundo num país | *Portugal, a world in one country*” para os mais de 800 mil visitantes que passaram





pelo Pavilhão de Portugal. A Agência já está a preparar a próxima participação portuguesa numa Exposição Universal: a Expo Osaka 2025.

A Agência também coordenou a participação de Portugal enquanto País Parceiro na Hannover Messe 2022, a maior operação de promoção empresarial da última década. Da Alemanha para o mundo, mostrámos a qualidade, inovação e capacidade de surpreender de Portugal, junto com o lema “*Portugal Makes Sense*”. Além disso, a AICEP



organizou o *Sustainable Blue Economy Investment Forum* (SBEIF), evento especial que decorreu no âmbito da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, que em 2022 se realizou em Lisboa, mostrando que a marca da AICEP na preparação e organização destes grandes eventos continua a ser uma referência da qual nos podemos orgulhar.

Já a “Conferência da AICEP – Exportações & Investimento” teve nova edição em 2022, este ano também com o mote da celebração dos 15 anos da criação da AICEP. Houve lugar à atribuição dos

Prémios AICEP Exportação & Investimento que distinguem a “Melhor Exportadora” e o “Melhor Investimento”, com o objetivo de premiar as empresas que se destacaram pelo seu desempenho no desenvolvimento das estratégias de internacionalização e/ou de investimento, e que foram apoiadas no âmbito dos projetos financiados pelo Portugal2020, da responsabilidade da AICEP.

Ainda em 2022 prosseguiu o acompanhamento personalizado por parte da equipa Comercial da AICEP às empresas afetadas pelos impactos da pandemia. Não é demais lembrar todo o trabalho que a AICEP fez durante a pandemia. A Agência nunca parou e assumiu mesmo a liderança no apoio às empresas naquela fase tão difícil e diferente do que se tinha vivido até então.

Nos últimos anos, e 2022 não foi exceção, temos vindo a tomar medidas internas que capacitam a Agência para uma transformação que se pretendeu a vários níveis, incluindo uma diferente abordagem comercial aos clientes. As empresas que a AICEP apoia, nacionais e estrangeiras, exigem um foco e atenção permanentes, uma dedicação que explica o facto de termos atingido o máximo histórico de clientes num dos anos mais complexos de que há memória. Em 2020, ano de pandemia, passámos a acompanhar 17 mil clientes.

Nota também para a continuação do reforço da capacidade de resposta da equipa dedicada à verificação e pagamento de incentivos e transformação na área financeira. A injeção de capital na Economia através dos incentivos concedidos pela AICEP tem sido crítica, em particular nos anos mais recentes.

De salientar, o lançamento de uma ferramenta digital dedicada ao PRR, para facilitar a pesquisa nos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) da União Europeia, que permite às empresas portuguesas aceder aos projetos financiados no âmbito dos PRR dos demais países da UE, de forma a poderem candidatar-se diretamente, caso estejam estabelecidas no respetivo país, ou então identificar setores de aposta para investimento direto no estrangeiro e outras oportunidades junto das entidades locais que beneficiem desses incentivos.



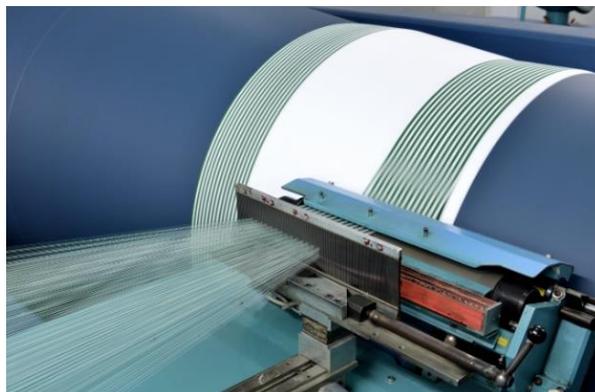
Destaque, ainda, para as ações que têm vindo a ser impulsionadas das Redes de Fornecedores e *Sourcing in Portugal* com vista a fomentar o encontro entre a oferta e a procura, estimular o relacionamento em rede entre



empresas nacionais e incentivar a integração, sobretudo das PME, na cadeia de fornecimento de grandes empresas, quer no mercado nacional, substituindo importações, quer no mercado internacional, pelo efeito âncora nos seus projetos de internacionalização.

Já o Programa INOV Contacto comemorou 25 anos, continuando a apoiar a formação de jovens com qualificação superior em contexto internacional com resultados assinaláveis quer ao nível do impacto na competitividade das empresas, quer da progressão na carreira dos jovens.

Por fim, durante 2022, continuou o acompanhamento e implementação das medidas executadas sob a égide do Programa Internacionalizar 2030, respeitantes à AICEP.



No plano interno, a execução e conclusão das medidas do Plano Estratégico 2020-2022 têm vindo a contribuir para uma AICEP mais forte, mais capacitada e mais digital para responder aos novos desafios do atual contexto económico e mundial.

A AICEP trabalha diariamente no cumprimento da sua missão de apoiar as empresas, contribuindo para fomentar as exportações, o aumento do número de exportadores e a diversificação de mercados de exportação, bem como a angariação de mais e melhor investimento para o País.

A Agência permanece vocacionada para o desenvolvimento de um ambiente de negócios competitivo que contribua para a globalização da economia portuguesa, prestando um serviço de excelência aos seus clientes.

Luís Castro Henriques

Presidente aicep Portugal Global

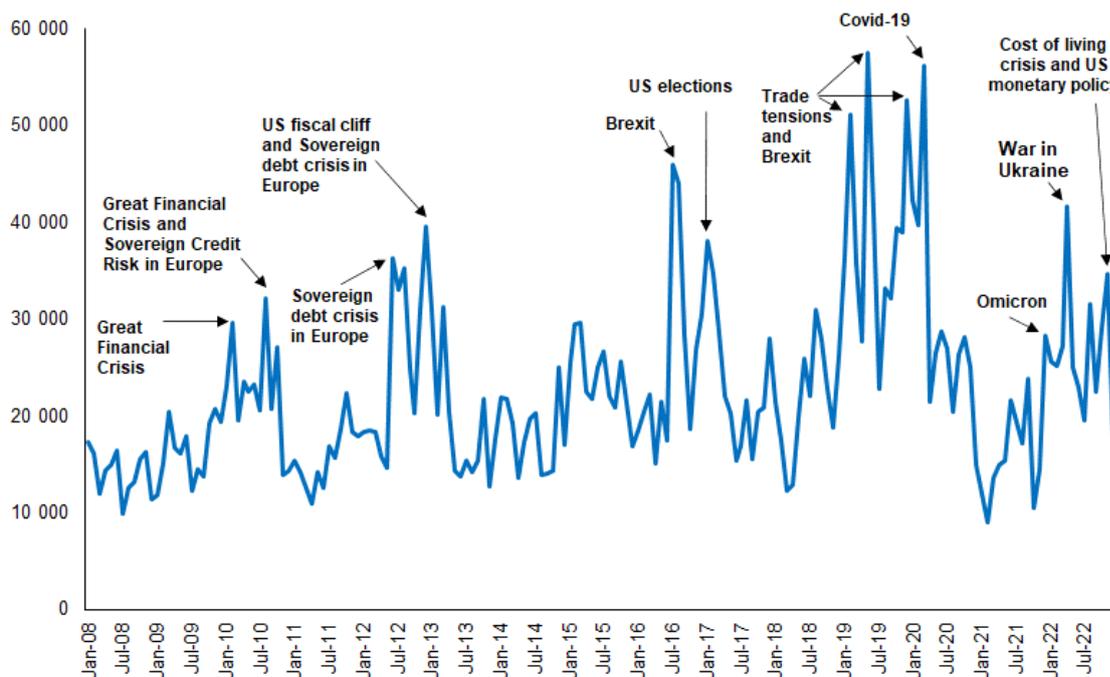


Enquadramento económico

Enquadramento Internacional

Nos últimos anos, choques sucessivos criaram uma elevada turbulência a nível internacional que abalou a economia mundial e introduziu uma nova normalidade, impulsionada, nalguns casos, por uma fragmentação geopolítica. Entre esses choques contam-se as tensões comerciais entre os EUA e a China durante 2018-2019, o Brexit, a pandemia Covid19, a invasão russa da Ucrânia, o aumento da inflação e a rápida implementação duma política monetária restritiva. Um aspeto comum a esses acontecimentos, e uma característica fundamental das atuais perspetivas económicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) ¹, é a incerteza económica e política.

Global World Uncertainty Index² (janeiro 2008 a dezembro 2022)



Fonte: <https://worlduncertaintyindex.com/>

¹ IMF - World Economic Outlook Update (January 2023)

² O World Uncertainty Index é uma medida que rastreia a incerteza em todo o mundo por meio da mineração de texto dos relatórios de países da Economist Intelligence Unit. O índice está disponível para 143 países.



Segundo o FMI, em 2022, a luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o ressurgimento da Covid19 na China pesou sobre a atividade económica mundial, e os dois primeiros fatores continuarão a fazê-lo em 2023.

Projeções daquela Instituição apontam para um crescimento mundial do PIB de 3,4% em 2022, devendo cair para 2,9% em 2023 para depois aumentar 3,1% em 2024. Contudo, o crescimento negativo do PIB global ou do PIB per capita, que geralmente acontece quando há uma recessão global, não é esperado, embora os crescimentos globais projetados para 2023 e 2024 estejam abaixo do histórico anual no período 2000-2019, de aproximadamente 3,8% em média anual.

A previsão de baixo crescimento em 2023, suportada pelo desempenho das economias avançadas, reflete o aumento das taxas diretoras dos bancos centrais para combater a inflação bem como a guerra na Ucrânia. Nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento, estima-se que o crescimento tenha atingido o mínimo em 2022. Espera-se, também, que o crescimento recupere na China com a plena reabertura pós-Covid19 em 2023. A recuperação esperada em 2024, em ambos os grupos de economias, reflete a gradual recuperação dos efeitos da guerra na Ucrânia e a redução da inflação.

Estas previsões baseiam-se num conjunto de hipóteses, incluindo preços dos combustíveis e de outras *commodities*, que em geral vêm a ser revistas em baixo desde outubro de 2022, e nas taxas de juros, estas revistas em alta. Em 2023, os preços do petróleo deverão cair cerca de 16%, enquanto os preços dos não energéticos deverão diminuir, em média, 6,3%.



Produto Interno Bruto, em volume (taxa de variação anual %)			
	2022e	2023p	2024p
PIB Mundial	3,4	2,9	3,1
Economias Desenvolvidas	2,7	1,2	1,4
EUA	2,0	1,4	1,0
União Europeia	3,7	0,7	1,8
Zona Euro	3,5	0,7	1,6
Alemanha	1,9	0,1	1,4
França	2,6	0,7	1,6
Itália	3,9	0,6	0,9
Espanha	5,2	1,1	2,4
Japão	1,4	1,8	0,9
Reino Unido	4,1	-0,6	0,9
Canadá	3,5	1,5	1,5
Outras	2,8	2,0	2,4
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	3,9	4,0	4,2
Ásia	4,3	5,3	5,2
China	3,0	5,2	4,5
Índia	6,8	6,1	6,8
ASEAN	5,2	4,3	4,7
Europa	0,7	1,5	2,6
Rússia	-2,2	0,3	2,1
América Latina e Caraíbas	3,9	1,8	2,1
Brasil	3,1	1,2	1,5
México	3,1	1,7	1,6
Médio Oriente e Ásia Central	5,3	3,2	3,7
Árabia Saudita	8,7	2,6	3,4
África Subsaariana	3,8	3,8	4,1
Nigéria	3,0	3,2	2,9
África do Sul	2,6	1,2	1,3

Fonte: IMF - World Economic Outlook Update (January 2023)

Notas: e – estimativa; p – previsão

Para as economias avançadas, projeta-se que o crescimento caia acentuadamente de 2,7% em 2022 para 1,2% em 2023 antes de subir para 1,4% em 2024. Estima-se que cerca de 90% das economias avançadas tenham um declínio no crescimento em 2023.

Nos EUA, o crescimento deverá cair de 2,0% em 2022 para 1,4% em 2023 e 1,0% em 2024. Para a área do euro o crescimento económico deve chegar a 0,7% em 2023, antes de subir para 1,6% em 2024. O crescimento no Reino Unido situar-se-á em -0,6% em 2023 e em 0,9% no ano seguinte, enquanto para o Japão se prevê 1,8% em 2023 e 0,9% em 2024.



Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, o crescimento económico deverá observar um aumento modesto, de 3,9% em 2022 e 4,0% em 2023 e 4,2% no ano seguinte. Cerca de metade dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento têm crescimento menor em 2023 do que em 2022.

Na Ásia emergente e em desenvolvimento o Produto deverá aumentar em 2023 e 2024 para 5,3% e 5,2%, respetivamente, após a desaceleração mais profunda do que o esperado em 2022 da economia chinesa. O crescimento económico da China deverá ser de 5,2% em 2023, caindo para 4,5% em 2024. Na Índia deve diminuir de 6,8% em 2022 para 6,1% em 2023, antes de subir para 6,8% em 2024. O crescimento nos países ASEAN-5 (Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia) também deve diminuir para 4,3% em 2023 subindo para 4,7% em 2024.

Os mercados emergentes e em desenvolvimento da Europa devem ter atingido o mínimo em 2022 com um crescimento económico de 0,7%. Em 2023, o crescimento económico deverá ser de 1,5% refletindo uma contração económica na Rússia em 2022 (-2,2%) menor que o esperado, seguida de um crescimento modestamente positivo de 0,3% em 2023 e de 2,1% em 2024.

Na América Latina e Caraíbas, projeta-se que o crescimento caia de 3,9% em 2022 para 1,8% em 2023 subindo para 2,1% em 2024. Brasil e México, após crescimentos económicos de 3,1% em 2022, deverão crescer 1,2% e 1,7% em 2023, respetivamente, e 1,5% e 1,6% em 2024, pela mesma ordem.

O desempenho das economias do Médio Oriente e da Ásia Central deverá ser de 5,3% em 2022 e 3,2% em 2023, em resultado, principalmente, duma desaceleração do crescimento mais acentuada do que o esperado na Arábia Saudita, de 8,7% em 2022 para 2,6% em 2023. Este abrandamento reflete sobretudo a queda da produção de petróleo no âmbito dum acordo da OPEP, incluindo a Rússia, e outros exportadores de petróleo não OPEP. Quanto aos países não petrolíferos espera-se que o crescimento permaneça robusto.

Para a África Subsaariana é esperado que o crescimento permaneça moderado, em 3,8% em 2023, devido às consequências prolongadas da pandemia Covid19, para subir para 4,1% em 2024. A revisão em alta para 2023 reflete o crescimento crescente da Nigéria devido à implementação de medidas para enfrentar as situações de insegurança no sector petrolífero. Em sentido contrário, a África do Sul, após um crescimento pós-Covid19 de 2,6% em 2022, a projeção aponta para uma quebra de mais de metade em 2023, para 1,2%, refletindo a procura externa, a escassez de energia entre outras restrições estruturais.



Quanto a trocas comerciais internacionais, de acordo com a UNCTAD ³, a tendência do comércio internacional durante os últimos três anos foi muito influenciada pela pandemia Covid19. Em 2020, as perturbações económicas provocadas pela pandemia resultaram num declínio das trocas comerciais de mercadorias e de serviços. No entanto, com a retoma da procura global, o comércio internacional recuperou fortemente em 2021 e cresceu ainda mais durante 2022. No geral, espera-se que o valor do comércio mundial seja cerca de 25% maior em 2022 do que foi em 2019. Parte substancial do aumento do valor do comércio nos últimos dois anos pode ser explicado pelo aumento dos preços das *commodities* e, mais recentemente, pela inflação. Em volume, o comércio cresceu em menor escala. Mesmo assim, o aumento constante no volume do comércio internacional desde o início de 2021 indica uma procura global robusta de bens transacionáveis.

Em termos de projeções, o FMI, seguindo a trajetória da procura global, estima um abrandamento do crescimento do comércio mundial de 5,4% em 2022 para 2,4% este ano, apesar de uma redução dos constrangimentos do lado da oferta, antes de subir para 3,4% em 2024.

Comércio Mundial de Bens e Serviços, em volume (taxa de variação anual %)			
	2022e	2023p	2024p
Comércio Mundial	5,4	2,4	3,4
Economias Desenvolvidas	6,6	2,3	2,7
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	3,4	2,6	4,6

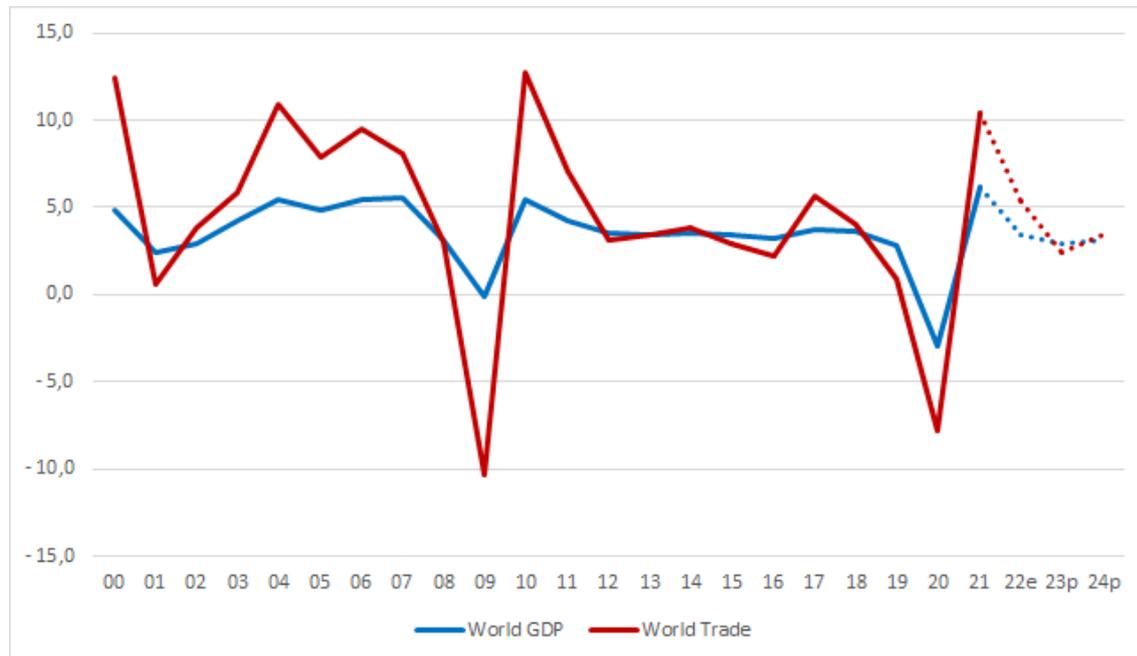
Fonte: IMF - World Economic Outlook Update (January 2023)

Notas: e – estimativa; p – previsão

³ UNCTAD – Key Statistics and Trends in International Trade 2022 (February 2023)



PIB e Comércio de Bens e Serviços Mundiais 2000-2024 (taxa de variação anual %), em volume



Fonte: IMF - World Economic Outlook Database

Notas: e – estimativa; p – projeções

No que respeita aos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) mundial (líquido), as múltiplas crises no cenário global – a guerra na Ucrânia, os preços dos alimentos e da energia, turbulência financeira e pressões da dívida – afetaram inevitavelmente o IDE mundial.

De acordo com os dados disponíveis da OCDE ⁴, no terceiro trimestre de 2022, os fluxos globais de IDE diminuíram 7% em relação ao segundo trimestre. No entanto, devido a um forte primeiro trimestre, os fluxos globais de IDE nos primeiros nove meses de 2022 permanecem 16% acima do registado no período homólogo de 2021.

Para 2023, as perspetivas da UNCTAD ⁵ para o IDE mundial parecem fracas, com um número significativo de economias em todo o mundo no espectro de recessão económica, com crescimento negativo ou débil em muitas economias, condições de financiamento ainda mais deterioradas, incerteza dos investidores diante de crises múltiplas e, especialmente nos países em desenvolvimento, riscos crescentes associados aos níveis de endividamento que exercerão uma pressão negativa significativa sobre o montante de IDE mundial.

⁴ <https://www.oecd.org/investment/statistics.htm>

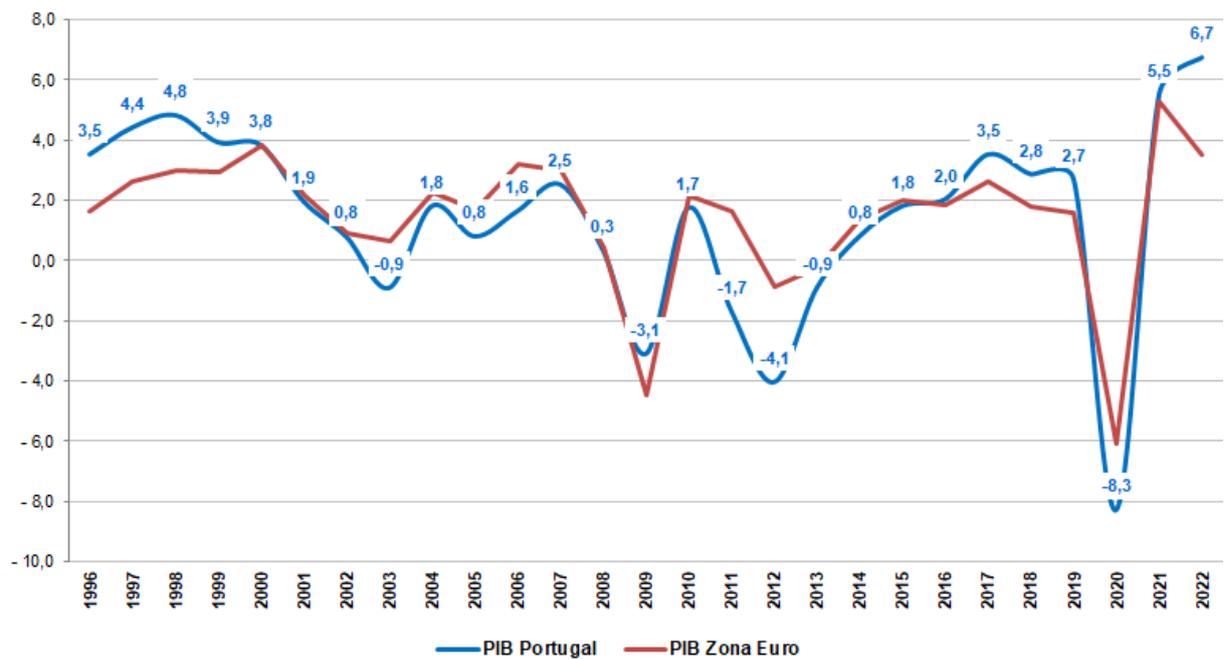
⁵ UNCTAD Global Investment Trends Monitor, No. 44



Enquadramento Nacional

Neste contexto internacional, de acordo com os resultados das Contas Nacionais Trimestrais publicados pelo INE – Instituto Nacional de Estatística, em 2022, o Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal registou um crescimento real de 6,7%, face a 2021, o crescimento mais elevado desde 1987.

Crescimento Real do PIB de Portugal e da Zona Euro 1996-2022



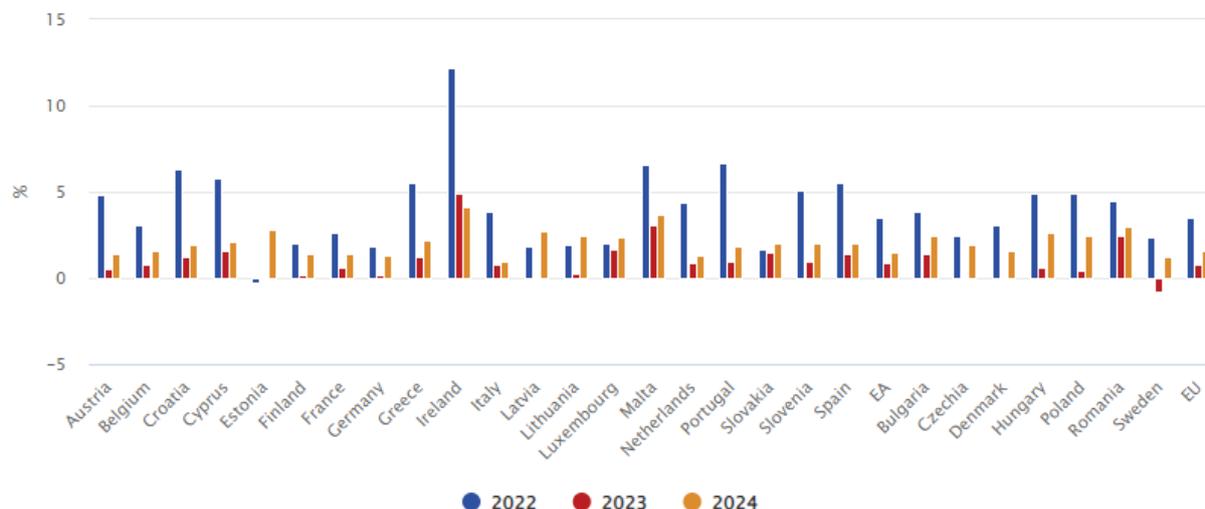
Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais); Comissão Europeia;
Unidade: Taxa de Variação Homóloga em % (em volume)

De referir, segundo as mais recentes projeções da Comissão Europeia ⁶, que Portugal deverá registar em 2022 o segundo maior crescimento económico da União Europeia, superado apenas pela Irlanda, e que o crescimento real do PIB da Zona Euro terá sido de 3,5% em 2022, que, a confirmar-se, será o segundo ano consecutivo em que o PIB de Portugal cresce acima do da Zona Euro e o sexto desde 2016.

⁶ European Commission Economic Forecast Winter 2023 (February 2023)



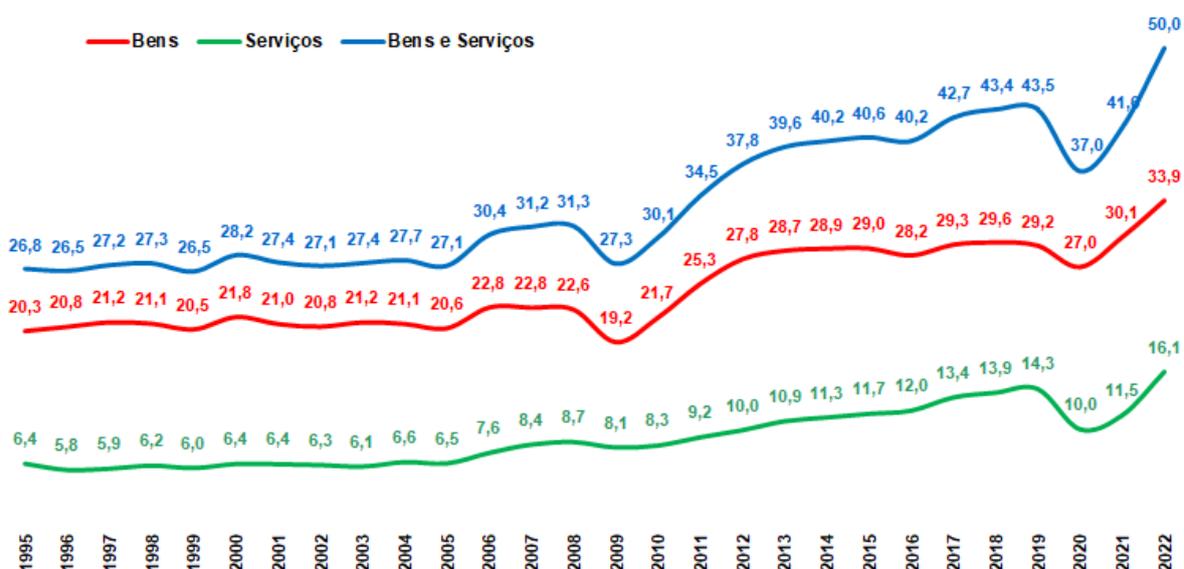
Projeções de Crescimento Real do PIB de Portugal e da Zona Euro 2022-2024



Fonte: Comissão Europeia Unidade; Taxa de Variação Homóloga em % (em volume)

Em 2022, em termos nominais, com um valor total de exportação, medido na ótica das Contas Nacionais, de 119,8 mil M€, (81,3 mil M€ em bens e 38,5 mil M€ em serviços), a componente das Exportações atingiu um peso no PIB de 50,0% (33,9% em bens e 16,1% em serviços), uma subida de 8,4 pontos percentuais (p.p.) face a 2021 (+3,8 p.p. em bens e +4,6 p.p. em serviços).

Peso das Exportações de Bens e Serviços no PIB

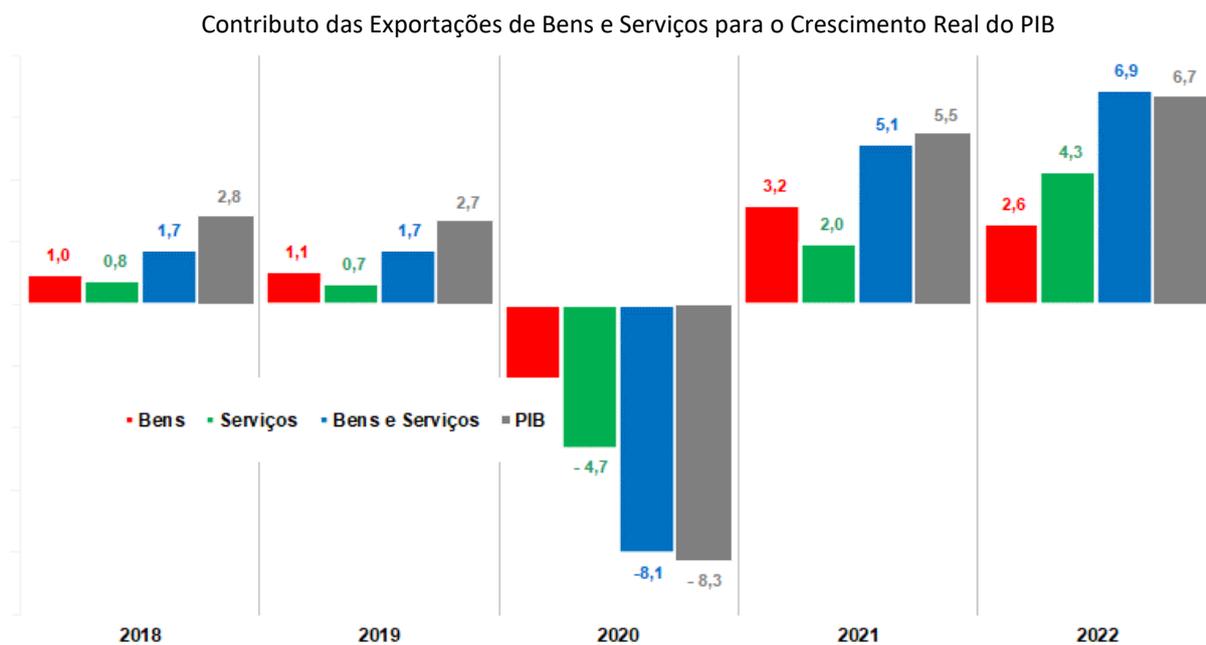


Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

Unidade: % do PIB (a preços correntes).



Naquele período, as Exportações observaram um crescimento homólogo real de 16,7% e as Importações de 11,0%. O aumento, em volume, das Exportações totais foi de 13,6 mil M€ (5,1 mil M€ em bens e 8,5 M€ em serviços). Considerando que o crescimento do PIB foi de 13,3 mil M€, correspondente a uma taxa de variação real de 6,7%, as Exportações apresentam um contributo de 6,9 p.p. para o crescimento económico (2,6 p.p. em bens e 4,3 p.p. em serviços).



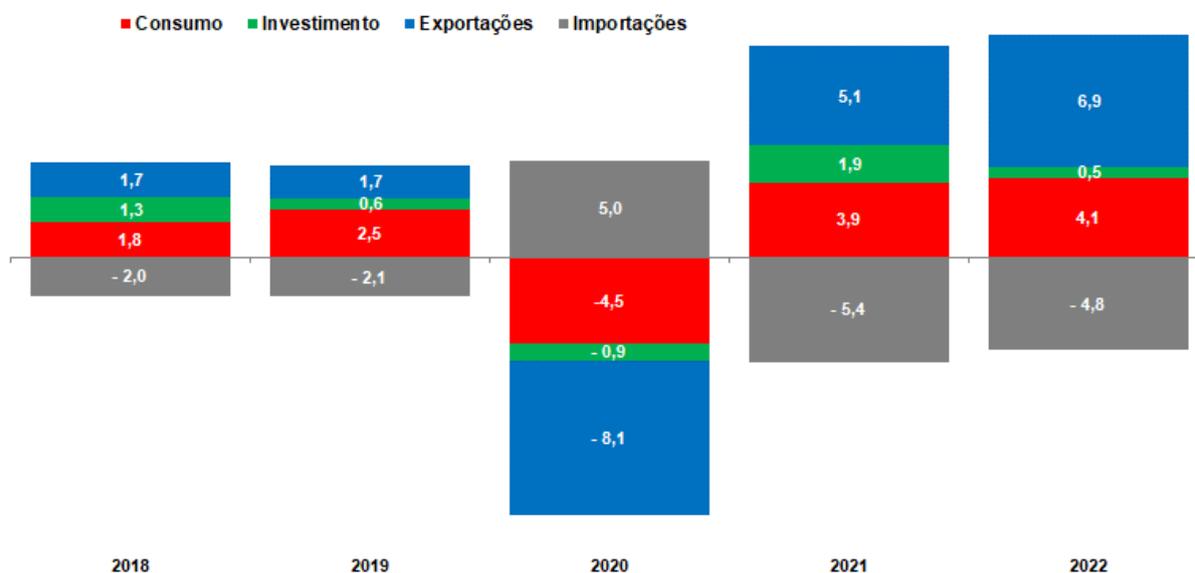
Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

Unidade: Pontos percentuais (em volume).

Deste modo, com o Investimento a contribuir com 0,5 p.p., o Consumo Privado com 3,7 p.p., o Consumo Público com 0,4 p.p. e as Importações com -4,8 p.p., as Exportações apresentam a maior contribuição para o crescimento económico no ano transato.



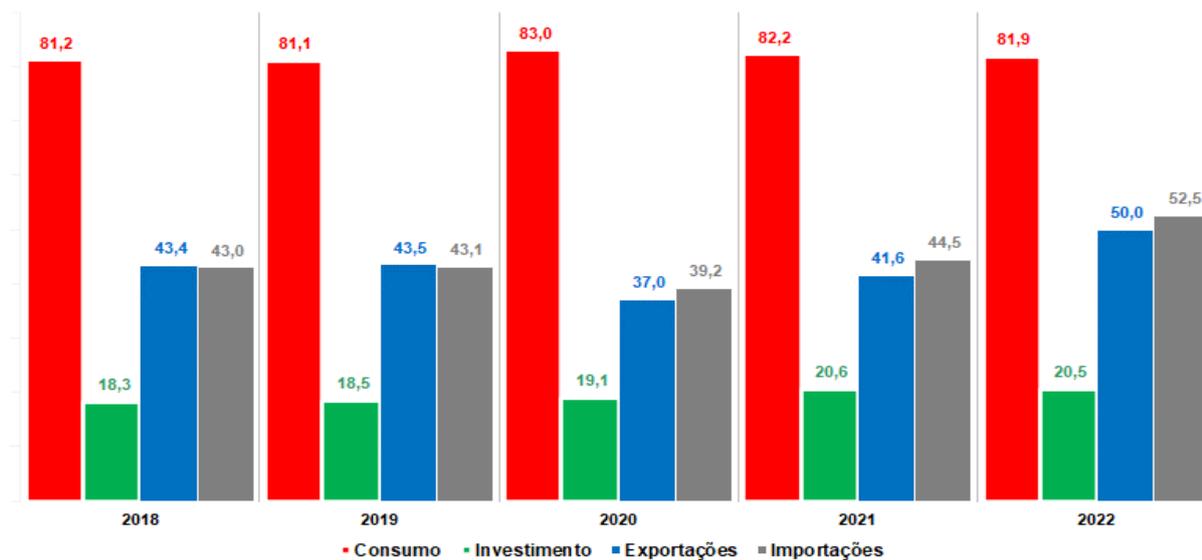
Contributo para o Crescimento Real do PIB por Componente



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais); Unidade: Pontos percentuais (em volume).

Com base em preços correntes, o Consumo registou um peso no PIB de 81,9%, o Investimento 20,5% e as Importações 52,5%. Como referido, o peso das Exportações foi de 50,0%.

Peso no PIB por Componente 2022



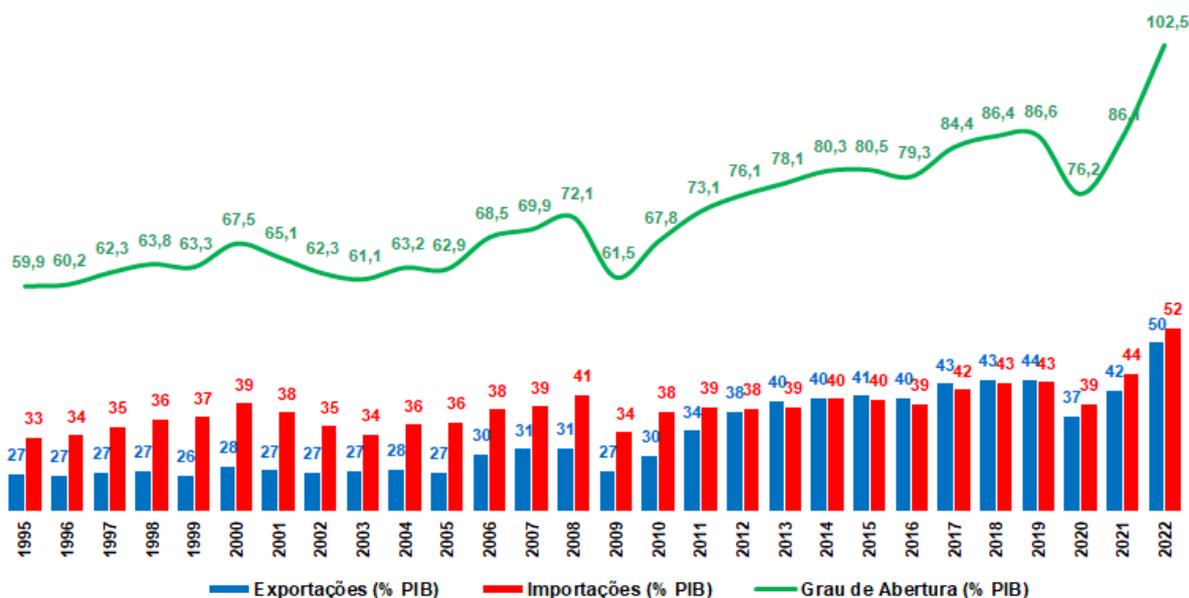
Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

Unidade: % do PIB (a preços correntes).



Do ponto de vista do Grau de Abertura, em 2022, observou-se um registo de 102,5%, o mais elevado da série de dados com início em 1995, que corresponde a aumentos de 16,4 p.p. comparativamente a 2021, de 41,0 p.p. relativamente ao observado na recessão de 2009, e de 15,9% face ao anterior máximo de 86,6% em 2019.

Grau de Abertura da Economia Portuguesa



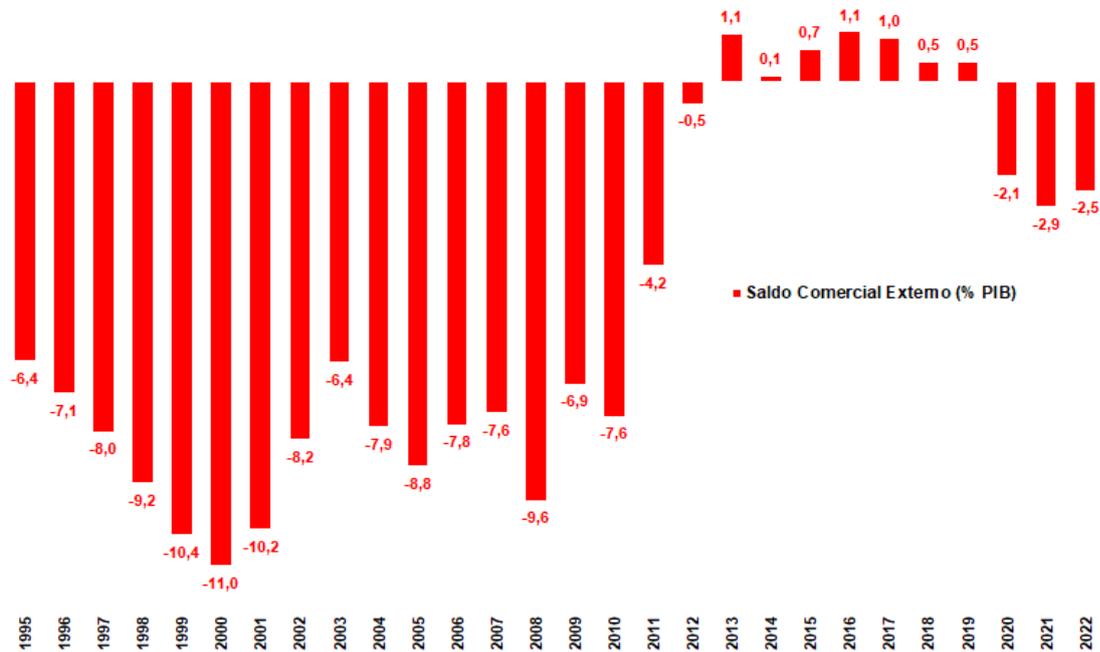
Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

Unidade: % do PIB (a preços correntes).

Quanto ao Saldo Comercial Externo, o mesmo foi negativo, no montante de 5,9 mil M€, medido na ótica das Contas Nacionais, equivalente a -2,5% do PIB (+0,5% em 2019, -2,1% em 2020 e -2,9% em 2021).



Saldo Comercial Externo no PIB

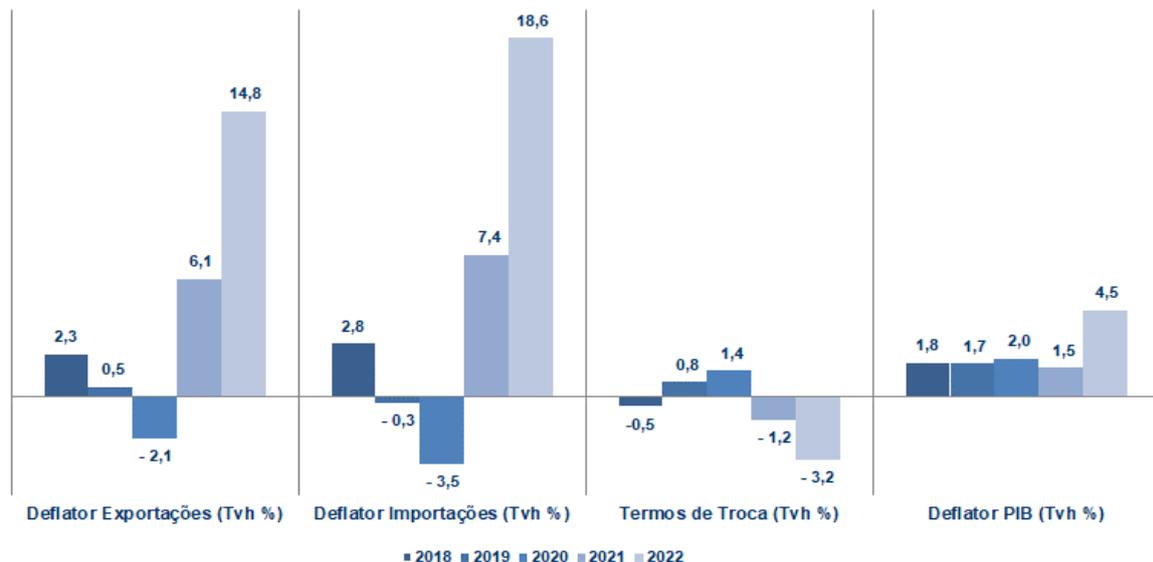


Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Contas Nacionais)

Unidade: % do PIB (a preços correntes).

No que respeita à evolução dos deflatores, registaram-se variações homólogas de 14,8% e 18,6% dos deflatores das Exportações e das Importações, respetivamente, com perda de 3,2% nos Termos de Troca. O deflator do PIB cresceu 4,5% comparativamente ao ano anterior.

Deflatores das Exportações e Importações e Termos de Troca



Fonte: INE (Contas Nacionais)

Unidade: Taxa de variação homóloga em %



Em detalhe, de acordo com dados do Banco de Portugal ⁷, mas na ótica das estatísticas da balança de pagamentos, as exportações de bens e serviços atingiram 120,0 mil M€ em 2022, que representa uma taxa de variação homóloga (tvh) de 33,9%, enquanto as importações totalizaram 124,9 mil M€ (tvh 31,3%), do que resultou um défice comercial de 4,9 mil M€ (défice de 5,5 mil M€ em 2021) e uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 96,0% (94,2% em 2021). Por componentes, os bens representaram 63,2% da exportação total, e os serviços 36,8%. Na importação, a participação dos bens e dos serviços foi de 81,9% e 18,1%, respetivamente

Balança Comercial Portuguesa de Bens e Serviços, valores nominais (M€)

	2021	% Total	2022	% Total	Var. Valor	Var. %
	jan/dez	2021	jan/dez	2022	22/21	22/21
TOTAL BENS E SERVIÇOS						
Exportações	89 588	100,0	119 996	100,0	30 408	33,9
Importações	95 135	100,0	124 934	100,0	29 799	31,3
Saldo	-5 547	--	-4 938	--	608	-11,0
Tx. Cobertura (%)	94,2	--	96,0	--	1,9	--
UNIÃO EUROPEIA						
Exportações	61 078	68,2	77 830	64,9	16 752	27,4
Importações	69 146	72,7	86 578	69,3	17 432	25,2
Saldo	-8 068	--	-8 747	--	-680	8,4
Tx. Cobertura (%)	88,3	--	89,9	--	1,6	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	18,7
PAISES TERCEIROS						
Exportações	28 510	31,8	42 166	35,1	13 656	47,9
Importações	25 989	27,3	38 357	30,7	12 368	47,6
Saldo	2 521	--	3 809	--	1 288	51,1
Tx. Cobertura (%)	109,7	--	109,9	--	0,2	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	15,2
BENS						
Exportações	62 053	69,3	75 803	63,2	13 750	22,2
Importações	78 100	82,1	102 260	81,9	24 160	30,9
Saldo	-16 047	--	-26 458	--	-10 410	-64,9
Tx. Cobertura (%)	79,5	--	74,1	--	-5,3	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	15,3
SERVIÇOS						
Exportações	27 535	30,7	44 193	36,8	16 658	60,5
Importações	17 035	17,9	22 674	18,1	5 639	33,1
Saldo	10 501	--	21 519	--	11 018	104,9
Tx. Cobertura (%)	161,6	--	194,9	--	33,3	--
Contribuição Exportações (p.p.)	--	--	--	--	--	18,6

Fonte: Banco de Portugal

Unidade: Milhões de euros, exceto quando indicado.

Valores FOB

⁷ Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos (fevereiro de 2023)



A União Europeia (UE) foi a principal parceiro comercial de Portugal, absorvendo 64,9% do total das nossas exportações de bens e serviços e fornecedores de 69,3% das importações. Em 2022, as exportações e importações de bens e serviços com a UE cresceram 27,4% e 25,2%, respetivamente.

Para os países terceiros as exportações observaram uma subida de 47,9%, registando uma quota de 35,1% do total, enquanto as importações (30,7% do total) aumentaram 47,6%.

Em relação especificamente à componente de bens, e segundo informação do INE – Instituto Nacional de Estatística⁸, em 2022, com base na metodologia de apuramento das estatísticas correntes do comércio internacional, as exportações de bens ascenderam a 78,3 mil M€, contra 63,6 mil M€ em 2021, ou seja, um aumento de 14,7 mil M€ (tvh 23,1%). No mesmo período, as importações totalizaram 109,1 mil M€ e cresceram 26,0 mil M€, apresentando uma tvh 31,2%.

Comparando com 2020, as exportações e as importações aumentaram 45,7% e 60,1%, respetivamente (+30,8% e +36,4%, pela mesma ordem, face a 2019).

Estes resultados determinaram um défice da balança comercial de 30,8 mil M€, correspondente a um agravamento de 11,3 mil M€ relativamente a 2021. A taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 71,8% que corresponde a uma quebra de 4,7 p.p. em comparação com a taxa registada em 2021.

Excluindo a rubrica referente aos Combustíveis Minerais, em 2022 as exportações de bens não-energéticos (91,6% do total) aumentaram 19,6% (mais 11,8 mil M€) enquanto as importações de não-energéticos (17,3 mil M€); 83,3% do total) cresceram 23,4%. O défice comercial dos bens não-energéticos foi de 19,2 mil M€, que significa um agravamento de 5,5 mil M€. A taxa de cobertura das importações pelas exportações dos não-energéticos situou-se em 78,9% que corresponde a uma quebra de 2,5 p.p. em comparação com 2021.

Em 2022, as exportações para a União Europeia aumentaram 21,3%, registando uma quota nas exportações totais de 70,5%. Espanha foi o principal destino das nossas exportações de bens com uma quota de 26,1% no total, seguindo-se França (12,4%) e Alemanha (10,9%).

⁸ INE – Estatísticas Correntes do Comércio Internacional Português (1º apuramento; fevereiro de 2023)

Nota: Devido a diferenças metodológicas de apuramento, os resultados globais apurados pelo INE para a componente de bens são diferentes dos do Banco de Portugal.



As exportações extracomunitárias aumentaram 27,7% em termos homólogos, observando um peso no total de 29,5%. Os EUA e o Reino Unido, com quotas de 6,5% e 4,9%, respetivamente, foram os principais clientes extracomunitários e quarto e quinto em termos globais.

Espanha, com um aumento de 3,4 mil M€ (tvh 19,9%), apresenta o maior contributo positivo para o crescimento global das exportações, seguindo-se os EUA (1,5 mil M€; tvh 43,1%), Alemanha (1,5 mil M€; tvh 21,7%) e França (1,4 mil M€; tvh 16,4%).

As principais quebras nas exportações ocorreram com Marrocos (-191 M€; tvh -22,0%), Rússia (-90 M€; tvh -50,5%), China (-54 M€; tvh -8,0%) e Japão (-48 M€; tvh -16,2%).

Na importação, as compras à União Europeia (69,4% do total) aumentaram 23,7% e aos Países Terceiros 52,3% (30,6% da importação total). Espanha foi o nosso principal fornecedor, com uma quota de 32,1%, seguida da Alemanha (11,2%) e da França (6,1%). O principal fornecedor extracomunitário, e quarto no ranking global, foi a China, com um peso de 5,1%.

De notar os aumentos das importações a Espanha (7,7 mil M€; tvh 28,2%), Brasil (2,0 mil M€; tvh 79,3%), Alemanha (1,9 mil M€; tvh 18,0%), China (1,6 mil M€; tvh 40,5%) e EUA (1,5 mil M€; tvh 75,0%), e a diminuição das compras à Rússia (-419 M€; tvh -39,2%) e aos EAU (-124 M€; tvh -79,3%).

Por grupos de produtos, as Máquinas e Aparelhos constituíram a principal exportação com uma quota de 13,9% do total, seguindo-se os Veículos e Outro Material de Transporte (12,4%).

De destacar os aumentos das exportações de Combustíveis Minerais (2,9 mil M€; tvh 79,9%), de Máquinas e Aparelhos (1,8 mil M€; tvh 19,9%), de Veículos e Outro Material de Transporte (1,3 mil M€; tvh 15,4%) e de Químicos (1,3 mil M€; tvh 32,6%). Não ocorreram quebras nas exportações por grupos de produtos.

Nas importações prevaleceram as Máquinas e Aparelhos (16,8% do total), seguindo-se os Combustíveis Minerais (16,7%; 11,4% em 2021), os Químicos (11,1%) e os Veículos e Outro Material de Transporte (10,2%).

Assinalam-se os aumentos em Combustíveis Minerais (8,7 mil M€; tvh 91,5%), em Máquinas e Aparelhos (2,9 mil M€; tvh 18,7%), nos Veículos e Outro Material de Transporte (2,6 mil M€; tvh 29,8%) e nos Agrícolas (2,5 mil M€; tvh 29,2%). Não ocorreram quebras nas importações por grupos de produtos.



Em relação à componente de serviços, de acordo com dados do Banco de Portugal ⁹, em 2022 as exportações e importações atingiram, respetivamente, 44,2 mil M€ (tvh 60,5%) e 22,7 mil M€ (tvh 33,1%), registando-se um excedente comercial no montante de 21,5 mil M€, que corresponde a um aumento de 104,9% face ao ano anterior.

Os principais clientes de serviços, no ano passado, foram Reino Unido (15,5% do total), França (12,0%), Espanha (11,6%), Alemanha (10,6%) e EUA (8,5%), que em conjunto absorveram 58,3% do total exportado.

Em termos de crescimento relativamente a 2021, de destacar o Reino Unido (+2,9 mil M€; tvh 73,7%), os EUA (+1,9 mil M€; tvh 104,7%), a Alemanha (+1,8 mil M€; tvh 65,0%), Espanha (+1,3 mil M€; tvh 34,4%), França (+1,3 mil M€; tvh 31,8%), o Brasil (+1,1 mil M€; tvh 235,2%) e a Irlanda (+1,1 mil M€; tvh 116,3%). A principal quebra foi da Venezuela, com -11 M€ (tvh -100,0%).

Os serviços relacionados com as atividades das Viagens e Turismo (47,8% do total) e os Transportes (20,4% do total), representaram, em conjunto, 68,2% do total exportado em serviços, em 2022.

De salientar os aumentos de 11,0 mil M€ (tvh 109,7%) nas receitas de Viagens e Turismo e de 3,3 mil M€ em serviços de Transportes (tvh 57,3%).

Na importação de serviços, Espanha, Reino Unido e EUA foram os nossos principais fornecedores, com quotas de 15,3%, 8,8% e 7,6%, respetivamente.

Os principais aumentos em termos de importação de serviços ocorreram com Espanha (+638 M€; tvh 22,5%), Brasil (+467 M€; tvh 77,0%) e Alemanha (+429 M€; tvh 33,5%).

No que respeita ao investimento direto de Portugal com o exterior ¹⁰, no âmbito do Princípio Direcional ¹¹, e segundo informação do Banco de Portugal, em 2022, a variação líquida total dos fluxos de Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE) foi de 7,4 mil M€, que representa uma redução de 780 M€ face a 2021.

Por mercados de origem do IDE, Reino Unido, Espanha e EUA foram os principais com 2,0 mil M€, 939 M€ e 554 M€, pela mesma ordem. Com registo líquido negativo há a salientar o IDE dos Países Baixos (-158 M€) e da Bulgária (-49 M€).

⁹ Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos (fevereiro de 2023)

¹⁰ Banco de Portugal - Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional (fevereiro de 2023)

¹¹ Princípio Direcional: reflete a direção ou influência do investimento, isto é, o Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE) e o Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE).



Por setor de atividade residente, a componente de Serviços captou 2,6 mil M€ de IDE líquido, com destaque para as Atividades Financeiras e de Seguros, com 1,4 mil M€. Contudo, o principal setor recetor de IDE foi o da Eletricidade, Gás e Água, com 1,7 mil M€.

Por tipo de instrumento financeiro, os Títulos de participação em Capital contribuíram com 6,3 mil M€, enquanto os Instrumentos de Dívida registaram uma variação líquida de 1,0 mil M€.

No final de dezembro de 2022, a posição (stock) de IDE era de 170,0 mil M€, um aumento de 4,9% relativamente a dezembro de 2021.

Por países investidores imediatos (países de procedência do capital) Espanha representava 20,8% do stock total de IDE, os Países Baixos 20,0%, o Luxemburgo 16,7% e França 7,8%, enquanto o principal país extracomunitário em termos de stock de IDE era o Reino Unido, com 7,0% do total. A União Europeia detinha 76,6% do stock de IDE em Portugal.

Do stock de IDE total procedente de Espanha, 70,0% teve origem em empresas espanholas, 7,4% em empresas do Reino Unido, 6,5% em empresas portuguesas, 3,0% em empresas brasileiras e 2,5% em empresas alemãs.

Em termos de investidor final (país de origem do capital) ¹², Espanha detinha 15,1% do stock total de IDE, França 10,2%, o Reino Unido 7,9% e a China 6,6%.

Nesta perspetiva, da origem do capital, do stock de IDE total com origem em Espanha 96,4% foi investido em Portugal através da própria Espanha, 1,7% através dos Países Baixos e 1,2% via Luxemburgo.

De salientar que enquanto origem do IDE, Portugal representa 14,7% do stock de IDE enquanto investidor final, fenómeno denominado de round tripping, que ocorre quando o investidor final coincide com o país do investimento e que está associado à passagem do investimento com origem e destino em Portugal por entidades intermediárias residentes noutros países, em particular nos Países Baixos, Luxemburgo e Espanha. Neste contexto, do stock de IDE em Portugal com origem em empresas portuguesas, 53,4% foi investido através dos Países Baixos, 16,0% do Luxemburgo e 9,2% via Espanha.

¹² O stock de ID por país investidor final está disponível apenas para o IDE. As estatísticas de posições de investimento direto por investidor final permitem identificar a origem do investimento, ou seja, o país da contraparte final ou o investidor final e, deste modo, reconhecer em que país reside quem, em última análise, detém ou controla o investimento, usufrui do rendimento e assume o risco. Diferem das estatísticas de posições de investimento direto por contraparte imediata, as quais apenas permitem identificar o país de residência do investidor imediato ou de proveniência do investimento.



Por setores de atividade, salientam-se as Atividades Financeiras e de Seguros, com 20,8% do stock total de IDE, seguida das Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares com 19,1%. Em termos globais, a componente dos serviços representa 66,5% do stock total de IDE em Portugal.

Quanto à variação líquida dos fluxos de Investimento Direto de Portugal no Exterior (IDPE), ascendeu a 2,5 mil M€, em 2022, que significa uma subida de 1,7 mil M€ comparativamente a 2021.

Por países de destino, os Países Baixos, Espanha e Polónia observaram os maiores valores positivos, com 488 M€, 481 M€ e 225 M€, respetivamente. Em termos negativos de referir a Bélgica, a Alemanha e a França, com -128 M€, -84 M€ e -43 M€, respetivamente.

Sectorialmente (por sector da empresa residente), o setor dos serviços de Consultoria e Atividades Científicas e Técnicas investiram 1,5 mil M€. Em sentido contrário, assinala-se o valor líquido negativo do setor da Construção (-300 M€).

Por tipo de instrumento financeiro, dos 2,5 mil M€ de IDPE total, 1,7 mil M€ foram relativos a Títulos de Participação em capital e 754 M€ a Instrumentos de Dívida.

No final de dezembro de 2022, a posição (stock) de IDPE ascendia a 60,9 mil M€, uma variação de 7,4% comparativamente a dezembro de 2021.

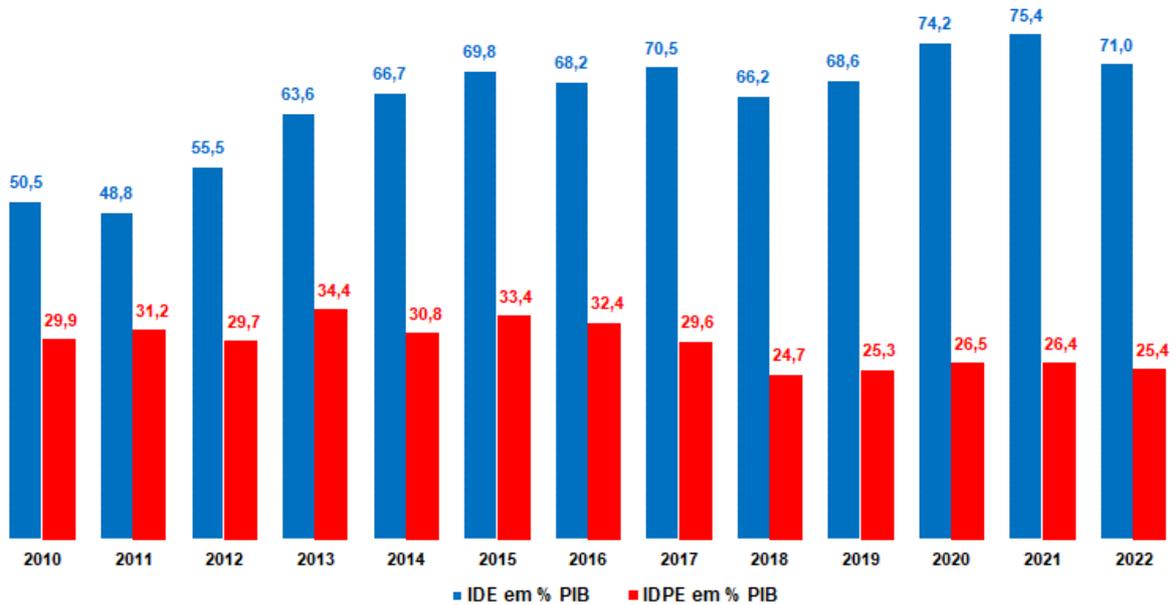
Por mercados de destino do IDPE, Espanha e Países Baixos registavam 27,0% e 26,5% do stock total de IDPE, respetivamente. Os principais países ExtraUE foram Angola e Brasil com 4,8% e 4,5% do total, respetivamente. A União Europeia representava 69,3% do stock de IDPE total.

Por setor de atividade residente, os Serviços registavam 74,7% do stock de IDPE, com as Atividades Financeiras e de Seguros a observarem a maior parcela do stock de IDPE, com 37,4%.

Com base nestes resultados das posições de ID no final 2022, o peso do IDE na economia foi de 71,0% em 2022, enquanto o peso do IDPE foi de 25,4%.



Peso do Stock de Investimento Direto no PIB



Fontes: INE (Contas Nacionais); Banco de Portugal (Estatísticas de Posição de Investimento Internacional)

Unidade: % do PIB (a preços correntes)

Nota: Investimento Direto apurado no âmbito do Princípio Direcional.

Relativamente a projeções económicas, segundo o Banco de Portugal ¹³, num contexto em que a economia mundial é condicionada pela inflação elevada, aperto das condições financeiras e grande incerteza geopolítica, recuperando a partir de 2024 com a dissipação destes efeitos, a economia portuguesa deverá crescer 1,5% em 2023, após 6,7% em 2022, expandindo-se a um ritmo próximo de 2% em 2024 e 2025. De referir que a economia portuguesa cresceu acima da área do euro entre 2016 e 2019, mantendo esta tendência em média entre 2020 e 2025.

¹³ Boletim Económico (dezembro de 2022)

**Projeções para a Economia Portuguesa, em volume (taxa de variação anual %)**

	2023p	2024p	2025p
PIB	1,5	2,0	1,9
Consumo Privado	0,2	0,8	1,1
Consumo Público	1,9	1,2	0,9
Formação Bruta de Capital Fixo	2,9	5,4	4,3
Exportações	4,3	3,7	3,9
Importações	3,0	3,2	3,4
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	1,7	1,7	2,2
Balança de Bens e Serviços (% PIB)	-0,9	-0,3	0,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	5,8	3,3	2,1
Taxa de Desemprego	5,9	5,9	5,9

Fonte: INE (2022); Banco de Portugal – Boletim Económico (dezembro de 2022) (2023-2025)

Nas projeções da Comissão Europeia ¹⁴, o crescimento do PIB de Portugal, será de 1,0% em 2023 e de 1,8% em 2024, que compara com projeções de crescimento na área do euro de 0,9% em 2023, recuperando para cerca de 1,5% em 2024.

Quanto às Exportações, após um aumento de 16,7% em 2022, de acordo com o Banco de Portugal, apresentarão taxas de crescimento à volta de 4% em 2023-25. O elevado dinamismo deste agregado em 2022 reflete a forte recuperação da componente de serviços, em particular do turismo. As exportações de turismo crescem quase 80%, beneficiando do levantamento das restrições da pandemia e da concretização da procura adiada durante esse período. Em 2023, as exportações do turismo deverão crescer 8,6%, beneficiando da Jornada Mundial da Juventude que terá lugar em Portugal no terceiro trimestre. Em 2024-25, assume-se que esta componente cresce ligeiramente acima da procura externa.

As exportações de bens deverão crescer 3,5% em 2023 (8,7% em 2022), refletindo um enquadramento internacional menos favorável.

No ano em curso, a desaceleração da procura externa deverá implicar um menor crescimento das vendas de bens ao exterior, não obstante algum impacto positivo da dissipação dos constrangimentos nas cadeias de valor globais. Em 2024-25, a melhoria do enquadramento internacional contribui para que as exportações de bens cresçam 4,1% em média. O crescimento deste agregado no período de projeção tem subjacente ganhos de quota de mercado, ainda assim conservadores face aos observados no período anterior à pandemia e face à dinâmica recente, bem como às alterações do padrão do comércio internacional no contexto da redefinição da globalização, cujo

¹⁴ European Commission Economic Forecast Winter 2023 (February 2023)



abrandamento (*slowbalization*) que se seguiu à crise financeira global foi caracterizado por uma desaceleração prolongada no ritmo das reformas comerciais e pelo aumento de medidas protecionistas, num contexto de crescentes tensões geopolíticas.



Atividade desenvolvida

A atividade da Agência tem assentado em cada triénio num Plano Estratégico delineado pelo Conselho de Administração, que define objetivos e métricas para toda a organização. O Plano Estratégico de 2020/2022 encontra-se alinhado com o Programa Internacionalizar 2030, definido pela Tutela. Em consequência da pandemia COVID-19, o Programa Internacionalizar veio já definir dois tempos para a sua implementação: “um primeiro, de resposta rápida à crise, procurando o relançamento da atividade exportadora e das ações de captação de investimento, e um segundo, de reposicionamento de Portugal num contexto económico mundial que se antevê ainda mais adverso e competitivo”.

O ano de 2022 procurou responder à crise e reposicionar já o país, tendo ficado marcado por um significativo alívio dos constrangimentos impostos pela pandemia, a reabertura das feiras internacionais e dos contactos presenciais, o que permitiu uma significativa aceleração da atividade das empresas e dos seus negócios, refletida no desempenho das exportações nacionais.

O relatório que se apresenta descreve a atividade de 2022 da Agência já num contexto de recuperação do dinamismo empresarial. A atividade promocional da AICEP beneficiou deste dinamismo, tendo daí resultado a realização de um conjunto significativo de iniciativas de promoção da oferta nacional nos mercados internacionais e de angariação de investimento. Apesar do alívio das restrições, a atividade desenvolvida continuou a ser



adaptada às circunstâncias ainda impostas em alguns mercados, optando-se, sempre que necessário, pelo formato digital, embora já em número muito mais reduzido do que em 2021.

As previsões macroeconómicas da CE para 2023 relativas aos quatro principais clientes de bens e serviços de Portugal - Espanha, França, Alemanha e Reino Unido (concentram mais de 50% das exportações) são as seguintes:

- Espanha, principal parceiro comercial de Portugal, país com o qual temos um grau de integração ibérica de inúmeras cadeias de fornecimentos e serviços e complementaridade dos tecidos produtivos, registou uma forte recuperação da sua economia em 2021 (5,5%), depois de um ano de 2020 em que registou a maior contração das economias comunitárias (-11,3%). A CE estima para 2022 um crescimento do PIB espanhol na ordem dos 4,5%, sustentado na recuperação da atividade turística. Para 2023, as previsões apontam para um abrandamento do crescimento económico (1,0%), em linha com a fraca evolução da economia europeia e mundial.
- França, o 2º parceiro comercial de Portugal (posição conquistada à Alemanha em 2014), verá igualmente a sua atividade económica abrandar (rutas nas cadeias de abastecimento, aumento do preço da energia e subida da inflação a afetar o consumo). Em 2022 o crescimento do PIB situar-se-á nos 2,6% (depois de ter atingido os 6,8% no ano anterior- média superior à da UE – 5,4%) e em 2023 o crescimento será praticamente nulo (0,4%). A taxa média anual da inflação vai subir até aos 5,8% em 2022 e 4,4% em 2023, embora largamente atenuadas pelas medidas adotadas para mitigar o impacto da subida dos preços da energia.



- Alemanha, a maior economia da UE só conseguiu alcançar o nível pré-pandémico no final do terceiro trimestre de 2022, mais tarde do que outros Estados-Membros. Foi igualmente o país mais afetado pela crise energética provocada pela guerra na Ucrânia que provocou ainda disrupções nas suas exportações. O 3º parceiro comercial de Portugal deverá crescer 4,5% em 2022 (a mais baixa taxa da UE) e registar uma contração de -0,6% em 2023.
- Reino Unido, 4º parceiro comercial de Portugal, teve um desempenho mais fraco em 2022, com a economia britânica a crescer apenas 4,2% (7,4% em 2021). As previsões apontam para uma contração de -0,9% do PIB em 2023 devido, em grande medida ao impacto dos altos preços da energia, à subida da inflação, política fiscal mais restritiva e a um ambiente externo menos favorável. O Reino Unido foi o 1º cliente de serviços de Portugal, no período compreendido entre janeiro e setembro de 2022.

A deterioração do enquadramento internacional associado à guerra na Ucrânia, a subida pronunciada da inflação, o aumento dos preços de importação de matérias-primas energéticas e de bens alimentares, o impacto negativo sobre a procura externa dirigida à economia portuguesa, são fatores que vão condicionar o seu desempenho em 2023. As previsões da CE, menos otimistas do que as do Banco de Portugal, apontam para um forte abrandamento do crescimento do PIB português (crescimento marginal, embora positivo de +0,7%). Apesar do abrandamento do ritmo mantém-se superior ao projetado para o espaço UE e Zona Euro (+0,3%).



De acordo com a mesma fonte, o crescimento das exportações portuguesas vai abrandar em 2023 (quebra na procura externa, principalmente dos seus principais parceiros comerciais) estimando-se que se situe nos +8,6%.

No capítulo que se segue será dada, de forma pormenorizada, informação das iniciativas que as várias áreas da AICEP desenvolveram em 2022. No final do relatório é ainda acrescentado um ponto autónomo sobre a participação de Portugal na Expo 2020, na sequência da atribuição à Agência de competências no âmbito da organização deste tipo de eventos, bem como na Feira de Hannover em 2022 e outros dois eventos transversais a toda a organização.

Em termos gerais refira-se que em 2022 foi realizado um enorme leque de ações, com variados formatos e objetivos. Identificaram-se 447 iniciativas na área da internacionalização e angariação de investimento (+10,4% do que em 2021), onde se incluem também ações de capacitação, e igualmente ações realizadas por entidades externas, mas apoiadas pela Agência. No seu conjunto, estas ações envolveram 60 mercados externos e um total de 24 setores. Das 447 iniciativas identificadas, na sua maioria sem envolvimento financeiro da parte da AICEP, cerca de 311 (+7,2% do que no ano anterior) foram ações novas, estando incluídos neste número 70 ações com enorme potencial de negócio (51 ações de *sourcing* e 19 visitas de importadores), 49 seminários/webinars dedicados a diversas temáticas, incluindo o e-commerce realizados no estrangeiro e em Portugal, ações de rede

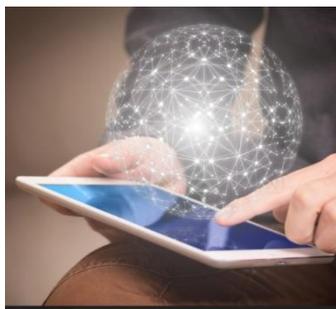


de fornecedores, cerca de 60 visitas a feiras internacionais (aumento de 50% face a 2021), para acompanhamento da presença de empresas portuguesas e ainda, 37 visitas institucionais ao estrangeiro e 7 a Portugal.

Em termos regionais, a Europa concentrou a maioria das ações promocionais desencadeadas ao longo do ano de 2022 (cerca de 200), envolvendo 24 mercados. Em termos setoriais a Fileira dos agroalimentares e vinhos foi, sem dúvida, a que teve mais ações de promoção realizadas ao longo do ano e a mais diversificada em mercados de aposta (cerca de 65 iniciativas envolvendo 27 mercados externos e Portugal), seguindo-se as Fileiras Moda com cerca de 57 iniciativas e a Fileira Casa com 32 iniciativas, envolvendo 20 e 18 mercados, respetivamente. Apesar da relevância dos Bens de Consumo, a promoção de Equipamentos Industriais (materiais de construção e produtos industriais), e a Fileira da Energia e Ambiente, foram objeto de particular atenção, daí resultando a realização de 33 iniciativas, no primeiro caso, e de 11 no segundo.

No âmbito das ações de angariação, foram acompanhadas mais de duas centenas de leads de investimento, tendo sido garantidas 47 decisões de investimento. O volume de investimento associado a estes novos projetos ascende a cerca de 2,4 milhões de euros, com a criação de 7.280 novos postos de trabalho. No capítulo sobre Angariação encontra-se informação mais detalhada sobre estes projetos.

Para além das atividades promocionais e de captação de investimento, áreas core da Agência, cumpre incluir neste



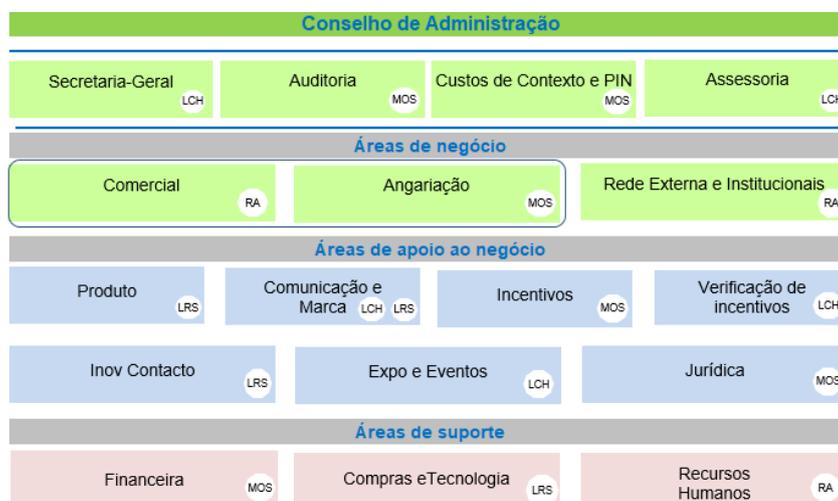
ponto a referência ao projeto de Transformação Digital desenvolvido desde 2018, o qual tem impacto em toda a organização. No ano de 2022 foi criado um portal de entrada em Portugal, direcionado a compradores, investidores, estudantes estrangeiros, turistas ou público em geral, que funciona como ponto de acesso único à informação sobre comprar, investir, estudar, viajar e conhecer Portugal: o site www.onlyportugal.pt já online desde 2022.

Foi ainda concluída a primeira das soluções digitais em curso, o desenvolvimento tecnológico do *Business Match Making*, encontrando-se atualmente em teste o site www.investinportugal.pt, que incorpora o módulo de comparação de Portugal com o mundo e o simulador que de teta, de forma customizada, o lugar certo para cada negócio. É naturalmente orientado a uma das grandes prioridades da nossa missão: o Investimento. Foram ainda implementadas outras ferramentas para os clientes da Agência e que se encontram incorporadas nas plataformas dedicadas ao comércio e investimento (Radar do Mundo, Mapa da Diáspora, ferramentas de *Relevant Search*, um modelo de Inteligência Artificial *Exports Forecast 2.0*). Está em desenvolvimento um novo modelo de Solução Económica do IDE; uma solução integrada entre diversos organismos de gestão da relação com as empresas; e foi lançada a criação de uma infraestrutura de curadoria automática de dados —Portal de Data Quality. Maior detalhe sobre estes investimentos será dado no capítulo mais adiante da área do Digital e Comunicação.





A estrutura organizacional da Agência em 2022 é a que se apresenta no seguinte organograma:



As áreas designadas de negócio são as de *front office* da Agência, estando em contacto direto com o cliente da organização, ou seja, com as empresas e agentes económicos, sejam portugueses ou estrangeiros. As áreas de apoio ao negócio funcionam em estreita ligação com as anteriores e fornecem instrumentos e ferramentas a toda a organização para entregar ao cliente. As áreas de suporte contribuem para o funcionamento geral da estrutura organizacional.

Descreve-se de seguida a atividade da Agência nas suas várias áreas de atuação durante 2022.



A. Áreas de Negócio

A.1 Áreas Comerciais de interação direta com as empresas

A atividade da AICEP assenta nos dois pilares fundamentais da sua missão - apoio à internacionalização da economia portuguesa e promoção do investimento em Portugal, de origem nacional ou estrangeira. A Agência procura ser um instrumento facilitador do processo de internacionalização do tecido empresarial português, estando fortemente orientada para o cliente. A AICEP coloca à sua disposição o conhecimento de mercados e todos os serviços associados, procurando estabelecer uma verdadeira relação de parceria que facilite o processo de internacionalização e de investimento das empresas. A Agência dispõe de quatro áreas de intervenção a nível comercial: (a) atendimento de primeira linha, (b) angariação de investimento estrangeiro; (c) desenvolvimento do negócio internacional das empresas presentes em Portugal e (d) apoio a fileiras setoriais.

A. 1.a) Atendimento de primeira linha e proximidade

A AICEP possui uma equipa de atendimento de primeira linha a todas as empresas que exportam ou pretendem iniciar o seu percurso de internacionalização, e ainda apoia o negócio e os processos de desenvolvimento do investimento das empresas já presentes em Portugal. Para tal, dispõe, no total, de uma equipa de 50 gestores de cliente, que acompanham estas empresas, de acordo com uma segmentação setorial e de maturidade na internacionalização. Possui ainda uma rede de Lojas da Exportação em território nacional que asseguram, por um lado e em articulação com o IAPMEI, a interlocução de primeira linha com as empresas por região, numa lógica de proximidade territorial, e por outro, o acompanhamento técnico corrente de apoio aos temas de internacionalização que estas empresas solicitam à AICEP. Está presente no Porto, em Lisboa e nas 6 Lojas de Exportação situadas em Braga, Aveiro, Coimbra, Viseu, Leiria e Faro, estas últimas acompanharam 6.224 do número total de empresas, de um universo total de 18.628 clientes da Agência.

A. 1.b) Desenvolvimento do negócio internacional das empresas presentes em Portugal

Para além do atendimento de primeira linha a AICEP efetua o acompanhamento das empresas na expansão dos projetos de investimento em Portugal e nos seus processos de Internacionalização (Exportação e IDPE). O total de 18.628 clientes acompanhados pelas duas áreas de atendimento, primeira linha e desenvolvimento, encontra-se repartido da seguinte forma, sendo que 836 são novos clientes:



1.168 "GRANDES EMPRESAS"



17.216 "PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS"



243 ASSOCIAÇÕES

Na sua atividade corrente, os gestores trabalham diariamente na internacionalização dos seus clientes, em articulação com a Rede Externa e acompanha os projetos de investimento em Portugal. A AICEP acompanha ainda os projetos das empresas que se candidatam aos fundos comunitários nas áreas em que a Agência atua, desde a candidatura até ao final do contrato de investimento, estando os gestores em permanente contacto com os



beneficiários e com os colaboradores da Agência que tratam especificamente desta temática dos incentivos financeiros.

A AICEP participa em 14 Grupos de Trabalho com entidades externas, e em cerca de 20 eventos económicos realizados por entidades terceiras em Portugal, na qualidade de formadora e oradora. Adicionalmente, tem mantido o seu objetivo de reforçar a comunicação e a visibilidade dos seus clientes, mediante a produção de conteúdos e informação sobre empresas, associações e sectores, o que representa um instrumento fundamental de promoção no mercado nacional e internacional. Os Flash Setoriais são um exemplo deste trabalho, assim como a produção de artigos sobre empresas e sectores na Revista Portugal Global, que em 2022 incluiu artigos desenvolvidos sobre 19 casos de empresas de sucesso.

A. 1.c) Conhecimento setorial

A AICEP integra uma área de conhecimento setorial, numa ótica de fileira, com o objetivo de posicionar, com maior valor acrescentado, a oferta nacional em mercados externos. É responsável pelo apoio à promoção externa a nível setorial e por assegurar um conhecimento setorial mais especializado, que permita reforçar o apoio às empresas nos seus processos de internacionalização e de investimento, assim como assegurar uma abordagem setorial integrada. Neste âmbito, são acompanhadas as seguintes fileiras: Agroalimentar, Ambiente e Energia, Casa, Construção Civil e Materiais de Construção, Economia do Mar, Floresta, Indústrias Culturais e Criativas, Indústrias da Mobilidade Espaço e Defesa, Metalomecânica e Químicos, Moda, Saúde e TIC.

O acompanhamento próximo das empresas de referência nestes setores, as Associações e os Clusters permite assegurar a articulação do plano de promoção externa da AICEP com as referidas entidades, contribuindo para uma estratégia de promoção sectorial integrada. É também neste âmbito que se acompanham os Projetos Conjuntos de Internacionalização das Associações Setoriais, bem como dos seus projetos de natureza coletiva SIAC Internacionalização.

Na sua atividade corrente, a DC trabalha diariamente na internacionalização dos seus clientes, em articulação com a Rede Externa no Mundo, e acompanha os projetos de investimento em Portugal.

Do conjunto das 3 áreas de primeira linha, desenvolvimento do negócio e conhecimento setorial, a atividade de 2022 estruturou-se da seguinte forma:

A área comercial produziu mais de 100 fichas de empresas e documentos com conteúdos de ordem setorial e desenvolveu o catálogo digital da Oferta Nacional que inclui o perfil de 387 empresas de produto, de 76 empresas de serviços e 51 empresas do cluster Smart Cities.





Das atividades de promoção realizadas em 2022, destacam-se as seguintes abaixo realizadas em articulação com outras áreas da Agência:

- Campanha de promoção internacional “MADE IN PORTUGAL naturally” das fileiras casa e materiais de construção, ação de cross-selling que tem como foco promover a oferta portuguesa em matéria de decoração e lifestyle. Com uma comunicação assente em meios digitais, esta inovadora campanha sob a marca chapéu “MADE IN PORTUGAL naturally”, foi especialmente dirigida a seis mercados alvo - Alemanha, Canadá, Espanha, EUA, França e Reino Unido - tendo contudo um alcance de trinta países, com mais de 1.600 notícias publicadas e perto de 15.000 visitas ao site portugalnaturally.pt, plataforma que engloba todos os suportes da campanha (vídeo promocional, showroom virtual, diretório de empresas e de eventos e área de media). Esta ação será detalhada no ponto seguinte dedicado à rede externa.



- Campanha Moda Sustentável - Esta iniciativa surge com o objetivo de implementar uma campanha de comunicação internacional, para a promoção de Portugal enquanto país que produz Moda de forma sustentável, com destaque para os setores do vestuário, calçado, marroquinaria e joalheria. A aposta na marca por parte de alguns setores da Fileira e o reconhecimento dos produtos portugueses de maior valor acrescentados, técnicos e funcionais, têm permitido a crescente notoriedade internacional da fileira moda. Assim, pretende-se com esta Campanha reforçar e potenciar este reconhecimento. Toda a preparação da mesma decorreu em 2022, decorrendo a sua implementação no decorrer do ano 2023.

- Campanha Smart Nation - Pretende-se dinamizar uma campanha internacional, em formato digital, com o objetivo de afirmar Portugal como uma Smart Nation, um país inovador que é reconhecido como um dos mais vibrantes ecossistemas de empreendedorismo da Europa, através da promoção dos fatores que valorizam e diferenciam a oferta portuguesa do Cluster Smart Cities. À semelhança da Campanha da Moda Sustentável, toda a preparação da mesma decorreu em 2022, sendo que será implementada no decorrer do ano 2023.

De referir que a área comercial operacionaliza e acompanha diversas ações em colaboração e propostas pela rede externa da Agência que se descrevem no ponto A.2, bem como outras ações transversais como a Expo 2020, participação na Feira de Hannover 2022 com país parceiro e Portugal Concept Store, que se descrevem mais adiante.

A. 1.d) Angariação de Investimento estrangeiro

A atuação no âmbito do investimento estrangeiro é feita em primeira linha pelos FDI Scouts da Agência que visam promover Portugal para localização de novos projetos de investimento produtivo junto de grandes empresas sem presença produtiva em Portugal, assegurando a identificação, qualificação e contacto com potenciais investidores para apresentação de propostas de valor customizadas. Esta atividade é desenvolvida nos mercados externos.



O desenvolvimento de projetos de investimento é assegurado pelas equipas de *Investment Managers* que garantem o acompanhamento e desenvolvimento de projetos de investimento produtivo já identificados (*leads*) promovidos por empresas sem presença em Portugal, através da preparação e apresentação aos investidores de informação crítica para tomada de decisão, bem como apoiar na identificação e seleção de localizações e de potenciais parceiros/fornecedores.



Em 2022, prosseguiu-se com a consolidação da atividade da rede de FDI Scouts, com a cobertura dos mercados da China, Japão e Estados Unidos com FDI Scouts residentes, bem como dos mercados da Bélgica, Espanha, França, Itália, Suíça e Alemanha com FDI Scouts desenvolvendo a sua atividade a partir de Portugal. A rede de FDI Scouts, em conjunto com as Delegações da AICEP e as Representações Diplomáticas de Portugal nesses países, tem como objetivo promover a atração e retenção de mais e melhor

investimento em Portugal, gerador de crescimento e emprego. Foram desenvolvidas ações proativas de angariação de novas *leads* de investimento junto de empresas *targets* nos mercados da Alemanha, Bélgica, China, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão e Suíça. As missões de angariação de IDE têm como objetivo apresentar a empresas *targets* selecionadas as vantagens competitivas de Portugal como destino de projetos de investimento.

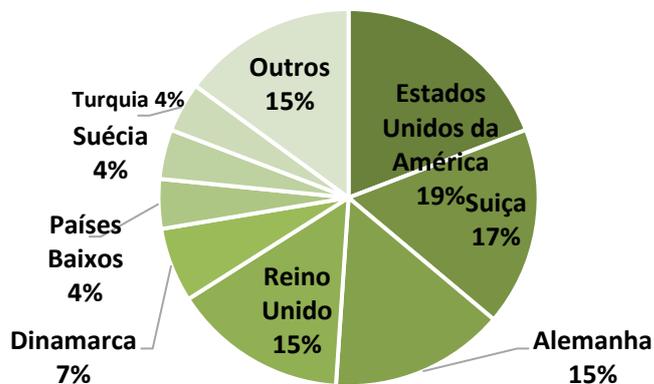
Foram realizadas reuniões individuais com empresas destes países, tendo havido oportunidade para apresentação de propostas de valor individuais, direcionadas a cada situação concreta, potenciadoras do incremento de awareness sobre Portugal. Em 2022, realizaram-se mais de 250 reuniões com empresas *targets*, ou seja, multinacionais atuando em setores de atividade com potencial de crescimento em Portugal, e com *multipliers*, consultoras especializadas na área de *Site Location*, para promover a atratividade de Portugal e a dinâmica de crescimento dos setores de atividade com maior potencial de criação de emprego e valor para a economia nacional.

No âmbito das equipas de *Investment Managers* foram objeto de acompanhamento 212 *leads* investimento, das quais 140 novas *leads* de investimento em 2022, tendo sido garantidas 47 decisões de investimento. Estes 47 novos projetos têm um perfil muito diversificado em termos de tipo de atividade e capital de origem, mas todos optam por Portugal graças à perceção muito positiva sobre a disponibilidade e qualidade do talento nacional, mas também à capacidade do país em atrair talento internacional, essencial para o desenvolvimento de atividades de elevada complexidade (ex: atividades tecnológicas associadas às tecnologias de blockchain, inteligência artificial, cibersegurança, IoT).

O volume de investimento associado a estes novos projetos de investimento ascende a cerca de 2,442 milhões de euros. A nível do impacto destas decisões no emprego, estas têm como objetivo a criação de mais de 7.280 novos postos de trabalho. Importa destacar o perfil dos postos de trabalho a criar no âmbito da localização destas novas atividades: perfis tecnológicos para tarefas de alto valor acrescentado, mais de 4.000 destes novos postos de trabalho são em áreas relacionadas com as tecnologias de informação e desenvolvimento de software.



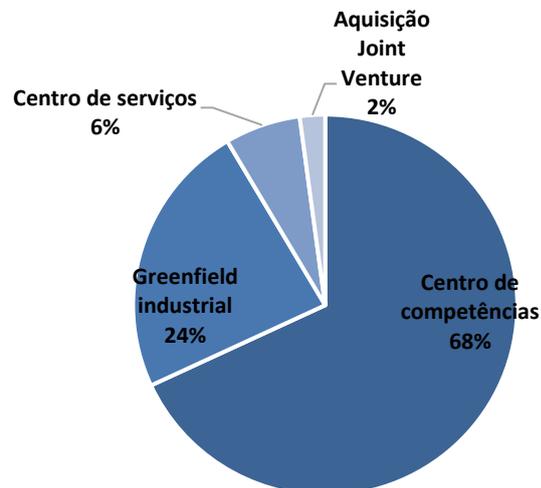
Decisões de investimento por país de origem do investidor



Os 5 principais mercados de origem representam 72% dos projetos angariados em 2022. Os outros mercados, responsáveis por 28% das decisões de investimento são: Países Baixos, Suécia, Turquia, Bélgica, Finlândia, França, Irlanda, Letónia, Noruega e Ucrânia.

Decisões de investimento por tipo de atividade

Os centros de competências internacionais (centros de engenharia, centros de desenvolvimento de software, ...) continuam a escolher Portugal para localização de novas atividades, representando maior número de novos projetos. Importa, no entanto, destacar o excelente contributo dos projetos de natureza industrial. Portugal tem vindo a beneficiar da regionalização das cadeias de valor na produção de bens, fenómeno que poderá acentuar-se, obedecendo a preocupações de índole ambiental, de flexibilidade e de resiliência.



Destaca-se na atividade de acompanhamento de projetos de novos investidores:

- a perceção da posição competitiva favorável de Portugal no setor dos Serviços, como destino de excelência para projetos de centros de competências de dimensão internacional e de apoio ao negócio, em áreas de engenharia, desenvolvimento de software, contabilidade e finanças, compras e logística e outras;
- a confirmação da relevância dos países europeus (França, Alemanha, Suíça, Reino Unido e os países Nórdicos) como principais mercados emissores de IDE em Portugal, com destaque para o setor dos serviços de alto valor acrescentado (centros de engenharia, Hub tecnológicos);
- o aumento de interesse dos EUA em Portugal como destino competitivo de IDE no contexto europeu;
- o surgimento de novas intenções de investimento com origem no mercado da China com inclusão de Portugal na opções em avaliação;



- uma maior procura de áreas de implantação para atividades industriais com elevadas exigências de infraestruturas e celeridade na obtenção das licenças de obras.

Para além da atividade comercial corrente de angariação de IDE, abordagem direta e customizada junto de empresas targets e desenvolvimento de leads de investimento, a AICEP promove e participa em ações de promoção de Portugal como país atrativo para desenvolvimento de investimento. Estas ações de natureza mais coletiva, por serem de divulgação ampla dos fatores de atratividade de Portugal, com foco setorial ou de mercado, contribuem para a notoriedade e a imagem de Portugal enquanto potencial destino de investimento. As principais ações desenvolvidas são:

- participação em eventos setoriais de promoção de investimento, acompanhamento de missões de empresas estrangeiras a Portugal na ótica de angariação de IDE.

- desenvolvimento e publicação da newsletter Invest in Portugal, em formato digital e língua inglesa, com o objetivo de destacar factos e notícias de interesse para investidores internacionais e multipliers na área de site location. Newsletter com periodicidade mensal.

- Ações de networking com clientes internacionais em Lisboa (19 de maio) e no Porto (28 junho) para promoção da atratividade de Portugal e apresentação do instrumento Tech Visa.



- Publicação em julho de 2022, da segunda edição do Estudo Business Services in Portugal, em formato digital e impresso, em língua inglesa.

- Participação da AICEP enquanto entidade parceira da edição 2022 da Conferência Deloitte Shared Services (setembro 2022), edição em formato presencial em Lisboa, Portugal. Participação com stand e presença no evento para realização de contactos comerciais com as empresas presentes no evento.

- Ação de networking com clientes internacionais com atividades Tech na região do Porto na Escola 42, Porto, para apresentação de oferta formativa na área de programação (6

de outubro).

- Participação na edição 2022 da Websummit com sessão Why Portugal com testemunho da Mercedes i.o. no palco Startup Portugal.

Na Europa, destacam-se as seguintes ações de angariação:

- Presença na Hannover Messe 2022 para realização de reuniões com empresas alemãs para posicionamento de Portugal enquanto destino de IDE.

- Ação de promoção da atratividade de Portugal junto da associação da indústria alemã de 2 rodas, a ZIV – Zweirad Industrie Verband, que decorreu em Muenster nos dias 6 e 7 de maio de 2022.



aicep Portugal Global

- Publicação de suplemento de 4 páginas no jornal económico francês Les Echos, edição de 31 de maio de 2022, sobre o tema *Industrie 4.0: le Portugal, fer de lance du smart manufacturing*, com destaque para casos de sucesso nacionais no domínio da indústria 4.0.



No mercado dos Estados Unidos da América, foram realizadas as seguintes iniciativas:

- Participação da AICEP na *Site Selectors Guild Annual Conference* (2-4 março, San Diego, CA) e *Site Selectors Guild Fall Forum* (19-21 de setembro, Richmond, VA), dando sequência ao trabalho de promoção de Portugal junto de relevantes consultores americanos
- Missão à Califórnia (7 a 9 junho 2022), liderada pelo SEINT, com visita a empresas investidoras e potenciais investidoras
- Missão em Chicago (3 a 5 de outubro), liderada pelo SEINT e Presidente do CA da AICEP, com realização de reuniões com empresas americanas
- Missão a Boston e Miami (novembro 1 a 4), liderada pelo Embaixador de Portugal, com iniciativas destinadas a empresas da região, apresentando Portugal como destino de investimento, e ainda reuniões com empresas com decisão de investimento.



A.2 Rede Externa e Institucionais

No seu desígnio de apoiar as empresas nos processos de internacionalização pelo conhecimento e diversificação dos mercados, a **rede externa** constitui-se como uma das mais relevantes valências da AICEP. A operacionalização das nossas delegações no estrangeiro resulta de uma constante articulação com as mais variadas áreas da sede, tendo presente que a Agência dispõe de cerca de 50 escritórios espalhados pelo mundo.

A AICEP integra ainda uma área dedicada ao acompanhamento das **multilaterais** e das organizações internacionais, atuando como elo de ligação entre estas entidades e as empresas e outros agentes com interesse no mercado das multilaterais, divulgando as oportunidades de negócio financiadas pelas mesmas.

No que respeita às **relações institucionais**, a Agência é chamada para a preparação e apresentação de informação sobre o relacionamento de Portugal com os mercados externos e o acompanhamento operacional de clientes institucionais e oficiais. Ainda neste âmbito, a AICEP acompanha os projetos de internacionalização das Associações empresariais multissetoriais e regionais, das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas e Câmaras Municipais, proactivamente pelos respetivos gestores de cliente, em estreita ligação com a rede externa e outros serviços da Agência, promovendo-se igualmente a sua articulação com as ações da AICEP ou de outras entidades públicas, nomeadamente no âmbito das missões oficiais de membros do Governo.

Neste capítulo pretende-se dar a conhecer a atividade desta área de articulação com a rede externa e institucionais. Previamente refira-se que o ano 2022 ficou marcado pela realização de três grandes iniciativas transversais a toda a organização: a participação como país parceiro na Hannover Messe, a organização do pavilhão de Portugal na EXPO Dubai e a realização do *Sustainable Blue Economy Investment Forum* (SBEIF). Estes eventos âncora, pelo seu impacto e envolvimento de toda a Agência, serão descritos num capítulo autónomo, assim como a participação na Web Summit Lisboa.

A. 2.a) Ações com intervenção da Rede Externa

Detalhamos, em seguida, as ações com maior intervenção da Rede Externa da AICEP, nomeadamente:

- Ações emblemáticas de imagem;
- Missões empresariais/Seminários e Visitas Institucionais ao Estrangeiro;
- Missões empresariais, Seminários e Visitas Institucionais e de importadores e decisores a Portugal;
- Multilaterais.

Ações de imagem e cross-selling

Neste capítulo das ações de imagem, vamos apresentar cronologicamente as iniciativas mais emblemáticas realizadas em 2022 pela rede externa, em articulação com diferentes áreas da Agência.

Festival Gastronómico Luso-Árabe (Riade) - maio

Entre os dias 23 e 25 de maio, em Riade, foi organizado pela primeira vez o Festival gastronómico Luso-Árabe, que contou com a participação do chef libanês Maroun Chedid, conhecido pela sua academia de culinária e que se



tornou célebre por ser um dos júris do programa televisivo da MBC Top Chefs of the Middle East. Pelo lado português estiveram representados os chefes Vítor Areias e Miguel Picado. Apesar das elevadas temperaturas que se faziam sentir nessa semana (44º C), a qualidade da ementa proposta, a apresentação e preparação de pratos nacionais típicos cativou os cerca de 110 convidados presentes. O evento contou ainda com a participação e patrocínio dos cafés Delta, e com a presença do seu representante saudita local.

Estiveram presentes importadores/distribuidores/cadeias de lojas locais. Os resultados foram bastante positivos.

França - Promoção de Produtos Alimentares na La Grande Épicerie de Paris "Portugal Quel Régál!" - maio a julho

A Grande Épicerie de Paris decidiu realizar uma temporada de venda de produtos alimentares portugueses entre 5 de maio e 7 de julho nas suas duas lojas parisienses. Os responsáveis pela organização solicitaram o apoio da AICEP para os aconselhar na seleção de produtos portugueses. Foi apresentada uma proposta com cerca de 300 referências e selecionaram cerca de 220 (sendo que 80% dessa seleção final já tinha sido feita pelos organizadores).



Esta promoção assentou em duas grandes vertentes: (i) venda dos produtos da oferta portuguesa de qualidade ao público (com uma encenação do espaço à imagem do país); (ii) realização de ações de degustação de produtos portugueses pelos próprios produtores ou chefes cozinheiros.

Durante dois meses Portugal deu a conhecer, junto dos consumidores do segmento-alto, diversos produtos alimentares nacionais de variados setores, nomeadamente: especiaria salgada e doce, charcutaria, outra alimentação e bebidas (abrangendo o país de norte a sul, incluindo as ilhas).

Um importante resultado foi o anúncio por parte dos organizadores da criação de um espaço de venda permanente para os produtos alimentares portugueses na loja ao lado dos da Itália, Espanha, Grécia, Inglaterra, entre outros. Esta ação também beneficiou da dinâmica da Temporada Cruzada Portugal-França, sendo associada a um evento de cariz económico de promoção de produtos

portugueses em França, com um parceiro local de prestígio.

A AICEP apoiou esta iniciativa não só através da seleção dos produtos portugueses, mas também na identificação de parceiros para os eventos de animações realizados: produtores locais, importadores, chefes de cozinha, animações musicais, assim como contactos privilegiados com a imprensa. A AICEP associou-se ainda à campanha de comunicação desta ação, tendo assumido uma parte da publicitação do evento principalmente em meios "online" e ferramentas de tipo "Display // drive to web", um "lead ad", assim como em redes sociais "Paid social: Campanha em 3 fases: reach, drive to store, drive to web".





Portugal INOVA – Brasil – julho e novembro

O Portugal INOVA teve a sua primeira edição em 2019, um ano de interrupção em 2020 devido à Pandemia, uma segunda edição em formato híbrido em 2021 e, em 2022, já presencialmente, realizou-se a terceira campanha. A iniciativa visa posicionar Portugal como um destino seguro e atrativo para quem quer investir ou adquirir produtos e serviços de qualidade reconhecida, mostrando que mesmo os setores considerados mais tradicionais se desenvolvem atualmente num ambiente de elevada intensidade tecnológica. Também a nível do investimento, um dos objetivos primordiais do “Portugal Inova” é diversificar o conhecimento dos grandes grupos empresariais brasileiros sobre a alteração significativa no padrão de especialização da indústria transformadora em Portugal. Ter saído da dependência de atividades industriais tradicionais para uma situação em que novos setores, de maior incorporação tecnológica, ganharam peso e uma dinâmica de crescimento, é algo que ainda se encontra longe da visão dos investidores brasileiros. Realçando a contemporaneidade da oferta portuguesa, o “Portugal Inova” pretende cumprir o papel de dinamizar e fomentar os fluxos de investimento bilaterais.

A ação concretizou-se em quatro momentos:

05/julho - Pavilhão de Portugal na Bienal do Livro de São Paulo: “Indústria Gráfica - Inovação e tecnologia”;

07/julho - Fecomércio de São Paulo: “Inovação aberta - Sinergias Portugal e Brasil” (setor das TIC’s);

07/julho - Consulado-Geral de Portugal em São Paulo: “Talento e Inovação” (dirigido ao Ensino Superior, divulgação do Programa INOV Contacto);

17 e 18/nov. - Conferência Anual de Startups e Empreendedorismo: “Imersão CASE 2022” (dirigido a start-ups).

A separação da Campanha em quatro momentos permitiu: (i) aumentar o alcance e abrangência do público atingido; (ii) diversificar a apresentação dos setores em destaque; (iii) multiplicar as plataformas de promoção; (iv) aproveitar o buzz e estrutura criados por outros eventos (Bienal do Livro e CASE); (v) fomentar a importância de ações de cross-selling, reforçando a relevância da promoção económica dentro de eventos de âmbito cultural/político/diplomático (Portugal enquanto país convidado da Bienal do Livro de São Paulo).

França - Exposição Made In Portugal naturally integrada nos eventos Paris Design Week e Maison et Objet - setembro

Integrada no evento Paris Design Week e Maison et Objet foi realizada a Exposição “Métamorphose” na Galerie Joseph, de 8 a 17 de setembro. Dando continuidade à Campanha Made In Portugal naturally, esta exposição teve como principal objetivo contribuir para a mudança de perceção do produto português em França. Referenciado como um dos melhores mercados de exportação da fileira casa, o público francês, profissional e consumidor final, ainda não nos reconhece pela exclusividade e design.



Num espaço de 350 m², no centro de um dos percursos culturais e exclusivos do Marais, cerca de 30 empresas portuguesas (marcas e designers) mostraram os seus produtos, selecionados pelo designer franco-português Christophe de Sousa. Durante os 10 dias em que a Exposição esteve patente ao público, foram organizados diversos eventos de *networking*.

Para além da realização de uma campanha de comunicação durante 4 meses, para promover, junto da imprensa generalista e especializada, o antes, durante e o pós evento, e publicações de notícias nas redes sociais, esta iniciativa foi ainda inserida no plano de comunicação (Pack Premium) do evento Paris Design Week, que envolveu:

- inserção de um artigo e uma página sobre a exposição “Metamorphose” no livro “Guide Paris Design Week”, para distribuição aos visitantes;
- indicação do local da exposição no mapa da Paris Design Week;
- elaboração de um comunicado de imprensa na Paris Design Week (destaque exposição Metamorphose);
- integração em dois dos onze circuitos criados pela organização de visita à feira, o circuito “Savoir-Faire” e o “Atypique”;
- publicações nas redes sociais Facebook e Instagram alusivas à exposição (Posts, stories e reels);
- presença na página web e na app da Paris Design Week.



Alemanha - Participação na Feira Innotrans - setembro

Entre 20 e 23 de setembro, a Messe Berlin foi palco da principal feira internacional de tecnologia de transporte, a InnoTrans. De dois em dois anos (a edição de 2020 não se realizou devido à pandemia) é nesta feira que se expõe, discute e conhece o estado de arte da mobilidade ferroviária. Através de inovação, tecnologia e inspiração acrescenta-se uma valiosa força motriz à indústria ferroviária mundial.

A mobilidade sustentável esteve em foco nesta edição. A ferrovia, prioridade estratégica europeia e nacional, teve especial destaque. A presença portuguesa foi demonstrativa da aposta no cluster da ferrovia que Portugal tem feito nos últimos anos, evidenciando as competências, talento e qualidade das nossas empresas. A Plataforma



Ferrovária portuguesa (PFP) promove desde 2016 a presença coletiva na feira, em colaboração com a AICEP. Diversas empresas portuguesas marcam a sua presença na feira a título individual.

Tendo em vista a promoção das competências da oferta nacional, a AICEP, através da boa colaboração do Cluster da Ferrovia, desenvolveu o Catálogo *Portugal Makes Sense | Railway Mobility*. Este catálogo destinou-se também à promoção do projeto mobilizador Ferrovia 4.0, no qual participam mais de duas dezenas de empresas e apresentou ainda o perfil e principais projetos das empresas expositoras, demonstrando durante a feira ser um bom



instrumento de apoio à promoção internacional. Este catálogo foi divulgado para mais de duas dezenas de mercados, através da Rede Externa.

No dia 21 de setembro, sob o mote *Portugal Makes Sense* foi dinamizada pela AICEP Berlim uma sessão de *networking* no stand da PFP, tendo estado presentes mais de 200 pessoas. Na ocasião foi celebrado um Memorando de Entendimento entre a PFP e a sua congénere Verband der Bahnindustrie in Deutschland (VDB).

Portuguese Sustainable Fashion by Greek emerging designers- Grécia - setembro

Por iniciativa conjunta da Embaixada de Portugal, da escola de estilistas *AthensFashionClub* e da Delegação da AICEP, foi organizado no dia 21 de setembro, na Residência oficial da Embaixada de Portugal em Atenas, um desfile de moda sustentável sob o título *Portuguese Sustainable Fashion by Greek Emerging Designers*.

No projeto participaram doze empresas de tecidos portuguesas que ofereceram gratuitamente à *AthensFashionClub* tecidos sustentáveis e reciclados (de cortiça, algodão orgânico, poliéster reciclado, bambu, modal, eco vero e outros), selecionadas pela estilista Maria Vytinidou, Diretora da escola, em articulação com a Associação Selectiva Moda. Com base exclusivamente nestes tecidos, vinte estudantes da escola de moda prepararam uma coleção de vestidos que foi apresentada na *Modtissimo 60* (6-7 de setembro).



O desfile foi patrocinado por três empresas gregas: *Freddy Make Up Stage* (maquillage), *Future Models Management* (modelos) e *Cut n' Chemistry HairLub* (cabeleireiros). Assistiram ao desfile cerca de 100 convidados, importadores/distribuidores de tecidos para a indústria de confeções, fabricantes de confeções, estilistas de moda, *bloggers*, *opinion makers* e representantes dos media (entre os quais das revistas de moda *Marie Claire*, *Beauté*, *Nea Derma* e da plataforma *Live to Travel and Eat*). Esteve também presente o canal de televisão ERT, da Radiotelevisão Estatal Helénica, que fez uma reportagem que passou no telejornal das 15h do dia 23 de setembro, enquanto a notícia da realização do desfile na Embaixada de Portugal foi também divulgada pela Agência Noticiosa Helénica, a AMNA. Este evento teve uma enorme cobertura mediática nas redes sociais.

Semana de Portugal na Irlanda - outubro

A AICEP organizou vários eventos de promoção de Portugal na Irlanda, em especial das suas vantagens competitivas enquanto hub tecnológico, na semana de 14 a 21 de outubro. Os eventos decorreram paralelamente à visita oficial de SEXA O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que se iniciou no dia 19 de outubro.

O principal evento de promoção de Portugal enquanto destino de investimento foi a *Conferência Shaping the Future: Emerging Challenges and Opportunities*, dirigida a investidores, e que abordou temas como as





oportunidades do *nearshoring* em Portugal, a atração de Talento e a Cibersegurança.

Nesta semana de promoção de Portugal na Irlanda pretendeu-se a execução de diversos eventos num curto período temporal, visando o reforço da imagem do país como fornecedor de produtos e serviços de excelência nas áreas do agroalimentar, vinhos, tecnologias de informação e ensino superior, assim como destino de investimento, com foco nos setores das tecnologias de informação e *medtech*, atuando junto do consumidor final, de importadores / distribuidores de produtos portugueses e de decisores de empresas multinacionais, empresas irlandesas target, quadros e executivos portugueses e internacionais na Irlanda. A agenda também incluiu vários contactos e reuniões com potenciais parceiros e investidores na Irlanda, bem como um encontro entre a AICEP e a sua congénere, a *Entreprise Ireland*, além de um evento de reforço do *networking* de negócios entre quadros portugueses na Irlanda com funções executivas e de direção.

Participação na Smart City Expo/Partner Event - Espanha - novembro

De 15 a 17 de novembro teve lugar em Barcelona a *Smart City Expo World Congress*, considerado o principal evento internacional sobre cidades e mobilidade inteligente, que reúne alguns dos maiores especialistas em desenvolvimento urbano, bem como, cidades líderes na transformação urbana à escala mundial, combinando mobilidade, tecnologia, eficiência energética, meio ambiente, gestão demográfica, urbanismo e economia do conhecimento.

Portugal marcou presença, pela primeira vez, com um pavilhão coletivo “Smart Portugal”, com uma área 230 m², numa iniciativa organizada e promovida pela NOVA Cidade – Urban Analytics Lab, da Universidade Nova de Lisboa, em parceria com a Associação Nacional de Municípios – ANMP, que reuniu nesse espaço os municípios de Lisboa, Porto, Guimarães, Braga e Vila Nova de Famalicão, as comunidades intermunicipais do Oeste e de Viseu Dão Lafões, assim como diversas empresas, num total de cerca de 20 entidades. Participaram ainda a título individual, 10 empresas portuguesas ligadas às “smart cities”.

Este evento contou igualmente com a deslocação de um conjunto de 32 autarquias, que se fizeram representar a nível político e técnico, assim como as Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e a CIM do Médio Tejo. Juntaram-se a esta delegação a Comissão de Coordenação do Alentejo e os municípios de Sines, Alandroal, Montemor-o-Novo e Odemira, tendo os Municípios de Oeiras e Lagos visitado o recinto.



Em complemento a essa presença coletiva de empresas e municípios, a AICEP, em colaboração com o Consulado Geral de Portugal em Barcelona, assegurou a realização de um evento de promoção de projetos desenvolvidos no âmbito das Smart cities em Portugal e no estrangeiro, por empresas e municípios portugueses, num espaço central do recinto da Feira, designado por Ágora. Tratou-se de uma apresentação de 45 minutos, sob o tema *Portugal Makes Sense – Smart Cities*.

A participação portuguesa teve como grande objetivo dar visibilidade e prestígio à indústria nacional, incrementar a notoriedade do Portugal tecnológico, gerando sinergias a nível internacional com as empresas do setor presentes no evento.



Campanha de *Brand Awareness* no LinkedIn – Reino Unido - novembro/dezembro

A Campanha de *Brand Awareness* realizada no Reino Unido entre os dias 21 de novembro e 22 de dezembro destinou-se à promoção de Portugal entre os utilizadores britânicos da rede social LinkedIn, tanto na vertente de angariação de investimento estrangeiro, como de internacionalização. Através da promoção de publicações colocadas nesta rede social, procurou-se posicionar a marca Portugal de forma mais próxima dos *decision-makers* a trabalhar em empresas britânicas.

Esta campanha de *brand awareness* foi realizada com o recurso à ferramenta de *video boost* da rede social LinkedIn, utilizando para o efeito três vídeos com os temas ‘Investimento’, ‘Marca Portugal’ e ‘Sustentabilidade’. No total, esta ação resultou em aproximadamente 1 milhão e 400 mil de reproduções dos vídeos, 1.230 novos clicks e perto de 1 milhão de visualizações.

O critério *Location* (nesta situação, “United Kingdom”) e o filtro *Job Seniorities*, estabelecido para cargos sénior e superiores, foram utilizados para a limitação do público-alvo desejado.

Promoção de vinhos em lojas da cadeia de supermercados Billa - Áustria – dezembro



Com quase 70 anos de existência, a cadeia de supermercados Billa emprega cerca de 32.000 trabalhadores nos seus 1.270 pontos de venda na Áustria, operando também online em <https://www.billa.at/>. Pertence ao grupo Rewe que, só naquele mercado, faturou cerca de 9.210 milhões de euros em 2021, através dos seus mais de 2.570 pontos de venda. Em termos internacionais, os supermercados Billa estão presentes em 9 países da EU. Ao mesmo grupo pertencem ainda as cadeias de distribuição alimentar e drogaria Penny, Bipa e ADEG, bem como o Rewe Austria Touristik.

Foi justamente nas duas das mais representativas e notórias lojas Billa de Viena – a Billa Corso Ringstrassen Gallerie e a Billa Corso Hoher Markt – que se realizou uma campanha promocional de vinhos portugueses, que decorreu em dezembro. Ambas são locais de prestígio, recentemente renovados e que posicionam os produtos aí promovidos a um nível de segmento de mercado médio-alto, adequado aos produtos portugueses.

A realização desta promoção deu notoriedade aos vinhos portugueses nas duas principais cadeias de distribuição alimentar austríacas, potenciando o efeito destas campanhas e dando um novo impulso às vendas de vinhos portugueses neste mercado.



Roadshow “Portuguese Tech Ecosystem in Marroco” – dezembro

Nos dias 7 e 8 de dezembro, a AICEP organizou um roadshow de apresentação do setor português das TIC em Marrocos, nas cidades de Casablanca e Rabat, em parceria com a ANJE, ANETIE, INOVA-RIA e CIP.

Tratou-se da primeira iniciativa realizada por Portugal em Marrocos, de forma integrada, no setor TIC, através de uma promoção de imagem assente numa “Montra de Portugal TIC”. Teve como principais objetivos: (i) posicionar Portugal como um fornecedor global de tecnologia de excelência; (ii) mostrar o seu potencial de atração para a



formulação de parcerias estratégicas *win-win* enquanto parceiro privilegiado de Marrocos; (iii) criar no público-alvo consciência (*awareness*) do ecossistema tecnológico português; (iv) projetar Portugal como parceiro privilegiado de Marrocos no setor TIC, através do reforço de parcerias entre os principais *players* do setor nacional e marroquino.

O Fórum Económico Portugal-Marrocos, em Casablanca, incluiu ateliers temáticos e reuniões B2B, destinados ao setor empresarial e associativo, e contou com a presença de 35 entidades e empresas portuguesas e locais. O Fórum Institucional Portugal-Marrocos, em Rabat, foi destinado à Administração Pública marroquina, com a presença da AMA e de outras entidades nacionais e marroquinas detentoras de projetos ganhadores no setor tecnológico, com a participação de 30 entidades. Na mesma ocasião foi ainda divulgada uma ficha sobre o Setor das Tecnologias de Informação e Comunicação em Marrocos, elaborada pela AICEP.

Temporada Cruzada /Saison Croisée Portugal-França 2022 – Encontros Económicos – outubro a dezembro

A grande ação cultural “Temporada Cruzada/Saison Croisée Portugal-França 2022”, sob o mote "O sentimento oceânico" decorreu de fevereiro a outubro de 2022, com uma programação intensa e diversificada que incluiu mais de 200 eventos e o envolvimento de cerca de 400 entidades em ambos os países. Foi um importante instrumento de cooperação entre Portugal e França em várias vertentes: vertentes política, cultural, económica e científica, traduzindo-se em numerosas colaborações entre municípios, instituições culturais, universidades, escolas e associações portuguesas e francesas, entre os meses de fevereiro e outubro.

A AICEP colaborou ativamente desde o primeiro momento nesta longa e dinâmica iniciativa, de caráter multidisciplinar, que envolveu áreas culturais e artísticas, científicas, educativas e económicas.

Em resultado de uma parceria entre o Institut Français, Business France, Comité de Mecenas da Temporada, a AICEP colaborou na organização de vários encontros económicos, com a presença de startups e grandes empresas francesas e portuguesas dos setores da habitação sustentável, saúde, economia azul e energias renováveis, que se realizaram de 21 de outubro a 6 de dezembro:

Saúde - Coimbra / Instituto Pedro Nunes (24 de outubro)

Energias Renováveis - Paris / Maison RaiseLab (18 de novembro)

Economia Azul - Lisboa / Embaixada de França em Lisboa (6 de dezembro)

Promoção do Ecossistema Empreendedor de Portugal (Startups)

No âmbito das startups foram realizadas três ações, nos EUA, França e Espanha. No dia 30 de junho realizou-se o evento “Demo Day – Portugal Tech NYC”, com vista a angariar oportunidades de negócio e investimento para as startups/scale-ups portuguesas participantes no programa de aceleração - “Portugal Tech NYC”. Este programa de aceleração envolveu 5 scaleups portuguesas no mercado dos EUA, desenvolvido pela Delegação da AICEP em Nova Iorque em parceria com a SOSA NYC. A 1ª edição deste





programa focou-se apenas nas áreas de Fintech e Insurtech, tendo em conta que Nova Iorque é o maior ecossistema de fintech do mundo, estando presentes na cidade de NY quase 90% de todas as *scaleups* de fintech americanas.

O “Demo Day”, a 30 de junho foi o culminar deste programa através de uma sessão de *pitch* de 5 empresas que incluiu uma introdução de abertura (“opening remarks”) orientada pelo delegado da AICEP em Nova Iorque; apresentação e pequena conversa com o júri composto por três especialistas desta área (George O'Krepiek, Manuela Veloso e Ralph Welsch-Lehmann); uma sessão de “pitches” de 5 minutos de cada uma das 5 empresas portuguesas participantes (ITSCREDIT; Visor.AI; Invisible Collector; Doc Digitizer; e LOQR), seguido de um painel de Q/A com um moderador; e para finalizar um cocktail de networking. A assistir estiveram cerca de 60 pessoas, representantes de entidades locais privadas e públicas nos sectores financeiro e tecnológico, investidores em tech e outras empresas relevantes do ecossistema de fintech local.

Durante os dois dias que antecederam a sessão de *pitch* as empresas portuguesas participaram ainda em outras ações: 1) Duas das empresas, LOQR e Doc Digitizer, participaram nos concursos de “pitching” realizados durante o SELECT USA (maior evento organizado pelo Governo dos EUA para captação de IDE), e ganharam os concursos de “pitching” nas categorias de Fintech (LOQR) e Software (Docdigitizer); 2) Reunião com o Barclays Rise NY; 3) Sessão formação na SOSA – “Deep Dive to the NY Ecosystem”; 4) Sessão mentoring com Ralph Welsch (ex-COO Deutsche Bank Private Equity + CFO of Burkland Associates).

O principal foco desta ação consistiu em angariar oportunidades de negócio e investimento para as *scaleups* participantes, procurando-se também promover e dinamizar o ecossistema de start-ups portuguesas no ambiente norte-americano, nomeadamente na área de *fintech*.

No mercado francês e numa parceria entre a AICEP/Paris e a Startup Portugal, foi organizada uma participação na



Viva Technology (15 a 18 de junho), uma das maiores feiras tecnológicas do mundo organizada pelo principal jornal económico Francês Les Echos. As start-up portuguesas participaram pela 2ª vez num formato de apresentação de pitches de startups diante de investidores e atores importantes do

ecossistema francês de inovação. No espaço atribuído a Portugal foram apresentados pitches de oito startups portuguesas, no dia 16 de junho, e um vídeo promocional do ecossistema empreendedor português da autoria da Startup Portugal. Presencialmente, assistiram ao pitch cerca de 100 pessoas. Em formato online, verificaram-se 56 visualizações, das quais 70% em direto e 30% em replay. As oito startups competiram por seis meses de consultoria à medida oferecida pela delegação da Aicep em Paris e foram avaliadas por um júri composto por cinco elementos. A Tonic App foi a start-up vencedora.

No período anterior ao evento, foram realizadas reuniões de preparação da visita a Paris com cada uma das oito startups, bem como identificação de potenciais investidores e parceiros comerciais para cada uma no mercado francês. Foi ainda organizado pelo nosso parceiro, um webinar “VivaTech Masterclass - How to make the most of the conference and the Portuguese Pavilion” no dia 4 de maio com os seguintes objetivos: apresentação de França como destino de internacionalização das startups portuguesas, apresentação geral da feira.



No final do dia 16 de junho foi organizado um cocktail de networking no bar Portologia em Paris entre as startups participantes e investidores, startups portuguesas no mercado e outros institucionais. Este cocktail foi divulgado através do envio de mais de 220 emails a investidores e grandes grupos franceses e publicação do evento na plataforma de eventos paralelos da Viva Technology.

Realizou-se de 8 a 10 de Junho em La Nave, Madrid, uma nova edição do South Summit, tendo Portugal sido representado por um stand coletivo organizado pela Startup Portugal onde participaram 10 startups. A AICEP participou num formato de apresentação de pitches de 10 startups, para potenciais investidores e grandes grupos espanhóis e estrangeiros presentes no evento.

Para a seleção das startups portuguesas, foi previamente lançado um concurso em Portugal onde foram apresentadas mais de 40 candidaturas de startups. A definição de critérios e seleção destas startups presentes foi da responsabilidade da Startup Portugal em conjunto com a AICEP, dando preferência aos setores com maior visibilidade no South Summit, como por exemplo os serviços tecnológicos fintech, transformação digital e sustentabilidade, tendo em conta os seus próprios níveis de faturação e vendas recorrentes, que já estivessem numa fase comercial, bem como já tivessem algum fundo de capital investido nela.

Os pitches das empresas realizaram-se no dia 8 de junho, antecédidos de uma apresentação e passagem de um vídeo da Startup Portugal. Ao final desse mesmo dia foi organizado um encontro de Networking, no Club The Haciendas, no centro de Madrid, onde foi possível contactar com potenciais investidores, nomeadamente Capital Ventures e entidades de financiamento. No dia 9 de junho foi ainda realizado um pitch intitulado: The Iberian Connection: How Spain & Portugal are Shaping EU's Startup Policy.

Ainda neste capítulo dedicado à promoção do ecossistema de startups em Portugal, e no âmbito de uma iniciativa da AICEP, a Startups Connecting Links, a Lanzadera, saiu pela primeira vez de Espanha para captar empresas para o seu programa de aceleração e veio a Portugal conhecer a oferta nacional. A Lanzadera é uma incubadora e aceleradora de empresas da Marina de Empresa, em Valência, uma iniciativa de Juan Roig, o dono da cadeia espanhola de supermercados Mercadona e é a 3ª maior incubadora do mundo. Este projeto, que contou com o envolvimento da Delegação da AICEP em Madrid, culminou com a participação de 15 startups portuguesas: Automaise, Bandora, ByAr, Datalex, Digital Manager Guru, Full Venue, GlobalSolver, Infinite Foundry, Matereo, Neroes, Nevaro, PixelAR, Sensefinity, Viexpand e Virtuleap.



[Missões empresariais, seminários e visitas institucionais ao estrangeiro](#)

A AICEP foi responsável pela organização de 37 visitas institucionais ao estrangeiro, que envolveram 18 mercados, 15 missões empresariais envolvendo 8 mercados, e 36 seminários/webinars, envolvendo 21 mercados. Em termos globais, temos um total de 88 eventos, realizados em 34 países, que contaram, no seu conjunto, com 2.893 participantes. Em termos geográficos, destacamos o peso dos mercados da Europa (40% do total).

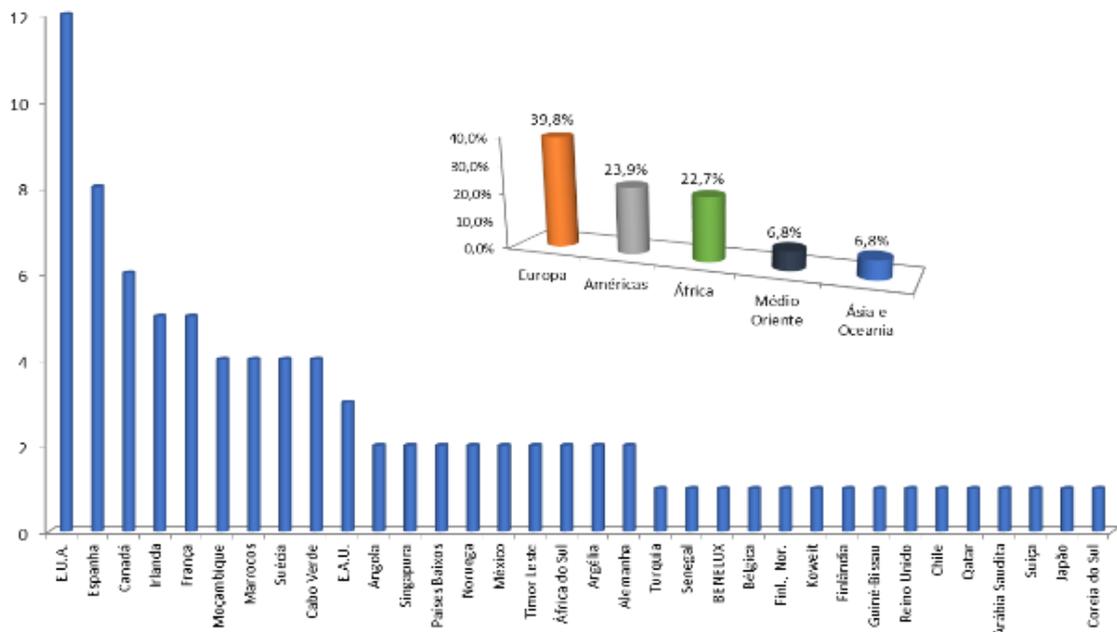


Em termos regionais, a Europa foi o destino do maior nº visitas oficiais/ missões/seminários/em 2021 (55), seguindo-se a América com 23 e África (inclui Magrebe) com 21, Ásia e Oceânia com 8 e Médio Oriente com 4.

Mercados	Nº Part.	Nº Eventos	Mercados	Nº Part.	Nº Eventos
África do Sul	20	2	Guiné-Bissau	15	1
Alemanha	6	2	Irlanda	99	5
Angola	100	2	Japão	5	1
Arábia Saudita	6	1	Koweit	20	1
Argélia	18	2	Marrocos	106	4
Bélgica	35	1	México	34	2
BENELUX	46	1	Moçambique	395	4
Cabo Verde	15	4	Noruega	50	2
Canadá	132	6	Países Baixos	51	2
Chile	9	1	Qatar	7	1
Coreia do Sul	0	1	Reino Unido	15	1
E.A.U.	25	3	Senegal	70	1
E.U.A.	1027	12	Singapura	75	2
Espanha	201	8	Suécia	70	4
Finl.,Nor.	25	1	Suíça	6	1
Finlândia	15	1	Timor-Leste	20	2
França	55	5	Turquia	120	1
Guiné-Bissau	35	2			
			34	2.893	88



Nº Ações



Neste conjunto de iniciativas destacamos as visitas institucionais de cariz económico, de SEXA O Presidente da República Portuguesa a Moçambique (março); Timor-Leste (maio); EUA/Califórnia (setembro).

Foram também organizadas diversas visitas institucionais do Senhor Presidente da Assembleia da República e de Membros do Governo, a vários mercados, com agendas de contactos com entidades locais, tanto na área da internacionalização como do investimento.

Temos, por exemplo as realizadas por SEXA PM a Cabo Verde por ocasião da realização da VI Cimeira Bilateral (março) e a Moçambique (agosto/setembro), por ocasião da V Cimeira Bilateral; SEXA MENE a Espanha (maio); Timor Leste (maio); à Rússia (maio), Suécia (outubro) e Brasil (novembro); SEXA SEINT aos EUA/Califórnia (junho), EUA/Chicago (novembro), Timor Leste (novembro), Noruega e Finlândia (novembro), Reino Unido (dezembro), Singapura (dezembro), e ainda visitas de SEXA O Presidente da Assembleia da República e de outros membros do Governo, das pastas da Cooperação, Energia, Ambiente, Economia, Agricultura e Defesa a vários mercados.

Missões empresariais, seminários e visitas institucionais a Portugal

As restrições de circulação impostas pela Pandemia condicionaram ainda algumas visitas empresariais e institucionais a Portugal, nomeadamente no caso da China e de alguns outros países do Sudeste Asiático.

No total foram organizadas em Portugal 23 iniciativas, que envolveram 20 países. Das 23 iniciativas realizadas:

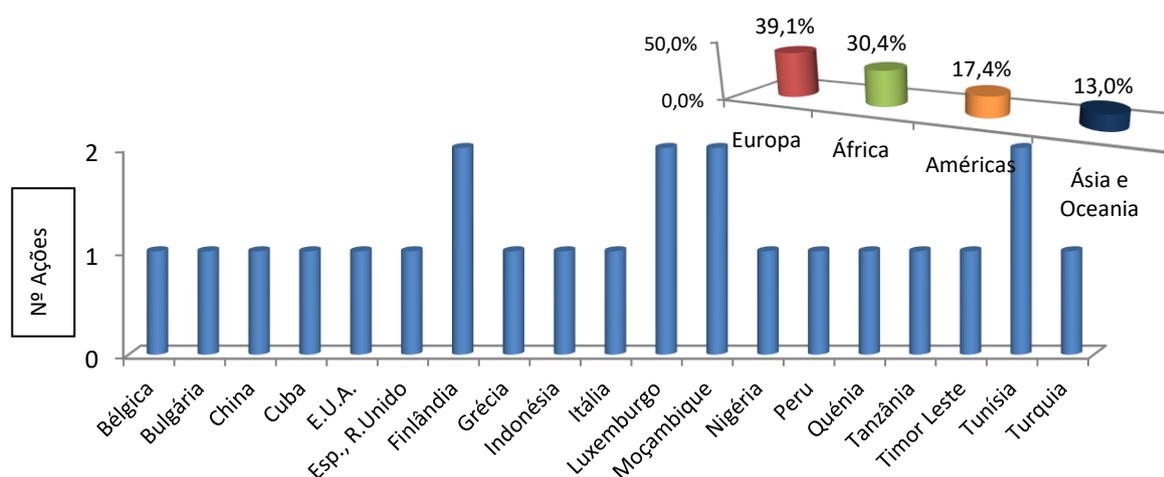


- 7 foram visitas institucionais: 3 visitas de Presidentes da República a Portugal: Grécia (março), Bulgária (abril), e Timor-Leste (novembro); 4 Visitas de comitivas institucionais da Turquia, Cuba e Finlândia e de uma representação da HIMSS - Healthcare Information and Management Systems Society;
- 3 missões empresariais: Bélgica (área das tecnologias ligadas ao setor alimentar), Luxemburgo (missão empresarial que acompanhou a visita dos Grão-Duques a Portugal) e Tunísia;
- 13 seminários/webinars sobre diversas temáticas relacionadas com 12 mercados.

Estas iniciativas contaram com a participação, no seu conjunto (portugueses e estrangeiros), de 649 empresas/entidades.

Mercados	Nº Part.	Nº Eventos	Mercados	Nº Part.	Nº Eventos
Bélgica	8	1	Luxemburgo	300	2
Bulgária	6	1	Moçambique	37	2
China	57	1	Nigéria	37	1
Cuba	4	1	Peru	40	1
E.U.A.	25	1	Quénia	45	1
Esp., R.Unido	1	1	Tanzânia	6	1
Finlândia	30	2	Timor-Leste	0	1
Grécia	0	1	Tunísia	30	2
Indonésia	15	1	Turquia	8	1
Itália	0	1			
			20	649	23

Na repartição por zona geográfica, destaca-se a Europa, origem de 9 iniciativas, envolvendo 8 mercados, seguindo-se África com 7 ações com origem em 5 mercados, as Américas com 4 eventos, de 4 mercados distintos e a Ásia e Oceânia com 3.





Multilaterais

Entre as atividades realizadas em 2022, destacam-se dois eventos presenciais. A promoção pela primeira vez da inclusão no programa de missão ao CERN de sessões com 3 das organizações das Nações Unidas presentes em Genebra. Esta missão contou com 13 participantes e derivou da maior aproximação entre AICEP e ANI e da articulação entre AICEP Suíça, Missão Permanente de Portugal junto da Organização das Nações Unidas e Área das Multilaterais;

Outro dos eventos foi a realização do primeiro bootcamp, uma iniciativa designada “AICEP Booster Programme”, para potenciar a participação e o sucesso nos concursos da Ação Externa da EU.



Foram dois dias de prática com 14 participantes e o resultado da coordenação entre AICEP - Bruxelas e a Área das Multilaterais, com contratação de empresa de consultoria internacional.

No total em 2022 realizaram-se 13 eventos no âmbito das multilaterais, dos quais 10 no âmbito da atividade do Grupo de Trabalho das

Multilaterais AICEP e GPEARI-MF (6 webinars, 3 Encontros Bilaterais presenciais e 1 Encontro de Networking presencial), 3 ações em parceria com delegações da AICEP (1 Sessão Espaço Aberto ONU online com AICEP Nova Iorque, 1 Bootcamp UE presencial com AICEP Bruxelas e 1 Missão a Genebra com AICEP Berna). Acresce ainda, a participação como orador em 2 eventos presenciais de parceiros e a promoção de 4 eventos GPEARI (Conferência Portugal-América Latina com a CAF e 3 sessões online sobre oportunidades de recrutamento dos bancos).

O ano de 2022 marcou ainda o início de uma série de sessões conjuntas AICEP-GPEARI de sensibilização da Rede Externa para as oportunidades das multilaterais envolvendo Rede Diplomática e Delegações AICEP (com 2 ações: Egito e Colômbia), e que deverá complementar e potenciar o relacionamento contínuo Área das Multilaterais-Delegações AICEP.

Ao nível da resposta a solicitações e esclarecimentos sobre as multilaterais, regista-se um relativo decréscimo em 2022, que se atribui ao maior dinamismo no mercado das infraestruturas nacional, sendo os principais clientes empresas deste setor. Porém, manteve-se um nível de atividade bastante dinâmico com mais de 150 interações não associadas a ações e reforçou-se o trabalho na área de identificação e disseminação de informação/oportunidades relevantes, com mais de 271 divulgações/posts, 3 artigos no site Portugal Exporta, 2 artigos especializados em revistas de parceiros, entre outros.

A. 2.c) Acompanhamento de entidades externas

Associações multissetoriais e regionais, Comissões Intermunicipais e Câmaras Municipais, Instituições de Ensino Superior, Cimeiras ou Comitês na Área Económica



A AICEP é organismo intermédio dos Projetos Conjuntos de Internacionalização das Associações, bem como de projetos no âmbito do SIAC e de outras fontes de financiamento de entidades associativas e institucionais. Nesse contexto acompanhou Associações de âmbito Nacional e Regional, Câmaras de Comércio, Confederações, Instituições do Sistema Científico e Tecnológico e outras entidades similares, o que em 2022 ainda implicou ajustes aos seus planos de ação decorrentes do impacto da pandemia COVID-19. A Rede Externa da AICEP é o apoio por excelência nos mercados às ações promocionais organizadas por estas entidades.

Para além destes projetos, a AICEP é chamada a intervir em seminários, cimeiras e comités quando estão em causa relações comerciais e institucionais com os mercados externos.

A. 2.d) Protocolos de cooperação, memorandos de entendimento e contratos

Numa lógica de reciprocidade, aprofundamento de conhecimento e competências e ainda partilha de informação em áreas especializadas, a AICEP celebrou 1 Acordo de Regulação da Propriedade Intelectual, 3 Protocolos de Colaboração, 8 Protocolos de Cooperação e 5 Memorandos de Entendimento com entidades institucionais nacionais e estrangeiras, ao longo do ano de 2022.

País	Entidade
Portugal	Acordo de Regulação da Propriedade Intelectual resultante dos serviços prestados por P&RO – Consultoria Unipessoal, Lda à AICEP
Portugal	Protocolo de Colaboração entre a AICEP e a Universidade de Coimbra
Eslováquia	Memorando de Entendimento entre a AICEP e a The Slovak Investment and Trade Development Agency (SARIO)
Portugal	Protocolo de Cooperação entre a AICEP e Cluster Têxtil: Tecnologia e Moda
Portugal	Protocolo de Cooperação entre a AICEP e Cluster do Calçado e Moda
Portugal	Protocolo de Cooperação entre a AICEP e Health Cluster Portugal
Portugal	Protocolo de Cooperação entre a AICEP e MOBINOVA – Cluster Automóvel
Portugal	Protocolo de Cooperação entre a AICEP e Associação POOL-NET e CEFAMOL
Portugal	Protocolo de Cooperação entre a AICEP e PRODUTECH
Quênia	Memorando de Entendimento entre a AICEP e The Kenya Investment Authority
Nigéria	Memorando de Entendimento entre a AICEP e a Nigerian Investment Promotion Commission
Portugal	Protocolo de Cooperação entre a AICEP e Associação para o Desenvolvimento da Nova Information Management School (ADNOVA IMS)
Portugal	Protocolo de Colaboração entre a AICEP e a Universidade Católica Portuguesa
Portugal	Protocolo de Cooperação entre a AICEP e Ordem dos Engenheiros
Grécia	Memorando de Entendimento entre a AICEP e a Enterprise Greece, SA
Bulgária	Memorando de Entendimento entre a AICEP e a The Bulgarian Small and Medium Enterprises Promotion Agency Republic of Bulgaria (BSMEPA)
Portugal	Protocolo de Colaboração entre a AICEP e a Associação Business Roundtable Portugal (BRP)



A.3 Organização da participação portuguesa em grandes eventos - Expo Dubai, Hannover Messe, Sustainable Blue Economy Investment Forum e Web Summit

Expo 2020 Dubai

Sob o mote “Portugal, um mundo num país”, a participação portuguesa na Expo 2020 Dubai ficou marcada pela imagem de um país inovador e aberto ao mundo, capaz de criar diversidade, de fazer a ponte entre continentes e culturas, e de promover uma economia moderna, competitiva e sustentável. A participação portuguesa serviu de cartão de visita ao passado e futuro do país, desde o contributo pioneiro dos portugueses para a globalização, até ao Portugal contemporâneo e moderno dos dias de hoje.



Uma narrativa que ficou, desde logo, bem assente na obra do pavilhão, inspirada numa Caravela Portuguesa,

e que se estendeu aos conteúdos expositivos, aos sabores genuínos do restaurante e à oferta sofisticada da

Portugal Concept Store onde estiveram presentes 231 empresas com os seus produtos. A loja realizou mais de 3 mil vendas a compradores de mais de 17 países.

Com mais de 1.800 m2, distribuídos por três pisos, a ‘casa portuguesa’ no Dubai gravou na memória dos visitantes a imagem de um país diverso e inclusivo, que conjuga a sua história secular com uma visão de futuro, e que se destaca



pela sua oferta única: dos destinos turísticos à cultura, da ciência ao empreendedorismo, da inovação à gastronomia.



Ao longo dos seis meses de exposição foram realizados seminários, mostras e exposições diversas, ateliers,

espetáculos, etc. abrangendo setores tão variados como o mobiliário, objetos decorativos e produtos de design, materiais de construção, alimentar, projetos, TIC, ourivesaria, aeronáutica, turismo, ensino e investimento.

A Expo encerrou portas no dia 31 de março de 2022 tendo o Pavilhão nacional acolhido mais de 800 mil visitantes, 150 visitas oficiais, mais de 50 representantes de municípios portugueses.



A Portugal Concept Store iniciou em 2022 a operação online em Espanha e França.



Hannover Messe

O convite a Portugal para país parceiro na Feira de Hannover deu a possibilidade do país se apresentar, no palco mundial, como local atrativo para o negócio e o investimento económico. A Hannover Messe é a mais importante plataforma internacional e ponto de encontro da indústria transformadora - apresenta anualmente inovações de excelência e produtos pioneiros. A presença portuguesa será focada nos sectores da Metalurgia e Metalomecânica, Energia e Ecosistemas Digitais.

Sob o mote “Portugal Makes Sense”, entre os dias 30 de maio e 2 de junho, Portugal apresentou-se na Hannover Messe com uma forte presença expositiva traduzida em quatro pavilhões, um Pavilhão Central (nacional) com 1.300 m2 e três Pavilhões Temáticos com 200 m2 cada.

A presença portuguesa esteve focada nas áreas Engineered Parts & Solutions, Energy Solutions e Digital Ecosystems, representativos da oferta nacional de clusters de excelência, designadamente nos setores dos equipamentos e da metalomecânica, da mobilidade, dos setores automóvel e aeronáutico, dos têxteis e plásticos técnicos, dos moldes, das tecnologias de produção e das energias renováveis, áreas onde Portugal e Alemanha têm revelado grande afinidade e um caminho promissor a percorrer com um crescente número de projetos em parceria visando o lançamento de novos produtos.

A participação portuguesa foi coordenada pela AICEP, e coorganizada com a AIMMAP e a CCILA, tendo estado presentes com 109 empresas: 69 de Engineered Parts & Solutions, 13 de Energy Solutions 15 de Digital Ecosystems.

Foram realizadas mais de 100 conferências e eventos sob a designação Portugal Makes Sense, incluindo apresentações das empresas portuguesas em formato de pitch. Para além destas, foram realizadas apresentações das competências nacionais, de projetos oficiais e de parcerias





aicep Portugal Global

tecnológicas, com 24 projetos e soluções de empresas e entidades nacionais. A estes, juntaram-se seis empresas alemãs que já operam em Portugal, que mostraram aos visitantes da feira produtos e soluções desenvolvidas e criadas em Portugal com talento português.

Foram também realizadas ações com startups durante a feira, reunindo 9 startups as quais fizeram o seu pitch seguido de perguntas e respostas por parte das várias entidades que fizeram parte dos painéis – Startup Portugal, Next 47 (VC do Grupo Simens), GTAI (Germany Trade & Invest) e AICEP.

O balanço foi extremamente positivo, perspetivando-se um crescimento das exportações portuguesas com destino ao mercado alemão nos próximos anos, assim como o reforço do investimento alemão em Portugal, seja através das empresas já instaladas no nosso país, seja através de novos projetos.



Sustainable Blue Economy Investment Forum

As Nações Unidas, com o apoio dos Governos de Portugal e do Quênia, realizaram a 2ª Conferência dos Oceanos da ONU de 27 de junho a 1 de julho de 2022, em Lisboa. A Conferência foi subordinada ao tema “Escalar a ação oceânica com base na ciência e inovação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14: Balanço, parcerias e soluções”.



Enquanto *Special Event*, realizou-se no dia 28 de junho, em Lisboa, o “Sustainable Blue Economy Investment Forum” (SBEIF), co-organizado por Portugal (AICEP) e pelo Governo do Quênia. O SBEIF reuniu o “ecossistema” da Economia Azul dos países pertencentes às Nações Unidas (empresas dos setores público e privado, incluindo startups, investidores, entidades financeiras, de incubação e aceleração e inovação, investigadores, academias, ONG e outras organizações relevantes), de modo a promover parcerias de negócios e o financiamento eficaz e consistente de uma economia do mar inovadora.



Os principais objetivos deste *Special event* da UNOC foram:

- Lançar um processo standard para projetar economias azuis sustentáveis globais a ser utilizado em instrumentos financeiros, decisões de investimento e negócios.

- Conectar todas as partes interessadas através de uma economia azul transformadora, fundamental para um futuro sustentável. A ligação intrínseca entre o oceano e a economia mundial globalizada deve ser percebida pela comunidade empresarial e todas as partes interessadas como uma só.

- Dar uma contribuição firme ao ampliar, de forma eficiente, o financiamento de projetos ambiciosos.

Das 1.233 entidades de 85 nacionalidades que se registaram para participar no SBEIF, estiveram presentes cerca de 850 pessoas. O Fórum contou com a participação de 78 oradores (portugueses e estrangeiros) tanto para a sessão de abertura como para as temáticas dos 6 painéis paralelos: (i) *From Global to Local Action – the role of local governments on SDG 14 and Blue Economy*; (ii) *Sustainable Ocean Principles*; (iii) *A framework for responsible*



business practices in the ocean; Energy, Digital Twin, Natural Capital and other new fields of action; (iv) Protection, Production, Prosperity: the 3P's contribution to the Blue Economy Growth; (v) How to mobilize funding for Blue Economy projects; (vi) Circular Economy Investment for Sustainable Blue Economy.

Os objetivos que nortearam a organização deste evento foram atingidos:

- Demonstrar e aumentar a consciencialização do elevado potencial da economia azul sustentável, quer nos processos de conversão, descarbonização e despoluição das atividades tradicionais, quer no desenvolvimento de novos e promissores domínios como os da produção de energia a partir de fontes renováveis, as aplicações digitais e a valorização do capital natural;

- Juntar investidores, investigadores e promotores para facilitar a mobilização dos capitais, considerando que os investimentos na economia azul sustentável são, em muitos casos, consideráveis e arriscados, mas que também existe uma disponibilidade crescente de fundos.

O SBEIF reuniu a maior concentração de sempre de atores relevantes da Economia Azul, sendo que, dos 850 participantes, 311 foram representantes de empresas, os quais tiveram a oportunidade de

contactar com 86 representantes de instituições de financiamento e bancárias. A maioria dos 78 oradores veio de empresas e ONG, providenciando debates animados e relevantes.

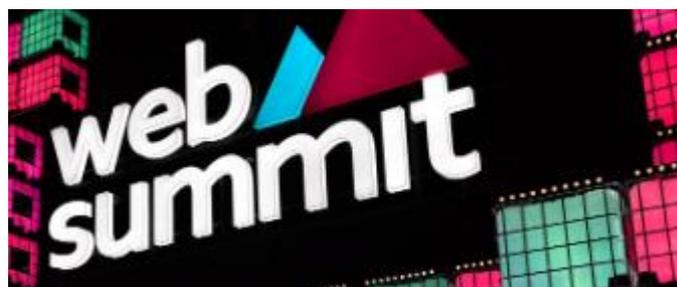


Web Summit

Decorreu entre os dias 1 a 5 de novembro na cidade de Lisboa a 14ª edição da WebSummit (WS), maior conferência tecnológica da Europa e a 2ª maior do mundo. Os participantes no evento vão desde empresas da Fortune 500 até às pequenas empresas de tecnologia, as quais partilham o mesmo espaço com CEOs e fundadores de start-ups tecnológicas e a indústria de tecnologia global. Entre as indústrias mais representados destacam-se as áreas de SaaS (Software-as-a-Service), *fintechs*, inteligência artificial, e-commerce e publicidade.

A AICEP e a APDC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações organizaram um evento de *networking* com investimentos estrangeiros em Portugal designado por 'Portugal as a Tech Hub'. Este foi um encontro focado nos grupos internacionais que investiram na instalação de centros de competências

tecnológicos no mercado nacional ou estão em vias de concretizar projetos desta natureza. No encontro foi destacada a aposta no talento, um dos maiores problemas identificados pelas empresas TIC, mas também o otimismo de todos os investidores, grandes e pequenos, em relação aos projetos que estão a desenvolver graças





aicep Portugal Global

ao trabalho que fazem todos os dias, às condições naturais do país e ao *hub* de inovação que está a crescer acentuadamente

A Web Summit reuniu mais de 71 mil participantes de 160 países, sendo que, das presenças, 30 mil foram mulheres, ou seja, 42% do total. Nesta edição da Web Summit, reuniram-se um total de 1.081 investidores e 1.050 oradores, que participaram em sessões ao longo de 26 *tracks* e 17 palcos, com quatro deles novos: *Book Summit Verified*, *Crypto* e *Security Summit*.



A.4 Marca Portugal

No âmbito da Marca Portugal continuaram os trabalhos de elaboração do Plano Estratégico encomendado pelo Governo com a auscultação de vários públicos de interesse visando robustecer o documento. Foi definida uma estratégia de comunicação-país para as ações operacionalizadas pela AICEP assente nas marcas Portugal *Makes Sense* e *Made in Portugal Naturally* para as ações de natureza transversal. Foram, igualmente, desenvolvidos estudos técnicos visando a definição de uma arquitetura de marca para as submarcas de Portugal de natureza coletiva visando a integração da promoção sectorial na Marca Portugal.



B. Áreas de Apoio ao Negócio

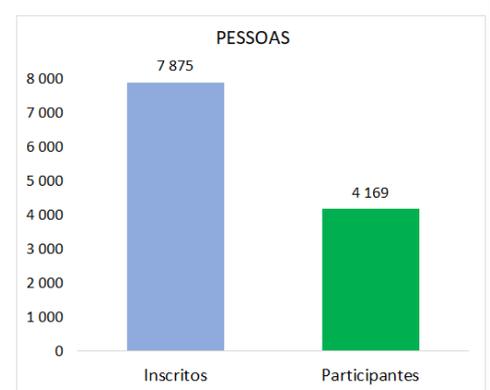
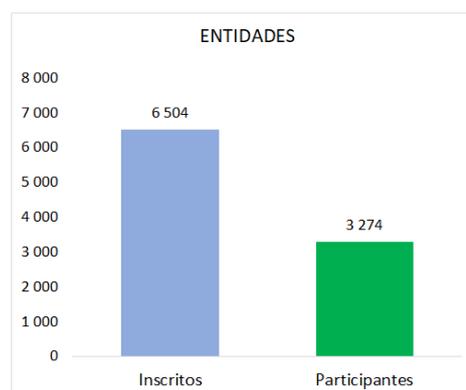
B.1 Produtos e serviços

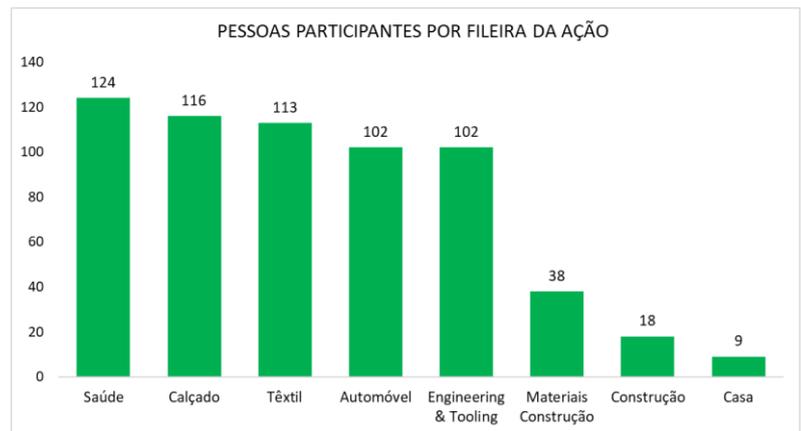
O crescimento das exportações nacionais, o alargamento da base exportadora, a diversificação de mercados, o aumento do valor acrescentado das exportações de bens e serviços nacionais e o reforço da presença de empresas portuguesas em mercados estratégicos continuam a ser desígnios da AICEP. A atividade teve como objetivo dotar as empresas de know-how e ferramentas de conhecimento sobre mercados e temáticas de comércio internacional, numa ótica de exportação e/ou de investimento no exterior, através da oferta de produtos e serviços progressivamente mais direcionados e com características de serviço personalizado para segmentos-alvo específicos de clientes e *stakeholders*.

Neste contexto, a atividade foi desenvolvida em conformidade com o estabelecido no Plano Estratégico da AICEP, em particular no que respeita à implementação do processo de transformação digital em curso, desdobrando a sua ação em três vertentes principais - a da Capacitação, a da *Intelligence* Externa e a da *Intelligence* Interna.

B.1 a) Capacitação

A área de Capacitação da AICEP desenvolveu as seguintes atividades em 2022 no âmbito da Academia da AICEP: (1) reforço do reconhecimento e notoriedade da marca Academia AICEP, enquanto marca agregadora de valor de todos os produtos de capacitação empresarial e de capacitação interna; (2) implementação do portfólio de produtos de capacitação empresarial, tendo em vista a *customer journey* dos clientes e o desenvolvimento de produtos inovadores como o Internacionalizar Clusters e o Curso de Introdução à Realidade Virtual e Realidade Aumentada; (3) desenvolvimento do portfólio de produtos de capacitação interna, potenciando os seus conteúdos e criando novas atividades e recursos adaptados aos colaboradores da Agência; (4) reforço da rede de parceiros da Academia AICEP, designadamente entidades do sistema científico e tecnológico e associativo, entre outros, para o desenvolvimento de novos produtos de capacitação empresarial, a implementar em 2023; (5) consolidação do reconhecimento da AICEP como entidade formadora, reforçada pelo desenvolvimento do Programa de Qualificação para a Internacionalização e publicação das Unidades de Formação de Curta Duração no Catálogo Nacional de Qualificações. No total foram realizadas 126 ações de Capacitação, abrangendo 19 mercados, nas quais participaram 4.169 pessoas de 3.274 entidades. As fileiras da saúde e do calçado e os mercados Japão e EUA foram os que tiveram maior adesão.





Academia AICEP

A Academia AICEP foi criada, no âmbito do Plano Estratégico da AICEP, com a missão de capacitar as empresas portuguesas, de forma pioneira e com recursos às abordagens mais inovadoras, nas várias temáticas relacionadas com a internacionalização e apoiar o negócio internacional com vista a aumentar as exportações e diversificar os mercados destino.



A Academia AICEP disponibiliza o acesso a conteúdos online - sessões síncronas e assíncronas - através da sua plataforma de e-learning e desenvolve ações presenciais como seminários, workshops e sessões de *networking*.

Com o registo da marca “Academia AICEP” no EUIPO - Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia foi possível reforçar o seu posicionamento no mercado nacional e internacional. Ao nível institucional e empresarial, a Academia AICEP constitui-se como uma marca distintiva e agregadora de valor de todos os produtos de capacitação empresarial desenvolvidos na AICEP.

Dando continuidade a este projeto, sempre com o intuito de potenciar o reconhecimento, a notoriedade e o posicionamento digital da marca foram executadas algumas atividades, nomeadamente:

- i. Alteração do domínio do website da Academia AICEP para www.academiaaicep.pt;
- ii. Atualização e interligação com o Portugal Exporta e ferramentas internas da AICEP;
- iii. Harmonização da identidade digital da homepage;
- iv. Otimização dos recursos de apoio e suporte;
- v. Monitorização das analytics e identificação do perfil de utilizador.

Em 2022 houve um reforço da rede de parceiros da Academia AICEP, designadamente entidades do sistema científico e tecnológico e associativo, entre outros, para o desenvolvimento de novos produtos de capacitação empresarial, a implementar em 2023.



Portfólio de Produtos

Os produtos de Capacitação Empresarial são desenvolvidos tendo em conta a *customer journey* dos destinatários no processo de internacionalização, em várias fases (iniciação à exportação, seleção de mercado, entrada no mercado e desenvolvimento) ou de acordo com temáticas que potenciam o negócio internacional.

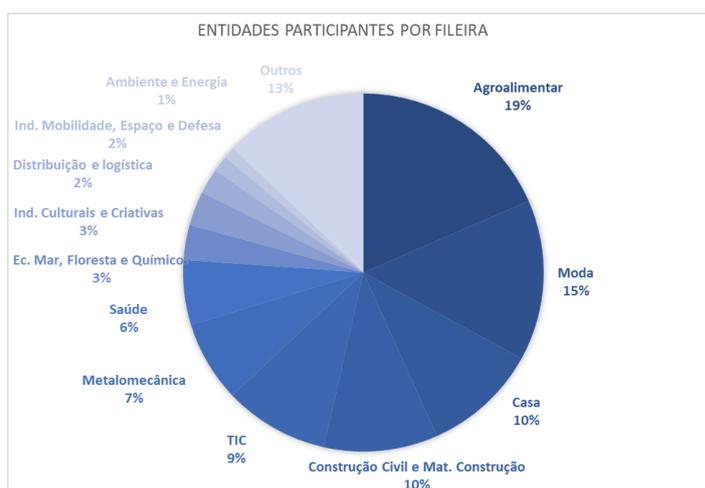
De salientar que o ano de 2022 ficou marcado pelo regresso das ações presenciais, após o alívio gradual das medidas restritivas de prevenção e combate à pandemia de COVID-19, tendo sido realizadas 20 ações, as quais tiveram a duração de um dia (os “Em Foco”) ou de uma manhã (os “ABC Mercado” e os “Go to Market”), tal como determina o modelo aplicado a cada um destes três produtos de capacitação empresarial.

Em simultâneo e por considerar-se que as sessões em formato online continuam a ter relevância na preferência dos participantes das ações de Capacitação Empresarial, a Academia AICEP organizou 101 webinars sobre mercados, setores e temáticas, de entre os quais 14 foram dedicados ao E-commerce.

Estas ações foram realizadas através do sistema de videoconferência na plataforma de e-learning da Academia AICEP (BigBlueButton), com uma duração média de 90 minutos. Este sistema permite interação dos participantes durante a realização do webinar a que assistem, tendo a possibilidade de colocar comentários/questões no chat público e vê-las respondidas no decorrer da sessão. Todas as sessões são gravadas e cumprem as normas do RGPD, possibilitando assim aos participantes assistir às mesmas de forma assíncrona.

De referir que a coordenação das atividades na plataforma de e-learning e a moderação das sessões foram asseguradas por colaboradores da AICEP.

No total foram realizadas 121 ações de Capacitação Empresarial nas quais participaram 3 692 pessoas de 3 274 entidades. As fileiras Agroalimentar, Moda, Casa e Construção Civil e Materiais de Construção foram as que tiveram maior adesão, conforme gráfico abaixo.





Capacitação Interna

A Capacitação Interna tem como objetivo desenvolver programas e iniciativas dirigidas à qualificação dos colaboradores da AICEP e que contribuam para a melhoria do serviço prestado aos clientes da Agência. Esta nova área foi desenvolvida de forma integrada com a oferta de produtos de Capacitação Empresarial, de acordo com o Plano Estratégico da AICEP e em coordenação com o Plano de Formação da AICEP

Em 2022, foram desenvolvidos novos produtos de Capacitação Interna enquadrados nos programas criados no ano anterior, tendo em consideração o tipo de destinatário, e foram melhorados/ atualizados os já existentes, mais concretamente: (a) Programa de Acolhimento, destinado a novos colaboradores e estagiários do INOV Contacto, procura dar a conhecer o organograma, a missão e os principais objetivos da AICEP. Neste contexto, procedeu-se à atualização do Manual de Acolhimento, tendo em conta as alterações ocorridas no organograma da AICEP e do Manual do Exportador; (b) Plano Interno de Capacitação, destinado a todos os colaboradores da AICEP, tem em vista a oferta de cursos específicos em modo síncrono sobre temas relevantes em colaboração com parceiros externos. Em 2022 foi disponibilizado o Curso sobre Sustentabilidade, em formato online e modo síncrono, com duração de 7,5 horas; (c) Programa Exportar Online, dirigido às equipas comerciais e ao EOL-Exportar Online (síncrono) e outras direções e Rede (assíncrono), tem foco na capacitação em diversas áreas da estratégia de e-

PRODUTOS DE CAPACITAÇÃO

CAPACITAÇÃO INTERNA

PRODUTOS	PROGRAMA DE ACOLHIMENTO	PLANO INTERNO DE CAPACITAÇÃO	PROGRAMA CAPACITAÇÃO INTERNA EXPORTAR ONLINE	PLATAFORMA REDE EXTERNA
DESTINATÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> • Novos quadros da AICEP • INOV Contacto 	<ul style="list-style-type: none"> • Quadros da AICEP de acordo com temas identificados 	<ul style="list-style-type: none"> • Direção Comercial • Equipa Exportar Online • Outros quadros AICEP 	<ul style="list-style-type: none"> • Delegados • Quadros da Rede Externa e de Portugal de acordo com os temas identificados
TEMAS	<ul style="list-style-type: none"> • Manual de Acolhimento • Manual do Exportador e vídeos • Curso E-commerce Internacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade • Tecnologias Disruptivas • Caracterização da oferta portuguesa • Fundos europeus e incentivos • Aspectos jurídicos e fiscais • Caracterização setorial do IDE 	<ul style="list-style-type: none"> • E-commerce • <i>Marketplaces</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Competências técnicas e comportamentais • Organização da AICEP • Relacionamento com Embaixadas/MNE, institucionais, agentes económicos e associações • Liderança



commerce internacional. Em janeiro de 2022 deu-se continuidade ao Curso de E-Commerce Internacional, em formato online e modo assíncrono, com duração de 12 horas; (d) Plataforma de Rede Externa, dirigida a colaboradores da Rede Externa, é um acelerador estratégico de conhecimento e desenvolvimento profissional, constituído parte do portfólio de programas de capacitação interna, em coordenação com outras áreas da Agência. Em 2022 foi implementado o Manual dos Delegados, um documento agregador de conhecimento para os Delegados, funcionando como um repositório das melhores práticas de gestão e funcionamento das Delegações.

No total a área de Capacitação Interna desenvolveu 5 atividades dirigidas aos colaboradores da AICEP, dos quais resultaram 487 participantes: Curso de E-Commerce Internacional com 169 participantes; Manual de Acolhimento



com 191 participantes; Manual dos Delegados com 22 participantes; Manual do Exportador com 54 participantes; Curso de Sustentabilidade com 41 participantes.

Programa Qualificação para a Internacionalização

Em 2022 foi dada continuidade ao estabelecimento da AICEP como entidade formadora nas suas áreas de atuação, tendo os percursos de formação sido publicados no Catálogo Nacional de Qualificações, após o contributo de várias entidades e consulta ao Conselho Setorial para a Qualificação “Comércio e Marketing”. O programa destina-se à qualificação de recursos humanos nos domínios da internacionalização e do comércio internacional, com os seguintes módulos: I. Fundamentos; II. Prospeção, captação e fidelização de clientes; III. Mercado internacional na era do marketing digital; IV. Operações logísticas; V. Tendências e análises de mercado.



B.1 b) Intelligence externa

A produção de informação a disponibilizar às empresas e aos *stakeholders* consistiu na elaboração, gestão e disponibilização de conteúdos informativos sobre os mercados externos e Portugal ajustados às necessidades dos clientes (empresas nacionais, potenciais compradores e investidores estrangeiros, associações empresariais e clientes institucionais). Em 2022, no contexto do processo de transformação digital definido no Plano Estratégico, continuou a conceção de novos conteúdos e a otimização dos produtos e serviços já existentes, de modo a ajustá-los ao perfil, características e necessidades dos clientes e às tendências de procura dos mercados internacionais.

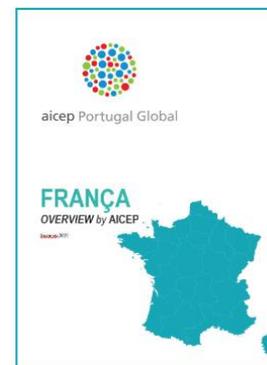
A divulgação destes produtos e serviços de informação tem sido efetuada por intermédio das áreas comerciais (gestores de cliente), do website da AICEP e da presença da Agência nas redes sociais Facebook, LinkedIn e Twitter, da newsletter Portugalnews, da revista PortugalGlobal e da plataforma Globalmail.

A atuação da AICEP em matéria de produtos e serviços de informação distribui-se por cinco sub-áreas distintas, mas transversais: (1) Conteúdos técnicos (informação de carácter técnico sobre mercados, setores e produtos), (2) Oportunidades de Negócio, (3) Conteúdos Comunicacionais, (4) Análise Estratégica e Prospetiva e (5) Gestão de Portfólio.

Conteúdos técnicos (Mercados, Setorial, Regulamentar, Estatística)

Por área de atuação, no que respeita aos Mercados, em 2022 foram introduzidas as seguintes alterações aos produtos disponibilizados:

- Melhorias do “Flash E-commerce” e aumento dos mercados abrangidos, num total de 49, ou seja, mais 11 face ao ano anterior – Angola, Argélia, Chile, Colômbia, Cuba, Emirados Árabes Unidos, Índia, Malásia, Marrocos, México e Tailândia. Este produto está disponível, por módulos, no portal “Portugal Exporta”;
- Desenvolvimento de protótipo de um novo produto “Ficha E-Commerce”, procurando aprofundar e alargar as temáticas desenvolvidas no “Flash E-commerce”. Este produto está





ainda numa fase experimental, devendo ficar disponível, por módulos, no portal “My Aicep” (sujeito a registo prévio).

A área de conteúdos de Mercados, em síntese, desenvolveu a seguinte atividade:

Atividades da Área	Total	Observações
Produtos de informação geral sobre mercados externos	211	118 “Flash de Mercado”; 49 “Flash E-Commerce” 41 “Ficha de Mercado”; e 3 “Ficha Institucional de Mercado”
Produtos de informação geral sobre Portugal	1	1 “Ficha Portugal”
Resposta a pedidos sobre mercados externos e sobre Portugal	187	183 pedidos incidiram sobre 87 mercados de todos os continentes e 4 incidiram sobre Portugal.

Quanto à área Setorial a atuação desenvolvida em 2022 englobou quatro vertentes principais:

- Comparador de Mercados: Produto interativo de caráter quantitativo que permite identificar mercados de potencial interesse para a internacionalização. Em 2022, o foco foi o melhoramento do produto na vertente da experiência do utilizador, de indicadores disponíveis e de *performace* (aumento da rapidez do *dashboard* e diminuição dos custos);

- Ficha de Entrada no Mercado: Produto com uma vertente mais qualitativa sobre as características específicas de cada mercado em cada setor ou produto. Em 2022, o foco foi a melhoria deste produto, de forma a responder melhor às necessidades das empresas, e na sua produção mais alargada;

- Preparação, a pedido, de produtos de informação sobre fileiras em Portugal. Estes levantamentos sistematizam os indicadores mais significativos, e visam ilustrar a dimensão e principais tendências quantitativas da fileira e dos seus componentes;

- Flash Setor Portugal: Produção automatizada de informação sobre características e desempenho nos mercados internacionais de setores/subsetores da oferta portuguesa.



Em síntese, a atividade desenvolvida pela área de conteúdos setoriais foi a seguinte:

Atividades da Área	Total	Observações
Produtos de informação sobre Portugal	41	Foram preparadas 20 sistematizações com informação global de fileira/setor e detalhe por setor/produto e 3 Flashes Setor/Portugal, para juntar aos 18 já produzidos estando estes atualizados com os últimos dados disponíveis.
Produtos de informação setorial sobre mercados externos – Fichas de entrada no mercado	44	Produzidos 44 documentos sobre 24 setores/produtos, abrangendo 23 mercados. A aposta centrou-se na produção de informação



O conhecimento atualizado da vertente jurídica do negócio internacional, em constante evolução, é uma dimensão fundamental para os diversos *players*, designadamente para as empresas nacionais envolvidas em processos de internacionalização. As alterações verificadas no contexto da transformação digital da AICEP, bem como as

alterações decorrentes do conflito Rússia-Ucrânia e medidas transitórias do BREXIT implicaram, em 2022, uma forte aposta na continuidade da disponibilização de novos conteúdos (e revisão/atualização dos já

CONFLITO RÚSSIA - UCRÂNIA: IMPLICAÇÕES PARA EMPRESAS PORTUGUESAS

Multimercado Informação

existentes) sobre as condições legais de acesso aos mercados externos (canais tradicional e online) com vista a apoiar e orientar as tomadas de decisão dos agentes económicos, tendo a equipa de conteúdos regulamentares procurado adaptar-se rapidamente, de forma a responder antecipadamente às necessidades dos clientes.

BREXIT: COMO EXPORTAR PARA O REINO UNIDO

Reino Unido Multisector

Perante as repercussões económicas e financeiras para os agentes económicos e complexidade das medidas restritivas adotadas no âmbito do conflito Rússia-Ucrânia, foi necessário providenciar informação robusta e facilmente acessível sobre a temática, o que motivou a criação da página Conflito Rússia-Ucrânia: Implicações para as Empresas Portuguesas disponível no Portugal Exporta. Por outro lado, devido à conclusão ou sucessivas prorrogações das medidas transitórias decorrentes do Brexit e respetivas implicações para as empresas portuguesas continuou a impor-se, igualmente, o acompanhamento e atualização da página Brexit: Como exportar para o Reino Unido.

A atividade desenvolvida pela área regulamentar em 2022 foi a seguinte:

Atividades da Área	Total	Obs.
Serviço de consultoria regulamentar (resposta a pedidos)	646	Entregue a pedido
Atualização página Conflito Rússia-Ucrânia: Implicações para as Empresas Portuguesas	26	Portugal Exporta
Atualizações página BREXIT: Como exportar para o Reino Unido	13	Portugal Exporta
Planos de Internacionalização E-Commerce	259	Entregue a pedido
Colaboração no produto Factos & Tendências	11	Revista Portugal Global
Flash E-Commerce (Quadro Legal)	49	Portugal Exporta
Flash Mercado (Quadro Legal)	93	Portugal Exporta
Ficha de Mercado (Quadro Legal)	44	MYAICEP
Ficha de Entrada no Mercado (Quadro Legal)	31	Para constar em MYAICEP
Ficha Institucional (Quadro Legal)	3	Entregue a pedido

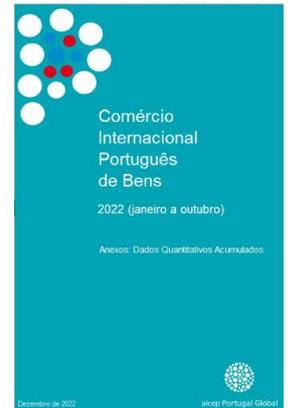


A área de Estatística, em 2022, a focou a sua atividade nas seguintes vertentes:

- Produção e disponibilização de produtos de informação estatística padronizados;
- Respostas à medida a pedidos de informação sobre comércio internacional, investimento direto, indicadores macroeconómicos de Portugal e estatísticas de relacionamento económico bilateral.

Em termos globais, esta área, com elevada atividade no âmbito da prestação de informação económica para efeitos da Diplomacia Económica, seja por via de solicitações da Rede Externa, do CA/Assessoria, e da tutela através da DREI, elaborou 823 produtos e prestou 1 197 serviços de informação estatística.

Em síntese atividade desenvolvida pela área estatística foi a seguinte:



Atividades da Área	Total	Obs.
Produtos de informação estatística sobre relacionamento bilateral de Portugal com mercados externos	625	Repositório de Conhecimento Interno
Produtos de informação estatística sobre Portugal	198	Repositório de Conhecimento Interno
Prestação de serviços de informação estatística	1 197	

Num processo de melhoria contínua, foram introduzidos vários upgrades de conteúdo ao nível dos produtos de informação estatística, nomeadamente:



- Investimento Direto (Princípio Direcional): 18 novos mercados e novo indicador relativo à posição de IDE por Contraparte Final;
- Relacionamento Económico Bilateral: novo indicador relativo à posição de IDE do país parceiro enquanto Contraparte Final e versão do documento em língua inglesa;
- Comércio Internacional Português de Bens por Setor: informação relativa ao fluxo de importação e empresas exportadoras do setor;
- Comércio Internacional Português de Bens: Comércio Internacional de Bens da UE27 e participação de Portugal;
- Indicadores Económicos de Portugal: previsões económicas para o ano corrente e

seguinte.



Oportunidades de negócio

Abaixo apresenta-se a síntese quantitativa da atividade desenvolvida pela Gestão de Oportunidades de negócio em 2022:

Atividades da Área	Total	Observações
Listas de clientes estrangeiros	3 090	69 Mercados envolvidos, no âmbito da resposta a pedidos de 491 agentes económicos
Oportunidades de negócio divulgadas	11 114	160 Mercados
Nº de Feiras internacionais e em Portugal identificadas e divulgadas	6 559	133 Mercados
Prestação de serviço de informação empresarial (empresas exportadoras INE e IDPE)	626	-
Acessos diretos internos a listas de empresas portuguesas com IDPE	870	intranet
Prestação de serviço de informação empresarial (fabricantes/exportadores)	1 257	47 mercados envolvidos, no âmbito de resposta a pedidos
Prestação de serviço de informação empresarial (atualização de certificações IAPMEI)		

Análise estratégica e prospetiva e outros produtos

A área de Análise Estratégica e Prospetiva tem vindo a operacionalizar os objetivos a que se propôs aquando da sua recente criação, designadamente, a produção de informação sobre variáveis geoeconómicas, geopolíticas e geoestratégicas, megatendências, transformações sociais, políticas e tecnológicas, entre outras.

Dentro da análise geopolítica e geoeconómica, sobretudo ao longo do segundo semestre de 2022 o trabalho centrou-se na produção de relatórios sobre Transformações e Tendências no Comércio Internacional - Bússola AICEP. No âmbito da Análise do Potencial Estratégico, a ênfase foi colocada na produção de Estudos de Prospeção de Mercado - Outlooks.

No âmbito do projeto Bússola AICEP – Transformações e Tendências no Comércio Internacional, e numa primeira fase deste projeto, produziram-se conteúdos relativos ao tema ‘Mudanças Geopolíticas e Geoeconómicas: impactos para as empresas’ e temas subsidiários: i) ‘Novos Fluxos no Comércio Internacional: transformações em curso, desafios e oportunidades’; e ii) ‘Guerra(s), Novas formas de Conflito e outros Riscos: o impacto nos Negócios’. A análise das mudanças geopolíticas e geoeconómicas justificou-se num contexto em que o sistema internacional se encontra sob o signo da guerra, entendendo-se a importância de analisar os desenvolvimentos geopolíticos contemporâneos e as movimentações tectónicas no sistema internacional, bem como os efeitos para as empresas portuguesas e os cenários que estas enfrentam na prossecução dos seus objetivos.

Foram produzidos vários outputs, dois relatórios-síntese e apresentação *powerpoint*, com o objetivo de colocar os temas na agenda e no debate da AICEP e dos seus clientes.



GUERRA(S), NOVAS FORMAS DE CONFLITO E OUTROS RISCOS

O impacto nos negócios

A análise e avaliação de risco como atividade central das empresas. A priorização de riscos e as consequências para a atividade empresarial.

Instabilidade política e militar. Guerras comerciais, conflitos empresariais e conflitos globais. Guerras tecnológicas, convergência por afinidade, mercados emergentes.

Divulgações no âmbito de valor e de desinvestimento. Riscos associados às alterações climáticas.

Tendências inflacionistas. Vulnerabilidade: cibercrimes.

A maioria recente tem demonstrado uma tendência de priorização de riscos no cenário económico internacional, quer em função, quer em quantidade. As empresas e demais organizações investem hoje num mundo de risco geopolítico, e assim a sua ação condicionada por fatores/ riscos internos e externos. Os fatores internos dizem respeito aos recursos, capacidades e objetivos de longo e médio prazo relacionados com as características do ambiente local, regional e/ou global que condicionam a prossecução dos seus objetivos. Este é um ambiente complexo, volátil e em constante mudança.

A interdependência económica que caracteriza o sistema internacional das últimas décadas significa que as alterações geopolíticas mundiais afetam inevitavelmente todos os atores que dele fazem parte, em qualquer parte do mundo. As empresas portuguesas que pretendam prosperar no e formular estratégias de internacionalização bem sucedidas devem, por isso, fazer uma leitura integrada dos dinâmicos geopolíticos e geoeconómicos em curso, por forma a mitigar os riscos que daí possam surgir.

© 2022 AICEP Portugal Global. Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação é proibida.

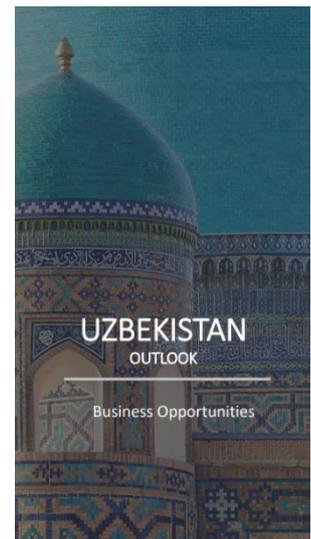


Finda uma primeira análise das ramificações e das tendências associadas a estas transformações geopolíticas, o projeto encetou uma segunda fase, seguindo a mesma lógica de *deliverables*. Esta fase passou pela recolha, tratamento e produção de conteúdos relacionados com o tema ‘Modelos de Desenvolvimento e Sustentabilidade’ e temas subsidiários. Assim, o tratamento do tema deu origem aos seguintes outputs: um relatório temático e apresentação *powerpoint* sobre ‘Modelos de Desenvolvimento e Sustentabilidade’; um relatório-síntese sobre ‘Economia Circular’; e um relatório-síntese sobre ‘Sustentabilidade e transformação dos modelos e estratégias de negócio’.

O trabalho de análise de tendências realizado no último trimestre de 2022 focou-se no tema das ‘Cadeias de Valor e Logística’. Em termos de outputs, o tema deu origem a um relatório temático e apresentação *powerpoint*; um relatório-síntese sobre ‘Reconfiguração das cadeias globais de valor’; e um relatório-síntese sobre ‘Cadeias de abastecimento e logística: inovação e transformação’. Adicionalmente, foi preparado um relatório-síntese sobre ‘Manufatura Aditiva: transformações e impactos’.

No âmbito dos Estudos de Prospecção de Mercado, em 2022 deu-se seguimento à produção de análises com vista à apresentação de mercados menos explorados às empresas portuguesas. Elaborou-se o Outlook do Uzbequistão (inglês e português) que pretende apresentar o mercado uzbeque e as oportunidades de negócio para empresas

portuguesas, tanto a nível da exportação como de investimento, salientando também o facto de que o mercado apresenta características interessantes para as empresas que procurem diversificar ou, mesmo, deslocalizar a sua produção. Iniciou-se igualmente a produção dos Outlooks da Arménia e do Cazaquistão, que deverão ficar concluídos e apresentados publicamente no primeiro trimestre de 2023.



Introduction: WHY UZBEKISTAN

The Republic of Uzbekistan is the largest population hub and the geographical epicentre of Central Asia, a region of great geostrategic significance. It is a country rich in natural resources, namely cotton, gold, copper, molybdenum, silver and uranium, with important oil and natural gas reserves. Over the past decade, the country has been showcasing changes in its political model organisation, introducing broad economic, social and judicial reforms to increase its international attractiveness and promote partnerships beyond the region. The transition to a market economy and the introduction of ambitious reforms aim to transform and develop the economy. A clear, ambitious diversification strategy is significantly contributing to this objective. As a result, the country has moved from low-income to lower-middle income status over the past years (World Bank). Uzbekistan was one of the few economies in the Europe and Central Asia region that maintained positive economic growth in 2020, despite the pandemic. The reforms implemented in the early transition phase to a market economy contributed to a 7.4% growth in 2021. GDP growth rate is expected to be 4% in 2022 and 4.5% in 2023, despite the war between Russia and Ukraine. This growth is mainly driven by investment, private consumption and natural gas exports and gold. The country's main exports are gold, cotton, copper, natural gas, oil and fruit. On the other hand, its imports are mainly machinery, mechanical and other appliances, motor and other vehicles, iron and steel, materials, and pharmaceutical products. The Uzbek economy has an attractive business environment, with ample incentives for foreign companies (including small and medium-sized enterprises). The private sector is perceived as an unavoidable partner in national development strategies, with clearly defined stimuli and a robust PPP framework. (2) Uzbekistan represents an attractive market as destination for Portuguese exports of goods, services, investment, and a source of imports (commodities). In a context of reconfiguration of global value chains, Uzbekistan may also be a potential market for outsourcing production.



títulos: Transformação Digital; Alianças e Parcerias na Internacionalização; Big Data Analytics 3.0; Inovação Sustentável; As Organizações como Parceiras da Sustentabilidade; A Economia da Experiência Digital.





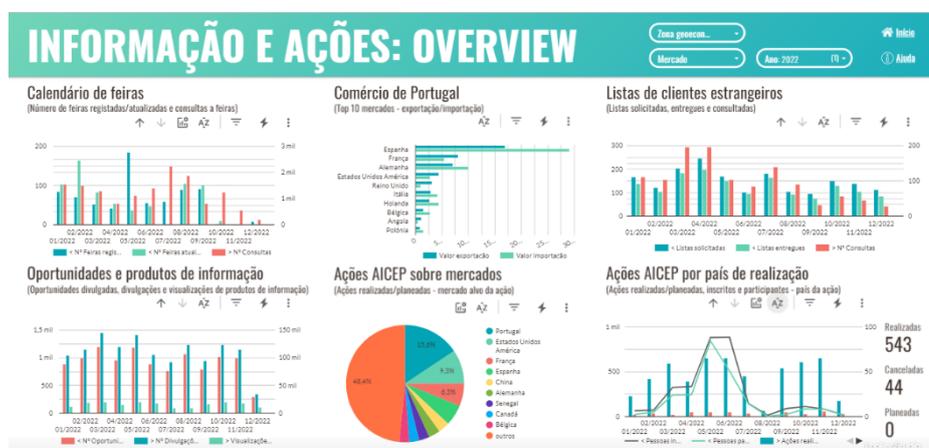
Foi ainda produzido o Livro Branco de E-commerce, instrumento de cariz prático para as empresas que querem entrar nos mercados externos através do canal digital, dando-lhes a conhecer este modelo de internacionalização, explicitando o funcionamento dos *marketplaces*, as vantagens que oferecem, e desenvolvendo as temáticas mais relevantes associadas à internacionalização via e-commerce, sinalizando os principais problemas e apresentando soluções para os ultrapassar, informação crucial para o sucesso empresarial.

Por fim, foi elaborado o Manual de Entrada em Mercados Externos, uma vez que a decisão de entrada em um determinado mercado requiere um processo de ponderação muito intenso e profundo. São múltiplos e variados os fatores que têm de ser equacionados para se tomar esta decisão e importa que as empresas os conheçam bem.

Da iniciativa do Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) foi realizada a edição de 2022 da iniciativa *Call for Papers* em parceria com a AICEP, tendo como tema a Internacionalização Portuguesa num Contexto Pós-COVID-19: oportunidades e desafios. Foram premiados 4 artigos.

B.1 c) *Intelligence* interna

Em 2022, de toda a atividade desenvolvida pela área de *Intelligence* Interna, destacam-se as análises efetuadas aos *Business Service Centre*, enquanto investimento angariado pela AICEP, a atualização e aprofundamento da análise ao investimento contratualizado com a AICEP durante os dois últimos quadros comunitários, a análise à atividade desenvolvida pela Agência nos seus quinze anos de existência e a continuidade do Projeto de *Business Intelligence*, com o desenvolvimento de novos Relatórios e *Dashboard*.





B.2 Digital e Comunicação

O ano de 2022 foi de viragem na transformação digital da AICEP. No âmbito do Programa Internacionalizar foi criado um portal de entrada em Portugal, direcionado a compradores, investidores, estudantes estrangeiros, turistas ou público em geral, que funciona como ponto de acesso único à informação sobre comprar, investir, estudar, viajar e conhecer Portugal: o site www.onlyportugal.pt já online desde 2022. Este website agrega informação sobre Portugal, promove os seus fatores competitivos e encaminha os visitantes para a respetiva área de conteúdos especializados, conforme a intenção de cada público-alvo.

O site www.onlyportugal.pt tem ainda como objetivo aumentar a notoriedade internacional do nosso país a partir de um posicionamento moderno, inovador, criativo e genuíno, com valor acrescentado nas várias vertentes, não



só a nível de negócios como também a nível do turismo, investigação, qualidade de vida, cultura, gastronomia, talento e design. A AICEP disponibiliza agora uma *one-stop-shop* que garante informação imediata, relevante, surpreendente e motivadora.

Em termos de ferramentas digitais, após a assinatura do contrato de Parceria para a Inovação em setembro de 2021 e iniciada a sua execução após visto prévio do Tribunal de Contas em junho de 2022, foi já concluída a primeira das sete soluções digitais em desenvolvimento. Atualmente em teste, o site www.investinportugal.pt incorpora o módulo de comparação de Portugal com o Mundo e o simulador que deteta, de forma customizada, o lugar certo para cada negócio. É naturalmente orientado a uma das grandes prioridades da nossa missão: o Investimento.

Foi ainda implementado o Radar do Mundo, ferramenta de *web scraping* e *text mining* que obtém as mais recentes informações sobre o comércio internacional, alterações das taxas alfandegárias, regimes de importação, setores de oportunidade, casos de sucesso de exportação ou procura internacional, entre outros. Diariamente a AICEP lê e analisa dezenas de jornais especialistas e websites noticiosos sobre temas de economia, gestão, negócios, comércio, de forma a extrair conhecimento para apoiar as empresas portuguesas na internacionalização.

O Radar do Mundo permite:

- Extrair informação relevante de acordo com temas pré-determinados e customizados pelo utilizador
- Fazer tratamento de conteúdos
- Classificar conteúdos por categorias
- Detetar tendências de informação, por linhas temporais e por geografias
- Aplicar o resultado desse conhecimento.

Já desenvolvido e testado também em 2022, o Relevant Search é um motor de busca diferenciador, que atua por varrimento rápido de conteúdos em modo de texto ou tabela, gerados em qualquer aplicação (exceto video), fazendo sumarização, *scoring* e *ranking* desses conteúdos. Está

Relevant Search da AICEP
Versão 1.0



vocacionado para uma identificação rápida a partir de linguagem natural, facilitando uma procura exhaustiva de entidades e conceitos relevantes nos documentos residentes no repositório de conhecimento interno, o Data Lake da AICEP. Constitui um apoio operacional à pesquisa, localização, e enriquecimento fácil do processo de conhecimento e da tomada de decisão para os colaboradores da AICEP.

Outra das soluções desenvolvidas foi o modelo de Inteligência Artificial Exports Forecast 2.0, que permite:



- Prever a variação da procura dos mercados externos por bens/serviços portugueses;
- Gerar insights que alimentem decisões estratégicas;
- Recomendar antecipadamente estratégias e ações às empresas portuguesas, para as apoiar nas suas exportações.

Desde o terceiro trimestre de 2022 que a AICEP pode dispor do Mapa da Diáspora para fazer a localização e monitorização online de profissionais portugueses no mundo, como potenciais facilitadores, influenciadores ou mesmo decisores, fundamentais no processo de identificação de targets de investimento, auxílio na construção de argumentação competitiva para Portugal como destino de investimento e também na deteção de oportunidades de abertura de novos mercados para exportações.



Já em desenvolvimento está também o novo modelo de Solução Económica do IDE, que faz o mapeamento da inovação e oferta portuguesa de alta competição na captação de investimento estrangeiro para Portugal.

As novas exigências do negócio e da distribuição continuam a merecer a nossa maior atenção e em 2022 criámos uma área dedicada aos apoios financeiros ao E-commerce, disponibilizados pelo PRR C16 Internacionalização pelo E-Commerce, Programa Exportar Online, comunicados e geridos na nossa plataforma www.portugalexporta.pt.

É cada vez mais premente a partilha de dados e a informação transversal entre as entidades da administração pública que lidam diariamente com empresas-clientes. A AICEP concluiu em 2022 um processo de Design Thinking para a arquitetura conceptual de uma Solução integrada (AICEP, IAPMEI, ANI, StartUp Portugal, Turismo de Portugal, Banco de Fomento, IRN, COMPETE, etc.) de gestão da relação com as empresas: um “CRM Transversal”.

A qualidade dos dados continua a ser prioritária. Foi lançada a criação de uma infraestrutura de curadoria automática de dados —Portal de Data Quality—, ainda em curso.



Durante o ano 2022, o site www.portugalexporta.pt registou mais de 370 mil visitas, realizadas por cerca de 227 mil utilizadores. As áreas mais visitadas nesta plataforma correspondem à Agenda de Eventos (23%) e aos Mercados Internacionais (20%).

A área privada MY AICEP dedicada a empresas em internacionalização contabiliza 4,371 registos, dos quais 2.302 foram angariados em 2022.



Na área de comunicação corporativa da Agência, durante o ano de 2022, manteve-se a partilha e disseminação de conhecimento sobre as áreas de atuação da AICEP como as principais atividades desenvolvidas, a par da criação de material gráfico digital, edição de vídeos e desenvolvimento de suportes digitais que melhor permitem a transmissão desse conhecimento.

Foram publicados 11 números da revista digital Portugalglobal, um meio de informação privilegiado de promoção da internacionalização da economia nacional, do investimento e das empresas exportadoras, cujo número de leitores aumentou cerca de 5,17% para 7.912 subscritores. Em 2022, foi dado particular destaque aos grandes projetos organizados pela Agência como a Expo 2020 Dubai, a participação de Portugal como país-parceiro na Hannover Messe 22 e o SBEIF, seminário económico realizado no âmbito da Conferência dos Oceanos da ONU.

Manteve-se igualmente a publicação regular das newsletters *Portugalnews* (diária), com 7.533 subscritores e *Newsroom* (semanal), com 5.966 subscritores, aumentando 5,24% e 7,4%, respetivamente, face a 2021.

Na secção de Notícias e Eventos do Portugal Exporta, ao longo de 2022 foram publicadas cerca de 400 notícias de edição AICEP, tendo-se registado um total de 22,408 visitantes, mais 57,2% que em 2021.

Visando o alinhamento organizacional, o boletim de divulgação interna AICEP Notícias Facilita a circulação e partilha de informação e conhecimento mútuo entre as diversas áreas e colaboradores, divulgando simultaneamente as estratégias e orientações em matéria de missão da Agência. A partir de setembro, num formato e visual mais apelativos, utilizando a plataforma de intranet que permite a atualização das notícias em tempo real e maior interação entre colaboradores, foram criadas tipologias de conteúdos pensadas para dinamizar a partilha e a iniciativa por cada um, fomentando um maior conhecimento entre colegas e uma forma mais informal de tratar temas institucionais e ainda apelar à adesão a novas diretrizes internas ou a participação em ações de solidariedade.





No que diz respeito às redes sociais da AICEP em Portugal, assistiu-se a um acréscimo substancial da visibilidade dos conteúdos publicados nas mesmas, quer ao nível de seguidores, quer de taxa de *engagement* (reações, quer ao nível de comentários, gostos e/ou *reposts*): O Linked In, rede social de aposta da agência por ser aquela onde se encontra a comunidade a impactar, obteve um acréscimo de seguidores de 20%, atingindo o limiar dos 60 mil; Já o Facebook registou uma subida de 12% correspondendo a uma comunidade de cerca de 44 mil utilizadores fidelizados. Relativamente ao Twitter, e apesar do aumento extraordinário em 2021 do número de seguidores desta rede social, elevando-o a um patamar acima dos 110 mil, no seguimento de uma campanha de promoção paga, assistiu-se a uma tendência de consolidação desta comunidade ao longo de 2022, tendo-se conseguido manter estes valores (com uma perda inferior a 1% face ao ano anterior) e sem recurso a publicidade. No que se refere às taxas de *engagement*, as três redes registaram respetivamente: Linked In - 7%, Facebook - 5.6%, Twitter - 3%, bastante acima dos valores médios de mercado, que se situam por norma abaixo dos 5%, e no caso do Linked In, e face à tipologia do conteúdo publicado de cariz mais governamental, em cerca de 1%.

B.3 Gestão de incentivos

B.3 a) Avaliação e seleção de projetos

O ano de 2022 ficou marcado pela transição entre períodos de programação dos fundos europeus, facto que condicionou a atividade desenvolvida pela AICEP. Com efeito, tendo o final do período de vigência do Portugal2020 ocorrido em 31 de dezembro de 2021, em 2022 não se registaram novas aprovações nas Tipologias de Investigação & Desenvolvimento Tecnológico, Inovação Produtiva e Internacionalização.

A atividade centrou-se na conclusão do processo de contratualização dos apoios concedidos/aprovados ainda em 2021, tendo sido celebrados 55 novos contratos no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas do Portugal2020. Foi também concluído o trabalho de análise e decisão dos processos de alegações contrárias e reclamações que se encontravam pendentes, tendo sido analisadas 14 alegações contrárias e 7 reclamações.

Procedeu-se ainda a uma campanha de recuperação de processos pendentes em matéria de acompanhamento e verificação de projetos (ver ponto seguinte B.3 b) Pagamentos).





A par desta atividade, ainda centrada no Portugal2020, a AICEP foi também chamada a participar na operacionalização de algumas das Componentes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português, aprovado pelo Conselho da União Europeia em julho de 2021. Neste âmbito, a AICEP integrou os Comitês Coordenadores e respetivas Comissões de Seleção das Componentes C5 - Capitalização e Inovação Empresarial (Agendas de



Inovação), C12 - Bioeconomia Sustentável e C16 - Empresas 4.0 (no âmbito da Componente C16 - Empresas 4.0, a AICEP é ainda Entidade Gestora da Medida «Internacionalização via e-commerce»). Saliente-se que, no seu conjunto, estas três Componentes representam uma dotação de 3,7 mil M€ e concentram uma parte significativa dos apoios diretos às empresas previstos no PRR (cerca de 20% do total).

Registou-se ainda um envolvimento crescente no desenho e regulamentação do Portugal2030, designadamente na esfera da preparação dos futuros instrumentos de apoio ao

investimento das Grandes Empresas e também na esfera da Internacionalização. Neste último domínio, destaque para a publicação, ainda em outubro de 2022, do primeiro Concurso para a Modalidade de Projetos Conjuntos de Internacionalização.

Plano de Recuperação e Resiliência (análise de candidaturas)

Em 2021, foi lançado o Concurso de Ideias para as Agendas de Inovação, apresentando-se ao Concurso 144 Consórcios. A AICEP foi chamada ao processo de avaliação e seleção destas Manifestações de Interesse, num processo partilhado entre diversas da Agência. A decisão sobre as Manifestações de Interesse foi adotada no final de novembro, tendo sido selecionadas 70 Agendas para acesso à Fase seguinte, a decorrer já em 2022.

Nesta segunda Fase, a AICEP assegurou a avaliação de Mérito de 33 Propostas Finais, cuja decisão foi adotada, colegialmente, pela Comissão de Seleção das Agendas, em junho de 2022, tendo a decisão final (após audiência prévia dos interessados e negociação dos Contratos) sido tomada no final do ano.

Relativamente à Componente C12 - Bioeconomia Sustentável, a AICEP fez parte do Comité Coordenador e na respetiva Comissão de Seleção, tendo sido selecionados três Consórcios representativos das Fileiras Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural cujos Projetos Integrados de Intervenção, nas respetivas Fileiras, foram aprovados ainda no primeiro semestre de 2022.

No que diz respeito à Componente C16 - Empresas 4.0, a Medida «Internacionalização via e-commerce» tem o seu foco em duas vertentes: i) Disponibilização de novas valências no âmbito do Programa 'Exportar Online' - desenvolvimento de novos serviços de suporte ao processo de internacionalização das PME; ii) Criação do Programa 'Mais Mercados' - programa de apoio individualizado para a promoção digital orientado à diversificação de mercados para empresas que já tenham experiência internacional consolidada. Esta Medida tem como meta apoiar 1.500 PME até ao final de 2025.



No final de agosto de 2022, foi lançado o primeiro Aviso para Apresentação de Candidaturas destinado a apoiar projetos individuais de PME que, suportados em planos de ação detalhados, visem a concretização de estratégias de internacionalização digital, tendo sido rececionadas mais de 300 candidaturas. A decisão sobre estas candidaturas deverá ser adotada até ao final do primeiro trimestre de 2023.

Portugal2030

Integrado no Mecanismo Extraordinário de Antecipação do Portugal2030 (aprovado pela Deliberação n.º 27/2021, de 23 de agosto, da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do Portugal 2020), foi lançado um novo Aviso para Projetos Conjuntos de Internacionalização. Este Aviso segue as disposições do Regulamento Específico do domínio da Competitividade e Internacionalização (RECI), aprovado pela Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, sem prejuízo de posterior conformação com as normas que vierem a ser adotadas no Portugal2020.

A dotação do Aviso foi de 30 M€, decorrendo o período de candidaturas até 31 de janeiro de 2022 e tendo sido registadas 36 candidaturas de associações e outras entidades da envolvente empresarial, destacando-se a participação de quase 1.500 PME nas ações de promoção externa propostas. O período de avaliação e decisão destas candidaturas decorre até ao final de abril de 2023.

À semelhança de anos anteriores, a área dos incentivos continuou a dar apoio às áreas de angariação de investimento e à comercial na fase de angariação de novos investimentos, traduzida na participação em múltiplas reuniões com potenciais promotores de novos projetos e na preparação de simulações para diversas intenções de investimento. Do mesmo modo, continuaram a ser asseguradas as renegociações de Contratos de Concessão de Incentivos Financeiros e de Benefícios Fiscais, consubstanciadas em alterações aos Planos de Investimento de projetos já contratados, pedidos de prorrogação de prazo de execução e renegociação de objetivos contratuais, já formalizadas ou a formalizar através de aditamentos contratuais. Refira-se que, ainda no âmbito do acompanhamento contratual dos projetos de investimento, foram emitidos diversos pareceres técnicos e jurídicos. Foi igualmente assegurado o apoio à área de auditoria no âmbito de processos desencadeados por diferentes autoridades, nomeadamente pela Inspeção-Geral de Finanças, bem como pelas entidades de governação do Portugal2020 (Agência para o Desenvolvimento e Coesão e Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores). Assegurou-se ainda o acompanhamento do processo de Notificação à Comissão Europeia (DG Concorrência) de um grande projeto de investimento de 657 milhões de euros, aprovado em julho de 2021 ao abrigo do Regime de Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento, bem como o início da preparação de um outro processo de Notificação de 164 milhões de euros, aprovado no mesmo âmbito.





B.3 b) Acompanhamento e pagamento de incentivos

Em 31 de Dezembro de 2022, no âmbito do Portugal2020, a AICEP acompanhava a execução de 4.692 projetos, muitos em copromoção, com um Investimento de cerca de 4,9 mil milhões de euros com Termo de Aceitação assinado e validado. Em 2022 foram emitidas 2.151 Ordens de Pagamento no âmbito do PT2020, num montante total de cerca de 148,4 milhões de euros de incentivo. A meta acordada com o Compete e todos os Programas Operacionais Regionais para 2022 foi de 128,45 milhões, tendo esta sido ultrapassada em cerca de mais de 15 milhões.

Relativamente a processos de encerramentos de projetos, foram aprovados 886 encerramentos, dos quais 859 do Sistema de Incentivos à Qualificação de PME para a Internacionalização e 27 do Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva+ SI Inovação COVID.

Em 2022 procedeu-se ainda a uma campanha de recuperação de processos pendentes, como já se referiu, como forma de se preparar para o encerramento

do PT2020. Deste trabalho apontam-se os seguintes resultados:

Tipologia de intervenção	Incentivo Aprovado/Descativado	Incentivo Liq./Emissão Ordem Devolução	Diferencial	Projetos
Anulado/emissão OD	40.979.750	6.065.578	34.914.172	310
Audiência de Interessados	10.587.115	1.651.739	8.935.376	70
Enviado à Autoridade Gestão	8.613.084	1.462.785	7.150.299	54
Proposta em autorização interna	728.864	46.341	682.523	3
Alegações Contrárias	4.609.135	1.280.673	3.328.462	32
Outro	6.197.797	1.133.381	5.064.417	38
Total	71.715.745	11.640.497	60.075.248	507

Apesar de ainda se manter um contexto de pandemia no primeiro trimestre de 2022, foram realizadas 55 auditorias a projetos apoiados. No âmbito do Plano Obrigatório de Visitas de Verificação no âmbito do Portugal2020, por delegação de competências, foram realizadas 27 auditorias físicas a empresas e entidades, sendo as restantes 28 auditorias finais no âmbito do SI Inovação Produtiva + SI Inovação COVID e SI Inovação RCI.

Relativamente ao anterior quadro, QREN, foram concluídos 319 encerramentos de projeto, dos quais 311 SI QPME, concluindo-se assim os encerramentos QREN nesta tipologia de Internacionalização. No SI Inovação Produtiva + SI Inovação (RCI)) foram concluídos os restantes 8 encerramentos.



B.4 Programa Inov Contacto

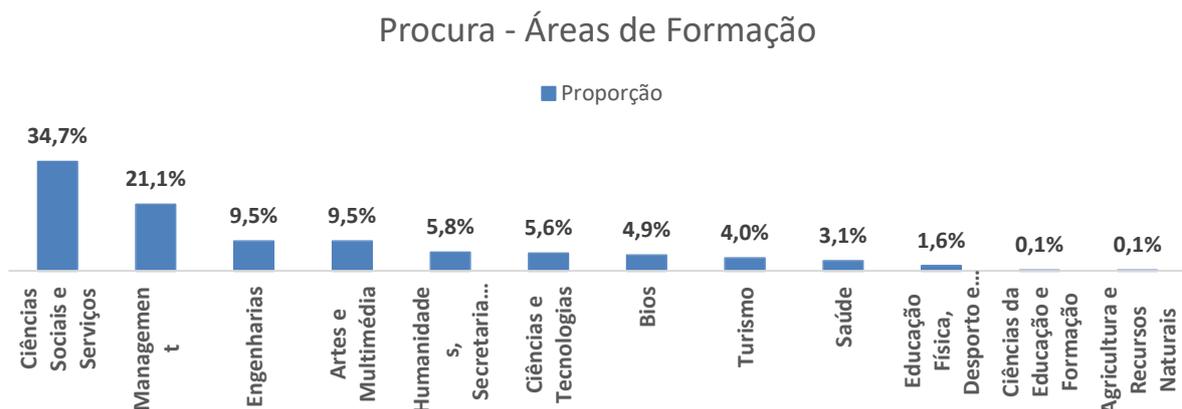
O INOV Contacto é o programa de Estágios Internacionais criado pela AICEP para formar jovens licenciados no negócio internacional, habilitando-os com conhecimento e experiência para trabalhar na vertente internacional de uma qualquer empresa portuguesa ou estrangeira em Portugal ou no exterior.

Ao longo da sua existência (desde 1997) esta iniciativa já recebeu cerca de 58.000 candidaturas e proporcionou a integração de 5.885 jovens (taxa de recrutamento de 10%), distribuídos por 1.284 entidades e 82 países nos 5 continentes. É um caso de sucesso no panorama português, que inspira outras iniciativas a nível nacional e internacional, atrai parcerias e exige uma constante inovação, dedicação e investimento.

Ao longo do ano de 2022 teve lugar a 25ª edição do Programa e foram realizadas diversas ações paralelas de comunicação, *rebranding* e *mentoring*.

B.4 a) Realização da 25ª Edição

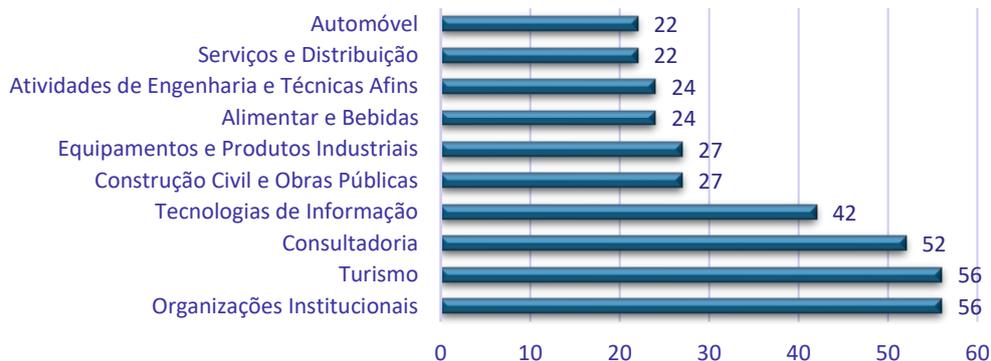
A 25ª edição do Programa recebeu 1.214 candidaturas, tendo destas sido enviadas 772 para testes. Após um processo de seleção e *matching* foram integrados na edição do programa 201 estagiários, dos quais 67% femininos e 33% masculinos apresentando as seguintes áreas de formação.



Em termos de oferta de estágios foram recebidas 589 propostas, provenientes de 189 entidades (39 novas entidades), de uma diversidade de sectores alargada como se indica no seguinte quadro:



OFERTA - Sectores

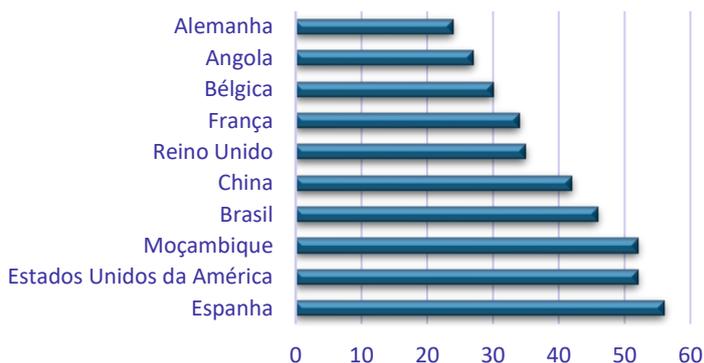


Antes da realização do estágio é organizado um Campus de preparação, com workshops, palestras de especialistas, ferramentas, *webinars* e encontros de *networking*. Esta iniciativa pretendeu capacitar os estagiários em diversas temáticas: O contexto de mudança do mundo; As competências do Homem Universal; Exemplos empresariais de inovação e globalização; Ferramentas e abordagens inovadoras no desenvolvimento de projetos; Portugal no

Mundo; Criação de redes de trabalho e mentoring; Teamwork Projeto - "Esta viagem vai ser o teu maior desafio".

O estágio decorreu entre os meses de fevereiro e julho de 2022, destacando-se os países de acolhimento representados no gráfico.

OFERTA - Países - TOP 10



Em termos de resultados, apurou-se uma taxa de taxa de empregabilidade na data de conclusão de estágio de 61,9%.

Ainda em 2022 efetuou-se o lançamento de campanha nas redes sociais e mails direcionados de divulgação da 26ª edição, bem como a participação em feiras de emprego e outros eventos de promoção do programa.

B.4 b) Rebranding e mentoring

Em 2022 foi desenvolvido e lançado o *rebranding* da marca INOV Contacto. O *rebranding* recaiu sobre um universo gráfico dinâmico, permitindo também a integração das submarcas geradas sob a *umbrella* do





INOV Contacto: Estágios, Network Contacto e Rede de Mentoring.

A nova identidade visual sugere uma narrativa visual que reflete os valores e ações do programa, expressa o intercâmbio de experiências, demonstra a grande diversidade de jovens e entidades impactadas pelo programa, representa o trânsito de pessoas e ideias pelo mundo, ajuda a entender que esta é uma marca que orienta o rumo profissional de centenas de jovens ano-após-ano.

Com claros objetivos de reforço da notoriedade e posicionamento do programa; de aumento da notoriedade da marca; de maximizar o *targeting* na angariação de novos candidatos quer a estágio quer de empresas em paralelo com a satisfação e retenção dos blog.inovcontacto.com alumni ou elementos da networkcontacto, foi lançado em 2022 o Blog INOV Contacto.

A rede social exclusiva para participantes do INOV Contacto, Networkcontacto, agrega a comunidade “contacteante” sem fronteiras que reúne atualmente cerca de 6.000 alumni distribuídos por 80 países. Durante o ano 2022 foram divulgadas 31 oportunidades de emprego. Nesta rede foi ainda lançado o Seeking New Job com veio permitir que qualquer elemento da rede possa publicar a sua intenção de encontrar um novo emprego. Na vertente Engagement, durante 2022, foram promovidos três encontros físicos em cooperação com as delegações da AICEP, nomeadamente, em São Paulo (Brasil), Varsóvia (Polónia) e Berlim (Alemanha).

Ainda dentro da NetworkContacto, foi lançada outra rede, a de Mentoring. Esta rede visa a monitorização e acompanhamento contínuo com vista a fazer face aos desafios gerados pela complexidade e diversidade do atual mundo do trabalho, potenciando a criação das bases para a construção de percursos profissionais de sucesso. A criação da plataforma de mentoring promove a relação do Mentor, cujo percurso profissional se revela consistente e experiente, com o Mentorando que inicia os seus primeiros passos no mercado de trabalho e carece de orientação, aconselhamento e *lobbying*. Desta forma, fomenta-se a aproximação do estagiário inov contacto à comunidade contacto e ao mercado de trabalho, o que decididamente vem contribuir para a cultura de excelência do Programa. O lançamento deste projeto piloto decorreu no ano 2022 e envolveu 31 mentores e 98 mentorandos, abrangendo as seguintes áreas profissionais: Diplomacia; Direito; Comunicação; Design e Inovação; Marketing; Criatividade & Resiliência; Gestão de Projetos.





B.5 Projetos de Interesse Nacional (PIN) e Custos de Contexto

Da experiência acumulada da AICEP na vertente de apoio ao investimento, a Agência foi designada para ser a entidade coordenadora da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI), a qual tem como responsabilidade o acompanhamento de projetos de investimento, entre os quais aqueles classificados como sendo de Potencial Interesse Nacional (PIN). Abaixo indica-se o ponto de situação das 271 candidaturas PIN recebidas desde 2015 até ao final de 2022:

- 5 em instrução
- 2 em análise
- 40 em acompanhamento
- 67 em fim de acompanhamento (107 PINs = 40 + 67)
- 2 suspensas
- 155 arquivadas

No que diz respeito a candidaturas a acompanhamento pela CPAI receberam-se 11 candidaturas:

- 1 em instrução
- 2 em acompanhamento
- 3 em fim de acompanhamento
- 5 arquivadas

De informar sobre a existência de um projeto reconhecido como Projeto de Investimento para o Interior (PII).

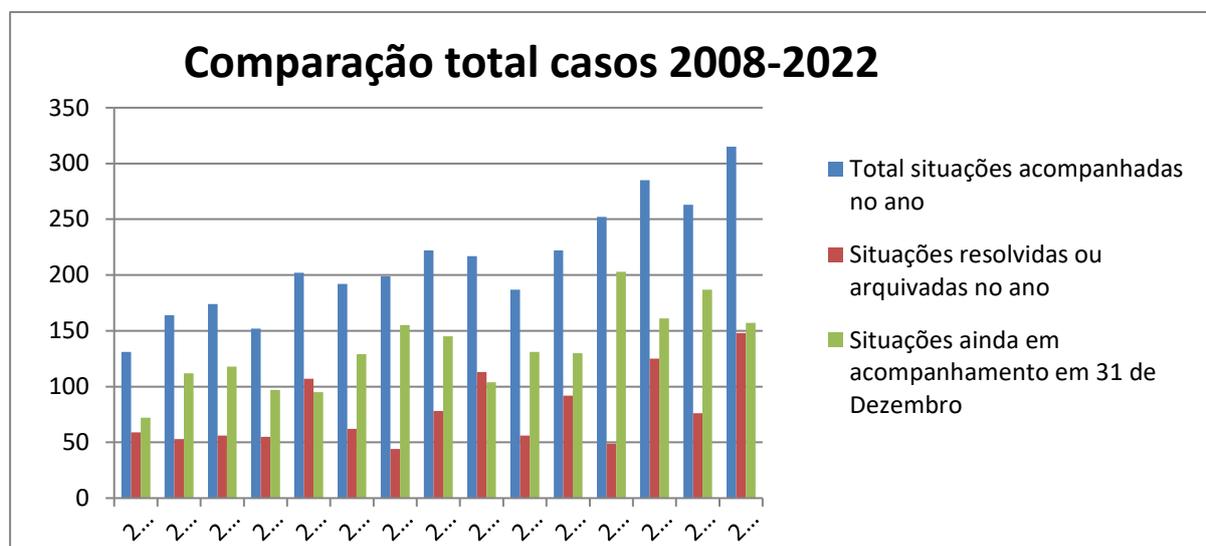
A AICEP foi designada a gestora de 12 novos processos reconhecidos como PIN no decurso de 2022, num total de 16. Sintomático de um novo paradigma energético que se perspetiva no horizonte, com a adoção de fontes de energia sustentáveis, é o facto que, dessas 12 candidaturas, metade são relativas a projetos que visam a produção de hidrogénio verde e três outras inserem-se em fases diferentes do ciclo de vida de produção de baterias de lítio, desde a sua mineração, passando pela sua refinação e produção. A estes projetos que agora iniciam o seu percurso na obtenção dos respetivos licenciamentos, somar-se-ão muitos outros que se encontram agora ainda numa fase inicial da sua angariação para Portugal.



No que diz respeito à atuação da AICEP na vertente dos “custos de contexto”, continuou a ser feito o acompanhamento a “clientes externos” - empresas e investidores - para resolução de situações que afetem o normal desenvolvimento da atividade empresarial e do investimento, tendo sido contabilizado durante 2022 o acompanhamento de 315 situações de “custos de contexto” - 187 transitadas dos exercícios anteriores, 128 que deram entrada durante 2022. Durante este ano passaram para a situação de arquivo 148 casos. Transitaram para o exercício de 2023, 157 situações em acompanhamento e/ou por resolver.

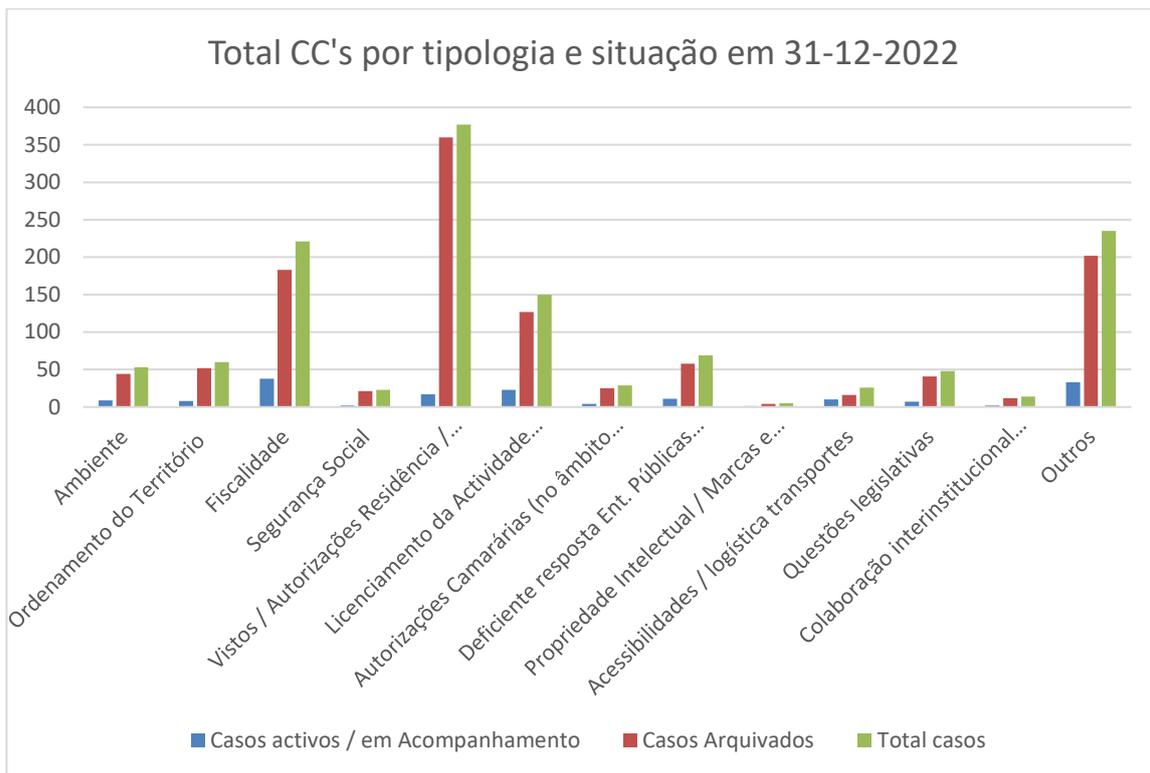


O gráfico seguinte permite comparar o decurso da atividade deste ano com os anos anteriores.



O maior número de situações tratadas este ano reflete tanto um elevado número de casos transitados do ano anterior (em comparação com a maior parte dos exercícios anteriores), como um recorde de situações entradas no decurso do ano. O menor número de casos transitados para o próximo exercício – por comparação com os quatro exercícios anteriores – resulta duma elevada proporção de conclusão dos assuntos entrados no ano, mas também, em parte, ao arquivamento de casos já resolvidos em anos anteriores mas por qualquer motivo não arquivados nesse ano e ao arquivamento de assuntos considerados “desertos” (não resolvidos em tempo útil, ultrapassados por alterações das circunstâncias, etc).

O gráfico seguinte representa a distribuição do total de casos já tratados pelas diferentes tipologias em 31.12.2022, com a indicação a azul dos casos em acompanhamento e a vermelho dos já arquivados. Possibilita perceber quais as frequências relativas de cada tipologia, mas também o grau de dificuldade / tempo necessário ao tratamento das diferentes tipologias.



Além da componente “reativa” da atuação contra custos de contexto – o tratamento de situações pontuais colocadas por investidores e empresas – acima resumida, a AICEP prosseguiu este ano uma atuação que pode ser descrita como “preventiva”, com a procura de identificação de situações recorrentes, transversais à atividade económica em geral ou mais frequentemente de natureza sectorial, constituindo obstáculos permanentes, previsíveis, ao investimento ou à atividade empresarial. Reportando a Agência superiormente essas situações apresenta, sempre que possível, sugestões de atuação corretiva. No ano de 2022 foi preparada uma nova versão do Inquérito às Barreiras à Internacionalização, a apresentar em 2023.

Para além dos projetos PIN e da gestão de custos de contexto, a AICEP foi chamada a participar em grupos de trabalho interministeriais.

O Grupo de Trabalho “Simplificação dos Licenciamentos”, apresentou um primeiro pacote de medidas, focado na Simplificação Administrativa Ambiente, aguardando-se a publicação final do Diploma. O trabalho versará agora sobre as áreas do Urbanismo, Ordenamento do Território e Indústria.

A AICEP esteve ainda presente nas reuniões do projeto promovido pela OCDE e designado “Portugal - TSI | The impact of regulation on international investment in Portugal: opportunities and challenges for structural reforms”. O projeto, que pretende compreender o porquê da manutenção de níveis baixos de investimento direto estrangeiro e a relação com os impedimentos regulatórios presentes em Portugal, encontra-se na sua reta final, estando a apresentação pública do mesmo agendada para o fim do primeiro trimestre de 2023.

Para dar resposta ao interesse e procura de Sines para a localização de projetos de carácter *greenfield industrial*, e de forma a agilizar a comunicação entre as várias entidades envolvidas nos processos de licenciamento, foi criada



aicep Portugal Global

uma *task force*, sob a égide da Câmara Municipal de Sines. Como fruto dos trabalhos da *task force* deu-se a conclusão do processo de alargamento da área da ZILS, sob administração da AICEP Global Parques (aGP), com a transferência de terrenos circundantes que estavam sob a alçada do ICNF, para o IAPMEI, com a mediação da DGTF, e posteriormente concessão à aGP (ver capítulo da AICEP Global Parques).



Recursos humanos

A estrutura orgânica da Aicep Portugal Global conta com uma dimensão de recursos humanos, à data de 31 de dezembro de 2022, de 497 trabalhadores, distribuídos de acordo com o seguinte quadro:

Efetivo AICEP

		2021	2022
Portugal	Conselho de Administração	5	5
	Quadro		a)
	Carreira Técnica	262	277
	Carreira de Assistente	58	55
	Sub-Total (1)	325	337
	Cedido à AICEP		2
	Contratado a Termo/Comissão de Serviço	10	
	Sub-Total (2)	10	2
Total (1+2)	335	339	

Rede	Quadro (Comissão de Serviço)	34	34
	Contratado a Termo (Comissão de Serviço)	14	16
	Requisitado pela AICEP		
	Contratado Local	108	102
	Sub-Total	156	152

Total (Portugal e Rede)	491	491
Pessoal Pré-Reformado	4	6
Total	495	497

Nota a):

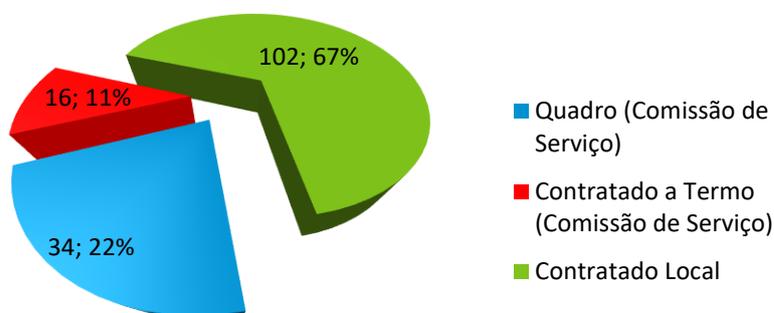
Com vínculo ao quadro da AICEP: 2 Administradores

Licença sem Retribuição: 5 Trabalhadores

Requisitado à AICEP: 9 Trabalhadores



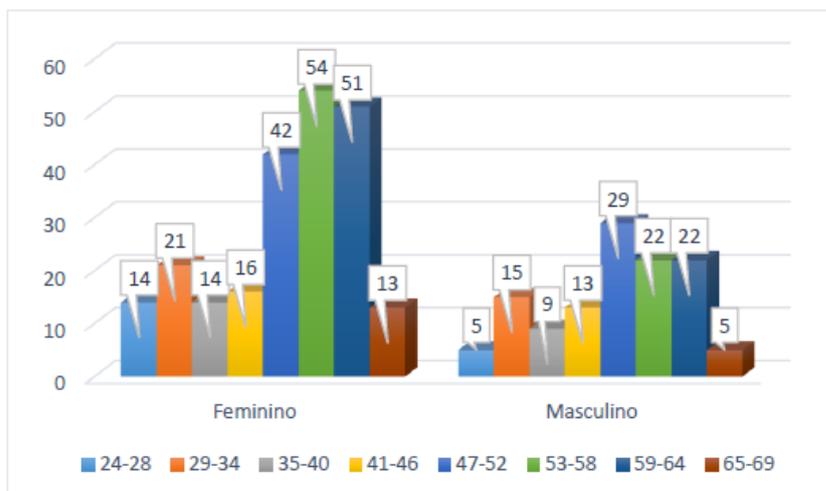
Relação dos Contratados Locais na Rede Externa/ Destacados



No que diz respeito à Rede Externa da AICEP, esta é composta por pessoal do quadro em regime de comissão de serviço e por trabalhadores contratados localmente, regendo-se estes últimos pela lei local, aplicável a cada país.

Efetivo por escalão etário

O escalão etário 53-58 anos de idade no conjunto do género feminino e masculino é o que tem maior expressão (76 colaboradores). A média etária do efetivo da AICEP em 2022 é de 50 anos.





A AICEP Global Parques

A AICEP detém uma participação na AICEP Global Parques que ascende a 91.19% do capital. A AICEP Global Parques é uma sociedade anónima, de capitais inteiramente público que se rege pelo Código das Sociedades Comerciais, pelas normas do setor público empresarial, nos termos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e ainda pelos seus estatutos.

A aicep Global Parques é especialista em gestão de parques empresariais para todos os setores - energia, indústria, logística e serviços - e em localização empresarial. A aicep Global Parques procura garantir condições de captação, de realização e de acompanhamento de projetos de investimento, nacionais e estrangeiros.

Missão

Garantir que os parques e serviços da aicep Global Parques são infraestruturas para a competitividade da economia portuguesa e instrumentos de objetivos específicos do programa “Internacionalizar 2030”, em articulação com a AICEP e outras entidades:

- disponibilizando espaços infraestruturados e plataformas para localização de empresas e/ou de entidades não empresariais, promovendo o aumento do volume de investimento direto estrangeiro (IDE) produtivo em Portugal;
- no acréscimo do valor acrescentado nacional (VAB) através da Qualificação do Território e especialmente das Áreas de Acolhimento Empresarial, prestando serviços de gestão integrada em parques empresariais;
- na Transição Energética, na perspetiva da descarbonização e na circularidade das indústrias de produção de energia, refinação, petroquímica, química, metalurgia e ainda do setor dos transportes. Com ênfase em gases renováveis, hidrogénio e amónia verdes, bem como novos combustíveis, com foco no Complexo de Sines;
- na Transição Digital, na perspetiva da infraestrutura comercial. Com enfoque nas estações de amarração de cabos submarinos de telecomunicações, centros de computação, processamento e armazenamento de dados, na ZILS.

Valores

Os valores corporativos da aicep Global Parques assentam na melhoria contínua da sua performance de forma a manter-se uma organização:

- Competitiva, eficiente e orientada para o cliente;
- Sustentada na contínua qualificação dos seus colaboradores;
- Institucionalmente articulada com parceiros públicos e privados;
- Financeiramente sustentável;
- Socialmente responsável;
- Reconhecida na sua esfera de atuação.

Modelo de negócio

O modelo de negócio da AICEP Global Parques assenta em quatro pilares essenciais, a saber:

- Desenvolvimento dos ativos sob gestão;
- Desenvolvimento de novos ativos e/ou prestação de serviços em parceria;



- Desenvolvimento de competências em informação e conhecimento da oferta para a localização empresarial e gestão integrada de áreas empresariais;
- Estabelecimento de parcerias com os *stakeholders* para o estabelecimento de sinergias.

Áreas de intervenção



Unidades operativas

A aicep Global Parques apresenta três soluções de localização empresarial no país: a ZILS Global Parques - Zona Industrial e Logística de Sines; o BlueBiz Global Parques - Parque Empresarial da Península de Setúbal; e o Albiz Global Parques - Parque Empresarial de Sintra, em Albarraque.

A empresa presta ainda serviços de *procurement* para a instalação de atividades empresariais no território nacional, apoia a instalação de empresas e promove a capacitação para atração de investimento aos municípios, através da ferramenta e serviços de consultadoria: *Portugal Site Selection*.

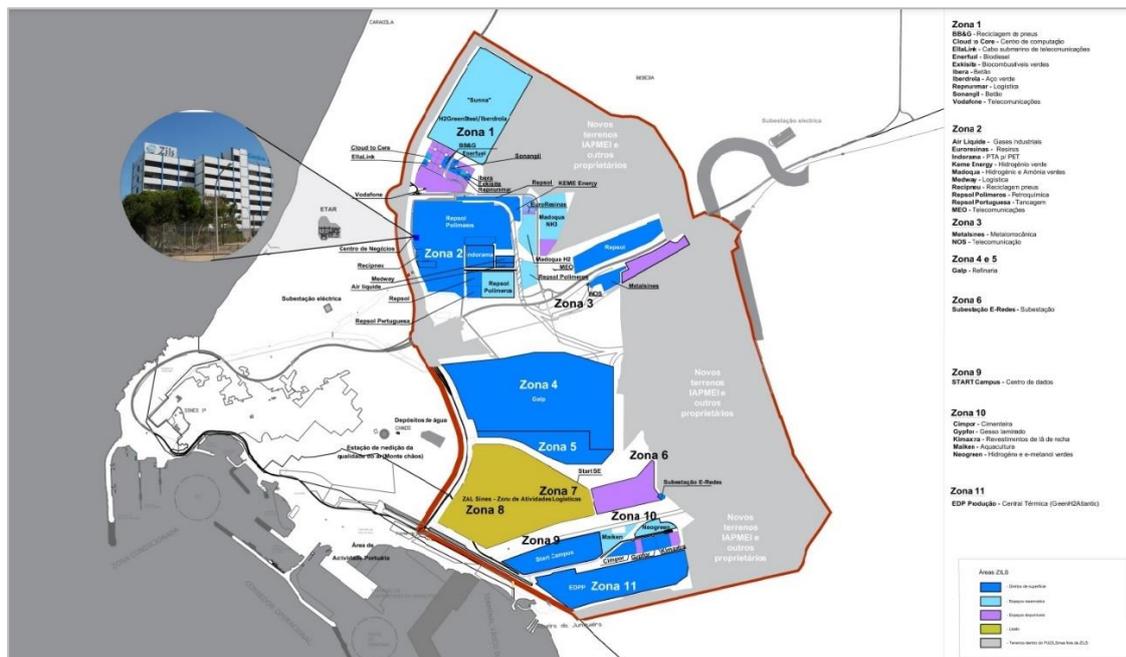




1. ZILS Global Parques

1.a) Zona Industrial e Logística de Sines

A ZILS, que viu a sua área aumentar de 2.375 hectares para cerca de 7.000 hectares no final de 2022, é a maior área de acolhimento de unidades industriais e logísticas do país. Está localizada a Sul, na costa, contígua ao porto de águas profundas de Sines, distando hora e meia por estrada de Lisboa e do seu aeroporto internacional. Para além das acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas, que a tornam uma localização ímpar em Portugal para os mercados ibérico e europeu e terceiros, a ZILS dispõe de um conjunto de utilidades que garantem soluções competitivas de instalação.



Na ZILS coexistem zonas de instalação de indústria e áreas de serviços, separadas por espaços verdes que garantem um desenvolvimento sustentado nos domínios ambiental, económico e social. Desde novembro de 2008 que dispõe de um instrumento de gestão territorial, o PUZILS - Plano de Urbanização da ZILS, o qual veio permitir uma bem definida articulação entre todas as ações presentes na sua gestão, nomeadamente o planeamento do território, a criação das infraestruturas, a instalação de clientes e a sustentabilidade ambiental.

Com o estabelecimento deste referencial de ordenamento, e considerando o conjunto das responsabilidades que decorrem do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, no caso específico de entidades de capital público que administram Zonas e Parques Empresariais e Logísticos, a ZILS tem hoje um quadro de oferta estabilizado, no qual se abrem novas perspetivas de desenvolvimento dos serviços prestados em Sines.

A evolução da procura registada na ZILS em 2021, assim como o aproximar da data de fim da vigência do Plano de Urbanização da ZILS (PUZILS), levou a que perante um novo conjunto de necessidades de instalação, em 2022 se tenha iniciado a revisão do PUZILS, tendo a aicep Global Parques e o Município de Sines avançado com assinatura de um Contrato de Planeamento.



A taxa de ocupação da ZILS registou, em termos líquidos, a maior subida anual de sempre no histórico da empresa, de 24% ou 2.290.369,64 m². Na ZILS, a 31 de dezembro de 2022, estavam ocupados e/ou contratados 11.847.322 m² de uma oferta total de 16.104.109 m², com enorme pressão de novos projetos sobre o sobranço.

Taxas de ocupação ZILS a 31 de dezembro de 2022

	Direitos de superfície		
	2020	2021	2022
Área total m ² (a)	23.751.256	23.751.256	23.751.256
Oferta total m ² (b)	16.104.109	16.104.109	16.104.109
Área ocupada m ² (c)	8.037.270	9.556.952	11.847.322
Taxa de ocupação (c)/(b)	49,91%	59,34%	73,57%

1.b) Centro de Negócios ZILS (CNZILS)

O edifício, com a área total de 16.570 m², dispõe de cerca de 4.000 m² de escritórios climatizados, com segurança diária, salas de reunião e formação, entre outros serviços. Este equipamento permite que empresas de apoio e de manutenção encontrem na zona local para sediar as suas operações de suporte. Por outro lado, as empresas promotoras de investimento encontram um espaço adequado para instalar os seus recursos humanos (e os seus fornecedores), durante a fase de construção das respetivas instalações.

Em 2022, o fluxo de clientes gerou um saldo positivo de 848 m².

Taxas de ocupação CNZILS a 31 de dezembro de 2022

	Espaços ocupados		
	2020	2021	2022
Área total m ² (a)	16.570	16.570	16.570
Oferta total m ² (b)	4.054	4.054	4.054
Área ocupada m ² (c)	1.638	1.773	2.621
Taxa de ocupação (c)/(b)	40,40%	43,73%	64,65%

1.c) Apartamentos

A aicep Global Parques tem sob sua gestão um conjunto de 37 apartamentos, localizados em Vila Nova de Santo André, que permitem uma oferta habitacional ao público em geral, e aos novos promotores de investimento em particular, configurando uma solução imediata para um número limitado de recursos humanos e suas famílias.

**Taxas de ocupação dos Apartamentos a 31 de dezembro de 2022**

	Apartamentos		
	2020	2021	2022
Nº de apartamentos (a)	37	37	37
Oferta total em nº apt. (b)	35	35	35
Nº de apt. ocupados (c)	35	35	35
Taxe de ocupação (c)/(b)	100,00%	100,00%	100,00%

1.d) Centro de Negócios da Galiza

O Centro de Negócios da Galiza, antiga sede do Gabinete da Área de Sines, tem uma área total de 29.000 m² e alguns espaços de escritórios. Situado na Galiza, a 2 km de Vila Nova de Santo André, funciona como uma alternativa para a instalação de empresas de serviços.

O imóvel encontra-se vazio, estando em curso o processo de regularização cadastral e tendo sido iniciadas diligências junto de algumas imobiliárias e outros interessados com vista à sua comercialização e rentabilização.

1.e) Inertes e Florestas

Dada a dimensão e características dos terrenos, a ZILS proporciona outros negócios, que lhe garantem rendimentos suplementares, como é o caso da floresta com a venda de madeira, cortiça, resina e pinha. As áreas florestais mantiveram as ações previstas no Plano de Gestão Florestal, nas quais se destaca também a realização dos habituais concursos da venda da resina natural, da apanha da pinha mansa e alguns cortes culturais de madeira (pinho e eucalipto).

O ano de 2022 foi marcado pela realização do processo de alteração do Plano Ambiental de Recuperação Paisagística conducente ao encerramento dos Areeiros ZILS I e II e a sua reafetação à produção de energia fotovoltaica, em projetos focados na produção de energia verde por parte da Repsol Polímeros e ainda por parte da Energykeme, para a produção de hidrogénio verde, procedendo-se a uma verdadeira realocação destes terrenos com vista a novas atividades de valor acrescentado económico e ambiental.

2. BlueBiz - Parque Empresarial da Península de Setúbal

O BlueBiz, em Setúbal dedica-se à localização de empresas industriais, logísticas e de serviços, dispondo de 560.000 m². Trata-se de um Parque Empresarial localizado na Área Metropolitana de Lisboa com uma oferta completa de infraestruturas vocacionadas para responder às necessidades do setor industrial, nomeadamente as do setor químico e metalúrgico, que são o alvo da sua promoção comercial. Disponibiliza uma área comercializável de 282.203 m², repartida entre 91.966 m² de área coberta, 182.458 m² de área descoberta e 7.779 m² de escritórios.

Os últimos anos foram marcados por um esforço de requalificação deste parque empresarial indo ao encontro das necessidades dos seus clientes. A sua localização, numa das regiões com maior dinâmica populacional em Portugal, servido por excelentes acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas, que ligam o parque ao maior polo



consumidor do país, bem como ao mercado espanhol pela A6, faz do BlueBiz uma localização empresarial competitiva para projetos de investimento nacional ou estrangeiro, e média dimensão. Com uma ligação em via rápida ao Porto de Setúbal e ao nó rodoviário da A2 e a 300 metros de um terminal ferroviário de mercadorias, o BlueBiz é um parque especialmente vocacionado para a instalação de indústrias ligeiras, nomeadamente dos setores da logística automóvel e das indústrias metalomecânicas de precisão, como a dos componentes automóveis e aeronáuticos, e química, como farmacêutica e agro, com particular relevância para indústrias onde a incorporação de tecnologia e mão-de-obra especializada são requisitos fundamentais. A qualificação da Península de Setúbal para o setor industrial, onde a estrutura de processo dominante é line flow, e com população residente na região fortemente especializada, garante o contexto adequado à captação destas indústrias. Para além da flexibilidade para customização dos espaços, o BlueBiz oferece serviços de vigilância e controlo de acessos de pessoas e viaturas 24 h por dia, 365 dias por ano; limpeza e manutenção de espaços comuns e de espaços verdes; recolha de resíduos sólidos urbanos; manutenção e iluminação de vias de circulação interna; infraestruturas básicas de energia elétrica em média tensão (MT) e baixa tensão (BT); redes de abastecimento de água industrial e para consumo humano; infraestruturas de comunicação em rede estruturada de voz e dados; infraestruturas de escoamento de águas residuais domésticas, industriais e pluviais; e uma estação de tratamento de águas residuais (ETAR). O parque está dotado de um Plano de Emergência Interno e de um Regulamento Interno, a respeitar pelos clientes no desenvolvimento da sua atividade.

O BlueBiz dispõe, ainda, de uma área de escritórios com cerca de 7.779 m² e de um Centro de Negócios, devidamente equipado, ao dispor de todos os clientes, para realização de ações de formação, reuniões e outros eventos.





Com o propósito de manter atualizada e organizar toda a oferta disponível, procedeu-se à atualização dos quadros de áreas e produtos para oferta.

A área coberta ocupada aumentou com a expansão das instalações da Ergosteel, com o aumento da área ocupada pela logística da Lauak Portugal e com a reserva de espaço do novo cliente Inspects/Killine, estando agora a taxa de ocupação em 62,21%. (aumento de 9 p.p.)

A área disponível de escritórios foi atualizada, verificando-se um aumento de 1,7%. A expansão dos escritórios da TUV Áustria Ibéria e a instalação dos escritórios centrais da Clever Leaves no BlueBiz permitiram aumentar a área ocupada em 7%, estando agora com uma taxa de ocupação de 60,16% (mais 3 p.p. em relação a 2021).

As áreas descobertas foram também atualizadas, verificando-se um aumento de 3,3%. O impacto da falta de componentes na indústria automóvel, refletiu-se na baixa ocupação dos parques de viaturas, registada durante o ano, embora, nos três últimos meses do ano, se tenha registado uma inversão da tendência da ocupação destas áreas. Esta retoma foi motivada pelo aumento da produção da Autoeuropa e da reativação das cadeias logísticas de importação de veículos, permitindo chegar a 31 de dezembro de 2022 com ocupação completa dos parqueamentos dedicados a este setor de atividade- 91,37%.

Taxas de ocupação BlueBiz a 31 de dezembro de 2022

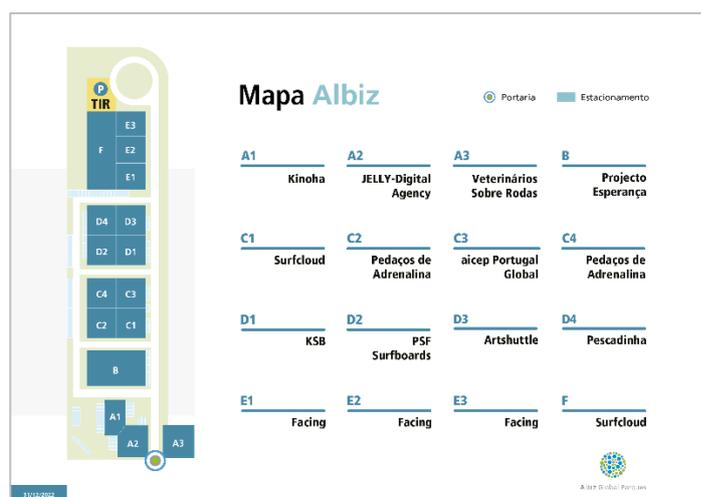
	Área coberta industrial			Área descoberta			Área escritórios		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Oferta total m2 (a)	90.204	91.465	91.966	166.492	176.640	182.458	9.350	7.651	7.779
Área ocupada m2 (b)	47.694	48.751	57.216	162.483	106.177	166.703	4.387	4.370	4.680
Taxe de ocupação (b)/(a)	52,87%	53,30%	62,21%	97,59%	60,11%	91,37%	46,92%	57,12%	60,16%

3. Albiz - Parque Empresarial de Sintra

O Albiz é um parque que acolhe PME em Albarraque, Sintra, dispondo de uma área total de 24.700 m², completamente vedada, com uma área coberta comercializável de 9.012 m², distribuída por 16 edifícios.

Inserido numa região de grande densidade populacional, o Albiz está vocacionado para acolher micro e pequenas empresas logísticas e de serviços, disponibilizando aos seus clientes espaços modulares até 1.450m².

O modelo de negócio utilizado permite aos clientes evitar o esforço financeiro de aquisição e de construção de instalações, dedicando o capital





disponível integralmente ao desenvolvimento do seu negócio.

O parque encontra-se devidamente equipado ao nível de infraestruturas de abastecimento de águas para consumo humano e esgotos domésticos e pluviais, de rede de energia elétrica em baixa tensão (BT), de plano e sistema de segurança contra incêndios e de rede de telecomunicações e de fibra ótica.

O Albiz oferece, ainda, serviços de manutenção, de conservação e de limpeza de áreas comuns, recolha de resíduos sólidos urbanos, manutenção da iluminação dos arruamentos internos, estacionamento de viaturas e serviço de vigilância. O parque está dotado de um Plano de Emergência Interno e de um Regulamento Interno, a respeitar pelos clientes no desenvolvimento da sua atividade.

Taxas de ocupação Albiz a 31 de dezembro de 2022

	Área coberta		
	2020	2021	2022
Área total m2 (a)	9.072	9.072	9.072
Oferta total m2 (b)	9.012	9.012	9.012
Área ocupada m2 (c)	9.012	9.012	9.012
Taxa de ocupação (c)/(b)	100,00%	100,00%	100,00%

4. Portugal Site Selection - Serviços de Localização Empresarial

Evolução da Plataforma Portugal Site Selection

No ano de 2022 foi atualizado o software ARCMAP, que suporta a plataforma *Portugal Site Selection*, tendo como objetivo a otimização da base de dados e dos modelos de cálculo de distâncias geográficas. Este desenvolvimento permite uma maior eficiência na inserção dos ativos, uma maior rapidez e otimização dos modelos, melhorando a usabilidade do *backoffice* e garantindo uma maior segurança da base de dados.

Proseguiu-se com um plano exigente de contactos com as entidades gestoras de parques empresariais e outros potenciais fornecedores de informação passível de valorizar o *Portugal Site Selection* como, por exemplo, as imobiliárias com carteira de ativos empresariais, de onde resultaram as seguintes alterações:

Lotes	29
Lotes livres	-30
Parques Empresariais	2
Office Space	11
Ativos (terrenos)	3
Municípios na plataforma	3



Portugal Site Selection Consulting

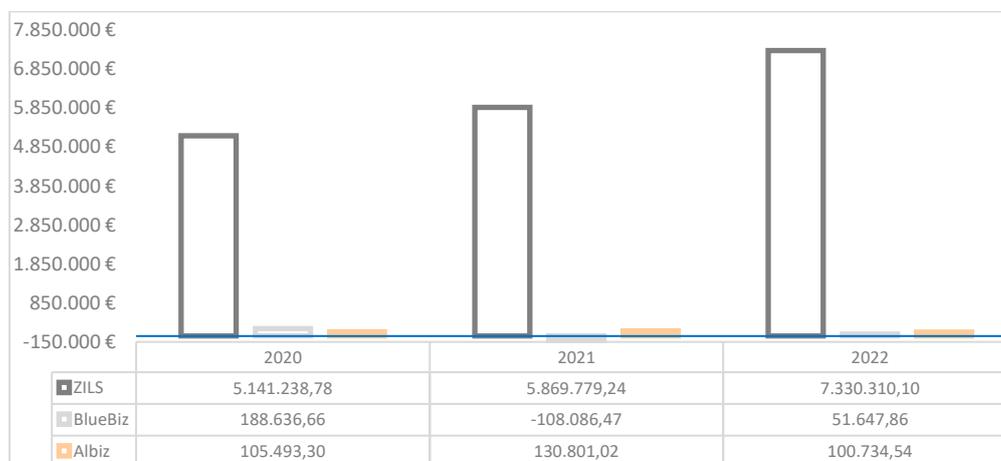
No âmbito dos serviços de consultoria, o Portugal Site Selection Consulting, e em linha com as orientações do Programa Internacionalizar 2030, nomeadamente o eixo B10, foram elaboradas 3 propostas para o desenvolvimento de Dossiers do Investidor com o objetivo de potenciar a capacitação para o Investimento das estruturas de acolhimento empresarial dos Municípios da Lousã, Ponte de Sor e Vila Nova de Poiares.

Foi também elaborada uma proposta para a Petrogal, S. A. visando a realização de serviços de Project Management do Projeto e Licenciamento das Obras de Urbanização necessárias à implementação dos projetos de HVO&SAF e GalpH2Park na Refinaria de Sines, localizados no Loteamento da U.O.P.G. B1 da ZILS.

Situação económica e financeira

O exercício de 2022 da aicep Global Parques terminou com um Resultado Líquido de 4.301.128 EUR, o que representa um acréscimo de 32% face ao resultado homólogo do exercício de 2021. Para a formação do Resultado antes de Impostos, com o valor total de 5.720.854 EUR, contribuiu a ZILS com 7.330.310 EUR, o BlueBiz com 51.648 EUR e o Albiz com 100.735 EUR. Os serviços transversais, unidades de suporte como referido anteriormente, representaram -1.761.838 EUR.

Resultado Antes de Impostos:



A ZILS contribuiu com o maior valor absoluto para a variação positiva total de 30%, sendo responsável, nas Unidades Operativas, por 98% do Resultado Operacional.

Variação do Resultado Antes de Impostos	ZILS	BlueBiz	Albiz
2022/2021	25%	148%	23%



Da análise à estrutura de ganhos da empresa, cujo valor total representa 18.096.901 EUR, o Volume de Negócios representa 16.763.708 EUR, ou seja, 93%, dos quais 76% são rendas provenientes da cedência de direitos de superfície.

(em EUR)

Volume de Negócios	2021	2022	Varição 2022/2021
Cedência de direitos de superfície	10.461.426	12.740.540	21,8%
Aluguer de Instalações	2.073.482	2.299.909	10,9%
Outras prestações de serviços	1.423.054	1.723.259	21,1%
TOTAL	13.957.962	16.763.708	20,10%

INDICADORES ECONÓMICOS	2021	2022	PAO 2022	2022/21	2022/PAO	
EBITDA (*)	6.731.796	8.109.064	7.028.007	1.377.268	1.081.057	EUR
Rentabilidade das Vendas (RL/VN)	23,43%	25,67%	21,11%	2,24%	4,56%	pp
Rentabilidade de Capitais Próprios (RL/Capitais Próprios)	11,25%	14,22%	11,40%	2,97%	2,82%	pp
Rentabilidade do Ativo (RL/Ativo Total)	8,17%	9,74%	8,70%	1,57%	1,04%	pp
INDICADORES FINANCEIROS						
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	72,60%	68,52%	76,11%	-4,08%	-7,59%	pp
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	2,65	2,18	3,19	-0,47	1,01	

(*) R. Operacional antes de Amortizações, Depreciações, Imparidades e Provisões

Prazo médio de pagamentos

	2021	2022	2022/21	
			Valor	%
Prazo (dias)	16,1	14,9	-1,2	-7%



Investimentos

O Plano de Investimentos para 2022 previu um valor total de 5.471 mil EUR, tendo o exercício terminado com uma realização de 576 mil EUR, ou seja, 11%. Um baixo nível de realização que se justifica sobretudo por, tendo sido prevista a possibilidade de avultados investimentos opcionais em prol de clientes na Zona Industrial e Logística de Sines contra remuneração adicional em Contrato de Prestação de Serviços, estes vieram a não ser pretendidos. Por exemplo, a *Start Campus*, e conforme previsto contratualmente, tomou a decisão de ser a própria a contratar e custear diretamente os projetos e as obras de infraestruturação do lote por si contratado, no valor de 2.908 mil EUR. Já a Repsol Polímeros abdicou da construção da estrada prevista no âmbito do projeto “Alba”, no valor de 704 mil EUR, estando agora em processo uma intervenção mais abrangente nas vias de acesso ao Complexo Petroquímico de Sines, que venha corresponder ao triplicar do output pela Repsol Polímeros previsto para final de 2025.

No BlueBiz, a mais importante intervenção prevista era a substituição das coberturas de amianto sobrantes e a requalificação do pavimento da grande nave industrial do parque, num valor de 500 mil EUR, que não se concretizou porque, perante as perspetivas de significativas entradas e saídas de clientes, está a ser repensado o layout do interior do edifício, com impacto nas coberturas.

Perspetivas para 2023

Desde logo, e não contabilizados como fonte de receita no Plano de Atividades e Orçamento para 2023, porque posterior à sua submissão, estão os novos terrenos adicionados ao património do IAPMEI, e sequencialmente ao âmbito do seu acordo de gestão com a aicep Global Parques, em Sines e em Santiago do Cacém. Para estes novos terrenos a Comissão Executiva determinou, no início de 2023, uma hierarquização de prioridades de acolhimento e instalação de novos clientes dentro e fora do Plano de Urbanização da Zona Industrial e Logística de Sines (PUZILS). Dentro, em primeiro lugar i) projetos industriais e logísticos (como sejam fábricas, estações de amarração de cabos submarinos e centros de telecomunicações e atividades logística) e em segundo lugar ii) projetos de transformação de energia (nomeadamente em gases renováveis); estando excluídos projetos de produção de energia (exceto em recuperação de areeiros, áreas sem uso industrial ou logístico, áreas inviáveis para outras atividades, etc.). Fora, em primeiro lugar projetos de produção de energia em apoio a “i”); em segundo lugar projetos de produção de energia em apoio a “ii)” e em terceiro lugar outros projetos de produção de energia. Daqui decorre a possibilidade de, ao longo de 2023, a empresa ceder em reserva de direito de superfície pelo menos cento e vinte hectares dentro do PUZILS e um par de milhares de hectares para parques fotovoltaicos fora do PUZILS, com a correspondente receita adicional anualizada de cerca de quatro milhões e meio de euros.

Quanto a perspetivar 2023, é incontornável referir o inaudito número de projetos Potencial Interesse Nacional (PIN) em curso para a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Na área de negócio “Energia Sul”, o PIN #254 “Alba” no Complexo Petroquímico de Sines, da Repsol Polímeros, o PIN #266 “MadoquaPower2X H2” e o PIN #267 “MadoquaPower2X NH3”, o PIN #268 “GalpH2Park” e o PIN #269 HVO@Galp” – ambos da estratégia “From a Grey Refinery to a Green Energy Hub” na Refinaria de Sines da Petrogal –, o PIN #271 “GreenH2Atlantic” na Central Termoelétrica de Sines, da EDP Produção, e o PIN #277 “CALB (Europe)”.



Sem esquecer, já com área contratada em reserva na ZILS, estão os projetos “NeoGreen Hydrogen Portugal” e “Sunna”, de aço verde.

Na área de negócio “Sines Tech – Innovation & Data Center” está já em construção o PIN #259 “Start - Sines Transatlantic Renewable & Technology Campus”, a que se somam a já existente estação de amarração de cabos EllaLink, que somará o cabo Olisipo (Lisboa - Sines), e áreas já contratadas em reserva para dois projetos de menor dimensão, um de computação e um de centro de dados com a amarração de mais cabos submarinos de telecomunicações. É uma área de aposta para 2023, em que a empresa espera dar o mesmo impulso à transição digital e à economia de dados que ao longo de 2022 deu à transição energética e indústria verde.

Já quanto à área de negócio “ZAL Sines – Zona de Atividades Logísticas”, manter-se-á a promoção conjunta com o Porto de Sines e o Aeroporto de Beja, focada nas possibilidades decorrentes, por um lado, da expansão da capacidade de trânsito de contentores no Terminal XXI e da reorientação do Terminal Multiusos no pós-carvão, à procura de cargas agrícolas e minerais, com uma aposta na ligação da América do Sul com a União Europeia e o Médio Oriente e Norte de África; por outro, do reforço das ligações rodoferroviárias ao hinterland nacional e ibérico.

Quanto ao BlueBiz - Parque Empresarial da Península de Setúbal, é provável que em 2023 se assista a uma contração das indústrias de componentes aeronáuticos, ainda que compensada pela entrada de outros clientes de componentes metalúrgicos de precisão e mais clientes de indústrias químicas e de clientes para os escritórios.

No Albiz - Parque Empresarial de Sintra, a tendência é para que, não obstante alguma rotação, se mantenha a ocupação total, alimentada sobretudo pelas necessidades logísticas do consumo gerado pela Área Metropolitana de Lisboa.



Cumprimento das orientações legais

1. Cumprimento dos Objetivos de gestão, previstos no artigo 38º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e do Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

A AICEP tem cumprido as linhas de atuação genéricas emanadas da tutela que lhe são dirigidas. A Administração da Agência, para cada um dos triénios dos seus mandatos, apresentou um Plano Estratégico que estabelece os objetivos da sua atividade e as métricas de execução da Agência. Em 2020 mantiveram-se as prioridades do anterior Plano Estratégico, dada a situação de pandemia que se viveu. Na sequência da nomeação de um novo mandato do Conselho de Administração, a 29 de dezembro de 2020, foi elaborado o novo Plano Estratégico para o período 2020/2022, o qual foi aprovado a 21 de maio de 2021. Os maiores investimentos centraram-se no reforço da rede externa da Agência; manutenção da aposta na transformação digital da AICEP virada para os serviços aos seus clientes; aposta na Marca Portugal com uma definição de atuação a longo prazo; e reforço das capacidades internas para melhor cumprimento da sua missão. Em termos comerciais pretendeu-se que a Agência fosse um agente económico relevante junto das empresas portuguesas, mostrando ao tecido empreendedor nacional novos mercados de atuação, com presença local de mais-valia. No que respeita ao investidor estrangeiro pretendeu-se reforçar a atuação da rede de *foreign direct investment scouts* (fdi scouts), com ferramentas e meios que chegassem a mais oportunidades de investimento para Portugal. A aposta no digital foi um dos motes, pois cada vez mais estes canais são utilizados em qualquer parte do mundo, sendo por vezes o único canal para chegar ao comprador. As exportações *on-line* estão na ordem do dia e serão uma aposta sem retorno. O enfoque na Marca Portugal foi feito em parceria com outros agentes económicos com um Plano Estratégico próprio.

O Plano Estratégico da AICEP está em linha com a missão que a Agência persegue para o país:

- Aumento do Valor Acrescentado Bruto do País, através do efeito direto de investimentos estruturantes e dos fluxos de comércio internacional;
- Redução do deficit da Balança Comercial, através do crescimento das exportações e pela substituição de importações;
- Dinamização do Emprego, medido pelo efeito na manutenção, criação e qualificação de postos de trabalho.

Os indicadores económicos monitorizam os resultados alcançados pela economia ao nível do cumprimento destes objetivos. As exportações têm vindo a apresentar valores crescentes de forma sustentável ao longo dos últimos anos e o investimento estrangeiro em Portugal tem vindo a recuperar lentamente da queda do período de 2012, na sequência da crise mundial. Portugal cresce há cinco anos acima da média da área do euro e registava um desemprego historicamente baixo. Nos últimos anos assistiu-se a um forte aumento das exportações e à eliminação progressiva do défice da balança comercial, atingindo-se, em 2019, 93,6 mil milhões de euros, e um excedente comercial de quase um milhão de euros (dados do Banco de Portugal). Depois do ano conturbado de 2020, em 2021 o valor nominal das exportações ascendeu a 88,7 mil milhões de euros (64,7 mil



M€ em bens e 24,1 mil M€ em serviços), e a 110 mil milhões em 2022 (novembro), o valor de exportações mais elevado de sempre.

A economia portuguesa registou em 2022 (jan. a set) um crescimento do PIB de 8%, contribuindo as exportações com 8,2 pontos percentuais, o consumo com 4,4 pontos percentuais e o investimento com 0,6 pontos percentuais. As exportações apresentaram uma taxa de participação no PIB de 49,9%, a preços correntes, em 2022, face a 27,1% em 2009. Entre janeiro e novembro de 2022, o contributo dos bens para as exportações foi de 63,5%, cabendo aos serviços o remanescente (36,5%). Os serviços de Viagens e Turismo entre janeiro e novembro de 2022 representaram 17,9% do total das exportações, as Máquinas e Aparelhos 9,0% e os Veículos e Outro Material de Transporte 8,1% do total exportado.

Segundo o INE, em 2021 estiveram envolvidas em operações de exportação de bens 22.522 empresas portuguesas, que compara com 21.419 em 2019, representado um crescimento de 5,1% em dois anos. Os dados de 2022 apenas estão disponíveis em meados de 2023.

O investimento estrangeiro em Portugal registou um montante de 5,7 mil milhões de euros entre janeiro e setembro de 2022, que compara com 11,1 mil milhões de euros no ano pré pandemia de 2019. Os três principais emissores de fluxos de IDE para Portugal, entre janeiro e setembro de 2022, foram Espanha, Alemanha, Reino Unido, Luxemburgo e os EUA. De referir que entre 2021 e 2022 nota-se uma ligeira diminuição do IDE vindo da UE por contrapartida do resto do mundo.

Assim, a Agência congratula-se com estes resultados, esperando ser vista como um meio ao dispor da comunidade empresarial que conduziu a este desempenho.

Em termos de execução do Plano de Atividade e Orçamento (PAO) apresenta-se abaixo a situação da receita e da despesa. De referir que o PAO da AICEP para 2022 não foi aprovado pelas entidades que a tutelam.

Classificação económica	Receita			
	Orç. Inic.	Orç. ajust. (*)	Exec.	Dif.
	(a)	(b)	(c)	(c)-(a)
Rend. propriedade	2.526,72	3.168,92	3.168,92	642,20
Transf. correntes	48.909,55	40.686,41	25.078,66	-23.830,88
Venda de bens e serviços	297,29	116,19	115,94	-181,35
Outras	400,00	450,73	450,73	50,73
Vendas bens investimento	0,00	13,97	13,97	13,97
Transferências de capital	0,00	7.674,31	7.611,07	7.611,07
Ativos financeiros e recup. créditos garantidos	35.000,00	49.814,26	16.178,75	-18.821,25
Passivos financeiros	11.500,00	11.500,00	11.500,00	0,00
Rep. não abatidas pag.	0,00	23,02	23,02	23,02
	98.633,55	113.447,81	64.141,06	-34.492,49

(*) ajustado por alterações orçamentais



Classificação económica	Despesa			Dif.
	Orç. Inic.	Orç. ajust. (*)	Exec.	
	(a)	(b)	(c)	(c)-(a)
Despesas com o pessoal	28.854,20	30.281,07	29.413,26	559,06
Aquisição de bens e serviços	25.040,80	24.205,01	15.491,90	-9.548,91
Juros e outros encargos	0,00	201,30	200,87	200,87
Transferências correntes	3.815,19	18.622,40	18.521,86	14.706,68
Outras despesas correntes	195,83	1.078,20	955,55	759,72
Aquisição de bens de capital	5.727,54	5.552,78	1.480,98	-4.246,56
Transferências capital	0,00	1.364,50	1.364,50	1.364,50
Ativos financeiros	35.000,00	73.635,50	40.000,00	5.000,00
	98.633,55	154.940,76	107.428,91	8.795,36

(*) Líquido de cativos e com alterações orçamentais

Em consequência da situação pandémica vivida durante o período de 2020/2021, e de todos os impactos que a mesma trouxe às empresas e à economia, durante aquele período a atividade promocional da AICEP sofreu um acentuado revés. Inúmeras ações deixaram de se realizar, outras tiveram de se adaptar ao novo contexto, nomeadamente ao formato digital, e ainda novas ações surgiram em resposta à situação vivida.

O alívio dos constrangimentos impostos pela Pandemia, a reabertura das feiras internacionais e dos contactos presenciais, permitiu uma significativa aceleração da atividade das empresas e dos seus negócios em 2022, refletida no desempenho das exportações nacionais. A atividade promocional da AICEP beneficiou deste dinamismo das empresas, tendo daí resultado a realização de um conjunto significativo de iniciativas de promoção da oferta nacional nos mercados internacionais e de angariação de investimento. O programa Inov Contacto foi retomado e a EXPO no Dubai que se iniciou a 1 de outubro de 2021 prolongou-se até ao final do 1º trimestre de 2022. A pedido superior foi transferida pela AICEP para o Instituto Camões uma verba de 15 milhões de euros. A nível da receita esta ficou aquém do previsto em termos de valores provenientes de fundos comunitários (SIAC, Inov e PRR) e do FRIE.

Apresenta-se abaixo a situação dos investimentos.

Investimento/ Projeto	PAO prop.		Executado		Desvio	Observações
	2022	Total	FF-PRR	FF-OE	(PAOvsExec.)	
	(a)	(b)	(b1)	(b2)	(b)-(a)	
Investimento total	5.727,54	1.480,98	1.282,22	198,76	-4.246,56	
Transformação digital	5.458,12	1.282,22	1.282,22		-4.175,90	atraso Parceria Inovação
Investimentos de substituição e outros	269,42	198,76		198,76	-70,66	
Inv. previsto no PAO mas excedeu o aprovado						
Investimento não previsto no PAO						

A AICEP possui a sua situação regularizada para com a Autoridade Tributária e a Segurança Social.



2. Gestão de risco financeiro

A AICEP não possui financiamentos seja em passivos correntes seja em passivos não correntes.

3. Cumprimento dos limites de crescimento do endividamento definidos no nº 1 do artº 60º da Lei nº 2/2020, de 31 de março (LOE para 2020), retificado pela Lei 27-A/2020, de 24 de julho, apurado nos termos da fórmula disposta no nº 4 do artº 159º do Decreto-Lei nº 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019)

A AICEP não possui financiamentos.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears") conforme definido no Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

A AICEP tem procurado encurtar os prazos de pagamento aos seus fornecedores ao longo dos últimos exercícios. A posição a 31 de dezembro é a que abaixo se indica.

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

PMP	2022	2021	Variação 22/21	
			Valor	%
Prazo (dias)	11	19	-8	-42%

A 31 de dezembro a AICEP não tinha Pagamentos em Atraso.

Dívidas Vencidas	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
	Valor (€)	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias > 360 dias
Aq. de Bens e Serviços					
Aq. de Capital					
Total					

5. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

A última aprovação de contas reporta-se ao exercício de 2017 e é datada de 19 de agosto de 2019. Os termos da aprovação incluem duas recomendações, uma relativa à elaboração do Relatório relativo às remunerações pagas a homens e mulheres, conforme o nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março e outra relativa à aplicação do Estatuto do Gestor Público, nomeadamente nos termos dos nºs 3º e 4º do artº 32º e do nº 3 do 33º do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro.

De referir que não foi emitida qualquer reserva na última Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2021.



No que respeita ao Relatório previsto na RCM 18/2014, este foi elaborado em 2020 relativo a 2019. Da sua análise verifica-se que, apurando o valor médio da remuneração mensal auferida pelos trabalhadores da AICEP, o género feminino recebe 1.752,04€ e o género masculino 1.907,41€. Pode-se assim concluir que não existem discrepâncias relevantes entre os valores médios auferidos por homens e por mulheres.

Relativamente ao artº 32º do Estatuto do Gestor Público (EGP), os nºs 3 e 4 referem-se à existência de plafonds para as comunicações dos Gestores, sendo que os gastos com as comunicações da AICEP são feitos em serviço. O nº 3 do artº 33º do EGP determina um montante máximo para a utilização de viaturas dos Gestores. Os veículos da AICEP são geridos em conjunto, sendo utilizados de acordo com as necessidades de serviço.

6. Orientações relativas às remunerações, vigentes em 2022

A AICEP cumpriu o disposto nos diplomas legais relativo às remunerações previstas para os Órgãos Sociais e Auditor Externo, conforme anexo.

7. Disposições relativas ao Estatuto do Gestor Público nos termos do artº 32º e 33º do Decreto-Lei nº. 8/2012, de 18 de janeiro

A Agência aplicou o previsto no artº 32º do Estatuto do Gestor Público relativos à utilização de cartões de crédito e similares, bem como às despesas de representação pessoal.

Relativamente às despesas com comunicações apresentam-se abaixo os valores da Administração da Agência.

Gastos com comunicações

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Luís Castro Henriques	-	628,97	
Madalena Oliveira e Silva	-	566,18	
João Paulo Salazar Dias (*)	-	288,77	
Francisca Guedes de Oliveira	-	355,89	
Rita Lindley Araújo	-	224,63	
Luís Rebelo de Sousa	-	42,56	
		<u>2.107,00</u>	

(*) Os gastos em comunicação de serviço repartem-se pelas atividades de funcionamento e de promoção, em que o peso destas é muito elevado dado que, no âmbito da diplomacia económica decorrente das atribuições e objeto estatutários da AICEP, as deslocações ao estrangeiro são normais e frequentes.

(*) cessação de funções, em 1 de setembro de 2022

No que se refere ao valor de combustível e portagens, os valores gastos são os que abaixo se indicam.

Gastos associados a viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal Comb. e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Luís Castro Henriques	486,44	5.200,33	1.031,81	6.232,14	
Madalena Oliveira e Silva	393,83				
João Paulo Salazar Dias (*)	393,83		2,25	2,25	
Francisca Guedes de Oliveira	393,83		118,25	118,25	
Rita Lindley Araújo	393,83				
Luís Rebelo de Sousa (**)	393,83		81,50	81,50	
				<u>6.434,14</u>	

As viaturas referidas, sendo predominantemente usadas por cada um dos membros do CA, não lhe estão diretamente afetas, fazendo parte de uma "pool" que é gerida em função das necessidades de serviço, nomeadamente a que se encontra afeta ao Sr. Presidente pela sua dimensão.

Duas das viaturas são elétricas.

(*) cessação de funções, em 1 de setembro de 2022

(**) após outubro, com viatura disponível do Administrador que cessou funções

8. Aplicação do disposto no nº 2 do artº 16º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, e do artº 11º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

A Agência tem todas as suas despesas devidamente documentadas.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março

Como referido no ponto 5 deste capítulo, a Agência elaborou em 2020 o relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens relativo ano de 2019. Dos dados apurados conclui-se que não existem discrepâncias relevantes entre os valores médios auferidos por homens e por mulheres.

10. Elaboração e divulgação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e do Relatório anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, designadamente a Recomendação do referido Conselho datada de 1 de julho de 2009. Indicação quanto ao cumprimento do dever de comunicação do plano e do relatório ao Conselho de Prevenção da Corrupção

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em vigor foi revisto em 2020 e aprovado pelo Conselho de Administração da Agência no dia 30 de setembro. Prevê-se que o Plano seja sujeito a nova revisão em 2023.

A AICEP tem apresentado anualmente um relatório identificativo das ocorrências dos factos relativos a corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, etc. previstos na alínea a) do nº 1 do artº 2º da Lei nº 54/2008, de 4 de setembro. O Relatório Anual de Execução do



Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e de Conflitos de Interesses relativo ao exercício de 2021 foi aprovado pelo conselho de administração a 28 de junho de 2022, encontrando-se o relatório relativo a 2022 em fase de elaboração. O Plano está disponível no site da entidade, bem como o último relatório de 2021.

A Agência comunica o plano e o relatório ao Conselho de Prevenção da Corrupção.

11. Orientações sobre as normas da contratação pública

A AICEP tem vindo a cumprir as normas da Contratação Pública, tendo inclusivamente estabelecido procedimentos internos para aplicação das mesmas. Na aplicação das normas da contratação pública a AICEP norteia-se pelos princípios da igualdade, da não discriminação e da transparência.

O Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (9ª alteração ao Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), que introduziu alterações relevantes ao Código dos Contratos Públicos, tendo em vista a transposição de diversas diretivas europeias, entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018.

A AICEP adaptou desde então os seus procedimentos internos, nomeadamente através da disponibilização de diversas minutas para os procedimentos de contratação pública preparadas pela área jurídica. Em 2019 foi efetuada nova atualização, tendo em vista garantir adequação à legislação em vigor, a uniformização na aplicação dos mesmos por parte das diversas áreas intervenientes, a celeridade dos processos, o correto registo nas plataformas legalmente exigidas e a possibilidade de os procedimentos existentes serem objeto de auditoria. Os processos aquisitivos da Agência foram, na altura, centralizados na área de compras. Essa centralização foi reforçada em novembro de 2021 com a criação da Central de Compras, tendo-lhe sido atribuídas competências adicionais.

Ao longo do ano 2022 a AICEP publicitou 75 procedimentos na plataforma acinGov ou através de outros meios. Dezassete dos procedimentos acabaram por, entretanto, serem revogados, suspensos ou cancelados. Dos restantes 59 procedimentos, 36 foram ajustes diretos, 14 foram consultas prévias, 7 foram concursos públicos (ou internacionais). O valor de adjudicação a 31 de dezembro dos procedimentos através de concursos públicos ascende a 2,7 milhões de euros, das consultas prévias ascende a 901 mil de euros e de ajuste direto ascende a 564 mil de euros, todos os valores sem IVA. Alguns procedimentos foram adjudicados já em 2023 e dois não foram ainda adjudicados. Nenhum dos contratos foi adjudicado por um valor superior a 5 milhões de euros; foram sujeitos ao visto prévio do Tribunal de Contas cinco contratos, na sequência dois ajustes diretos, um concurso público e duas consulta prévia simplificada.

Relativamente ao modo como foram aplicadas as normas nas empresas em que a AICEP participa maioritariamente (AICEP Global Parques), refira-se que a AICEP Global Parques aplica as normas vigentes.



12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

A AICEP pode fazer a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas, mas optou por não o fazer tendo, contudo, presente esta possibilidade e adotado sempre uma postura de racionalização dos seus recursos financeiros na aquisição de bens e serviços.

13. Cumprimento das medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais, previstas no previstas no artigo 144.º do DLEO 2022

No que respeita ao rácio dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, sobre o volume de negócios, conforme previsto no artº 158 do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (EBITDA para o Setor Empresarial do Estado) foi solicitada autorização para a sua substituição por um novo indicador de Eficiência Operacional dada que aquele não tem significado no caso da AICEP face a natureza da sua atividade. Por despacho favorável do Secretário de Estado do Tesouro, de 3 de julho de 2018, (nº.521/2018-SET) exarado no âmbito aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2018, foi a AICEP autorizada a utilizar um novo indicador para o triénio 2018-2020, que possa medir melhor a eficiência operacional da AICEP. No PAO 2021 foi solicitado o seu prolongamento para o triénio 2021-2023.

O indicador proposto é construído da forma abaixo referida e tem como ano base o ano de 2016:

Indicador de Eficiência = 55% x Indicador de eficiência da Sede + 45% x Indicador de eficiência da Rede

- Indicador de eficiência da Sede

$30\% \times (GOS_n / IA_n) / (GOS_{2016} / IA_{2016}) + 30\% \times (GOS_n / PI_n) / (GOS_{2016} / PI_{2016}) + 40\% \times (1 - TR_n) / (1 - TR_{2016})$

- Indicador de eficiência da Rede

$33\% \times (GOR_n / XR_n) / (GOR_{2016} / XR_{2016}) + 67\% \times (QMR_n) / (QMR_{2016})$

Em que:

GO - Gastos Operacionais (S-Sede; R-Rede)

IA - Investimento em acompanhamento na Agência (ano do contrato)

PI - Investimento de Internacionalização em acompanhamento na Agência (ano do contrato)

TR - Taxa de reembolso

XR - Exportações de bens para mercados da Rede

QMR - Quota de mercado das exportações de bens (mercados da Rede) (em n é n-1)

n - Ano n

**Notas:**

- Gastos operacionais = FSE + Gastos com Pessoal (sem indemnizações)
- Taxa de reembolso é calculada considerando a média móvel nos 3 anos anteriores inclusive, ou seja, n, n-1 e n-2
- Quota de mercados das exportações de bens é calculada considerando a média móvel nos 3 anos anteriores (n-1, n-2, n-3)
- Investimento em Acompanhamento (ponderação em função do tempo de trabalho):
 - Projetos QREN ainda pendentes – 20%
 - Projetos PT 2020 – 70%
 - Contratos de benefícios fiscais – 10%
 - Investimento dos Projetos de Internacionalização em Acompanhamento (ponderação em função do tempo de trabalho):
 - Projetos QREN ainda pendentes – 20%
 - Projetos PT 2020 – 80%

Abaixo apresentam-se os valores para o novo indicador calculado para os anos de 2012 a 2021 e estimado para o ano de 2022 e seguintes, excluindo despesas com as EXPO (Dubai 2020 e Osaka 2025) e promoção do Turismo de Portugal:

Ano	Indicador de eficiência da Sede	Ponderação	Indicador de eficiência da Rede	Ponderação	Indicador de Eficiência total
2012	314%	55%	109%	45%	221,61%
2013	212%	55%	105%	45%	163,41%
2014	168%	55%	100%	45%	137,64%
2015	135%	55%	99%	45%	118,89%
2016	100%	55%	100%	45%	100,00%
2017	89%	55%	98%	45%	92,95%
2018	73%	55%	98%	45%	84,20%
2019	72%	55%	98%	45%	83,48%
2020	62%	55%	101%	45%	79,81%
2021	62%	55%	99%	45%	78,81%
2022	59%	55%	102%	45%	78,51%
2023	53%	55%	104%	45%	75,91%
2024	50%	55%	107%	45%	75,55%
2025	49%	55%	107%	45%	75,01%

nota: sem Expo Dubai e Osaka e Turismo



Conforme se pode verificar no quadro acima, o Indicador da Agência apresenta uma ligeira redução quando comparado com o ano anterior (2019 Vs 2021), cumprindo assim o objetivo deste se reduzir todos os anos.

Para cada um dos indicadores da Sede e da Rede, os dados são os seguintes (exclui Expo Dubai e Osaka e Turismo de Portugal).

Indicador de Eficiência da Sede

Ano	Gastos Operacionais na Sede	Investimento em acompanhamento	Investimento em Acompanhamento (QREN pendentes)	Investimento em Acompanhamento (PT 2020)	Investimento em Acompanhamento (BF)	KPI (A)
2012	16.047.078,79	722.388.918,41	3.611.944.592,03	0,00		270%
2013	15.633.454,29	865.186.119,28	4.325.930.596,39	0,00		219%
2014	15.374.844,41	1.050.956.410,67	5.254.782.053,35	0,00		178%
2015	16.205.353,68	1.177.558.535,97	5.254.782.053,35	180.860.179,00		167%
2016	15.905.537,48	1.931.798.671,54	5.254.782.053,35	997.908.090,58	1.823.065.974,61	100%
2017	14.843.090,19	2.070.938.809,77	4.218.055.839,15	1.490.180.316,46	1.842.014.204,19	87%
2018	15.946.785,78	2.568.263.373,19	3.936.673.190,52	2.236.456.734,38	2.154.090.210,17	75%
2019	17.901.028,21	2.720.190.568,51	3.369.949.353,07	2.586.456.734,38	2.356.809.838,28	80%
2020	16.683.719,17	2.836.832.769,47	2.627.016.577,07	2.936.456.734,38	2.559.097.399,93	71%
2021	17.646.366,74	3.396.038.183,41	2.209.517.487,65	3.688.825.930,67	3.719.565.344,12	63%
2022	21.446.950,48	3.519.807.435,60	1.642.837.461,32	4.038.825.930,67	3.640.617.918,62	74%
2023	25.819.690,40	3.608.549.960,20	928.851.456,96	4.388.825.930,67	3.506.015.173,42	87%
2024	28.264.392,15	3.654.801.289,70	0,00	4.738.825.930,67	3.376.231.382,30	94%
2025	28.793.250,95	3.909.801.289,70	0,00	5.088.825.930,67	3.476.231.382,30	89%

Ano	Projetos de Internacionalização Acompanhamento	Projetos Internacionalização Acompanhamento (PT2020)	Projetos Internacionalização Acompanhamento (QREN)	KPI (B)
2012	123.828.689,77	0,00	619.143.448,85	704%
2013	201.241.178,61	0,00	1.006.205.893,04	422%
2014	233.710.191,72	0,00	1.168.550.958,62	357%
2015	477.614.723,70	353.525.289,60	973.972.460,09	184%
2016	863.586.206,23	860.476.958,53	876.023.197,03	100%
2017	1.223.368.464,04	1.354.977.301,06	696.933.115,96	66%
2018	1.574.602.946,03	1.805.358.355,47	651.581.308,29	55%
2019	1.728.696.995,48	2.094.741.528,32	264.518.864,10	56%
2020	1.907.299.760,94	2.384.124.701,18	0,00	47%
2021	1.428.243.541,18	1.785.304.426,48	0,00	67%
2022	1.659.750.079,47	2.074.687.599,33	0,00	70%
2023	1.891.256.617,75	2.364.070.772,19	0,00	74%
2024	2.122.763.156,03	2.653.453.945,04	0,00	72%
2025	2.122.763.156,03	2.653.453.945,04	0,00	74%



Ano	Taxa de reembolso - Média Móvel a 3 anos	KPI (C)
2012	89%	55%
2013	91%	48%
2014	96%	20%
2015	86%	74%
2016	81%	100%
2017	80%	107%
2018	84%	84%
2019	88%	77%
2020	92%	67%
2021	94%	58%
2022	96%	41%
2023	99%	11%
2024	100%	0%
2025	100%	0%

Ano	Gastos Operacionais na Rede Externa	Exportações de bens - mercados da rede externa (€)	Taxa de crescimento das exportações	KPI A	Quota de mercado de bens	KPI B	Indicador de eficiência da Rede
2012	13.021.810,60	41.222.374.202,00		112%	0,36%	107%	109%
2013	12.682.774,92	43.182.797.260,00	5%	104%	0,37%	105%	105%
2014	11.492.575,96	43.984.958.312,00	2%	92%	0,37%	104%	100%
2015	12.122.879,05	45.620.136.424,00	4%	94%	0,38%	102%	99%
2016	13.045.153,30	46.100.512.638,00	1%	100%	0,39%	100%	100%
2017	13.861.977,88	50.242.412.604,00	9%	98%	0,39%	99%	98%
2018	14.233.895,98	52.624.765.378,00	5%	96%	0,39%	100%	98%
2019	15.092.086,00	54.195.740.822,00	3%	98%	0,40%	98%	98%
2020	14.674.693,00	45.694.048.300,00	-19%	113%	0,41%	95%	101%
2021	15.076.139,99	57.949.167.073,00	21%	92%	0,38%	102%	99%
2022	16.800.000,00	59.108.150.414,46	2%	100%	0,38%	102%	102%
2023	18.423.118,00	60.290.313.422,75	2%	108%	0,38%	102%	104%
2024	20.167.485,50	61.496.119.691,20	2%	116%	0,38%	102%	107%
2025	20.544.842,01	62.726.042.085,03	2%	116%	0,38%	102%	107%

De notar o efeito nas exportações no ano de 2020 resultante do período de pandemia COVID 19.



Apresenta-se abaixo o indicador de eficiência considerando a totalidade dos gastos, designadamente a Promoção do Turismo e as Expo:

Ano	Indicador de eficiência da Sede	Ponderação	Indicador de eficiência da Rede	Ponderação	Indicador de Eficiência total
2012	314%	55%	109%	45%	221,61%
2013	212%	55%	105%	45%	163,41%
2014	168%	55%	100%	45%	137,64%
2015	135%	55%	99%	45%	118,89%
2016	100%	55%	100%	45%	100,00%
2017	89%	55%	98%	45%	92,95%
2018	73%	55%	98%	45%	84,20%
2019	75%	55%	98%	45%	85,59%
2020	71%	55%	105%	45%	85,97%
2021	67%	55%	105%	45%	84,00%
2022	63%	55%	108%	45%	83,42%
2023	63%	55%	107%	45%	82,95%
2024	61%	55%	110%	45%	82,81%
2025	60%	55%	110%	45%	82,20%

nota: com Expo Dubai e Osaka e Turismo

O Plano de Atividade e Orçamento de 2022 não foi objeto de despacho por parte das tutelas da Agência.



Apresenta-se de seguida o quadro com a evolução dos gastos operacionais:

Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

PRC	2022 Exec.	2022 Orç.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.
(0) EBITDA	-28.525	2.631	3.102	-1.981	-5.206
(1) CMVMC	-	-	-	-	-
(2) FSE	16.541	25.031	10.906	11.228	9.687
(3) Gastos com o pessoal	28.126	28.864	26.826	26.180	25.004
i. Relativos aos órgãos sociais	563	514	490	498	507
ii. Indemnizações pagas por rescisão	50	22	30	6	15
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	0	200	0	37	0
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais					
(4) Gastos com o pessoal sem os efeitos i., ii., iii. e iv.	27.513	28.129	26.307	25.639	24.482
(5) Impacto nos gastos decorrentes de fatores excecionais			18	63	
(6) Gastos Operacionais p/ efeitos apuram. eficiência op. (1)+(2)+(3)-(5)	44.667	53.895	37.714	37.346	34.691
(7) Volume de negócios (VN)	-	-	-	-	
Subsídios à exploração					
Indemnizações compensatórias					
(8) Perda da receita decorrente de fatores excecionais					
(9) Volume de negócios para efetivo apuramento da efic. op. (7)+(8)					
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	-	-	-	-	
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	1.678	2.277	858	446	1.602
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	88	103	36	20	88
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	78	207	51	51	70
Total = (i) + (ii) + (iii)	1.844	2.586	946	518	1.761
(10) Encargos contratação de estudos, pareceres, projetos e consult.	887	3.457	660	774	517
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	497	525	495	487	470
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	5	5	5	5
N.º Cargos de Direção (CD)	94	89	88	81	73
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	398	431	402	401	392
N.º Trabalhadores/N.º CD	4,23	4,84	4,57	4,95	5,37
N.º de viaturas	28	28	30	30	30

valores: mil euros

nota: o volume de negócios não tem significado para a Aicep dada a natureza da prestação de serviços da Agência.



Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

PRC	2022/2021		2022/2019	
	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-31.628	1019%	-23.319	448%
(1) CMVMC	-	-	-	-
(2) FSE	5.635	52%	6.854	71%
(3) Gastos com o pessoal	1.300	5%	3.123	12%
i. Relativos aos órgãos sociais	74	15%	57	11%
ii. Indemnizações pagas por rescisão	21	-	35	226%
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	0	-	0	-
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais				
(4) Gastos com o pessoal sem os efeitos i., ii., iii. e iv.	1.206	5%	3.031	12%
(5) Impacto nos gastos decorrentes de fatores excecionais	-18	-100%	0	-
(6) Gastos Operacionais p/ efeitos apuram. eficiência op. (1)+(2)+(3)-(5)	6.953	18%	9.976	29%
(7) Volume de negócios (VN)	-	-	-	-
Subsídios à exploração				
Indemnizações compensatórias				
(8) Perda da receita decorrente de fatores excecionais				
(9) Volume de negócios para efetivo apuramento da efic. op. (7)+(8)				
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	-	-	-	-
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	819	95%	-744	5%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	51	142%	-52	0%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	27	53%	-19	11%
Total = (i) + (ii) + (iii)	898	95%	-815	5%
(10) Encargos contratação de estudos, pareceres, projetos e consult.	228	35%	143	72%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	2	0%	25	6%
N.º Órgãos Sociais (OS)	0	0%	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	6	7%	15	29%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	-4	-1%	10	2%
N.º Trabalhadores/N.º CD	0	-7%	-1	-21%
Nº de viaturas	-2	-7%	0	-7%

valores: mil euros



14. Cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado conforme previsto no artº 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 136.º da LOE 2022 e artigo 102.º do DLEO 2022

A quase totalidade das disponibilidades da Agência está depositada no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.).

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	178.042.137,00	170.342.312,61	165.784.283,16	24.855.408,50
Aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	151.200.000,00
Total	178.042.137,00	170.342.312,61	165.784.283,16	176.055.408,50

A AICEP solicitou a dispensa do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, tendo obtido autorização através do ofício do IGCP Ref.ª UE: SGC nº 148/2022, de 3 de novembro (INF: 0743/2022), para 2022 e 2023. As exceções são as contas bancárias que tenham a custódia de títulos que não sejam de dívida pública; a conta utilizada para o carregamento dos cartões para pagamento do subsídio de alimentação aos colaboradores; reforço de um PPR a qual deve sempre apresentar saldo nulo ou igual ao valor da poupança desse mês. De referir que as contas bancárias das delegações da AICEP no exterior, onde o IGCP não opera, estão automaticamente dispensadas deste cumprimento. A autorização de dispensa foi carregada no SIRIEF.

Abaixo encontra-se quadro com as disponibilidades na banca comercial e os rendimentos obtidos.

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Banco Português de Investimento	1.603,46	662,66	1.716,66	2.770,66
Caixa Geral de Depósitos	72.807,76	2.831.670,43	66.340,00	33.466,55
Banca no estrangeiro (várias contas)	2.893.467,88	2.340.446,08	2.467.161,95	1.113.396,78
Total	2.967.879,10	5.172.779,17	2.535.218,61	1.149.633,99
Juros auferidos** / ***	12,01	8,11	23,29	30,16
				73,57

valores em euros

* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras.

** Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2022) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

*** devido às contas da rede externa da Agência por vezes se encontrar desfasada das datas de fecho mensal, o montante da entrega dos juros trimestral pode não corresponder ao montante auferido mensal havendo passagem de valores entre meses.

A AICEP entrega ao Estado os juros auferidos no final do exercício, após o encerramento das contas. Os juros auferidos em cada trimestre de 2022 foram depositados no IGCP no dia 8 de março de 2023.



15. Divulgação de recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e respetivo resultado

Em meados de 2018 o Tribunal desencadeou uma auditoria ao Modelo de recuperação de dívidas dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020. Em fase de contraditório, a AICEP teve oportunidade de expor os procedimentos adotados no caso concreto de um projeto cujo beneficiário procedeu à devolução do incentivo e houve necessidade de se efetuar a sua reposição à ADC. No relatório final produzido pelo Tribunal a 28 de novembro de 2018 (Relatório Nº 16/2018-2ª Sessão), foram feitas diversas recomendações à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC) e às Autoridades de Gestão do POCL e dos PO Regionais do Continente (nenhuma dirigida à AICEP).

Em 2018 o Tribunal de Contas iniciou um processo de verificação a dez contratos de aquisição de serviços celebrados nos anos de 2012 a 2016 pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (Relatório Nº 1/2018-ARF-1ª Sessão). O relatório final foi remetido à Agência no final de 2018, tendo a AICEP enviado, no início de 2019, ao Tribunal de Contas observações ao mesmo.

Durante os anos de 2020, 2021 e 2022 não ocorreram auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas à AICEP.

16. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade

A AICEP respeita o Princípio da Igualdade do Género, conforme nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2012, de 23 de fevereiro. A repartição do seu pessoal é equilibrada entre homens e mulheres; a 31 de dezembro de 2022 o efetivo é no total de 497, em que 199 do género masculino e 298 género feminino. No que respeita às chefias, incluindo a administração, à mesma data a AICEP possuía 52 do género masculino e 47 do género feminino (a administração é composta por 2 membros masculinos e 3 femininos – cumprindo a recomendação da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto). Verifica-se, assim, a existência de uma presença plural de mulheres e de homens em cargos diretivos, resultante da aplicação de uma política interna para a igualdade de género.

O Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, estabelece os procedimentos para a realização das comunicações sobre composição dos órgãos de gestão e fiscalização e planos de igualdade. A AICEP tem respondido ao que lhe é solicitado.

A AICEP possui um Código para a Prevenção e Combate à Prática de Assédio e Discriminação no Trabalho em que se salvaguarda a igualdade de género, prevendo-se que os seus destinatários se devam abster de adotar comportamentos discriminatórios em relação aos demais, sejam colaboradores ou terceiros. Inclui discriminação com base na raça, género, idade, incapacidade física, orientação sexual, opinião, ideologia política e religião. O conselho de administração deve proporcionar um ambiente de trabalho que valorize a inexistência de qualquer tipo de assédio e de discriminação, estimulando a assunção de uma cultura saudável, segura e cordial no local de trabalho.

**17. Elaboração e divulgação da Demonstração não financeira**

A Demonstração não financeira não se apresenta como obrigatória à AICEP dado que a Agência não é uma Entidade de Interesse Público (artº 3.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro - Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria) e o impacto da sua atividade nas questões sociais, ambientais e relativas aos trabalhadores é reduzido.

18. Apresenta-se quadro com a informação divulgada no site do Setor Empresarial do Estado a 31 de dezembro

Informação a constar no Site do Setor Empresarial do Estado	Divulgação	
	S/N/N.A.	Data Atualização
Estatutos	S	08-10-2015
Caracterização da Empresa	S	09-04-2010
Função de tutela e acionista	S	06-12-2019
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	02-08-2019
- Identificação dos órgãos sociais	S	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	
- Identificação das funções e respons. dos membros do Conselho de Administração	S	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	
Esforço Financeiro Público	S	02-08-2019
Ficha Síntese	S	04-09-2019
Informação Financeira histórica e atual	S	04-09-2019
Princípios de Bom Governo	S	04-09-2019
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	
- Outras transações	S	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	
Económico	S	
Social	S	
Ambiental	S	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	
- Código de ética	S	

**Apêndice 1 - Cumprimento das orientações legais – divulgação de informação****Conselho de Administração**Mandatos

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRLO (2)			N.º Total Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade Origem	Ent. Pag. (O/D)	Data e forma	
2020/22	Presidente	Luís Castro Henriques	Desp.12638-A	29-12-20	Sim	EDP	D	D.12638-A	3
2020/22	Vogal Execut.	Madalena Oliveira e Silva	Desp.12638-A	29-12-20	Sim	AICEP	D	D.12638-A	2
2020/22	Vogal Execut.	João Paulo Salazar Dias (*)	Desp.12638-A	29-12-20	Não		D	D.12638-A	2
2020/22	Vogal Execut.	Francisca Guedes de Oliveira	Desp.12638-A	29-12-20	Não		D	D.12638-A	1
2020/22	Vogal Execut.	Rita Lindley Araújo	Desp.12638-A	29-12-20	Sim	AICEP	D	D.12638-A	1
2022	Vogal Execut.	Luís Rebelo de Sousa	Desp.11349	22-09-22	Não		D	D.11349	1

(1) indicar Resolução (R)/Assembleia Geral (AG)/Decisão Unânime por Escrito (DUE)/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28.º do EGP;
indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(*) cessação de funções, em 1 de setembro de 2022

Aplicação do Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Represent.
Luís Castro Henriques	N	-	5.343,70	1.945,73
Madalena Oliveira e Silva	N	-	5.105,90	1.575,31
João Paulo Salazar Dias (*)	S	B	3.891,46	1.575,31
Francisca Guedes de Oliveira	S	B	3.938,27	1.575,31
Rita Lindley Araújo	N	-	4.076,49	1.575,31
Luís Rebelo de Sousa	N	-	4.058,47	1.575,31

(*) cessação de funções, em 1 de setembro de 2022

Remunerações auferidas

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remun. (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Luís Castro Henriques	98.160,56		98.160,56	4.612,85	93.547,71
Madalena Oliveira e Silva	90.442,27		90.442,27	4.521,94	85.920,33
João Paulo Salazar Dias (*)	62.696,16		62.696,16	3.055,62	59.640,54
Francisca Guedes de Oliveira	87.256,60		87.256,60	4.283,86	82.972,74
Rita Lindley Araújo	76.030,62		76.030,62	3.723,57	72.307,05
Luís Rebelo de Sousa	21.379,89		21.379,89	1.123,07	20.256,82
			435.966,10	21.320,92	414.645,19

(*) cessação de funções, em 1 de setembro de 2022

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Benefícios Sociais auferidos

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identif.	Encargo Anual			Identificar Valor
Luís Castro Henriques	9,00	1.404,00	SS	22.370,31	800,95	Ac. pess. e Trab.	623,80
Madalena Oliveira e Silva	9,00	1.719,00	SS	20.592,85	800,95	Ac. pess. e Trab.	572,74
João Paulo Salazar Dias (*)	9,00	5.524,21	SS	15.316,90	600,71	Ac. pess. e Trab.	462,64
Francisca Guedes de Oliveira	9,00	2.469,69	SS	20.088,25	734,20	Ac. pess. e Trab.	470,28
Rita Lindley Araújo	9,00	1.683,00	SS	17.225,26	800,95	Ac. pess. e Trab.	485,33
Luís Rebelo de Sousa	9,00	1.122,03	SS	5.804,44	333,72	Ac. pess. e Trab.	195,94
		13.921,93		101.398,01	4.071,48		2.810,73

(*) cessação de funções, em 1 de setembro de 2022

Acumulação de funções

Os membros do conselho de administração que exercem, em simultâneo, cargos em outras empresas, são os que abaixo se indicam:

Acumulação de funções

Membro do CA	Entidade	Função	Regime
Francisca Guedes de Oliveira	Estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público	Docente	Público
Rita Lindley Araújo	AICEP Global Parques	Presidente não Exec.	Público

Viaturas e encargos

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura	Celebração	Valor de	Modali-	Ano	Ano	Valor	Gasto	Prestações
	atribuída	Contrato	referência da	dade (1)	Início	Termo	Renda	Anual	Contratuais
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identif.]			Mensal	Rendas	Remanesc.
							[€]	[€]	(N.º)
Luís Castro Henriques	S	N	28.054,05	aquis.	-	-	-	-	-
Madalena Oliveira e Silva	N	N	-	-	-	-	-	-	-
João Paulo Salazar Dias (*)	S	N	30.750,00	aquis.	-	-	-	-	-
Francisca Guedes de Oliveira	S	N	30.750,00	aquis.	-	-	-	-	-
Rita Lindley Araújo	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Luís Rebelo de Sousa (**)	S	N	(**)	-	-	-	-	-	-

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

As viaturas referidas, sendo predominantemente usadas pelos utilizadores indicados, não lhe estão diretamente afetas, fazendo parte de uma "pool" que é gerida em função das necessidades de serviço.

(*) cessação de funções, em 1 de setembro de 2022

(**) após outubro, com viatura disponível do Administrador que cessou funções

Gastos com deslocações em serviço

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	
Luís Castro Henriques	38.823,91	15.611,83	4.777,62	Refeições	3.061,12	62.274,48
Madalena Oliveira e Silva	20.840,07	10.539,68	2.754,12	Refeições	1.294,43	35.428,30
João Paulo Salazar Dias	911,89	3.695,00	230,65	Refeições	342,33	5.179,87
Francisca Guedes de Oliveira	18.019,44	5.837,50	1.864,57	Refeições	392,93	26.114,44
Rita Lindley Araújo	22.909,84	12.049,18	2.736,77	Refeições	564,83	38.260,62
Luís Rebelo de Sousa	4.322,33	1.630,00	482,40	Refeições	194,82	6.629,55
						<u>173.887,26</u>

(*) A maioria dos gastos referem-se a deslocações ao estrangeiro relacionadas com a atividade de promoção no âmbito da diplomacia económica, que a AICEP desenvolve com vista à internacionalização da economia portuguesa, de acordo com a missão, objeto e atribuições definidos estatutariamente

**Fiscalização****Conselho Fiscal**Mandatos

<u>Mandato</u> (Início - Fim)	<u>Cargo</u>	<u>Nome</u>	<u>Designação</u>		<u>Estat. Rem.</u> <u>Fixado Mensal</u>	<u>N.º de</u> <u>Mandatos</u>
			<u>Forma (1)</u>	<u>Data</u>		
2021-2023	Presidente	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	Desp. conj.	26-02-21	1.362,01	1
2021-2023	Vogal Efetivo	Maria da Nazaré Mendonça Luis Barbosa Campos Vilar	Desp conj.	26-02-21	1.021,51	1
2021-2023	Vogal Efetivo	José Manuel Cristóvão Veríssimo	Desp. conj.	26-02-21	1.021,51	1
2021-2023	Vogal Suplente	Abel Cubal Tavares de Almeida	Desp. conj.	26-02-21	1.021,51	1

Número estatutário de membros: 4

<u>Nome</u>	<u>Remuneração Anual</u>		
	<u>Bruto</u> (1)	<u>Reduções</u> <u>Remuneratórias</u> (2)	<u>Valor Final</u> (3) = (1)-(2)
Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	21.356,03		21.356,03
Maria da Nazaré Mendonça Luís Barbosa Campos Vilar	16.017,06		16.017,06
José Manuel Cristóvão Veríssimo	16.017,06		16.017,06
			53.390,15

(*) inclui parcela referente a 2021

Revisor Oficial de ContasMandatos

<u>Mandato</u> (Início - Fim)	<u>Cargo</u>	<u>Identificação SROC/ROC</u>		
		<u>Nome</u>	<u>Nº de insc.</u> <u>na OROC</u>	<u>Nº Registo</u> <u>na CMVM</u>
2022-2024	ROC	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.	23	20161381
2022-2024	ROC supl.	Grant Thornton & Associados, SROC, Lda.	67	20161403

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

<u>Cargo</u>	<u>Identificação SROC/ROC</u>		<u>Designação</u>			<u>Nº de anos de</u> <u>funções</u> <u>exercidas</u> <u>no grupo</u>	<u>Nº de anos de</u> <u>funções exercidas</u> <u>na sociedade</u>
	<u>Nome</u>	<u>Forma (1)</u>	<u>Data</u>	<u>Contratada</u>			
ROC	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.	Despacho	10-05-22	-		1	1
ROC supl.	Grant Thornton & Associados, SROC, Lda.	Despacho	10-05-22	-		1	1

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Contrato de prestação de serviços

Nome	Rem. anual 2022
Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.-contas 2021	9.225,00
Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.-contas 2022	18.450,00
	<u>27.675,00</u>
valores com IVA	

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.-contas 2021	9.225,00		9.225,00
Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.-contas 2022	18.450,00		18.450,00
valores com IVA			

Nome ROC/FU	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022			
	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.				
valores com IVA				

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados, SROC, Lda.	725	1122	29-12-22	2022	16	16



Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda.	24.427,80		24.427,80

valores com IVA

Nome Auditor Externo	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022)			
	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda.	N/A			

Apêndice 2 - Cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais - 2022	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação / Refª Relat.
Objectivos de Gestão	N.A.		
Objetivo de gestão 1 ^(a)			
Objetivo de gestão 2 ^(a)			
Objetivo de gestão 3 ^(a)			
Metas a Atingir constantes no PAO 2022	S	100%	
Investimento			
Nível de endividamento			
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	100%	
Gestão do Risco Financeiro	N.A.		
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.		
Evolução do PMP a fornecedores	S	-8	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	0	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	S		
Recomendação 1			
Recomendação 2			
Reservas emitidas na última CLC	S		
Reservas 1			
Reservas 2			
Remunerações			
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	S	21.321 euros	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	N.A.		
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2022 (se aplicável)	N.A.		
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		



Cumprimento das Orientações legais - 2022	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação / Refª Relat.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	link (c)	
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	nº: 5; 1.198.230	euros (s/ iva)
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	NA		
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Ponto 13	
Contratação de estudo, pareceres, projetos e consultoria (artº 49º do DLEO 2019)	S	Ponto 14	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	0%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	1.149.633,99	euros
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	73,57	euros
			entregue a 8.mar.23
Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)	S		
Recomendação 1			
Recomendação 2			
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	S		
Apresentação da demonstração não financeira	NA		

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

(c) https://portugalglobal.pt/PT/sobre-nos/conduta-etica/Documents/RAE_PGRCCI-2021.pdf

Análise às contas do exercício

Situação económica e financeira

Os documentos contabilísticos apresentados no último capítulo deste relatório, designadamente as Demonstrações Financeiras Individuais e respetivos anexo, reportados ao exercício de 2022 apresentam, só por si, uma visão clara, fiel e integral da situação económica e financeira da AICEP e da sua empresa participada. Neste capítulo pretende-se, tão só, apresentar resumidamente os principais movimentos ocorridos durante o ano. Para efeitos de comparação, reproduz-se, de seguida, a estrutura patrimonial da AICEP nos anos de 2022 e 2021.

Estrutura Patrimonial (mil Euros)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO NÃO CORRENTE		
Ativos fixos tangíveis	1.196	1.326
Propriedades de investimento	39	40
Ativos intangíveis	4.150	2.970
Participações financeiras	37.207	36.124
Outros ativos financeiros	22.438	27.834
Outras contas a receber	4	4
ATIVO CORRENTE		
Clientes, contribuintes e utentes	705	1.515
Estado e outros entes públicos	171	93
Outras contas a receber	10.077	5.741
Diferimentos	895	1.368
Caixa e depósitos	177.211	190.103
Total do Ativo	254.093	267.118
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património / Capital	114.928	114.928
Prémios de emissão	57.950	57.950
Reservas	93	-36
Resultados transitados	-39.989	-53.801
Ajustamentos em ativos financeiros	1.992	1.849
Excedentes de revalorização	199	206
Outras variações no património líquido	1.992	1.167
Resultado líquido do período	-28.985	2.583
Total do Património Líquido	108.180	124.846
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Provisões	4.226	4.768
Passivos por impostos diferidos	18	19
Outras contas a pagar	132.187	131.489
Diferimentos	400	400
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	209	100
Estado e outros entes públicos	1.079	1.073
Fornecedores de investimento	96	0
Outras contas a pagar	2.846	3.202
Diferimentos	4.852	1.190
Total do Passivo	145.913	142.241
Total do Património Líquido e do Passivo	254.093	267.118



No que se refere ao ativo não corrente há a salientar uma variação negativa sofrida a nível dos investimentos financeiros tal como descrito a seguir.

Embora em sentido contrário é de salientar que a participação de 91,185% na AICEP Global Parques, relevada nas contas por aplicação do método da equivalência patrimonial registou um acréscimo de cerca de 1.084 mil Euros, pela conjugação do registo positivo de 3.916 mil Euros, correspondente ao resultado líquido da empresa em 2022 ponderado pela percentagem de participação na empresa e redução de 2.832 mil Euros relativos à distribuição, em 2022, de dividendos do exercício de 2021.

Já no que diz respeito aos outros ativos financeiros, houve lugar à redução de capital nos Fundos de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento e Portugal Ventures Internacionalização, que se traduziu numa diminuição de 4.771 mil Euros e de 43 mil Euros respetivamente. Houve ainda ajustamentos às imparidades do valor das U.P. dos fundos de capital de risco detidas pela AICEP que, no seu conjunto, contribuíram com um valor negativo de 525 mil Euros, reforço da imparidade no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand no montante de 1.060 mil Euros e em sentido contrário, contributos dos ajustamentos no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento e no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Internacionalização, respetivamente no montante de 514 mil Euros e de 21 mil Euros. Note-se que o valor de 22.438 mil Euros, relativo ao saldo dos outros ativos financeiros, em 2021, inclui o valor da participação no FINOVA, no montante de 6.821 mil Euros, que passou a estar evidenciada nas contas da AICEP, a partir de 2018, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta “Outros credores”. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

Também a rubrica dos ativos intangíveis sofreu um aumento de 1.180 mil Euros derivados das aquisições relacionadas com o processo de transformação digital que a AICEP atravessa.

No ativo corrente importa destacar o aumento das contas a receber, num total de 4.337 mil Euros, originado fundamentalmente pelo aumento dos acréscimos de rendimentos correspondentes a candidaturas apresentadas e cofinanciadas no âmbito do Programa INOV Contacto (3.411 mil Euros) e com os projetos próprios – SIAC (1.335 mil Euros).

Pela sua importância, 70% do total do Balanço, o valor de depósitos bancários e caixa merece também uma explicação. Neste momento a AICEP tem à sua guarda os valores resultantes dos reembolsos e das devoluções das empresas que foram destinatárias de incentivos no âmbito do Sistema de Incentivos PRIME que, em 31 de dezembro de 2022 ascendiam a cerca de 117 milhões de Euros. O remanescente engloba fundos próprios da AICEP. Tal como pode ser constatado, os depósitos bancários sofreram uma variação negativa de 12.892 mil Euros. Para além dos gastos normais da Agência, contribuiu para este valor, o pagamento para o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. por contrapartida de saldos de gerência, conforme determinação do Governo, para efeitos de operacionalização do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 131-D/2022, de 22 de dezembro, que visava conceder um apoio ao Estado de São Tomé e Príncipe via CICL, o que



implicava, de acordo com as instruções recebidas, a mobilização de saldos da AICEP para aquele instituto, autorizada nos termos do Despacho n.º 791/2022/SEO, de 22 de dezembro.

As rubricas que integram o Património Líquido mantiveram-se estáveis relativamente a 2021, sendo apenas de realçar o aumento de 13.812 mil Euros na rubrica de resultados transitados, decorrente do resultado de 2021 e do recebimento de 11.500 mil Euros da DGTF ao abrigo da alínea d) do nº 1 do artigo 38º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei nº 75-A/2014, de 30 de setembro, e posteriormente pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, em que ficou determinada a entrada de capital em numerário no valor de 11.500 mil Euros para cobertura de prejuízos da AICEP.

Embora apenas com um peso de 3% do passivo não corrente, o valor das provisões diminuiu 542 mil Euros, decorrente fundamentalmente dos pagamentos de diuturnidades e subsídios de refeição reclamados pelos colaboradores, que venceram ações em tribunal. Tal como consta detalhadamente dos documentos anexos às contas, procedeu-se à sua atualização com base nas ocorrências de 2022, passando no final do ano para um total de 4.226 mil Euros.

A restante percentagem do passivo não corrente, corresponde fundamentalmente à expressão, no passivo, da qualidade da AICEP enquanto intermediária na gestão de fluxos financeiros derivados da aplicação do SIPRIME. Assim, as explicações dadas a propósito dos depósitos bancários têm pleno cabimento na análise desta rubrica.

Relativamente aos diferimentos, de salientar que estão registados 400 mil Euros recebidos do MNE correspondente a uma parcela das receitas dos emolumentos cobrados no âmbito das autorizações de residência para atividade de investimento (ARI) destinados a atividades de diplomacia económica envolvendo a rede externa.

No que se refere ao passivo corrente, merece registo a rubrica de diferimentos, dado o seu acréscimo de 3.662 mil Euros face a 2021 que se prendeu basicamente com o facto de terem sido recebidos 7,6 milhões de Euros do FRI – Fundo para as Relações Internacionais, referentes à participação portuguesa na Expo 2020 Dubai, enquanto apenas foram registados 4 milhões de Euros em rendimentos do exercício.

Apresenta-se de seguida quadro resumo com a composição do resultado do grupo:

Composição do Resultado do Grupo AICEP (mil Euros)

	2022	2021
Resultados sem participadas e fundos	-32.383	-702
Resultados relativos às participadas e fundos		
Contribuição da AICEP Global Parques	3.922	2.982
Imparidades de participações financeiras e outros ativos financeiros	-524	303
Resultado Líquido do Grupo	-28.985	2.583



Como se pode constatar no quadro anterior, o resultado da atividade da AICEP foi cerca de 32.383 mil Euros negativos, o que, após consolidação com o resultado das suas participações financeiras, corresponde a cerca de 28.985 mil Euros negativos.

O resultado negativo da atividade da AICEP (28.985 mil Euros negativos), pode-se resumir em grande parte derivado de três fatores. Um dos motivos prende-se com o facto de não ter recebido o montante de 11,5 milhões de Euros referente à transferência do IAPMEI, I.P., prevista no n.º 13 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 12/2022 do Orçamento de Estado, tendo recebido este montante da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), ao abrigo do capítulo 60, valor este registado na rubrica de resultados transitados, dado que, segundo a Tutela, a sua finalidade foi para cobertura de prejuízos.

Outra das razões está relacionada com a transferência de 15 milhões de euros para o Instituto Camões, conforme instruções da tutela setorial e financeira, valor este transferido no final do ano sem estar orçamentado e que teve por contrapartida os saldos de gerência da AICEP.

Por último, o facto de a AICEP não ter podido reconhecer como rendimentos 3,5 milhões de Euros referentes à comissão de gestão por conta da organização da Expo 2020 Dubai (oriundos da verba recebida do FRI – Fundo para as Relações Internacionais), dado não ter tido autorização da Tutela.

Se não tivessem ocorrido estes três fatores alheios à AICEP, o Resultado Líquido a Agência rondaria um milhão de Euros positivos, conforme mapa seguinte:

Resultados da atividade sem participadas	
Gastos	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	71.694
Fornecimentos e serviços externos	16.540.521
Gastos com o pessoal	28.126.427
Gastos de depreciação e de amortização	538.813
Provisões do período	623.041
Outros gastos e perdas	3.788.630
Gastos e perdas de financiamento	115.138
Total gastos	49.804.264
Rendimentos	
Vendas e Prestações de serviços e concessões	22.610.018
Reversões	220.209
Outros rendimentos e ganhos	24.397.326
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	337.873
Total rendimentos	47.565.426
Impostos sobre o rendimento do exercício	143.903
Resultado antes de resultados na participada	(2.382.741)
Resultados relativos às participadas	
Método de equivalência patrimonial	3.921.985
Imparidades relativas às participações financeiras	(524.587)
Total de Método de Equivalência Patrimonial e Imparidades	3.397.398
Resultado Líquido do Exercício	1.014.658



Interessa, agora, analisar a formação do resultado líquido da AICEP em função da evolução dos respetivos rendimentos e gastos.

Relativamente a 2021, os rendimentos alcançados em 2022 diminuíram em cerca de 13% para um total aproximado de 36,3 milhões de Euros.

Como referido anteriormente, a AICEP não recebeu 11,5 milhões de Euros do IAPMEI e conseqüentemente não os pode registar em rendimentos, como tem acontecido ao longo dos anos. Assim, a componente fundamental dos rendimentos teve origem nos pagamentos do Turismo de Portugal, conforme estabelecido na Lei do Orçamento para 2022 e que contribuiu com cerca de 30% do total. A AICEP obteve ainda rendimentos com origem em fontes diversificadas, como sejam, o FRI Fundo para as Relações Internacionais, Turismo de Portugal (Protocolos) e verbas comunitárias.

No que se reporta a gastos, a AICEP incorreu em cerca de 65,3 milhões de euros repartidos, na sua grande parte, por encargos com o pessoal (43%), fornecimentos e serviços externos (25%), transferências e subsídios concedidos (23%) e bolsas atribuídas no âmbito do Programa Inov Contacto (5%).

A rubrica de transferências e subsídios concedidos é constituída exclusivamente pela transferência para o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., que visava conceder um apoio ao Estado de São Tomé e Príncipe via CICL, conforme referido anteriormente.

Relativamente às restantes rubricas dos gastos operacionais, em comparação com o ano anterior, regista-se um aumento na ordem dos 4,8% na categoria de gastos com pessoal, enquanto que em relação aos fornecimentos e serviços externos, verificou-se um forte aumento desta rubrica num total 51,7% (mais 5,6 milhões de Euros face ao ano anterior), fundamentalmente pelo acréscimo no valor dos gastos associados com a Promoção (mais 3.225 mil Euros), com especial incidência na participação na Hannover Messe, nas despesas com funcionamento (mais 803 mil Euros), nos gastos relativos à Expo 2020 Dubai (mais 611 mil Euros) e nas despesas com a promoção do turismo (mais 314 mil Euros).

As contas consolidadas incluem no seu perímetro a AICEP Global Parques, empresa participada pela AICEP em 91,185%, considerada pelo método de Consolidação Integral.

Em termos consolidados manter-se-á, sensivelmente, a estrutura patrimonial do ano anterior, sendo que as alterações operadas são, fundamentalmente, determinadas pelas variações ocorridas na AICEP, E.P.E.

O resultado líquido consolidado apresentará a mesma expressão quantitativa do resultado líquido extraído das contas individuais.



Gestão de riscos da sociedade

A organização possui um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e de Conflito de Interesses onde se identificam os principais potenciais riscos de cada uma das áreas de atividade da Agência e respetivas medidas preventivas, estando em vigor a versão aprovada a 30 de setembro de 2020. Prevê-se que o Plano seja sujeito a nova revisão em 2023.

Os riscos da Agência foram definidos e classificados em função do grau de gravidade, probabilidade de ocorrência e reversibilidade. A maioria dos riscos foi classificado como “moderado” havendo medidas concretas em aplicação que previnem a sua ocorrência.

Dada a missão da AICEP enquanto entidade privilegiada de interação com o tecido empresarial, encontra-se suscetível a favorecer agentes económicos, negócios, investimentos, capazes de gerar corrupção e outras infrações.

No que respeita em concreto à atribuição de incentivos financeiros apontam-se riscos ao nível do favorecimento indevido dos promotores dos projetos, aplicação indevida da regulamentação e acesso a informação privilegiada e confidencial em benefício próprio. Adotar níveis decisórios sucessivos, sujeitos a controlo e supervisão interna e externa e assegurar o acesso restrito ao Sistema de Gestão Operacional em função dos perfis de utilizador e das respetivas operações são as principais medidas adotadas. Ações de controlo e auditoria internos são igualmente apontados.

A Agência atua ao nível dos custos de contexto e dos projetos classificados como de interesse nacional. A este nível, poderá igualmente existir o risco de favorecimento na qualificação dos projetos e da alteração legislativa em favor de determinado interesse económico. Aponta-se como medida preventiva o reforço do controlo e auditorias internas.

No que respeita à divulgação de informação (confidencial ou outra) detetou-se como potencial risco da sua difusão indevida e o encaminhamento de oportunidades de negócio detetadas para um número restrito de agentes, o que pode ser mitigado pelo estabelecimento de procedimentos relativos à utilização de informação confidencial, assegurar a transparência na difusão de informação e o reforço dos mecanismos de controlo interno.

Ao nível dos procedimentos de contratação pública aponta-se o risco de favorecimento na seleção e contratação de fornecedores, que poderá ser reduzido através da implementação de termos de referência e critérios de pontuação nos cadernos de encargos claros, constituição de júris robustos e do reforço do controlo e auditorias internos.

Tendo em vista mitigar o risco de irregularidades identificados em cada uma das áreas de atividade importa em particular destacar a temática da segregação de funções que se tem revelado para a AICEP, com especial preocupação no modelo de gestão dos incentivos. As estruturas de administração executiva e de fiscalização encontram-se claramente segregadas ao nível dos órgãos máximos responsáveis pela gestão da Agência (risco de conflito de interesse). Este modelo é ainda aplicado a outros níveis de decisão. Assim, a distribuição de pelouros pelos membros do conselho de administração salvaguarda a segregação de funções sempre que a natureza das atividades desenvolvidas assim o determina. É o caso, designadamente, da administração dos



incentivos a conceder às empresas em que há uma segregação de funções entre a análise e contratação, verificação e pagamento do incentivo (risco de fraude).

De referir ainda que no âmbito da prevenção do risco de conflitos de interesse foi aprovado pelo conselho de administração a 8 de setembro de 2020 uma versão revista do Código de Ética e Conduta da AICEP. Neste âmbito, a unidade de recursos humanos solicitou a assinatura por parte de todos os colaboradores de uma declaração de aceitação onde se declara que se toma conhecimento do Código e assume o compromisso individual de dar cumprimento aos princípios e normas nele estabelecidos. O código estabelece regras para matérias como o sigilo profissional, proteção de dados pessoais, acesso a documentos, conflitos de interesse e incompatibilidades, ofertas, convites e benefícios similares, relações com entidades externas e proteção do ambiente. Em 2018 já tinha sido despoletada a subscrição de uma “Declaração de existência ou não existência de conflito de interesses”, incluindo a confirmação da leitura e compreensão do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Conflito de Interesses. No âmbito das atribuições à AICEP de competências ao nível da gestão de incentivos enquadrados no Compete 2020 foi também solicitado, a todos os colaboradores afetos ao acompanhamento e gestão dos incentivos, a subscrição de uma “Declaração de Aceitação do Código de Ética e Conduta do COMPETE 2020”.

A AICEP tem apresentado anualmente um relatório identificativo das ocorrências dos factos relativos a corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, previstos na alínea a) do nº 1 do artº 2º da Lei nº 54/2008, de 4 de setembro. O Relatório Anual de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e de Conflitos de Interesses relativo ao exercício de 2021 foi aprovado pelo conselho de administração a 28 de junho de 2022, cumprindo assim o n.º 1 do art.º 46.º do Decreto-Lei n.º 133/ 2013, encontrando-se o relatório relativo a 2022 em fase de elaboração,

O relatório de 2020 foi aprovado pelo Conselho de Administração a 23 de junho de 2021 e conclui que no decurso de 2020, não obstante a necessidade de assegurar o protocolo de segurança de saúde pública adotado no âmbito da situação epidemiológica, a AICEP zelou pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de prevenção dos riscos de corrupção, infrações conexas e de conflitos de interesses. Não se registaram casos associados a corrupção ou conflitos de interesses, nem indícios de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo. A área de Auditoria participou e envolveu outras áreas da Agência em ações de formação sobre estas temáticas, dinamizou ações internas de formação com outras áreas (temas de contratação pública) e, no âmbito do impacto da pandemia covid-19, articulou com outras áreas a divulgação constante de normativos às empresas portuguesas. Procedeu ainda à realização de auditorias internas a projetos com vista à vigilância da legalidade no que respeita à execução de projetos de investimento no âmbito do sistema de incentivos do PT 2020. Foi também realizada uma auditoria a um ponto de rede externa da Agência. Foram acompanhados processos de controlo de operações do COMPETE 2020 e dos Programas Operacionais Regionais, bem como do Tribunal de Contas Europeu (TCE) e IGF – Inspeção Geral de Finanças.



Em termos transversais à AICEP, refira-se que o risco financeiro a que a Agência possa estar sujeita (risco de taxa de juro, risco de crédito, risco cambial) é considerado praticamente inexistente. Em matéria fiscal, a AICEP está sujeita às alterações da legislação em vigor. Neste âmbito procura estar em contacto permanente com os órgãos de fiscalização da Agência, o Auditor Externo, a Autoridade Tributária, o Ministério das Finanças e demais entidades externas de controlo e supervisão.

Um dos riscos com que a Agência se tem vindo a debater nos últimos anos é o da restrição à capacidade de renovação dos seus recursos humanos (risco de talento), uma vez que jovens colaboradores trazem dinamismo e novas ideias à estrutura e contribuem para a sustentabilidade da Agência enquanto dinamizador do progresso económico e do tecido empresarial português. Na sequência do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), previsto no artigo 25º da Lei do Orçamento do Estado para 2017 (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), aplicado a situações do pessoal que desempenhasse funções que correspondessem a necessidades permanentes dos serviços, com sujeição ao poder hierárquico, de disciplina ou direção e horário completo, sem o adequado vínculo jurídico, os trabalhadores da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado puderam regularizar o seu vínculo laboral com o Estado. Ao abrigo desta prerrogativa, a AICEP integrou 40 novos colaboradores no seu quadro de pessoal a partir do mês de junho de 2018. Em continuidade com esta política de renovação dos seus quadros, em 2019 foram admitidos 31 novos colaboradores, em 2020, 2021 e 2022 foram admitidos, respetivamente, 12, 14 e 16 colaboradores. Assim, considera-se que o risco de talento, nos quatro últimos anos, se reduziu de forma considerável.

Em suma, a AICEP possui mecanismos gerais de prevenção ou mitigação de riscos de gestão, entre os quais se assinalam: (a) existência de um Código de Ética e Conduta, no respeitante às regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos Órgãos Sociais e pelos colaboradores no desempenho das funções profissionais que, em cada momento, lhes estejam confiadas; (b) estabelecimento de deveres de segredo profissional definidos nos Estatutos da Agência; (c) existência de um Manual de Procedimentos, assumido como principal suporte do Sistema de Gestão e de Controlo Interno; (d) existência de um acervo de Ordens de Serviço em vigor, que regulam a diversa atividade desenvolvida nas várias áreas, nomeadamente em matéria de património, aquisições de bens, normas de preenchimento e de validação de despesas, procedimentos para contratação pública (no âmbito do CPP) (e) e a existência de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e um relatório anual relativo ao cumprimento do mesmo.



Proposta de aplicação de resultados

O Conselho da Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 28.985.341,93 Euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados, devendo subsequentemente a componente positiva de 195.897,40 Euros relativa aos resultados positivos apropriados segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques, SA, e ainda não distribuídos, seja transferida para a conta de Ajustamentos em Ativos Financeiros.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Filipe Castro Henriques

Madalena Oliveira e Silva

Rita Lindley Araújo

Luís Rebelo de Sousa



aicep Portugal Global

Relatório e Contas 2022

Parte II - Demonstrações Financeiras e orçamentais



Parte II – Demonstrações Financeiras e Orçamentais

Contas Individuais

Demonstração Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Demonstração Orçamentais

Contas Consolidadas

Demonstração Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Demonstração Orçamentais



Contas individuais

Demonstrações Financeiras

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.****BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Montantes expressos em euros)*

Rubricas	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	1.196.043	1.326.480
Propriedades de investimento	6	38.609	39.790
Ativos intangíveis	5	4.149.753	2.970.169
Participações financeiras	7	37.207.404	36.123.711
Outros ativos financeiros	7	22.437.992	27.834.084
Outras contas a receber	10	4.143	4.143
		65.033.943	68.298.376
ATIVO CORRENTE:			
Cientes, contribuintes e utentes	10	704.638	1.515.140
Estado e outros entes públicos	15	171.524	92.761
Outras contas a receber	10	10.077.412	5.740.951
Diferimentos	11	894.694	1.367.970
Caixa e depósitos	4/10	177.211.047	190.102.770
		189.059.315	198.819.593
	Total do Ativo	254.093.259	267.117.969
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	12	114.927.980	114.927.980
Prémios de emissão	12	57.950.052	57.950.052
Reservas	12	92.986	(36.170)
Resultados transitados	12	(39.988.780)	(53.801.035)
Ajustamentos em ativos financeiros	12	1.992.286	1.849.014
Excedentes de revalorização	12	199.093	206.476
Outras variações no Património Líquido	12	1.992.162	1.166.914
Resultado líquido do período		(28.985.342)	2.583.105
	Total do Património Líquido	108.180.436	124.846.336
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	4.226.184	4.767.761
Passivos por impostos diferidos	9	17.918	18.583
Outras contas a pagar	14	132.187.105	131.489.355
Diferimentos	16	400.000	400.000
		136.831.208	136.675.699
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	208.626	100.375
Estado e outros entes públicos	15	1.078.614	1.073.118
Fornecedores de investimentos	14	96.024	-
Outras contas a pagar	14	2.846.313	3.232.364
Diferimentos	16	4.852.038	1.190.077
		9.081.615	5.595.934
	Total do Passivo	145.912.822	142.271.633
	Total do Património Líquido e Passivo	254.093.259	267.117.969

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.****DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Montantes expressos em euros)*

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas	17	84.270	49.707
Prestação de serviços	17	11.025.748	22.253.348
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	7	3.921.985	2.981.564
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	(71.694)	(16.297)
Fornecimentos e serviços externos	19	(16.540.521)	(10.905.861)
Gastos com o pessoal	20	(28.126.427)	(26.826.062)
Transferências e subsídios concedidos	18	(15.000.000)	(10.000)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	42.610	42.610
Provisões (aumentos/reduções)	13	(445.442)	(667.769)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	7	(524.587)	303.067
Outros rendimentos	22	20.897.326	16.241.996
Outros gastos	23	(3.788.630)	(344.014)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		(28.525.362)	3.102.289
Gastos/reversões de depreciação e amortização	21	(538.813)	(395.623)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(29.064.175)	2.706.666
Juros e rendimentos similares obtidos	24	337.873	1.130
Juros e gastos similares suportados	25	(115.138)	(46.706)
Resultado antes de impostos		(28.841.439)	2.661.090
Imposto sobre o rendimento	9	(143.903)	(77.985)
Resultado líquido do período		(28.985.342)	2.583.105

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Montantes expressos em euros)

Património líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe													
Notas	Capital / Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	[1]	114.927.980	-	57.950.052	(36.170)	(53.801.035)	1.849.014	206.476	1.166.914	2.583.105	124.846.336	-	124.846.336
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:													
Primeira adoção do novo referencial contabilístico											-	-	
Alterações de políticas contabilísticas											-	-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-	-	
Realização de excedentes de revalorização											-	-	
Excedentes de revalorização e respetivas variações					(141.695)	149.078	(7.383)				-	-	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				129.155	11.500.000			825.248	(2.583.105)	9.871.299		9.871.299	
Resultado Líquido					2.453.949	(5.806)				2.448.144		2.448.144	
	[2]	-	-	129.155	13.812.254	143.273	(7.383)	825.248	(2.583.105)	12.319.443	-	12.319.443	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	[3]								(28.985.342)	(28.985.342)		(28.985.342)	
RESULTADO INTEGRAL	[4] = [2]+[3]								(31.568.447)	(16.665.899)		(16.665.899)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital/património											-	-	
Entradas para cobertura de perdas											-	-	
Outras operações											-	-	
	[5]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	[6] = [1]+[2]+[3]+[5]	114.927.980	-	57.950.052	92.986	(39.988.780)	1.992.286	199.093	1.992.162	(28.985.342)	108.180.436	-	108.180.436

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.****DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Montantes expressos em euros)*

Rubricas	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		201.041,78	124.378,43
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		18.031.068,57	34.035.514,24
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		(15.469.899,49)	(12.274.976,74)
Pagamentos ao pessoal		(28.869.855,37)	(25.911.127,65)
Pagamentos a contribuintes/utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		(4.890.306,18)	(139.419,78)
Pagamentos de prestações sociais			
	Caixa gerada pelas operações	(30.997.950,69)	(4.165.631,50)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(73.322,78)	(31.887,37)
Outros recebimentos / pagamentos		14.356.703,21	(1.192.852,56)
	Fluxos das atividades operacionais [a]	(16.714.570,26)	(5.390.371,43)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(238.645,76)	(441.285,38)
Ativos intangíveis		(1.282.254,12)	(547.808,00)
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		4.771.508,91	4.693.293,36
Propriedades de investimento			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital		1.000.000,00	6.260.000,00
Juros e rendimentos similares		2.163,32	3.541,66
Dividendos		3.070.074,87	2.585.996,63
	Fluxos das atividades de investimento [b]	7.322.847,22	12.553.738,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos		11.500.000,00	
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento		(15.000.000,00)	
	Fluxos das atividades de financiamento [c]	(3.500.000,00)	-
Variação de caixa e seus equivalentes [a]+[b]+[c]		(12.891.723,04)	7.163.366,84
Efeito das diferenças de câmbio		(1.251,03)	(126.590,88)
Caixa e seus equivalentes no início do período		190.102.770,07	182.939.403,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	177.211.047,03	190.102.770,07



Rubricas	Notas	2022	2021
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		190.102.770,07	182.939.403,23
- Equivalentes a caixa no início do período		(118.000.000,00)	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
= Saldo de Gerência anterior		<u>72.102.770,07</u>	<u>182.939.403,23</u>
De execução orçamental		64.365.270,88	67.041.782,75
De operações de tesouraria		<u>7.737.499,19</u>	<u>115.897.620,48</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		177.211.047,03	190.102.770,07
- Equivalentes a caixa no fim do período		(151.200.000,00)	(118.000.000,00)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo de Gerência anterior		<u>26.011.047,03</u>	<u>72.102.770,07</u>
De execução orçamental		21.077.421,35	64.365.270,88
De operações de tesouraria		<u>4.933.625,68</u>	<u>7.737.499,19</u>

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Contas individuais

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais



Contas Individuais

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Nota introdutória – Identificação da Sociedade

1. A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. ("Empresa" ou "AICEP") foi criada mediante o n.º 1 do Art.º 1º do Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de junho. A AICEP sucedeu à Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E. ("API"), criada pelo Decreto-Lei n.º 225/2002, de 30 de outubro, diploma entretanto revogado. De acordo com o disposto na alínea i) da alínea b), do número 18 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 30 de março de 2006, publicada no Diário da República, I Série B, de 21 de abril, foi definida a criação da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., integrando as atribuições do ICEP Portugal, I.P. (ICEP - Instituto das Empresas para os Mercados Externos) e as da Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E.
2. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 244/2007, de 25 de junho de 2007, foi extinto o ICEP Portugal, I.P., com referência à data de 30 de junho de 2007. Em resultado da coordenação deste diploma com o disposto no Decreto-Lei n.º 245/2007, também de 25 de junho, com efeitos a 1 de julho de 2007, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. sucede à Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E. e integra o património e atribuições do ICEP Portugal, I. P.
3. A AICEP, que mantém a personalidade jurídica da anterior API, é uma pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e ainda dos poderes de autoridade pública administrativa inerentes à prossecução do seu objeto, quando atua em representação do Estado, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º. 203/2003, de 10 de setembro (n.ºs 1 e 2 do Art.º 1.º dos Estatutos).
4. No âmbito da orgânica do anterior Governo, o Decreto-Lei n.º 119/2013 de 21 de agosto, que republica o DL 86-A/2011 de 12 de julho, refere no seu Art.º 10º, ponto 4, a integração da AICEP na Presidência do Conselho de Ministros, o departamento central do Governo. Por Despacho n.º 11299-A/2013 de 30 de agosto, publicado na IIª série do DR n.º 167, o Primeiro-Ministro delegou os poderes que detinha na AICEP, no Vice-Primeiro-Ministro, com a faculdade de subdelegação no Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e no Ministro da Economia.

Pelo Despacho n.º 15794/2013 de 4 de dezembro, no Diário da República n.º 235, IIª série, o Vice-Primeiro-Ministro define a tutela da AICEP dentro de um quadro global de gestão, em que sob a sua superintendência, é assegurada a coordenação e articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em matéria da diplomacia económica, na estreita colaboração entre a rede consular e a rede externa da



AICEP, assim como com o Ministério da Economia, na definição estratégica das políticas e em ações que visam a promoção das exportações de bens e serviços, a criação de um ambiente favorável à captação de investimento nacional e estrangeiro, e o reforço da internacionalização e competitividade das empresas portuguesas. No mesmo diploma, subdelega no Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE) e no Ministro da Economia (ME) as superintendência e tutela das ações a desenvolver pela AICEP no âmbito das suas atribuições estatutárias relacionadas com as respetivas áreas de intervenção. Assim, foi subdelegada no MENE a superintendência das ações de diplomacia económica, de internacionalização e promoção externa de produtos, de empresas e da economia portuguesas, assim como as de cooperação internacional no domínio da economia e do setor empresarial. No ME está delegada a superintendência das atividades relacionadas com a captação de investimento nacional e estrangeiro, de apoio à internacionalização das empresas portuguesas, a gestão, negociação de fundos de apoio ao investimento e internacionalização das empresas no âmbito dos sistemas fiscais e financeiros em vigor, assim como a recolha, tratamento e difusão das informações macroeconómicas e de mercado.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro de 2015, é confirmada, no seu Art.º 12º, n.º 3, a integração da AICEP no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros exerce, em coordenação com o Ministro da Economia, a superintendência e tutela da AICEP que, nos termos do disposto no n.º 1 do Art.º 25º, tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento dirigidas ao crescimento da economia, da competitividade, da inovação, de internacionalização das empresas e de promoção do comércio, da indústria e do investimento. Refere ainda no n.º 5 do Art.º 13º que compete à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa a promoção de reuniões de coordenação de assuntos económicos e de investimento, visando favorecer a concretização célere de projetos de investimento relevantes, em coordenação com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, com o Ministro-adjunto e com o Ministro da Economia.

5. O Decreto-Lei n.º 229/2012 de 26 de outubro aprovou os Estatutos da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. e revoga o Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de junho. Em conformidade com o Art.º 2º dos seus Estatutos, a AICEP rege-se por estes mesmos, pelos seus regulamentos internos e, subsidiariamente, pelo regime jurídico das entidades públicas empresariais, o que significa que está sujeita às normas de direito privado nas suas relações com terceiros, aplicando-se aos atos e contratos por si praticados ou celebrados o previsto na alínea a) do Art.º 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.
6. No Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro procedeu-se à primeira alteração dos Estatutos da AICEP, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, incluindo nas respetivas atribuições a organização da participação portuguesa em exposições universais e internacionais.



7. O Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro procedeu à segunda alteração dos Estatutos da AICEP, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro, para adaptação do modelo de fiscalização.
8. A AICEP tem por objeto, nos termos do Art.º 5º dos Estatutos, "o desenvolvimento e a execução de políticas estruturantes e de apoio à internacionalização da economia portuguesa".
9. As atribuições da AICEP estão descritas no Art.º 6º dos Estatutos do modo seguinte:
"Com vista à realização do seu objeto, são atribuições da AICEP:
 - a) Contribuir para a competitividade das empresas portuguesas através da sua internacionalização, da promoção e aumento das exportações e do investimento direto estrangeiro no País;
 - b) Participar na conceção, aplicação e avaliação das políticas de apoio e desenvolvimento das estratégias empresariais de investimento nacional e internacional;
 - c) Contribuir para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento, internacionalização das empresas portuguesas e aumento das exportações;
 - d) Promover condições favoráveis à captação de investimento estrangeiro para Portugal, em parceria com os vários agentes públicos e privados;
 - e) Apoiar, coordenar e estimular o desenvolvimento de ações de cooperação externa no domínio do sector empresarial;
 - f) Apoiar, coordenar e estimular iniciativas de divulgação e promoção no estrangeiro das competências, produtos e serviços das empresas nacionais, incluindo as referentes à participação portuguesa em exposições universais e internacionais;
 - g) Gerir, negociar e participar no desenvolvimento, caso a caso, de apoios ao investimento em Portugal e às empresas portuguesas no exterior, no âmbito dos sistemas de incentivos em vigor;
 - h) Gerir e negociar programas de apoio relacionados com a promoção das marcas portuguesas e com a promoção da internacionalização da economia portuguesa;
 - i) Gerir fundos de apoio ao investimento constituídos pelas verbas provenientes dos reembolsos dos incentivos financeiros atribuídos ou a atribuir a projetos de investimento, que nos termos da lei possam ser atribuídos à AICEP, E. P. E.;
 - j) Acompanhar projetos de investimento em Portugal e projetos de internacionalização no exterior, nos termos previstos no artigo anterior;
 - k) Conceber e propor acordos de cooperação económica empresarial em colaboração com outras entidades oficiais, participando na sua negociação e execução;
 - l) Promover, constituir e participar em empresas ou outras formas de associação que tenham por objeto o reforço da competitividade e da imagem de Portugal nos mercados externos e a internacionalização das atividades dessas empresas;



- m) Constituir ou participar em entidades de direito privado e participar direta ou indiretamente na gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial;
 - n) Colaborar, em articulação estratégica com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), no desenvolvimento da cooperação económica externa, bilateral, regional e multilateral;
 - o) Promover o fortalecimento da diplomacia económica de forma unificada com os serviços periféricos externos do MNE;
 - p) A recolha, tratamento e difusão das informações macroeconómicas e de mercados."
10. No que respeita à rede externa, esta articula-se com as várias áreas de intervenção da Agência, podendo igualmente prestar "serviços para a realização de ações de promoção da oferta portuguesa em áreas de atividade não abrangidas pelo seu objeto", conforme previsto no Art.º 7.º dos Estatutos. A atividade da rede externa da AICEP deverá ser articulada com os órgãos e serviços do Estado no estrangeiro, particularmente com a rede diplomática e consular, com vista ao aumento da eficácia da representação de Portugal no exterior. Pelo Art.º 8.º dos seus Estatutos, a AICEP está incumbida de promover as ações necessárias junto das autoridades públicas, com vista à eficiência e competitividade propícias à internacionalização da economia portuguesa.
11. O modo como o ICEP se encontrava organizado no estrangeiro, determinou particulares relacionamentos com a rede diplomática donde resultou que a organização tivesse sido suportada por recurso a processos não completamente formalizados em nome daquele Instituto e com a respetiva identificação fiscal, o que tem implicado que nem toda a documentação esteja em nome da AICEP - por exemplo, aquisição de bens e serviços, abertura de contas bancárias, contratos com pessoal. A AICEP solicitou ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral de Finanças autorização para a continuação daquela prática, tendo obtido respostas negativas. Dada a complexidade do problema, o Conselho de Administração da AICEP tem promovido o seu estudo e a implantação das práticas corretas, com a finalidade de extinguir estes procedimentos. Apesar das dificuldades, têm-se resolvido todas as questões, restando neste momento um pequeno número que se encontra em vias de sanção.
12. Quanto à gestão e negociação de sistemas de incentivos ao investimento, através do Art.º 9.º dos Estatutos, é atribuído à AICEP o papel de "organismo responsável pela administração e gestão dos sistemas de apoios e incentivos que lhe sejam atribuídos pela lei, respeitantes a projetos de investimento, à internacionalização das empresas e à promoção externa das marcas portuguesas", podendo, excecionalmente, tais incentivos "incluir específicas contrapartidas para atenuar custos de contexto". A AICEP deve ainda "propor ao membro do Governo responsável pelo sistema de incentivos em causa novos sistemas e melhorias aos sistemas de incentivos vigentes, dentro da cabimentação prevista, em função da avaliação que faça quanto às necessidades de cumprimento do seu objeto e aproveitando as melhores práticas de países concorrentes" (n.º 4. do Art.º 9.º dos Estatutos). Releva referir que a AICEP dispõe, em exclusivo, do regime contratual de investimento, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 191/2014 de 31 de dezembro.



13. No que respeita ao capital de risco e de desenvolvimento, a AICEP, nos termos Art.º 10.º dos Estatutos, "pode ser titular de unidades de participação de fundos de capital de risco e similares e deter participações em entidades gestoras desses fundos, em sociedades de capital de risco ou similares e em sociedades gestoras de participações sociais ou similares, desde que qualquer desses fundos ou sociedades seja instrumental para o seu objeto".
14. Na atribuição referente à localização empresarial, a AICEP poderá, em conformidade com o Art.º 11.º dos Estatutos, "participar em entidades especializadas na gestão de parques empresariais ou em sociedades gestoras de áreas de localização empresarial de modo a dispor de instrumentos que facilitem a disponibilização de espaços infraestruturados para a implantação física de investimentos".
15. O capital estatutário da AICEP foi estabelecido, nos termos do n.º 1 do Art.º 4º dos Estatutos, no valor inicial de 110 milhões de Euros, tendo sido aumentado durante o exercício de 2008 em 4,9 milhões de Euros, conforme determinado por Despacho Conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia e Inovação. O Capital é detido integralmente pelo Estado. Com o início da atividade da API, o capital de 110.000.000 Euros foi realizado pelo montante de 162.840.541 Euros, com um prémio de emissão de 52.840.541 Euros. No exercício de 2008 o aumento de capital de 4.927.980 Euros foi realizado pela conversão de créditos do Estado nos montantes de 2.212.992 Euros e 1.633.749 Euros e pela cessão de crédito detido pelo Estado no montante de 1.081.239 Euros.
16. A indicada realização do capital estatutário inicial de 110 milhões de Euros consistiu, nos termos do Despacho Conjunto da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Economia, na entrega de meios de investimento em entidades adstritas a atividades consonantes com a gestão e negociação de apoios de capital de risco e com a gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial, estatutariamente contempladas, a saber:
- Investimentos em entidades ligadas ao capital de risco e de desenvolvimento:
- ações representativas da totalidade ou de parte de capitais sociais:
 - o inteiro capital social de IPE – Estudos e Projetos Internacionais, S.A. (entretanto extinto);
 - 86% do capital social de IPE Capital – Sociedade de Investimento, S.A. (posteriormente designada por AICEP Capital Global, atualmente extinta);
 - 40% do capital social do FIEP Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas, S.A. ("FIEP") (entretanto extinto).
 - unidades de participação nos fundos:
 - 45% do capital do FRIE IPE Capital I;
 - 92% do capital do FCR IPE Capital Tecnologia;
 - 7% do capital do FRIE IPE Capital Retex/Paiep.



Investimentos em entidade de gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial:

- ações representativas da totalidade do capital social de Isósceles – Compra, Venda e Exploração de Imóveis, S.A. (atualmente designada por AICEP Global Parques);
- empréstimo a esta sociedade.

17. Sobre o regime patrimonial e financeiro da AICEP, estabelece o Art.º 22.º dos Estatutos que são receitas desta entidade, no exercício dos poderes de autoridade pública administrativa:

- a) Uma comissão de gestão devida pelo Estado por serviços prestados, fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, incidente sobre o saldo do investimento acompanhado pela AICEP, entendendo-se como tal o somatório dos valores efetivamente investidos que hajam sido objeto de apoios e incentivos de qualquer natureza contratados, e que estejam em acompanhamento pela AICEP;
- b) Uma comissão de gestão resultante da ação da Agência, fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, calculada sobre o contributo da AICEP, para as exportações de bens e serviços e o seu valor acrescentado;
- c) Comissões de gestão devidas por entidades participadas maioritariamente pela AICEP.

São igualmente receitas da AICEP, de acordo com o n.º 2 do Art.º 22.º:

- a) Juros ativos;
- b) Dividendos e remunerações de capital;
- c) Dotações do OE para projetos especiais a cargo da AICEP;
- d) Remunerações por serviços prestados a empresas, por solicitação destas, institutos ou outras entidades que se situem para além do âmbito corrente dos serviços da AICEP;
- e) Receitas, designadamente pelo produto da venda de publicações e outros documentos;
- f) Rendimentos provenientes da gestão do seu património mobiliário e imobiliário e de outros bens próprios e do produto da sua alienação e da constituição de direitos sobre eles, designadamente os montantes de empréstimos ou outras operações financeiras que seja, nos termos legais, autorizada a contrair;
- g) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, ato ou contrato ou lhe possam advir do exercício das suas atribuições.



18. A atividade da AICEP desenvolve-se, em decorrência do exposto, nas seguintes vertentes, com interesse para a sua caracterização económica, financeira e contabilística e, imediatamente, para a compreensão das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício de 2022:
- Realização das ações inerentes à contribuição para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento, à gestão e negociação de sistemas de incentivos ao investimento e ao acompanhamento de grandes projetos de investimento já realizados ou em curso de realização, mediante ações que têm implicado reduzidos investimentos em ativos e que envolvem gastos operacionais significativos, proporcionando rendimentos consubstanciados em “Comissão de gestão” a pagar pelo Estado (cf. Art.º 22º dos Estatutos);
 - Gestão dos investimentos em participações em capitais de sociedades e em fundos de investimento, com assinalável incidência no balanço da situação patrimonial, dada a elevada importância dos ativos associados, e com os reflexos nos resultados da AICEP decorrente dos resultados das sociedades participadas e da valia das unidades de participação em fundos;
 - Execução de iniciativas de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas em Portugal, nomeadamente no comércio de bens e serviços; apoio a projetos de internacionalização das empresas; e promoção da imagem de Portugal e das marcas portuguesas no exterior com impacto nas exportações e internacionalização e captação do investimento, em colaboração com as entidades competentes.
19. Em 2009, ano de encerramento do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III), foram pagas todas as verbas dos incentivos atribuídas aos projetos de investimento que se candidataram e foram objeto dos apoios financeiros previstos no programa PRIME, onde a AICEP desempenhou o papel de entidade gestora e pagadora das verbas destinadas aos projetos acompanhados por si. As verbas do Programa PRIME eram canalizadas pelo IAPMEI para a AICEP que, por seu lado, fazia a sua entrega aos promotores dos investimentos após a aprovação, pelas diversas entidades envolvidas, da análise e avaliação efetuadas pelos seus Técnicos à concretização dos referidos projetos. Tendo sido esgotadas as verbas atribuídas no âmbito do QCA III, e apesar do seu término, este facto não significou que o acompanhamento desses projetos tenha cessado, visto que os efeitos decorrentes dos contratos assinados com os seus Promotores se prolongam para além do prazo do programa, nomeadamente o acompanhamento do cumprimento dos planos de reembolsos dos incentivos que é efetuado por intermédio da AICEP. Em 2022 continuaram a ser recebidos reembolsos no âmbito do QCA III.

No final de 2007, teve início o novo programa comunitário QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, que vigorou entre 2007 e 2013, tendo a AICEP intervenção em diversos programas operacionais como entidade gestora na atribuição e acompanhamento dos incentivos a projetos de investimentos na esfera das suas atribuições, mas não como entidade pagadora dos incentivos financeiros. Tal como no quadro anterior, o acompanhamento dos projetos de investimento manter-se-á para além do final do programa, nos termos dos contratos assinados com cada empresa quanto ao plano de reembolsos aprovado, recebendo a AICEP os respetivos reembolsos.



Em 2014 iniciou-se o novo Quadro Comunitário, designado por Portugal2020, que vigorou de 2014 a 2020. A AICEP continuou a assumir neste Quadro o seu papel de organismo especialista na vertente da internacionalização do tecido económico português e de captação de investimento estrangeiro, tendo sido responsável, na área do Sistema de Incentivos, pelos projetos de internacionalização da Medida “Qualificação e Internacionalização” e por diversas tipologias de projetos do Regime Contratual. O ano 2021 correspondeu ao último ano de aprovações de candidaturas ao abrigo do Portugal2020 concentraram-se as candidaturas nas tipologias mais complexas e de maior dimensão, em particular nos Sistemas de Incentivos à Inovação Produtiva e à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) ao abrigo do Regime Contratual de Investimento. Efetivamente, no âmbito dos projetos de investimento o ano ficou marcado pelo retomar da análise e das negociações de diversos projetos/contratos que se mantiveram em standby durante 2020 e os primeiros meses de 2021 - período crítico da pandemia associada à doença COVID-19 - e, por outro, o lançamento dos derradeiros Concursos do Portugal2020. Manteve a sua atuação ao nível do acompanhamento e verificação da execução dos beneficiários.

Para além deste Quadro Comunitário de Apoio, em 2020 iniciou-se um novo pacote de ajudas com verbas comunitárias, tendo Portugal apresentado o seu PRR - Plano de Recuperação e Resiliência em abril de 2021. Neste âmbito, a AICEP integra os Comitês Coordenadores e respetivas Comissões de Seleção de diversas componentes, ao nível de investimentos de internacionalização e investimento estrangeiro, sendo ainda entidade Gestora da Medida «Internacionalização via e-commerce».

Em 17 de maio de 2021, foi publicado o Aviso para apresentação de candidaturas nº 11 – Sistema de Incentivos às Empresas Regime Contratual de Investimento (RCI) e que definia a AICEP como entidade responsável pela análise dos projetos, bem como pelo pagamento dos incentivos, o que não acontecia desde o QCA III. Para esse efeito, a Agência utilizaria reembolsos de anteriores quadros comunitários que estão à sua guarda, nomeadamente do QCA III e PEDIP.

De acordo com o referido aviso: “A entidade designada por contrato de delegação de competências que assegura a análise das candidaturas no âmbito do presente Aviso é a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. (AICEP), a quem cabem as competências de análise, negociação e contratualização dos projetos que se enquadrem no Regime Contratual de Investimento nos termos do Decreto-Lei n.º 191/2014, de 31 de dezembro. No âmbito do presente Aviso a AICEP é igualmente a entidade competente para a realização dos pagamentos dos apoios concedidos.”

No decorrer de 2022, a Agência analisou e foram aprovadas diversas candidaturas ao abrigo do referido aviso, sendo que, com a consequente assinatura dos contratos de investimento foi apresentado um primeiro pedido de pagamento no valor de 1,36 milhões de Euros, que depois de devidamente autorizado, foi pago novembro.



De referir que a AICEP também é beneficiária de um conjunto de medidas de apoio comunitário no âmbito do Portugal2020 e do PRR, apoios estes dirigidos à sua atividade promocional, programa Inov Contacto e projeto de Transformação Digital da Agência. Estão envolvidos apoios dos Sistemas de Incentivo SIAC - Ações Coletivas e SAMA - Modernização Administrativa, do POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e da Medida de Transformação Digital das entidades tuteladas pelo MNE do PRR.

20. No balanço da AICEP, individual e consolidado, constam, no Ativo, em contas de Depósitos à Ordem, e no Passivo, na conta de Outras contas a pagar, os montantes já recebidos dos promotores, a título de reembolso ou devolução. O total dos montantes de ambas as naturezas, representava em 31 de dezembro de 2022, um saldo de 117.549.825 Euros. Os montantes de incentivo reembolsável e o idêntico montante a devolver ao gestor destes fundos, unicamente após o reembolso por aqueles promotores ascendia, no termo de 2022, a 28.309.300 Euros, não constantes do balanço. Do total dos incentivos reembolsáveis pagos pela AICEP ou pelos organismos anteriores, 4.738.483 Euros estavam vencidos e não cobrados em 31 de dezembro de 2022. Deve assinalar-se que não existe para a AICEP qualquer risco de crédito nos movimentos dos incentivos, uma vez que esta instituição apenas está vinculada, por um lado, a efetuar as correspondentes entregas aos promotores depois da transferência das importâncias pelo IAPMEI e, por outro lado, a devolver as importâncias devidas, posteriormente ao seu reembolso pelos promotores.
21. Em agosto de 2008, por Despacho da Direção Geral do Orçamento, foi dado parecer no sentido de que os saldos do ex-ICEP deverão constituir receita da AICEP. Neste contexto a AICEP passou a registar a utilização daqueles saldos por contrapartida de rendimentos, na medida das necessidades para cobertura dos prejuízos, de modo a apurar um resultado nulo nos exercícios de 2008 a 2010, antes do registo dos ajustamentos em Investimentos financeiros e apuramento do imposto corrente e diferido. Foram utilizados os montantes de 22.330.560, 30.379.790 e 593.583 Euros em despesa de funcionamento nos exercícios de 2008 a 2010, respetivamente, tendo sido registado o rendimento nos mesmos valores com contrapartida em rendimentos diferidos.
22. No exercício de 2022, os rendimentos operacionais da AICEP, no montante total de 36.149.538 Euros, subdividem-se como segue:
 - a) 11.000.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do Turismo de Portugal, pela transferência prevista no n.º 13 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 12/2022 do Orçamento de Estado;
 - b) 25.748 Euros referentes à organização de eventos e inscrições em seminários;
 - c) 84.270 Euros referentes a vendas de produtos na Portugal Concept Store;
 - d) 1.000.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do FRI – Fundo para as Relações Internacionais, transferência prevista no n.º 6 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 12/2022 do Orçamento de Estado;
 - e) 4.053.435 Euros para o financiamento dos encargos decorrentes da participação portuguesa da Expo 2020 Dubai, referente a verba recebida do FRI – Fundo para as Relações Internacionais, pela



transferência prevista no n.º 14 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 12/2022 do Orçamento de Estado;

- f) 5.590.932 Euros resultantes da celebração de um Protocolo de cooperação com o Turismo de Portugal de cedência de colaboradores e de pagamento de despesas de promoção do Turismo de Portugal, num total de 7.500.000 Euros, pela transferência prevista no n.º 10 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 12/2022 do Orçamento de Estado;
- g) 33.200 Euros resultantes da celebração de um Protocolo de cooperação com o Turismo de Portugal relativo aos estagiários do Programa INOV Contacto;
- h) 9.555.064 Euros relativos ao reconhecimento em rendimentos do PT2020 de financiamentos de despesas de projetos cujo promotor é a própria AICEP;
- i) 194.873 Euros relativos ao reconhecimento em rendimentos do PRR de financiamentos de despesas de projetos cujo promotor é a própria AICEP;
- j) 12.900 Euros relativos a inserções publicitárias na revista da AICEP;
- k) 18.071 Euros relativos ao arrendamento de instalação;
- l) 77.395 Euros relativos à restituição de impostos na Rede Externa;
- m) 3.921.985 Euros relativos à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- n) 42.610 Euros relativos a reversões de perdas por imparidade em dívidas a receber;
- o) 177.599 Euros relativos a reversões de provisões;
- p) 362.356 Euros referentes a outros rendimentos diversos.

23. A AICEP apresenta, relativamente ao exercício de 2022, demonstrações financeiras individuais, elaboradas com aplicação do método da equivalência patrimonial no que respeita à valorimetria dos investimentos financeiros em partes de capital, e contas consolidadas com aplicação do método de consolidação integral conforme se explica na nota 3.6.



O Resultado Líquido do Exercício de 2022, nas contas individuais da AICEP, negativo de 28.985.342 Euros, pode sumariamente discriminar-se como segue:

Resultados da atividade sem participadas	
Gastos	
Transferências e subsídios concedidos	15.000.000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	71.694
Fornecimentos e serviços externos	16.540.521
Gastos com o pessoal	28.126.427
Gastos de depreciação e de amortização	538.813
Perdas por imparidade	
Provisões do período	623.041
Outros gastos e perdas	3.788.630
Gastos e perdas de financiamento	115.138
Total gastos	64.804.264
Rendimentos	
Vendas e Prestações de serviços e concessões	11.110.018
Reversões	220.209
Outros rendimentos e ganhos	20.897.326
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	337.873
Total rendimentos	32.565.426
Impostos sobre o rendimento do exercício	143.903
Resultado antes de resultados na participada	(32.382.741)
Resultados relativos às participadas	
Método de equivalência patrimonial	3.921.985
Imparidades relativas às participações financeiras	(524.587)
Total de Método de Equivalência Patrimonial e Imparidades	3.397.398
Resultado Líquido do Exercício	(28.985.342)



24. Os indicados resultados relativos à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial e registo de Ajustamentos, podem ser discriminados, com referência às participações financeiras, como segue:

Método de equivalência patrimonial

AICEP Global Parques, SA	3.921.985
	<u>3.921.985</u>

Imparidade de ativos financeiros – Fundos

FCR Portugal Ventures GPI	514.395
FCR Portugal Ventures Internacionalização	20.783
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	(1.059.765)
	<u>(524.587)</u>

25. Em 2012, como divulgado e detalhado no respetivo Anexo às contas desse ano, no âmbito da reestruturação das empresas e fundos de capital de risco público, a AICEP Capital Global, SA foi extinta e incorporada por fusão, na Portugal Capital Ventures-SCR, SA, da qual, a AICEP passou a deter 1.568.648 ações representativas de 19,41% do seu capital social, e valorizadas no seu balanço por 8.671.434 Euros. Previamente a esta operação de fusão, a AICEP Capital Global, SA sofreu uma redução do seu capital no montante nominal de 18.000.000 Euros, tendo a AICEP E.P.E. recebido, em contrapartida, 9.011.954 Euros em dinheiro e 8.988.945 Euros em unidades de participação (UP's) nos Fundos de Capital de Risco Portugal Ventures GPI (424 UP's) e Portugal Ventures III (9 UP's). Estas unidades de participação foram objeto de uma avaliação independente reportada a 30 de junho de 2012.

26. Também em 2012, aquando da fusão, conforme citado no ponto anterior e de acordo com a metodologia adotada pela AICEP no que respeita aos ajustamentos de justo-valor positivos para o setor do Capital de Risco, a valoração dessas UP's foi objeto de ajustamento face ao seu valor contabilístico em 31 de dezembro de 2011 (incluindo a anulação dos ajustamentos de justo valor positivo), do qual resultou uma desvalorização de 602.289 Euros contabilizada por contrapartida de capital próprio (reserva de fusão).

27. No início de 2013 houve lugar à fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II (FCR PV II) e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures III (FCR PV III) por incorporação no Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (FCR PV GPI), mediante integração no seu património, de todos os ativos e passivos dos outros dois fundos com referência a 31 de dezembro de 2012. A fusão operou-se nas seguintes condições:

- Transferência da totalidade do ativo e do passivo, bem como deveres legais, do FCR PV II e do FCR PV III para o FCR PV GPI pelos valores inscritos nas respetivas contabilidades, assim como a cessão da posição contratual para o FCR PV GPI em todos os contratos celebrados pelos primeiros;
- Aumento de capital do FCR PV GPI de 65.400.000 Euros para 71.971.504,09 Euros, pela emissão de 336.781 novas unidades de participação ordinárias, com o preço de emissão correspondente ao valor



da unidade de participação em 31 de dezembro de 2012 do FCR PV GPI a 19.512,70 Euros resultante da integração dos ativos e passivos do FCR PV II e do FCR PV III;

28. Em junho de 2015 foi efetuada uma operação de cisão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (FCR PV GPI) para constituir o Fundo de Capital de Risco Portugal Global Ventures I (FCR PGV I). A Cisão foi efetuada e realizada através da transferência de depósitos bancários do FCR PV GPI mantendo-se no novo fundo a mesma estrutura acionista, ou seja, a AICEP manteve no novo fundo uma participação de 78,22%. Durante o ano de 2019, a AICEP reforçou a subscrição neste FCR, que se passou a designar por Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grow and Expand (FCR PV G&E), cabendo à Agência 23.380.118,58 Euros correspondentes a 2.661.467,022 unidades de participação, equivalentes a uma participação de 78,69%. No final de 2019 encontravam-se por realizar 2.400.360 Euros, valor este que foi realizado no decorrer de 2020.
29. No âmbito da resolução dos créditos do Estado Português sobre a Qimonda foi constituída a sociedade Nanium, tendo sido atribuídas ao Estado Português 2.682.446 ações, com o valor nominal 1 Euro por ação, no valor total de 2.682.446 Euros, do respetivo capital social. Circunstancialmente aquelas ações ficaram em nome da AICEP e, por determinação tutelar, as mesmas ações ficaram sob gestão da AICEP, não integrando, naturalmente, o seu património. Todavia, acatando as recomendações do acionista Estado, nas notas referentes a aprovação de contas, nomeadamente do ano de 2013, e perspetivando-se a alienação da Nanium, face à oferta de compra entretanto apresentada, a AICEP reconheceu, em 2016, no seu ativo, a participação financeira na Nanium, SA, na conta "Ativos Não Correntes Detidos para Venda", ao valor que a empresa estava a ser avaliada para venda, 478.684 Euros e que correspondeu a uma proposta formal e vinculativa em 1 de fevereiro de 2017. Foi também reconhecido o valor de 7.813.887 Euros, relacionado com o valor dos incentivos ainda não reembolsados.
- A operação de alienação foi autorizada pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro, pelo Despacho nº 219/2017-SET, de 8 de maio de 2017, tendo ficado demonstrado o interesse da alienação daquela participação, bem como ficou demonstrado a viabilidade económica e financeira desta operação.
- A venda veio a acontecer em maio de 2017, conforme contrato realizado entre a compradora e os acionistas, tendo por base as condições e valores que resultaram do Despacho, proferido em 9 de maio de 2017, pelo Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, no qual se refere que "o Estado Português receberá de imediato 7.183.886 Euros associados aos créditos remanescentes em dívida provenientes dos incentivos ainda não reembolsados, acrescidos de 478.684 Euros associados aos instrumentos de capital, bem como a quota parte-devida dos recebimentos futuros resultantes do processo de insolvência da Qimonda".
30. A partir de 2015 a AICEP entrou no perímetro da consolidação de contas do estado, estando sujeita à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) através do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, tendo por esse facto havido uma mudança de critério, face a exercícios anteriores, nomeadamente no que dizia respeito ao resultado líquido nulo antes de MEP, passando agora a serem



reconhecidos como rendimentos a totalidade dos montantes recebidos no ano, via IAPMEI e Turismo de Portugal, dos valores inscritos no Orçamento de Estado.

31. Durante os anos de 2021 e 2022 houve lugar à redução de capital no FCR Portugal Ventures GPI respetivamente nos montantes de 4.693.293 Euros e 4.771.509 Euros, mantendo-se, contudo, a percentagem de participação.

32. Durante o ano de 2020, na sequência do Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro, foi regulada a atividade e funcionamento do Banco Português de Fomento, S.A. (BPF) e aprovados os respetivos estatutos (cf. n.º 1 do art.º 1.º).

De acordo com o n.º 2 do art.º 1.º, verificou-se a fusão por incorporação da PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A., além de outra, na então SPGM - Sociedade de Investimento, S. A., que passou, exatamente, a denominar-se do Banco Português de Fomento, S.A. Após esta fusão, a AICEP, que detinha uma participação na PME Investimentos de 1,14%, passou a deter uma participação de 0,278% no BPF, com o valor nominal de 595.815,84 Euros, representado por ações com valor nominal unitário de 1 euro, nos termos da al. d) do n.º 1 do art.º 4.º.

Simultaneamente, mas metodologicamente a seguir, e nos termos do n.º 2 do art.º 4.º, foi realizado um aumento de capital do BPF para 255.000.000 Euros, representado por igual número de ações, tendo nesse aumento de capital a AICEP realizado uma parcela no montante de 9.023.592 Euros, mediante a entrega espécie da sua participação de 19,41% na Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S. A. (Portugal Ventures). Para o efeito foi realizada uma avaliação desta participação, nos termos do art.º 28.º do CSC, que atribuiu o valor de 9.022.607 Euros, correspondente, na prática, ao referido aumento de capital social no BPF.

Após estas operações, a AICEP fica titular de 3,77% do BPF, correspondente a 9.619.407 ações, com idêntico valor nominal em Euros. A participação da AICEP na Portugal Ventures que foi transmitida ao BPF, tinha o valor contabilístico líquido de 7.705.924 Euros.

De acordo com o nº 10 da NCP 18, as ações do BPF adquiridas no aumento de capital, são valoradas pelo justo valor, que é, na prática, o valor do aumento de capital do BPF, realizando-se, então, um resultado positivo, no ano, de 1.317.668 Euros.

Por sua vez, adotando idêntico critério, designadamente para igualdade de tratamento e melhor compreensão das demonstrações financeiras, a participação da AICEP no BPF por efeito da fusão, é, também, registada pelo valor nominal da participação recebida.

Deste modo:

- a) Participação final no BPF – 9.619.407,00 euros – valor nominal e registo na contabilidade da AICEP
- b) Participações transmitidas para o BPF
 - i. Por efeito de fusão - 1,14% da PME Investimentos – valor contabilístico de 222.469,95 euros
 - ii. Por efeito de aumento de capital - 19,41% na Portugal Ventures – valor contabilístico, líquido de imparidade no montante de 7.705.924,00 euros



Durante o ano de 2022 foram recebidos dividendos do BPF no montante de 316.785 Euros.

33. Os subsídios SAMA e PRR incorporam uma componente que se destina a financiar despesas correntes (exploração) e outra componente para financiar despesas com investimento (ativos intangíveis). Em 2021 e 2022 foram contabilizados respetivamente em património líquido, na rubrica de "Outras variações no património líquido", a crédito, 625.844 Euros e 1.186.622 Euros, pelo valor efetivamente recebido a título de subsídios ao investimento, e a débito, 140.815 Euros e 266.99 Euros, relativo ao valor do passivo por imposto diferido associado. Durante 2022 foram reconhecidos em rendimentos 121.786 Euros de subsídios ao investimento, ficando um valor líquido de 825.248 Euros a serem reconhecidos numa base linear de acordo com as amortizações dos ativos subjacentes àqueles investimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 31 de março de 2023.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas, relativas ao exercício de 2022 foram elaboradas no âmbito do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Este novo referencial contabilístico enquadra-se na reforma da administração financeira do Estado. O ano de 2018 foi o primeiro exercício da aplicação deste novo normativo contabilístico.

Não existiram, no decorrer do exercício, casos excecionais que implicassem a derrogação de disposições previstas pelo SNC-AP que pudessem inferir na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública, integradas no SNC-AP.



3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e de acordo com o Classificador complementar 2 – cadastro e vida útil dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, integrante do SNC-AP.

As taxas de depreciações utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5-10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8
Outros ativos fixos tangíveis	4-8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis correspondentes a terrenos, edifícios e outras construções encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada ao seu justo valor na data da última revalorização deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em



que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos em funcionamento, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e de acordo com o Classificador complementar 2.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Anos
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	3
Outros Ativos intangíveis	3

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo. Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o custo deduzido de amortizações acumuladas.



Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

As propriedades de investimento são depreciadas à taxa de 2% ao ano, de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no Classificador complementar 2.

Desde 2012 que a AICEP detém apenas uma propriedade de investimento, para a qual foi efetuada avaliação a 31 de dezembro de 2017 por perito externo independente. Uma vez que não existiram grandes variações no mercado imobiliário, em 2022 manteve-se a mesma avaliação, não se verificando qualquer imparidade.

As outras duas propriedades de investimento existentes foram transferidas, em 2012, para os ativos fixos tangíveis por passarem a ser utilizadas por Serviços da AICEP, como instalações próprias, ao valor registado no balanço por não se ter verificado qualquer imparidade após avaliação por entidade externa independente.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa e propriedades de investimento, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que



estaria reconhecida (líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Participações financeiras em subsidiárias e outras participações financeiras

Participações financeiras em subsidiárias

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

À data de 31 de dezembro de 2022 a AICEP apenas detém uma participação numa empresa subsidiária - AICEP Global Parques, SA.

As contas da AICEP Global Parques – Gestão de Parques Empresariais, S.A. (inicialmente designada por Isósceles – Compra e Venda e Exploração de Imóveis, S.A. e depois API Parques – Gestão de Parques Empresariais, S.A.) foram tratadas segundo o método de equivalência patrimonial nas contas individuais e serão tratadas de acordo com o método de consolidação integral nas contas consolidadas.



Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

A AICEP detinha em 31 de dezembro de 2022 9.619.407 ações do Banco Português de Fomento, SA, correspondendo a uma percentagem de 3,77%.

A AICEP, em 31 de dezembro de 2022, além de participar no capital do Banco Português de Fomento, S.A., detinha Unidades de Participação (UP's) em quatro Fundos de Capital de Risco e num fundo autónomo vocacionado para a criação ou reforço de instrumentos de financiamento de empresas, em particular, no que se refere às pequenas e médias empresas (PME) e aos projetos com maior grau de inovação (FINOVA). Esta participação passou a estar evidenciada nas contas da AICEP, a partir de 2018, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta "Outros credores". Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

A valoração das participações de Fundos de Capital de Risco da AICEP teve em consideração a política de valoração da carteira da AICEP Capital Global – Sociedade de Capital de Risco, SA, (entretanto extinta por fusão na Portugal Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.), conforme previsto no Regulamento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 12/2005 de 9 de dezembro, bem como o Regulamento da CMVM n.º 1/2008 de 7 de março. Esta política contabilística de valoração dos investimentos é diferente da utilizada pela AICEP, dado que esta não considera os ajustamentos de valor acima do valor de aquisição. Nesse sentido, foram ajustados, em 2012, os valores das participações atribuídas através do registo de uma reserva de fusão no capital próprio no montante de 602.289 Euros.

Estas participações financeiras são constituídas essencialmente por unidades de participação em fundos de investimento, que são mensuradas ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas, sendo reforçada ou reduzida a imparidade de acordo com a comparação entre os valores das unidades de participação e os respetivos custos de aquisição, conforme segue:

- i. FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento (GPI) - Participação de 78,22%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 55.641.430 Euros. Durante o exercício de 2013 a participação foi aumentada em 1,31%, devido ao processo de fusão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures II e do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures III por incorporação no FCR PV GPI. Em 2015, em resultado da cisão mencionada na Nota introdutória ponto 28, a participação financeira foi reduzida para 39.762.435 Euros. Em 2022 este fundo efetuou nova redução de capital, tendo devolvido o montante de 4.771.509 Euros, pelo que o seu valor de aquisição passou a 12.619.550 Euros. Verificou-se também no corrente ano uma redução da imparidade deste fundo no montante de 514.395 Euros, passando o valor acumulado da imparidade no final do ano para o montante de 8.743.624 Euros.



- ii. FCR Portugal Ventures Internacionalização - Participação de 8,55%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 4.000.000 Euros. Este fundo foi constituído em 18 de abril de 2011, encontrando-se no final de 2013 realizado apenas 33,5% do capital. Em 2014, este fundo efetuou uma redução de capital, tendo devolvido o montante de 2.814.000 Euros, pelo que o seu valor de aquisição passou a 1.186.000 Euros. Em 2022 este fundo efetuou uma redução de capital, tendo devolvido o montante de 42.746 Euros, tendo o seu valor de aquisição passado a 1.143.254 Euros. No mesmo ano registou-se uma redução da imparidade deste fundo no montante de 20.783 Euros, passando o valor acumulado da imparidade no final do ano para o montante de 878.034 Euros.
- iii. FCR Portugal Ventures Grow and Expand - Participação de 78,69%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 23.380.119 Euros, em resultado na cisão mencionada na Nota introdutória ponto 28. Verificou-se no exercício de 2022 um reforço da imparidade deste fundo no montante de 1.059.765 Euros, sendo o valor acumulado da imparidade no final do ano de 11.909.597 Euros.
- iv. FINOVA - Ao abrigo do Eixo III - Financiamento e Partilha do Risco da Inovação - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade. Por se tratar de uma operação neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço. Contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta "Outros credores". Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.
- v. Banco Português de Fomento, SA - Participação direta de 3,77%, registada ao custo de aquisição pelo montante de 9.619.407 Euros. Em 2020, no âmbito da criação do Banco através do Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro, a AICEP passou a deter 9.619.407 ações representativas de 3,77% do capital social do Banco Português de Fomento, através da incorporação no Banco, da percentagem detida na PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S. A e pela entrada em espécie mediante transmissão para o BPF da participação social detida pela AICEP na Portugal Capital Ventures (cf. ponto 33 da Nota Introdutória). Não foram identificadas situações que colocassem em causa o valor de aquisição.

Nos Fundos (FCR's) referidos nos parágrafos anteriores, a política de valoração das respetivas carteiras (participações sociais ou ativos equiparáveis) é conforme o regime previsto no Regulamento da CMVM n.º 1/2005 (são registados nas respetivas contas os ajustamentos de justo valor positivos acima do valor de aquisição). Passou a ser aplicado, desde 2008, o procedimento, em que não são incluídos os ajustamentos de



justo valor positivo no cálculo da valoração dos fundos, uma vez que esta metodologia não é consistente com as políticas contabilísticas utilizadas pela AICEP.

3.7 Outros ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados de acordo com o critério do custo:

- **Clientes e outras contas a pagar** - Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo/valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

- **Caixa e depósitos** - Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, sendo estes ativos mensurados ao custo.

- **Fornecedores e outras contas a pagar** - Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. As dívidas a pagar não vencem juros e encontram-se registadas pelo valor nominal.

- **Investimentos financeiros** – estão considerados nesta rubrica, como ativo não corrente, participações financeiras em fundos de capital de risco e outras entidades, conforme nota 7.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda



não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a) O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- b) É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- c) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- d) A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de juros e dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

3.9 Julgamentos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das



demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a Agência continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se que não existe nem intenção nem necessidade de alterar de forma substancial a sua atividade ou níveis operacionais.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.11 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.



Para a conversão para euros dos itens monetários denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2022, foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Sigla	Câmbio
DIRHAM DOS E.A.U.	AED	0,25453
KWANZA ANGOLANA	AON	0,00186
PESO ARGENTINO	ARS	0,00529
DÓLAR AUSTRALIANO	AUD	0,63698
REAL BRASILEIRO	BRL	0,17529
DÓLAR CANADIANO	CAD	0,68937
FRANCO SUIÇO	CHF	1,01286
PESO CHILENO	CLP	0,00110
YUAN RENMIMBI DA CHINA	CNY	0,13569
PESO COLOMBIANO	COP	0,00019
ESCUDO CABO VERDIANO	CVE	0,00907
COROA CHECA	CZK	0,04136
COROA DINAMARQUESA	DKK	0,13446
DINAR ARGELINO	DZD	0,00683
LIBRA ESTERLINA	GBP	1,12829
FORINT DA HUNGRIA	HUF	0,00249
NOVO SHEKEL ISRAELITO	NIS	0,26640
RUPÍA INDIANA	INR	0,01131
IENE DO JAPÃO	JPY	0,00716
WON DA COREIA DO SUL	KRW	0,00074
DIRHAM MARROQUINO	MAD	0,08962
PATACA DE MACAU	MOP	0,11626
PESO MEXICANO	MXN	0,04800
METICAL NOVO MOÇAMBICANO	MTN	0,01479
COROA NORUEGUESA	NOK	0,09512
ZLOTY DA POLÓNIA	PLN	0,21362
NOVO LEU DA ROMÉNIA	RON	0,20243
RUBLO RUSSO	RUR	0,01268
COROA SUECA	SEK	0,08956
SINGAPURA DÓLAR	SGD	0,69813
DOBRA DE SÃO TOMÉ	STN	0,04110
BAHT DA TAILÂNDIA	THB	0,02556
DINAR TUNISINO	TND	0,30204
LIRA TURCA	TRY	0,04999
DÓLAR DOS E.U.A.	USD	0,93607
RAND DA ÁFRICA DO SUL	ZAR	0,05503
FRANCO (SENEGAL)	XAF	0,00152
FRANCO OCIDENTAL (GUINÉ)	XOF	0,00152



As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.12 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.13 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, consideram-se caixa e seus equivalentes, numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.



Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalham-se conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	6.005	7.129
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	24.855.409	69.844.893
Depósitos bancários à ordem	1.149.634	2.250.748
Depósitos a prazo no Tesouro	<u>151.200.000</u>	<u>118.000.000</u>
	<u>177.211.048</u>	<u>190.102.770</u>

Conforme Nota introdutória ponto 20, a rubrica de depósitos bancários inclui o montante de 117.549.825 Euros que não se encontra disponível para uso da Empresa, uma vez que, no âmbito da função da AICEP de gestão de incentivos, trata-se de montantes já recebidos dos promotores a título de reembolso ou devolução a devolver ao gestor dos fundos.

5. Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis

5.1 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	<u>2022</u>						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. Básico	Equipam. de Transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	229.430	1.225.684	288.344	607.571	5.086.137	630.342	8.067.508
Aquisições	-	12.718	1.244		194.260	11.896	220.118
Alienações	-	-	-	(37.681)	(1.549)	(176)	(39.406)
Abates	-	(303)	(7.360)	-	(59.172)	(744)	(67.579)
Saldo final	<u>229.430</u>	<u>1.238.099</u>	<u>282.228</u>	<u>569.890</u>	<u>5.219.676</u>	<u>641.318</u>	<u>8.180.641</u>
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	631.294	243.218	449.656	4.847.014	569.846	6.741.028
Depreciações do exercício	-	53.767	9.842	73.732	200.853	10.152	348.346
Alienações	-	-	-	(37.681)	(1.549)	(176)	(39.406)
Abates	-	(303)	(7.360)	-	(59.172)	(744)	(67.579)
Outras variações	-	2.211	-	-	-	-	2.211
Saldo final	<u>-</u>	<u>686.969</u>	<u>245.700</u>	<u>485.707</u>	<u>4.987.146</u>	<u>579.078</u>	<u>6.984.598</u>
Ativos líquidos	<u>229.430</u>	<u>551.130</u>	<u>36.528</u>	<u>84.183</u>	<u>232.530</u>	<u>62.240</u>	<u>1.196.043</u>

**2021**

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. Básico	Equipam. de Transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	229.430	1.170.083	251.765	643.566	5.081.925	631.224	8.007.992
Aquisições	-	55.298	3.481	50.815	198.470	13.841	321.905
Alienações	-	-	-	(86.474)	(20.378)	-	(106.852)
Transferências	-	303	37.611	(189)	(30.971)	(6.755)	-
Abates	-	-	(4.513)	(146)	(142.909)	(7.968)	(155.537)
Saldo final	229.430	1.225.684	288.344	607.571	5.086.137	630.342	8.067.508
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	-	604.914	198.665	465.167	4.890.587	576.486	6.735.818
Depreciações do exercício	-	26.077	11.047	71.298	149.867	8.891	267.181
Alienações	-	-	-	(86.474)	(20.378)	-	(106.852)
Transferências	-	303	38.019	-189	-30.153	-7.562	418
Abates	-	-	(4.513)	(146)	(142.909)	(7.968)	(155.537)
Saldo final	-	631.294	243.218	449.656	4.847.014	569.847	6.741.028
Ativos líquidos	229.430	594.390	45.126	157.915	239.123	60.495	1.326.480

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens, e de acordo com o estabelecido no Classificador complementar 2.

As depreciações do exercício, no montante de 348.346 Euros (267.181 Euros em 2021), foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.

O detalhe dos custos históricos de aquisição dos terrenos e edifícios e os correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2022, é o seguinte (cf. nota 12):

	2022		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	108.483	120.946	229.429
Edifícios e outras construções	325.450	362.839	688.289
	433.933	483.785	917.718

Em 31 de dezembro de 2022 a Agência não detinha quaisquer ativos fixos tangíveis escriturados com restrição de titularidade.



5.2 Ativos intangíveis

Durante o exercício de 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, foi o seguinte:

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações no período			Quantia Escriturada Final	
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Amortizações do Período		
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Outros	200.655	2.147.118	(1.037)	(189.286)	-	2.157.450
Ativos intangíveis em curso	2.769.514	1.369.907	-	-	(2.147.118)	1.992.303
Total	2.970.169	3.517.025	(1.037)	(189.286)	(2.147.118)	4.149.753

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações no período			Quantia Escriturada Final	
		Adições	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do Período		
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Outros	322.997	4.920	-	(127.261)	-	200.655
Ativos intangíveis em curso	2.103.642	665.872	-	-	-	2.769.514
Total	2.426.639	670.792	-	(127.261)	-	2.970.169

Os ativos intangíveis correspondem a despesas com o processo de transformação digital da Agência, incluído nos Plano Estratégico da AICEP para o triénio de 2017-2019 e de 2020-2022, nomeadamente o desenvolvimento de portais com ferramentas de apoio aos clientes da Agência na área do negócio internacional e do investimento. Estes ativos são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens, e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, Classificador complementar 2.

O valor desta rubrica diz respeito a quatro projeto de investimento concluídos e 13 ainda em curso, oito do SAMA e cinco do PRR.



6. Propriedades de Investimento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

2022						
RUBRICAS	Quantia Líquida Escriturada Inicial	Variações (modelo do custo) Depreciações do Período	Quantia Líquida Escriturada Final	Gastos do período	Rendimentos do Período	
					Rendas	Outros
Propriedades de Investimento						
Terrenos e recursos naturais	19.698	-	19.698	-	-	-
Edifícios e outras construções	20.092	(1.182)	18.910	2.985	16.655	2.331
Total	39.790	(1.182)	38.608	2.985	16.655	2.331

2021						
RUBRICAS	Quantia Líquida Escriturada Inicial	Variações (modelo do custo) Depreciações do Período	Quantia Líquida Escriturada Final	Gastos do período	Rendimentos do Período	
					Rendas	Outros
Propriedades de Investimento						
Terrenos e recursos naturais	19.698	-	19.698	-	-	-
Edifícios e outras construções	21.274	(1.182)	20.092	2.331	16.584	2.331
Total	40.972	(1.182)	39.790	2.331	16.584	2.331

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas dos bens.

As depreciações do exercício, no montante de 1.182 Euros (1.182 Euros em 2021), foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.

O detalhe dos custos históricos de aquisição das propriedades de investimento e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2022 é o seguinte (cf. nota 12):

	2022		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	17.588	2.111	19.698
Edifícios e outras construções	52.763	6.332	59.094
	70.350	8.442	78.793



O detalhe da propriedade de investimento registada em 31 de dezembro de 2022 é conforme segue:

	2022	
	Montante registado	Justo valor
Arrendadas:		
Av. da Liberdade, Lisboa (9º piso)	39.790	390.000
	<u>39.790</u>	<u>390.000</u>

O justo valor da propriedade de investimento foi determinado através de avaliação reportada à data de 31 de dezembro de 2017. Uma vez que a evolução dos preços no mercado imobiliário foi positiva, e seguindo um critério de prudência, a AICEP optou por, em 2022, manter a avaliação considerada àquela data, não se verificando qualquer imparidade.

Tal justo valor foi determinado por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tem experiência na localização e tipologia das propriedades de investimento em questão.

7. Participações Financeiras

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte (cf. Nota Introdutória ponto 24):

	2022		
	Método da equiv. patrimonial	Método do Custo	Total
Participações financeiras / Outros ativos financeiros			
Saldo inicial	26.504.304	58.508.854	85.013.157
Aquisições	-	1.544	1.544
Transferências	-	(4.988)	(4.988)
Método da equiv. Patrimonial	3.916.179	-	3.916.179
Dividendos	(2.832.486)	-	(2.832.486)
Redução de capital	-	(4.873.048)	(4.873.048)
Saldo final	<u>27.587.997</u>	<u>53.632.361</u>	<u>81.220.358</u>
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	21.055.363	21.055.363
Perdas por imparidade do exercício	-	524.587	524.587
Transferências	-	(4.988)	(4.988)
Saldo final	<u>-</u>	<u>21.574.961</u>	<u>21.574.961</u>
Ativos líquidos	<u>27.587.997</u>	<u>32.057.400</u>	<u>59.645.396</u>

**2021**

	Método da equiv. patrimonial	Método do Custo	Total
Participações financeiras / Outros ativos financeiros			
Saldo inicial	26.127.462	64.133.153	90.260.615
Aquisições	-	17.142	17.142
Método da equiv. Patrimonial	2.962.838	-	2.962.838
Dividendos	(2.585.997)	-	(2.585.997)
Redução de capital	-	(5.641.442)	(5.641.442)
Saldo final	26.504.304	58.508.854	85.013.157
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	22.306.578	22.306.578
Perdas por imparidade do exercício	-	(1.251.216)	(1.251.216)
Saldo final	-	21.055.363	21.055.363
Ativos líquidos	26.504.304	37.453.492	63.957.794

O valor de 59.645.396 Euros, no final de 2022, a título de participações financeiras, está evidenciado no balanço, no ativo não corrente, nas rubricas de participações financeiras e outros ativos financeiros, pelos montantes de 37.207.404 Euros e 22.437.992 Euros, respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos valores na coluna de “Método de equivalência patrimonial”, o aumento de 3.916.179 Euros resulta da valoração dos investimentos financeiros da participada AICEP Global Parques, em consequência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

A redução de 2.832.486 Euros resulta da distribuição de dividendos pela AICEP Global Parques, SA.

Relativamente às participações valoradas ao custo, em 2022, o montante na rubrica de transferências diz respeito à eliminação das participações da AICEP nas sociedades Cevalor e Suberav, que já se encontravam em imparidade total.

O montante na rubrica de redução de capital resulta das reduções no capital do Fundo Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento no valor de 4.771.509 Euros e no capital do Fundo Portugal Ventures Internacionalização, no valor de 42.746 Euros, bem como reembolso do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) no montante de 58.793 Euros.

A comparticipação por parte da entidade patronal ao Fundo de Compensação do Trabalho, cumprindo o determinado na Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, foi em 2021, de 1.544 Euros.



aicep Portugal Global

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, sendo a percentagem indicada correspondente à grandeza do interesse (produto da percentagem de participação da AICEP na participada direta pela percentagem em que esta participa na sua própria participada):

2022									
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiárias:									
AICEP Global Parques	Setúbal	44.160.267	13.905.307	30.254.960	18.009.206	4.301.128	91,19%	3.921.984	3.916.179
								<u>3.921.984</u>	<u>3.916.179</u>

2021									
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiárias:									
AICEP Global Parques	Setúbal	40.038.957	10.972.452	29.066.505	14.643.881	3.269.796	91,19%	2.981.563	2.962.838
								<u>2.981.563</u>	<u>2.962.838</u>

Conforme referido na nota 3.6 os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe das outras participações incluindo as respetivas perdas por imparidade, é o seguinte:

Outras Participações	2022				2021		
	% Participação	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Sociedades:							
Banco Português de Fomento	3,77%	9.619.407	-	9.619.407	9.619.407	-	9.619.407
Spídouro - Soc. Prom. Emp. e Inv. do Douro e T.-os-M.	2,49%	22.446	(22.446)	-	22.446	(22.446)	-
Vitrocristal - Estudos e Proj. de Apoio à Cristalaria, ACE	4,00%	499	(499)	-	499	(499)	-
		<u>9.642.352</u>	<u>(22.945)</u>	<u>9.619.407</u>	<u>9.642.352</u>	<u>(22.945)</u>	<u>9.619.407</u>
Centros/Associações							
Cevalor - Centro Tec. p/ Aproveit. Val. Rochas Orn. e Ind	n/a	-	-	-	3.990	(3.990)	-
CITEVE - Centro Tec. das Ind. Têxtil e Vest. Portugal	n/a	2.993	(2.993)	-	2.993	(2.993)	-
Suberav - Associação para a Valorização da Cortiça	n/a	-	-	-	998	(998)	-
Club Financiero de Vigo	n/a	17.768	(17.768)	-	17.768	(17.768)	-
		<u>20.761</u>	<u>(20.761)</u>	<u>-</u>	<u>25.749</u>	<u>(25.749)</u>	<u>-</u>
		<u>9.663.112</u>	<u>(43.705)</u>	<u>9.619.407</u>	<u>9.668.100</u>	<u>(48.693)</u>	<u>9.619.407</u>



Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos outros ativos financeiros incluindo as respetivas perdas por imparidade, é o seguinte:

	2022				2021		
	% Participação	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Outros Ativos Financeiros							
Unidades de participação em fundos de investimento:							
FCR Portugal Ventures Grandes Proj. de Inv.	78,22%	12.619.550	(8.743.624)	3.875.926	17.391.059	(9.258.019)	8.133.039
FCR Portugal Ventures Internacionalização	8,55%	1.143.254	(878.034)	265.219	1.186.000	(898.818)	287.182
FCR Portugal Ventures Grow and Expand	78,69%	23.380.119	(11.909.597)	11.470.521	23.380.119	(10.849.832)	12.530.286
Fundo de Compensação de Trabalho	n/a	5.326	-	5.326	62.576	-	62.576
FINOVA	0,70%	6.821.000		6.821.000	6.821.000		6.821.000
		<u>43.969.248</u>	<u>(21.531.256)</u>	<u>22.437.992</u>	<u>48.840.753</u>	<u>(21.006.669)</u>	<u>27.834.084</u>

O montante bruto do FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento foi deduzido das reservas de fusão, constituídas em 2012, no montante de 502.422 Euros do FCR PV GPI e de 99.867 Euros do FCR Portugal Ventures III no processo de fusão de 2013, conforme Nota introdutória ponto 27.

O montante de 6.821.000 Euros refere-se à participação no FINOVA. Apesar de a AICEP deter a participação desde 2012, considera, no entanto, que não tem qualquer intervenção nesta participação, pois foi meramente um veículo para a aquisição da participação, por orientações do Compete. Por se tratar de uma operação neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço. Contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta de outros credores. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo.

8. Imparidade de Ativos

A este propósito ver o mencionado nas notas 7 e 10, relativamente à imparidade das participações financeiras e de outros créditos a receber, respetivamente.

9. Impostos sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções,



reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2022 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado antes impostos	<u>(28.841.439)</u>	<u>2.661.090</u>
<i>Taxa nominal de imposto</i>	<u>22,50%</u>	<u>22,50%</u>
<i>Imposto teórico calculado</i>	<u>(6.489.324)</u>	<u>598.745</u>
Gastos não aceites fiscalmente	3.396.862	3.007.968
Rendimentos não tributáveis	<u>(7.301.777)</u>	<u>(6.968.358)</u>
Lucro tributável / Prejuízo fiscal	<u>(32.746.354)</u>	<u>(1.299.301)</u>
Tributação Autónoma	<u>144.567</u>	<u>78.649</u>
Imposto sobre o rendimento corrente	144.567	78.649
Imposto sobre o rendimento diferido	<u>(665)</u>	<u>(665)</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>143.903</u>	<u>77.985</u>
Taxa efetiva de imposto	-0,5%	2,9%

Conforme se pode verificar acima, o imposto registado decorre essencialmente do cálculo do imposto sobre o rendimento corrente.

Em 31 de dezembro de 2022 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 11.870.001 Euros, ficando assim este montante para utilizar, sendo que a data-limite de utilização é conforme segue:

	<u>Montante</u>	<u>Data</u>
Gerados em 2016	983.673	utilização até 2030
Gerados em 2017	2.506.262	utilização até 2024
Gerados em 2018	2.606.752	utilização até 2025
Gerados em 2019	2.666.896	utilização até 2026
Gerados em 2020	1.807.117	utilização até 2032
Gerados em 2021	<u>1.299.301</u>	utilização até 2033
	<u>11.870.001</u>	

**Impostos diferidos**

O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2022	2021
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Reserva de reavaliação - amortizações não aceites	17.918	18.583
	<u>17.918</u>	<u>18.583</u>

Conforme referido na Nota introdutória ponto 34 e na nota 12, no final de 2022 estão registados 578.370 Euros, em Outras variações no Património Líquido, referentes ao valor do passivo por imposto diferido associado a subsídios, conforme segue:

	2022	2021
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Passivos por impostos diferidos - Subsídios	578.370	338.781
	<u>578.370</u>	<u>338.781</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, existiam ainda as seguintes diferenças temporárias dedutíveis relativamente às quais não foi reconhecido qualquer ativo por impostos diferidos por não existirem expectativas razoáveis quanto à geração de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização:

	2022	2021
Prejuízos fiscais reportáveis	2.492.700	2.219.847
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:		
Participações financeiras	4.854.366	4.737.457
	<u>7.347.066</u>	<u>6.957.304</u>



O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi como segue:

	2022	2021
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	18.583	19.247
Efeito em resultados:		
Reserva de reavaliação - amortizações não aceites	(665)	(665)
	(665)	(665)
Saldo final	<u>17.918</u>	<u>18.582</u>

10. Ativos financeiros e outras contas a receber

Categorias de ativos financeiros

As categorias de “ativos financeiros” e de “outras contas a receber” em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no ativo corrente, são detalhadas conforme segue:

ATIVO CORRENTE	2022			2021		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	6.005	-	6.005	7.129	-	7.129
Depósitos bancários	26.005.042	-	26.005.042	72.095.641	-	72.095.641
Depósitos a prazo	151.200.000	-	151.200.000	118.000.000	-	118.000.000
	<u>177.211.047</u>	-	<u>177.211.047</u>	<u>190.102.770</u>	-	<u>190.102.770</u>
Contas a receber						
Clientes, contribuintes e utentes	3.454.638	(2.750.000)	704.638	4.265.140	(2.750.000)	1.515.140
	<u>3.454.638</u>	<u>(2.750.000)</u>	<u>704.638</u>	<u>4.265.140</u>	<u>(2.750.000)</u>	<u>1.515.140</u>
Outras contas a receber						
Adiantamentos a fornecedores	5.084	-	5.084	2.703	-	2.703
Adiantamentos a Pessoal	168.297	-	168.297	117.362	-	117.362
Devedores por acréscimos de rendimentos	9.504.492	-	9.504.492	5.211.572	-	5.211.572
Cauções entregues a terceiros	225.257	-	225.257	226.767	-	226.767
Outros devedores	174.282	-	174.282	182.547	-	182.547
	<u>10.077.412</u>	-	<u>10.077.412</u>	<u>5.740.951</u>	-	<u>5.740.951</u>
	<u>190.743.097</u>	<u>(2.750.000)</u>	<u>187.993.097</u>	<u>200.108.861</u>	<u>(2.750.000)</u>	<u>197.358.861</u>

Relativamente à imparidade registada na rubrica de Clientes, contribuinte e utentes, diz respeito a três faturas emitidas ao IAPMEI, equivalentes a três duodécimos dos 11 milhões de Euros do IAPMEI, previstos no Orçamento de Estado para 2020. Apesar de a AICEP ter faturado 11 milhões de Euros ao IAPMEI em 2020, no



final de 2022 encontravam-se ainda por receber 2,75 milhões de Euros, pelo que se encontra registada uma imparidade no mesmo montante face à pouca probabilidade de ainda vir a receber essa verba.

O valor em Devedores por acréscimos de rendimentos reflete, na sua maioria, a situação dos projetos próprios da Agência para com as entidades financiadoras. Sendo a AICEP cofinanciada por diversos fundos comunitários, no âmbito do PT2020 e do PRR, e até que apresente as prestações de contas junto das entidades financiadoras e seja recebido o respetivo incentivo, é refletido nesta conta a estimativa das verbas que deverá ser ressarcida respeitantes aos custos incorridos até àquela data. De realçar os valores mais elevados com o Programa INOV Contacto, com os projetos próprios SIAC e com a Assistência Técnica, no montante de 3,6 milhões de Euros, 3,6 milhões de Euros e 2 milhões de Euros respetivamente.

No ativo não corrente:

ATIVO NÃO CORRENTE	2022			2021		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Outras contas a receber						
Outros devedores-Outros - Realizável a mais de 12 meses	126.973	(122.830)	4.143	169.583	(165.441)	4.143
	<u>126.973</u>	<u>(122.830)</u>	<u>4.143</u>	<u>169.583</u>	<u>(165.441)</u>	<u>4.143</u>

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os rendimentos, relacionados com ativos financeiros, foram juros bancários nos montantes de 21.088 e 1.130 Euros, respetivamente. Foram ainda recebidos 316.785 Euros relativos a dividendos do Banco Português de Fomento.

11. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Rendas	185.753	184.425
Seguros	25.581	24.957
Aluguer de Espaços	108.966	15.823
Software	290.969	134.061
Outros	283.426	1.008.549
	<u>894.694</u>	<u>1.367.970</u>

A variação ocorrida na rubrica de “Aluguer de espaços” respeita exclusivamente ao aluguer de espaço na feira Deutsche Messe em Hannover, enquanto a variação na rubrica “Software” resulta de licenças Microsoft.



12. Património Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no montante de 114.927.980 Euros era detido integralmente pelo Estado Português.

Prémios de emissão

Com o início da atividade da API, o capital de 110.000.000 Euros foi realizado pelo montante de 162.840.541 Euros, com um prémio de emissão de 52.840.541 Euros.

Após a constituição da API, foram realizadas pela AICEP Capital diversas operações que determinaram resultados extraordinários positivos, e que já se encontravam em curso, pelo que foi entendido que o resultado realizado devia ser totalmente imputado ao valor inicial da participação naquela sociedade. A contrapartida deste aumento foi registada numa conta especial denominada Prémios de Emissão Suplementares no montante de 3.952.690 Euros, com o objetivo de registar de forma mais rigorosa o valor entregue efetivamente pelo Estado Português na realização em espécie do Capital estatutário da API.

Na mesma avaliação para a realização em espécie do Capital Estatutário da API, a participação no FIEP foi avaliada com base no capital próprio contabilístico da participada em 31 de dezembro de 2001. Uma vez que a API teve o seu início em 31 de outubro de 2002, àquela participação foi acrescido o montante correspondente a cinco sextos do resultado líquido do ano de 2002. A contrapartida deste aumento foi registada igualmente na conta Prémios de Emissão Suplementares no montante de 1.156.821 Euros.

Assim, o valor global dos prémios de emissão é de 57.950.052 Euros.

Revalorizações

O movimento do excedente de revalorização (rubrica “Excedentes de revalorização”) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi conforme segue:

	Excedente de revalorização Propr. Invest.	Excedente de revalorização tangíveis	Excedente de revalorização total
Saldo no início do período	4.263	202.213	206.476
Amortizações	(127)	(7.257)	(7.384)
Saldo no final do período	<u>4.137</u>	<u>194.956</u>	<u>199.093</u>



A este propósito confrontar notas 5.1 e 6.

A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91 de 25 de janeiro

Como resultado das revalorizações efetuadas, as amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aumentadas em 7.384 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Resultados transitados

O projeto de orçamento da AICEP, EPE para o ano de 2022 foi elaborado, tal como nos anos anteriores, com base na previsão das transferências oriundas de comissões de gestão constantes de protocolos e com dotação específica definida no Orçamento do Estado (IAPMEI, I.P., Turismo de Portugal, I.P. e Fundo para as Relações Internacionais, I.P.). Contudo, em sede de elaboração de relatórios preliminares (DGO) e “Análise e decisão de ajustes” (SEO), o orçamento da AICEP foi ajustado, dado existirem divergências entre o valor inserido pelo organismo dador (IAPMEI, I.P.) e organismo beneficiário (AICEP, EPE). Constatou-se que a DGO/SEO procedeu ao ajuste do financiamento oriundo IAPMEI, I.P., no montante de 11,5 milhões de Euros (fonte de financiamento 541) para a Fonte de Financiamento 721, bem como a Classificação Económica da Receita transitando da CER 06030701 para a CER 120703.

A AICEP foi informada de que a verba em causa, proveniente da fonte de financiamento 721, seria transferida diretamente pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF). Nessa sequência foi solicitada à DGTF, dia 28 de novembro de 2022, a referida transferência com caráter de urgência, atendendo a que despesa paga associada ao orçamento da AICEP tem uma temporalidade regular, caracterizando-se por ser obrigatória,



estável e repetitiva ao longo da execução, ao contrário dos recebimentos da receita associada ao Orçamento da AICEP que não têm uma regularidade mensal.

Esta transferência foi efetuada pela DGTF em 20 de dezembro, no valor de 11,5 milhões de Euros conforme despachos do SEO e SET:

- Despacho da Secretária Estado do Orçamento nº 733/2022/SEO de 15 de dezembro que refere: “Autorizo o aumento de Fundos Disponíveis de receitas de impostos para o Capítulo 60 da DGTF para a despesa não efetiva no montante de 11,5 milhões de euros para a AICEP, conforme a dotação aprovada no OE 2022 na económica 09.07.06.TO.00 – Dotações de Capital – AICEP” do Capítulo 60”;

- Despacho da Secretária de Estado do Tesouro de 19 de dezembro de 2022, onde refere que: “Considerando o pedido de apoio financeiro apresentado pela AICEP, EPE.

Assim, ao abrigo da alínea d) do nº 1 do artigo 38º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei nº 75-A/2014, de 30 de setembro, e posteriormente pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, determina-se:

A entrada de capital em numerário no valor de 11.500.000 euros para cobertura de prejuízos da AICEP, EPE.”

Face a este despacho, o recebimento dos 11,5 milhões de Euros foi registado na rubrica de Resultados Transitados.

Ajustamentos em ativos financeiros

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros” apresentou o seguinte movimento:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	1.849.014	1.731.775
Lucros não atribuídos	149.078	135.965
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	(5.806)	(18.726)
Saldo final	<u>1.992.286</u>	<u>1.849.014</u>

O saldo desta rubrica correspondente ao resultado apropriado segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques deduzido dos dividendos recebidos.

A transferência de Resultados Transitados para Ajustamentos de partes de capital em associadas é, nestes termos, e nas contas da AICEP, correspondente aos ganhos das participadas tal como são evidenciados nas contas destas. Na verdade, é entendimento da AICEP que na conta de Ajustamentos de partes de capital em



subsidiárias e associadas deve figurar o lucro da participada que esta possa vir a distribuir, mas sem consideração dos prejuízos que deverão permanecer em Resultados transitados.

O montante registado na rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas” refere-se a um subsídio ao investimento recebido na AICEP Global Parques.

Subsídios

Conforme é explicado na Nota introdutória ponto 35 e na sequência do processo de transformação digital da AICEP, foram apresentados projetos ao SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa e ao PRR - Plano de Recuperação e Resiliência para financiamento de despesas correntes e despesas de capital. Os montantes dos subsídios recebidos até 31 de dezembro de 2022, o valor do passivo por imposto diferido e o montante do rendimento reconhecido no corrente exercício são os seguintes:



	Movimento 2022		Acumulado final 2022	
	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração	Subsídio ao investimento	Subsídio à exploração
Montante recebido				
Projetos SAMA				
22159	-	-	235.546	60.687
35425	-	-	177.764	79.918
88	583.108	386.805	725.720	605.864
40221	662	-	214.752	45.161
40222	-	-	411.641	102.659
POCI-02-0550-FEDER-043982	19.384	34.695	127.759	53.696
POCI-05-5762-FSE-000221	-	-	36.608	-
POCI-05-5762-FSE-000231	-	-	11.235	-
POCI-05-5762-FSE-000249	-	-	63.275	11.157
POCI-05-5762-FSE-000250	-	-	131.705	36.279
POCI-05-5762-FSE-000364	213.957	22.887	221.489	22.887
POCI-05-5762-FSE-000369	38.231	75.679	52.269	75.679
Projetos PRR				
Transformação Digital	331.281	260.000	427.758	309.065
	<u>1.186.622</u>	<u>780.066</u>	<u>2.837.521</u>	<u>1.403.054</u>
Passivos por imposto diferido				
Projetos SAMA	165.050	-	482.124	-
Projetos PRR	74.538	-	96.246	-
	<u>239.588</u>	<u>-</u>	<u>578.370</u>	<u>-</u>
Rendimentos reconhecidos				
Projetos SAMA				
22159	71.478	-	216.681	60.258
35425	9.208	-	9.208	79.918
88	24.555	13.151	24.555	580.559
40221	-	66.189	-	114.742
40222	16.545	303	16.545	102.961
POCI-02-0550-FEDER-043982	-	-	-	41.808
POCI-05-5762-FSE-000221	-	-	-	12.438
POCI-05-5762-FSE-000231	-	-	-	2.528
POCI-05-5762-FSE-000249	-	38.989	-	110.075
POCI-05-5762-FSE-000250	-	27.967	-	77.232
POCI-05-5762-FSE-000364	-	129.459	-	145.138
POCI-05-5762-FSE-000369	-	-	-	12.202
Projetos PRR				
Transformação Digital	-	194.873	-	243.938
	<u>121.786</u>	<u>470.930</u>	<u>266.989</u>	<u>1.583.796</u>
	<u>825.248</u>	<u>309.136</u>	<u>1.992.162</u>	<u>(180.742)</u>



13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme segue:

	2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Indemnizações pessoal	669.392	-	(152.190)	(19.120)	498.082
Outros custos com pessoal	3.739.182	621.977	-	(967.900)	3.393.259
Projetos de investimento	316.065	-	-	-	316.065
Outros riscos e encargos	43.122	1.064	(25.409)	-	18.777
	<u>4.767.761</u>	<u>623.041</u>	<u>(177.599)</u>	<u>(987.020)</u>	<u>4.226.183</u>

	2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Indemnizações pessoal	683.296	5.158	-	(19.062)	669.392
Outros custos com pessoal	3.482.672	648.510	(659)	(391.341)	3.739.182
Projetos de investimento	316.065	-	-	-	316.065
Outros riscos e encargos	28.362	14.760	-	-	43.122
	<u>4.510.394</u>	<u>668.428</u>	<u>(659)</u>	<u>(410.403)</u>	<u>4.767.761</u>

O aumento de 621.977 Euros verificados na conta de provisões relativas a outros custos com pessoal resulta da atualização do valor, face a 2021, das provisões com diuturnidades, com prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP (Sede e Rede Externa), dos colaboradores em pré-reforma e com uma ação interposta por uma colaboradora da Sede.

Em 2021 foram utilizados 967.900 Euros de provisões, dos quais 614.888 Euros relacionados com o pagamento de diuturnidades a colaboradores da Sede, 126.626 Euros com pagamento relacionado com subsídio de refeição a colaboradores da Sede, 114.854 Euros relacionados com duas ações que a AICEP perdeu para dois colaboradores, 97.997 com pagamentos a colaboradores no estado de pré-reforma e 13.534 Euros relacionados com o pagamento de prémios de antiguidade a colaboradores da Sede.

Relativamente à provisão das diuturnidades, o regulamento do ex-ICEP previa o pagamento de uma diuturnidade por cada cinco anos de tempo de serviço com o limite de cinco diuturnidades, sendo que cada diuturnidade correspondia a 19,95 Euros e desde a integração do ex-ICEP na AICEP em 2007 não têm sido processadas, cifrando-se a provisão no final de 2022 em 1.256.034 Euros.



Houve ainda lugar a uma redução, por via do estudo atuarial, do valor da provisão já existente para cobrir as indemnizações aos herdeiros de uma ex-colaboradora no montante de 106.620 Euros, tendo sido utilizado no corrente exercício o montante de 19.120 euros, incluindo juros de mora.

A provisão das pré-reformas corresponde ao valor a pagar a seis ex-colaboradores que assinaram com a AICEP, até ao final de 2022, acordos de pré-reforma, que ascendem a 503.309 Euros.

A provisão relativa aos prémios de antiguidade de funcionários do ex-ICEP, cujos contratos de trabalho previam uma compensação pelos anos de trabalho ao serviço do Instituto e que desde a integração do ex-ICEP na AICEP em 2007 não têm sido processados. Considerando que a AICEP tem vindo a perder vários processos em tribunal relativos ao pagamento de prémios de antiguidade de ex-funcionários, sendo que no final de 2017 a AICEP procedeu ao pagamento dos referidos prémios a 43 colaboradores, mas apenas aos direitos vencidos até ao final de 2010. Desde o ano de 2018 a AICEP continuou a perder processos no mesmo âmbito, tendo pagado, portanto os prémios de antiguidade requeridos. Assim, a provisão já existente correspondente agora à estimativa do montante máximo a pagar de prémios de 2011 a 2022 registando um total de 422.766 Euros, aos quais acrescem 107.489 Euros correspondentes a juros de mora, relativos a 88 colaboradores, dos quais 15 com direito ao pagamento de cinco vencimentos, 10 a três vencimentos, 53 a dois vencimentos e 10 a um vencimento.

Foi reforçada a provisão relativa ao reajuste salarial dos contratados locais no Ponto de Rede da AICEP no Brasil pelo montante de 98.891 Euros, correspondente à atualização cambial.

A provisão referente a projetos de investimento foi constituída para fazer face à eventualidade de os incentivos recebidos terem de vir a ser devolvidos, caso tal se revele necessário após a auditoria final aos projetos. Durante o ano de 2015 houve lugar à reversão desta provisão no montante de 60.100 Euros, dado os projetos em causa terem terminado e não ter havido lugar a qualquer devolução. Durante o ano 2022 a provisão não sofreu alterações, mantendo-se o montante de 316.065 Euros.

Em 2022 foi ainda reforçada a provisão, no montante de 1.064 Euros, face ao risco de a AICEP ter de pagar faturas reclamadas por uma empresa face a um contrato supostamente celebrado com a AICEP.

- Conta bancária para caução das seguintes responsabilidades:

Processo judicial - Vanda Boavida	427.054
	<u>427.054</u>



14. Passivos Financeiros e outras contas a pagar

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Outras contas a pagar		
Gestão de incentivos ao investimento	117.558.519	116.066.896
Saldo extinção Ex-IPT	5.031.516	5.031.516
Outros Credores	<u>9.597.070</u>	<u>10.390.943</u>
	<u>132.187.105</u>	<u>131.489.355</u>
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores		
Fornecedores c/c	<u>208.626</u>	<u>100.375</u>
	208.626	100.375
Fornecedores de investimento		
Fornecedores de investimento	<u>96.024</u>	-
	96.024	-
Outras contas a pagar		
Outras operações (Pessoal)	21.093	14.177
Credores por acréscimos de gastos	2.816.357	3.190.448
Outros Credores	<u>8.862</u>	<u>27.739</u>
	<u>2.846.313</u>	<u>3.232.364</u>
	<u>3.150.963</u>	<u>3.332.739</u>
Total de Fornecedores e outros passivos financeiros	<u>135.338.068</u>	<u>134.822.094</u>

As explicações para os saldos mais significativos na rubrica de “outras contas a pagar” são as seguintes:

- a) Gestão de incentivos ao investimento - No âmbito da sua competência, enquanto entidade gestora e pagadora no programa Prime do passado QCA III, conforme é explicado na Nota introdutória ponto 19, os saldos referentes à gestão de verbas de incentivos registados no passivo da AICEP em 31 de dezembro de 2022, referem-se aos reembolsos e devoluções de incentivos entregues pelos Promotores à AICEP e ainda não devolvidos por esta à entidade gestora dos fundos comunitários.

O aumento do saldo em cerca de 1,5 milhões de Euros no decurso de 2022, resulta fundamentalmente, por um lado, do aumento dos reembolsos, devoluções e juros no âmbito do QCA



III, relacionados com o SIME B (0,08 milhões de Euros), SIME C (1 milhão de Euros), SIME D (7 mil Euros), por outro, pelo decréscimo de reembolsos no montante de 1,4 milhões de Euros que foram utilizados para pagamento de incentivo no âmbito do Aviso 11, conforme mencionado na Nota introdutória ponto 19.

Também contribuiu para esta variação, os recebimentos de verbas relativas a projetos QREN/ PT2020, no montante de 1,8 milhões de Euros, em que a AICEP foi o organismo pagador, utilizando para tal verbas de reembolsos QCA III, pelo que os valores agora recebidos voltam a ficar na AICEP até a entidade gestora dos fundos comunitários decidir o seu destino.

De referir ainda que, durante o ano 2022, a AICEP foi recebendo dos promotores verbas no âmbito do QREN e também do PT2020, a título de reembolsos, devoluções e juros no valor de cerca de 16 milhões de Euros e 57 milhões de Euros, respetivamente. Estas verbas juntamente com as que tinham sido recebidas ainda em 2021, foram sendo mensalmente transferidas para o IAPMEI e AD&C, ficando apenas por transferir saldos residuais relativos ao PT2020, no montante de 1.348.839,58 Euros.

Durante o ano de 2022, no cumprimento da sua competência como entidade gestora e pagadora de verbas de incentivos comunitários dos programas QCA III e QREN, ocorreram os seguintes movimentos:

	FEDER/OE	FDE	FSE/OSS	Total
Saldo incentivos em 31/12/2021:	115.619.251,68	0,01	442.962,14	116.062.213,83
Movimentos em 2022:				
1. Recebimento de verbas de incentivos	-	-	-	-
2. Pagamento aos Promotores	-	-	-	-
3. Reembolsos de promotores	72.790.428,80	-	-	72.790.428,80
4. Devoluções de promotores	1.002.595,15	-	-	1.002.595,15
5. Transferências	-70.936.903,36	-	-	-70.936.903,36
6. Devoluções de verbas de incentivos	-	-	-	-
7. Pagamento aos Promotores - Aviso 11	-1.364.497,25	-	-	-1.364.497,25
Saldo incentivos em 31/12/2022	117.110.875,02	0,01	442.962,00	117.553.837,17

NOTA: O saldo de 117.553.837 euros inclui o saldo devedor de 4.682 euros correspondente a Juros de Mora devidos pelos promotores que estão incluídos na rubrica "Outras contas a receber" do Ativo Não Corrente.

- b) Por outro lado, devido ao acordo assinado com o estado português acerca da cedência de créditos e participação relativos à empresa Nanium, foram também registados, em 2016, em contas de fundos comunitários o valor de 8,3 milhões de euros, respeitantes a essa entidade e recebidos pela Aicep em maio de 2017. No final de 2018 apenas existia um saldo de 478.684 euros respeitante ao valor da alienação da participação financeira na Nanium, cujo valor pertence ao estado português, que ainda se mantém em 2022.
- c) Saldo extinção ex-IPT - este valor respeita ao montante apurado em sede de extinção do Instituto em agosto de 1992, que foi integrado nas contas do ICEP. De referir que, em setembro desse ano, foi nomeado um Administrador Liquidatário responsável pelo processo de extinção do IPT, processo



esse não formalmente concluído. Os custos do processo de extinção foram suportados pelos ativos do extinto IPT. Em fevereiro de 2008 a Inspeção Geral de Finanças (IGF) fez uma auditoria às contas da extinção do IPT junto da AICEP (Proc.º n.º 2008/88/A5/31). No seu relatório final remetido à AICEP a 16 de junho de 2008, a IGF propôs que a conclusão do processo de liquidação fosse efetuada pela AICEP no prazo de 90 dias. Em resposta, a Agência informou não ter viabilidade económica e recursos para concluir este processo, entendendo que seja proposto o encerramento das contas do ex-IPT e a sua integração no balanço da AICEP.

d) Outros credores - os valores mais significativos são:

- Valores provenientes do Fundo para as Relações Internacionais, IP, em 2013, ao abrigo do Art.º 8º da Lei n.º 66-B/2012 do Orçamento de Estado para 2013, que inscreveu no mapa de alterações e transferências orçamentais, a dotação de 750.000 Euros a entregar à AICEP para que esta, no âmbito de um protocolo assinado com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, entregue às Embaixadas portuguesas prémios para utilização em ações de diplomacia económica de sua iniciativa. Foram aprovados superiormente um regulamento e uma comissão de avaliação para a definição das regras de atribuição e utilização do Prémio +DE (Diplomacia Económica). Em finais de 2022, o saldo remanescente é de 223.803 Euros;
- Passivo por imposto diferido relativo a subsídios ao investimento - aquando do registo dos subsídios ao investimento em capital próprio foi registado o valor imposto diferido que lhe estão associados, no montante de 578.370Euros (cf. Nota 9).
- Valor a devolver ao Compete - Ao abrigo do Eixo III - Financiamento e Partilha do Risco da Inovação - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade. Este montante encontra-se na rubrica “Outros Credores”, dado que se trata de verba a devolver ao Compete.
- Valores a devolver de Projetos Próprios (ex-ICEP) – 136.891 Euros, valores a devolver de projetos próprios do ex-ICEP resultantes da análise em sede auditoria em que foram considerados indevidos;

e) No decurso do ano de 2022, a AICEP, no exercício da sua atividade de gestão e acompanhamento de projetos de investimento financiados por fundos comunitários do QREN/PT 2020, entregou a IAPMEI as verbas QREN resultantes de reembolsos de incentivos efetuados pelos promotores, no montante de 14.359.796 Euros, de devoluções de subsídios recebidos, no valor de 998.016 Euros, e de juros (de mora e contratuais) no montante de 400.929 Euros. Relativamente às verbas PT2020, que resultaram de reembolsos de incentivos no valor de 56.526.434 Euros, de devoluções no montante de 567 Euros, a AICEP transferiu quase a globalidade destes montantes para a Agência de Desenvolvimento e Coesão (AD&C), ficando apenas por transferir o valor de 1.348.840 Euros,



correspondente a reembolsos creditados na conta bancária da AICEP no final de dez.22 e não contemplados na última transferência do ano para a AD&C.

- f) Credores por acréscimos de gastos - Inclui remunerações a liquidar no montante de 2.776.260 Euros e outros acréscimos de gastos, no montante de 40.098 euros, relativos à estimativa de IMI e a fornecimentos e serviços externos correntes a pagar em 2022.

15. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	171.524	144.567	92.761	78.649
Retenções de imposto sobre o rendimento	-	231.077	-	247.932
Imposto sobre o valor acrescentado	-	137.551	-	239.073
Contribuições para a Segurança Social e CGA	-	519.285	-	446.689
Outros Impostos/ FCT	-	46.134	-	60.775
	<u>171.524</u>	<u>1.078.614</u>	<u>92.761</u>	<u>1.073.118</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam dívidas em mora ao Estado.

16. Diferimentos Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica do passivo “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2022	2021
Comissão de Gestão	250.000	250.000
ARI - Autorização de Residência para Atividade de Investimento	400.000	400.000
Protocolo Turismo de Portugal	669.265	654.332
FRI - Fundo para as Relações Internacionais (Expo2020Dubai)	3.787.098	229.466
PT 2020 - Assistência Técnica	54.898	54.898
PRR- Plano de Recuperação e Resiliência	82.474	-
Outros	8.304	1.382
	<u>5.252.038</u>	<u>1.590.078</u>



No final de 2021 o Turismo de Portugal, IP transferiu para a AICEP a verba de 11 milhões de Euros, dos quais apenas 10.750.000 Euros a título de comissão de gestão, prevista no n.º 11 do mapa de alterações orçamentais, referido no Art.º 7.º da Lei n.º 75-B/2020 do Orçamento de Estado. Os restantes 250.000 Euros seria uma verba que a AICEP estaria devedora. Dado que a AICEP não reconhece qualquer dívida perante o Turismo de Portugal, estando esta verba em discussão, por uma questão de prudência, foi diferido este montante.

Em dezembro de 2013 o Ministério dos Negócios Estrangeiros transferiu o montante de 400.000 Euros para a AICEP - correspondente a uma parcela das receitas dos emolumentos cobrados no âmbito das autorizações de residência para atividade de investimento (ARI) - destinado a atividades de diplomacia económica envolvendo a rede externa. Neste sentido, este valor foi diferido para utilização em ações promocionais na rede externa a realizar futuramente, encontrando-se registado no passivo não corrente.

O montante de 669.265 Euros diz respeito a duas faturas emitidas para fazer face a gastos com vencimentos de janeiro e fevereiro de 2023 relativos a colaboradores afetos à promoção do turismo, conforme Protocolo de cooperação com o Turismo de Portugal de cedência de colaboradores e de pagamento de despesas de promoção do Turismo de Portugal.

A junho de 2019 foi recebido do FRI – Fundo para as Relações Internacionais, o montante de 7 milhões de Euros para financiamento da Expo 2020 Dubai, conforme previsto no ponto 13 do Mapa de Alterações e Transferências Orçamentais, a que se refere o n.º 8, anexo à Lei do Orçamento do Estado para 2019. Foram recebidos do FRI – Fundo para as Relações Internacionais em 2019, 2020, 2021 e 2022 respetivamente 7.000.000, 753.181, 5.000.000 e 7.611.067 Euros. Dado que a AICEP registou, em 2019, 2020, 2021 e 2022 respetivamente, 1.854.125, 4.845.419, 4.074.171 e 4.053.435 Euros de gastos com a Expo 2020 Dubai, foi registado em diferimentos a diferença correspondente a 5.537.098 Euros. A este valor foram reduzidos, em 2021, 1,75 milhões de euros relativos à comissão de gestão, conforme Despacho Conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Economia e Transformação Digital, totalizando um diferimento no final de 2022 de 3.787.098 Euros.

O montante de 54.898 Euros diz respeito ao saldo dos projetos do Compete (2015/2018), nº 17532, que a AICEP terá de devolver à Autoridade de Gestão (na sequência de acertos resultante da contratação à ANI).

O montante inscrito na rubrica “Outros” diz respeito a um mês de arrendamento das instalações e a recebimentos por parte de ex-colaboradores, para fazer face ao seguro de saúde de 2023, que a AICEP suporta.



17. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhado conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prestação de serviços	11.025.748	22.253.348
Venda de bens	84.270	49.707
	<u>11.110.018</u>	<u>22.303.055</u>

Conforme referido na Nota introdutória ponto 22, os montantes mais significativos incluídos na rubrica de prestação de serviços em 31 de dezembro de 2022, são os 11.000.000 Euros, a título de comissão de gestão, referente a verba recebida do Turismo de Portugal, pela transferência prevista no n.º 13 do Mapa de alterações e transferências orçamentais, referido no Artº 7 da lei n.º 12/2022 do Orçamento de Estado.

De referir apenas a rubrica de Vendas, que está relacionada com o projeto piloto da Portugal Concept Store, que a AICEP inaugurou durante a Expo Dubai, projeto transacional de promoção de marcas portuguesas e Marca Portugal. Sob o conceito de Crafted Sophistication, que traduz a opção por produtos genuínos, que se sofisticaram ao longo do tempo, a Portugal Concept Store, em regime pop-up, inaugurou com um portfólio de 170 produtos representativos de 40 marcas nacionais escolhido por uma curadoria independente que procurou apresentar um país moderno e autêntico que reconhece o legado das suas gerações passadas e tradições procurando valorizá-las. A Portugal Concept Store teve uma loja física no pavilhão de Portugal e uma loja online em www.portugalconceptstore.com. A loja apresentou uma oferta diversificada, representativa do lifestyle português. Incluiu produtos agroalimentares como azeites, compotas e conservas. Produtos de cuidado pessoal como colónias e perfumes. Produtos para a casa como objetos de decoração, cerâmica utilitária, iluminação, cutelaria e difusores. Produtos de Moda como malas para senhora, chapéus, lenços ou leques. Joalheria para a casa e para uso pessoal. Brinquedos educativos e de diversão e ainda publicações dirigidas a diversos públicos.

A Portugal Concept Store Expo Dubai 2020 recebeu visitas de um diversificado leque de países como é natural numa exposição mundial. É possível identificar entre os seus clientes cidadãos dos Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Egito, Rússia, Alemanha, Itália, Espanha, Reino Unido, Venezuela, Brasil, Estados Unidos da América, Coreia do Sul, China, Índia, Angola, África do Sul e também cidadãos portugueses que se dividem entre residentes nos Emirados Árabes Unidos e turistas nacionais em visita ao Dubai. Durante o projeto do Dubai, foram vendidos mais de 8 mil produtos, efetuadas 4.511 vendas totalizando 133.454 Euros, dos quais 84.270 Euros foram durante o ano de 2022. Todas as marcas representadas efetuaram vendas.

Atualmente, a Portugal Concept Store serve os mercados de Espanha e França com uma loja online.



18. Transferências e subsídios concedidos

O montante de 15.000.000 Euros na rubrica de “Transferências e subsídios concedidos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 diz respeito exclusivamente a uma contribuição para o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Com efeito, o Conselho de Administração da Agência, ratificou a deliberação tomada por consulta escrita urgente em 26 de dezembro de 2022, através da qual autorizou, por instrução dos Gabinetes de Suas Excelências o Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Internacionalização, a transferência de 15 milhões de euros para o Camões Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CICL), por contrapartida de saldos de gerência (Fonte de Financiamento 522) e com registo da despesa na rubrica 04.03 – Transferência para a Administração Central, conforme determinação do Governo, para efeitos de operacionalização do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 131-D/2022, de 22 de dezembro, que visava conceder um apoio ao Estado de São Tomé e Príncipe via CICL, o que implicava, de acordo com as instruções recebidas, a mobilização de saldos da AICEP para aquele instituto, autorizada nos termos do Despacho n.º 791/2022/SEO, de 22 de dezembro.

A transferência foi concretizada pela AICEP em 26 de dezembro de 2022, em execução da referida deliberação, o que de imediato se comunicou ao Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado da Internacionalização.

Nessa oportunidade, decidi solicitar à tutela setorial e financeira da AICEP a ratificação ou homologação das instruções recebidas para o efeito em 26 de dezembro de 2022, por comunicações dos Gabinetes de Suas Excelências o Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Internacionalização por despacho a exarar por Suas Excelências os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças sobre as referidas comunicações.



19. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Trabalhos especializados	7.940.795	4.696.838
Publicidade e propaganda	881.825	726.815
Vigilância e segurança	79.172	56.976
Honorários	336.302	427.161
Conservação e reparação	103.361	103.892
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.946	14.975
Livros e documentação técnica	224.067	187.035
Material escritório	44.604	28.122
Artigos para oferta e de publicidade e divulgaç	23.330	17.819
Eletricidade	150.664	130.175
Combustíveis e lubrificantes	47.646	28.623
Água	14.813	9.678
Outros consumos	17.768	14.860
Deslocações e estadas	889.145	389.052
Transportes de pessoal	779.947	465.822
Outros associados à deslocação	8.643	3.555
Rendas e alugueres	3.186.028	2.338.564
Comunicações	273.475	227.465
Seguros	74.149	48.400
Royalties	10.613	3.457
Contencioso e notariado	71.865	41.120
Despesas de representação dos serviços	63.500	44.928
Limpeza higiene e conforto	192.127	161.951
Outros serviços	1.120.736	738.578
	<u>16.540.521</u>	<u>10.905.861</u>

No detalhe de Fornecimentos e Serviços Externos, temos a destacar a rubrica de Trabalhos Especializados com um peso significativo no total destes gastos e que se explica, pelas diversas despesas com consultoria, construção e decoração de stand e trabalhos fotográficos e audiovisuais ainda para a realização da Expo 2020, realizada no Dubai, que só terminou no final de março de 2022, bem como com a feira Hannover Messe realizada na Alemanha. Para além desta, são de realçar ainda os gastos com Rendas e Alugueres, justificados pelas rendas das nossas instalações em Lisboa, bem como dos escritórios dos nossos pontos de rede distribuídos pelos diversos países. Para este montante contribuíram com significado alguns gastos com Alugueres de Espaços, em vários pontos de rede, para algumas ações de promoção de comércio e turismo desenvolvidas pela AICEP. Destacar ainda a rubrica de Outros Serviços que engloba diversos serviços no âmbito da Expo 2020, dentro dos quais se destacam os serviços de transportes e mudanças.



20. Gastos com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	476.001	405.404
Remunerações do pessoal	21.793.178	20.784.138
Benefícios pós-emprego	8.998	9.276
Indemnizações	50.405	29.903
Encargos sobre remunerações	4.972.290	4.732.236
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	91.374	97.899
Outros gastos com o pessoal	60.175	52.786
Outros encargos sociais	674.006	714.422
	<u>28.126.427</u>	<u>26.826.062</u>

A diferença verificada nas remunerações dos órgãos sociais e de gestão entre 2021 e 2022 ficou a dever-se à entrada em funções do Conselho Fiscal. Nas restantes rubricas do pessoal o crescimento justifica-se com as decisões judiciais, anteriores a 2022 com impacto no ano corrente, para despesas com diuturnidades, prémios de antiguidade e subsídio de refeição (198 mil euros), uma ação judicial de colaborador (66 mil euros), os subsídios de instalação relativos a novos destacados para a rede externa da Agência (204 mil euros), o aumento do abono de expatriação (117 mil euros) e das ajudas de custo (44 mil euros), bem como a compensação salarial relativa à participação na Expo 2020 (81 mil euros) e o recrutamento de novos colaboradores para renovação dos quadros (255 mil euros). Acresce o impacto respetivo nas contribuições sociais no montante de 280 mil euros. O montante relativo a benefícios pós-emprego diz respeito apenas a seguros médicos e de reforma pagos aos contratados locais no Japão e ainda a um PPR a uma colaboradora da sede. Durante os exercícios de 2022 e 2021 o número médio de pessoas foi de 491 e 492, respetivamente.

21. Amortizações

A decomposição da rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	53.767	26.077
Equipamento Básico	9.842	11.047
Equipamento de Transporte	73.732	71.298
Equipamento Administrativo	200.853	149.867
Outros Ativos Fixos Tangíveis	10.152	8.891
Propriedades de investimento:		
Edifícios e outras construções	1.182	1.182
Ativos Intangíveis:		
Outros	189.286	127.261
	<u>538.813</u>	<u>395.623</u>



22. Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimentos suplementares:		
Cedência do Pessoal	54.934	54.523
Protocolo com o Turismo de Portugal	5.590.932	4.981.644
Protocolo com o Turismo de Portugal - Programa Inov Contacto	33.200	-
FRI-Fundo para as Relações Internacionais	1.000.000	1.260.000
FRI-Fundo para as Relações Internacionais - Expo2020Dubai	4.053.435	5.824.172
Projetos Próprios - PT2020 - Programa Contacto	3.491.787	485.825
Projetos Próprios - PT2020 - SIAC	3.725.167	663.585
Projetos Próprios - PT2020 - Assistência Técnica	1.940.267	2.302.602
Projetos Próprios - PT2020 - SAMA	397.843	388.879
Projetos Próprios - PRR	194.873	49.065
Outros rendimentos suplementares	135.409	6.878
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	30.628	25.446
Outros	248.852	199.377
	<u>20.897.326</u>	<u>16.241.996</u>

23. Outros Gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos	18.027	66.424
Outros		
Quotizações	13.090	34.532
Estágios - Programa Contacto	3.301.194	-
Outros Estágios	220.791	130.246
Diferenças de câmbio desfavoráveis	174.357	88.355
Outros	59.358	23.754
Juros Tributários e outros juros	1.813	703
	<u>3.788.630</u>	<u>344.014</u>

Destaque para o regresso do Programa INOV Contacto, que em 2021 não foi efetuado por força da Covid-19, tendo registado um total de bolsas no montante de 3,3 milhões de Euros.



24. Juros e outros rendimentos similares

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	21.088	1.130
Dividendos obtidos		
Outras entidades	316.785	-
	<u>337.873</u>	<u>1.130</u>

25. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares ocorridos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Juros de Mora	81.414	10.776
Outros juros	33.724	35.930
	<u>115.138</u>	<u>46.706</u>

Os montantes mais significativos incluídos na rubrica de Juros e Gastos similares suportados correspondem maioritariamente a juros de mora devidos por processos judiciais relacionados com gastos com pessoal que foram pagos durante o ano 2022 (81.414 Euros) e despesas bancárias que ocorreram devido às transferências e pagamentos em diversas moedas que a AICEP realiza nos seus vários pontos de rede (33.724 Euros).

25. Partes relacionadas

Conforme anteriormente referido a Empresa é detida em 100% pelo Estado Português.



A participação da Empresa na subsidiária em 2022 e 2021 e respetivas transações e saldos são conforme segue

Subsidiária

Subsidiária	Sede	2022	2021
		Percentagem de participação	Percentagem de participação
AICEP Global Parques, S.A.	Setúbal	91,185%	91,185%

Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2022:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Outros rendimentos	Juros obtidos
Subsidiárias			18.212				6.119	
			18.212				6.119	

2021:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Serviços prestados	Outros rendimentos	Juros obtidos
Subsidiárias			18.148				8.419	
			18.148				8.419	

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2022:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Cauções Contratuais	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias	1.107			1.200	2.307			
	1.107			1.200	2.307			



2021:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Cauções Contratuais	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Subsidiárias	834			1.200	2.034			
	<u>834</u>			<u>1.200</u>	<u>2.034</u>			

Relativamente à remuneração do pessoal chave de gestão, para além do mencionado na anterior nota 20, ver o ponto 6 do cumprimento das Orientações Legais e o ponto VII.D. do Relatório de governo societário.

2022

Conselho de Administração

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remun. (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Luís Castro Henriques	98.160,56		98.160,56	4.612,85	93.547,71
Madalena Oliveira e Silva	90.442,27		90.442,27	4.521,94	85.920,33
João Paulo Salazar Dias (*)	62.696,16		62.696,16	3.055,62	59.640,54
Francisca Guedes de Oliveira	87.256,60		87.256,60	4.283,86	82.972,74
Rita Lindley Araújo	76.030,62		76.030,62	3.723,57	72.307,05
Luís Rebelo de Sousa	21.379,89		21.379,89	1.123,07	20.256,82
			435.966,10	21.320,92	414.645,19

(*) cessação de funções, em 1 de setembro de 2022

26. Divulgações exigidas por diplomas legais e outras**Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas**

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 22.500 Euros (excluindo o IVA).

Outras informações

Ao abrigo do Eixo III – Financiamento e Partilha do Risco da Inovação – Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha do Risco da Inovação (SAFPRI), o Compete transferiu em 2010 para a AICEP a verba de 3.032.356 Euros consignada à realização de capital do Fundo de Apoio à Inovação (FINOVA), tendo transferido nova verba de 4.122.298 Euros em 2015, totalizando 7.154.655 Euros que corresponde a 0,7% do capital do fundo. Face à redução de capital concretizada em 2016, o valor desta participação corresponde no final do ano a 6.821.000 Euros, realizada na totalidade.



Por se tratar de uma operação circunscrita no âmbito referido e neutra do ponto de vista patrimonial, a AICEP não evidenciava até 2017 esta participação no seu balanço, contudo, aproveitando a passagem do normativo contabilístico SNC para SNC-AP, entendeu o Conselho de Administração passar a evidenciar a participação nas suas contas, para que a mesma possa constar, operacional e estatisticamente, na esfera do Estado. Assim, aquela participação passou a estar integrada no ativo do balanço, tendo por contrapartida um passivo de igual montante na conta de outros credores. Quaisquer variações no valor da participação têm imediata e completa equivalência em variações, dos mesmos montantes, no valor do passivo conexo. Apesar desta expressão no seu Balanço, a AICEP considera que não tem qualquer intervenção nesta participação, pois foi meramente um veículo para a aquisição da participação, por orientações do Compete.

Proposta de aplicação dos resultados

O Conselho da Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 28.985.341,93 Euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados, devendo subsequentemente a componente positiva de 195.897,40 Euros relativa aos resultados positivos apropriados segundo o método da equivalência patrimonial da AICEP Global Parques, SA, e ainda não distribuídos, seja transferida para a conta de Ajustamentos em Ativos Financeiros.

27. Acontecimentos após a data do balanço

Apesar do atual período em que vivemos refletir uma retração económica quer a nível nacional, quer a nível mundial, originado pelo início da guerra durante o ano de 2022, o Conselho de Administração da AICEP, tendo em consideração as questões relacionadas com a aplicação do pressuposto da continuidade das operações, nomeadamente pelo efeito adverso que pode ser suscitado pela atual conjuntura existente na Ucrânia, pelas sanções aplicáveis à Rússia e outros efeitos colaterais, como por exemplo, o preço e disponibilidade de matérias-primas, energia e/ou outros aspetos comerciais e tecnológicos, continuará a avaliar o potencial impacto a nível das importações e exportações de e para estes países, podendo ter natural impacto a nível da atividade promocional realizada pela AICEP, não sendo ainda possível quantificar neste momento.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Mónica Rita Matos

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Filipe Castro Henriques

Rita Lindley Araújo

Madalena Oliveira e Silva

Luís Rebelo de Sousa



aicep Portugal Global

Contas individuais

Demonstrações Orçamentais



Contas Individuais

Demonstrações Orçamentais

1 Demonstrações previsionais

1.1. Orçamento e plano orçamental plurianual

Receita

Rúbrica	Designação	Orçamento t		Plano orçamental plurianual				
		Períodos anteriores	Período	Total	t+1	t+2	t+3	t+4
	Receita corrente	54.240.514	(2.106.961)	52.133.553	49.695.366	44.160.345	44.435.473	44.710.601
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-
R11	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistema de proteção social e	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-
R4	Redimentos de propriedade	2.327.777	198.943	2.526.720	2.904.957	2.016.600	2.016.600	2.016.600
R5	Transferências e subsídios correntes	51.339.690	(2.430.145)	48.909.545	46.089.905	41.593.745	41.868.873	42.144.001
R51	Transferências Correntes	51.339.690	(2.430.145)	48.909.545	46.089.905	41.593.745	41.868.873	42.144.001
R511	Administrações Públicas	39.011.067	(11.836.755)	27.174.312	26.253.456	31.400.000	31.400.000	31.400.000
R5111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R5112	Administração Central - Outras entidades	39.011.067	(11.836.755)	27.174.312	26.253.456	31.400.000	31.400.000	31.400.000
R5113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R5114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R5115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R512	Exterior - EU	12.243.623	9.406.610	21.650.233	19.751.449	10.108.745	10.383.873	10.659.001
R513	Outras	85.000	-	85.000	85.000	85.000	85.000	85.000
R52	Subsídios Correntes	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	173.047	124.241	297.288	300.504	150.000	150.000	150.000
R7	Outras receitas correntes	400.000	-	400.000	400.000	400.000	400.000	400.000
	Receita de capital	-	-	-	-	-	-	-
R8	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-
R9	Transferências e subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-
R91	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-
R911	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R9111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R9113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R9114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R9115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R912	Exterior - EU	-	-	-	-	-	-	-
R913	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R92	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	-	-	-	-	-	-	-
	Receita efetiva (1)	54.240.514	(2.106.961)	52.133.553	49.695.366	44.160.345	44.435.473	44.710.601
	Receita não efetiva (2)	-	46.500.000	46.500.000	51.500.000	-	-	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	35.000.000	35.000.000	40.000.000	-	-	-
R13	Receita com passivos financeiros	-	11.500.000	11.500.000	11.500.000	-	-	-
	Receita total (3) = (1)+(2)	54.240.514	44.393.039	98.633.553	101.195.366	44.160.345	44.435.473	44.710.601

Despesa

Rúbrica	Designação	Orçamento t			Plano orçamental plurianual			
		Periodos anteriores	Período	Soma	t+1	t+2	t+3	t+4
	Despesa corrente	51.583.173	6.322.840	57.906.013	55.959.150	44.966.101	44.966.101	44.966.101
D1	Despesa com o pessoal	28.329.521	524.681	28.854.202	30.583.003	27.975.720	27.975.720	27.975.720
D11	Remunerações certas e permanentes	21.712.664	468.799	22.181.463	23.488.005	21.350.000	21.350.000	21.350.000
D12	Abonos variáveis ou eventuais	712.987	(127.155)	585.832	250.629	755.720	755.720	755.720
D13	Segurança Social	5.903.870	183.037	6.086.907	6.844.369	5.870.000	5.870.000	5.870.000
D2	Aquisição de bens e serviços	19.421.804	5.618.997	25.040.801	20.437.005	14.287.681	14.287.681	14.287.681
D3	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-
D4	Transferências correntes	3.640.027	175.158	3.815.185	4.509.995	2.556.700	2.556.700	2.556.700
D41	Administrações Públicas	3.640.027	175.158	3.815.185	4.509.995	2.556.700	2.556.700	2.556.700
D411	Administrações Públicas	-	29.070	29.070	29.070	-	-	-
D4111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
D4112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D4113	Segurança Social	-	29.070	29.070	29.070	-	-	-
D4114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D4115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D412	Instituições sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-
D413	Famílias	3.640.027	146.088	3.786.115	4.480.925	2.556.700	2.556.700	2.556.700
D414	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D42	Subsídios Correntes	-	-	-	-	-	-	-
D5	Outras despesas correntes	191.821	4.004	195.825	429.147	146.000	146.000	146.000
	Despesa de capital	2.657.341	3.070.199	5.727.540	5.236.216	1.356.724	1.252.000	1.322.000
D6	Investimentos	2.657.341	3.070.199	5.727.540	5.236.216	1.356.724	1.252.000	1.322.000
D7	Transferências e subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D71	Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D711	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
D7111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
D7112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D7113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
D7114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D7115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D712	Instituições sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-
D713	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D714	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D72	Subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-
	Despesa efetiva (4)	54.240.514	9.393.039	63.633.553	61.195.366	46.322.825	46.218.101	46.288.101
	Despesa não efetiva (5)	-	35.000.000	35.000.000	40.000.000	-	-	-
D9	Despesa com ativos financeiros	-	35.000.000	35.000.000	40.000.000	-	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Despesa total (6) = (4)+(5)	54.240.514	44.393.039	98.633.553	101.195.366	46.322.825	46.218.101	46.288.101
	Saldo total (3)-(6)	-	-	-	-	(2.162.480)	(1.782.628)	(1.577.500)
	Saldo global (1)-(4)	-	(11.500.000)	(11.500.000)	(11.500.000)	(2.162.480)	(1.782.628)	(1.577.500)
	Despesa primária	54.240.514	9.393.039	63.633.553	61.195.366	46.322.825	46.218.101	46.288.101
	Saldo corrente	2.657.341	(8.429.801)	(5.772.460)	(6.263.784)	(805.756)	(530.628)	(255.500)
	Saldo de capital	(2.657.341)	(3.070.199)	(5.727.540)	(5.236.216)	(1.356.724)	(1.252.000)	(1.322.000)
	Saldo primário	-	(11.500.000)	(11.500.000)	(11.500.000)	(2.162.480)	(1.782.628)	(1.577.500)



2 Demonstração de relato individual

A aplicação da Lei de Orçamento de Estado para 2022 aprovada pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, estabeleceu o Orçamento de Receita e Despesa da AICEP.

2.1. Demonstração do desempenho orçamental

Esta demonstração permite a análise do desempenho orçamental da AICEP. Pode observar-se que este mapa apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário). Apresenta ainda, informação organizada pela forma de financiamento, e por classificação económica da execução orçamental.

A AICEP solicitou junto da tutela a aplicação de saldos no dia 7 de dezembro de 2022, não tendo sido obtida resposta até à presente data.



Rúbrica	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					n-1	
		Receitas Gerais	Receitas Próprias	Financiamento U.E	Empréstimos	Fundos Alheios		Total
	Saldo de gestão anterior	676.723	63.688.548	-	-	7.737.499	72.102.770	182.939.403
	Operações orçamentais (1)	676.723	63.688.548	-	-	-	64.365.271	67.041.783
	Restituição do saldo oper. Orçamentais	-	-	-	-	-	-	-
	Operações de tesouraria (A)	-	-	-	-	7.737.499	7.737.499	115.897.620
	Receita corrente	-	22.158.030	6.656.223	-	-	28.814.253	36.926.998
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-
R11	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistema de proteção social e	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-
R4	Redimentos de propriedade	-	3.168.918	-	-	-	3.168.918	2.607.321
R5	Transferências e subsídios correntes	-	18.422.440	6.656.223	-	-	25.078.664	34.035.514
R51	Transferências Correntes	-	18.422.440	6.656.223	-	-	25.078.664	34.035.514
R511	Administrações Públicas	-	18.422.440	608.628	-	-	19.031.069	27.159.964
R5111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R5112	Administração Central - Outras entidades	-	18.422.440	608.628	-	-	19.031.069	27.159.964
R5113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R5114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R5115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R512	Exterior - EU	-	-	6.047.595	-	-	6.047.595	6.871.246
R513	Outras	-	-	-	-	-	-	4.305
R6	Venda de bens e serviços	-	115.940	-	-	-	115.940	51.732
R7	Outras receitas correntes	-	450.731	-	-	-	450.731	232.430
	Receita de capital	-	7.648.059	-	-	-	7.648.059	6.268.862
R8	Venda de bens de investimento	-	13.973	-	-	-	13.973	8.862
R9	Transferências e subsídios de Capital	-	7.611.067	-	-	-	7.611.067	6.260.000
R91	Transferências de capital	-	7.611.067	-	-	-	7.611.067	6.260.000
R911	Administrações Públicas	-	7.611.067	-	-	-	7.611.067	6.260.000
R9111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R9112	Administração Central - Outras entidades	-	7.611.067	-	-	-	7.611.067	6.260.000
R9113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R9114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R9115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R912	Exterior - EU	-	-	-	-	-	-	-
R913	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R92	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	-	23.020	-	-	-	23.020	60.860
	Receita efetiva (2)	-	29.829.109	6.656.223	-	-	36.485.332	43.256.720
	Receita não efetiva (3)	-	16.178.752	-	11.500.000	-	27.678.752	4.698.953
R12	Receita com ativos financeiros	-	16.178.752	-	-	-	16.178.752	4.698.953
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	11.500.000	-	11.500.000	-
	Soma (4) = (1)+(2)+(3)	676.723	109.696.409	6.656.223	11.500.000	-	128.529.355	114.997.456
	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	183.057.329	183.057.329	72.231.381



Rúbrica	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					Total	n-1
		Receitas Gerais	Receitas Próprias	Financiamento U.E	Empréstimos	Fundos Alheios		
	Despesa corrente	-	44.270.162	9.238.273	11.075.003	-	64.583.438	39.660.184
D1	Despesa com o pessoal	-	19.726.796	1.833.621	7.852.843	-	29.413.260	27.085.520
D11	Remunerações certas e permanentes	-	13.218.000	1.831.771	7.690.675	-	22.740.445	20.954.465
D12	Abonos variáveis ou eventuais	-	578.726	1.850	696	-	581.272	441.277
D13	Segurança Social	-	5.930.071	-	161.472	-	6.091.543	5.689.778
D2	Aquisição de bens e serviços	-	8.193.676	4.205.817	3.092.403	-	15.491.896	12.116.690
D3	Juros e outros encargos	-	200.872	-	-	-	200.872	-
D4	Transferências e subsídios correntes	-	15.366.134	3.026.169	129.560	-	18.521.864	139.420
D41	Transferências Correntes	-	15.366.134	3.026.169	129.560	-	18.521.864	139.420
D411	Administrações Públicas	-	15.055.291	507.831	71.986	-	15.635.107	18.186
D4111	Administração Central - Estado	-	18	-	-	-	18	13
D4112	Administração Central - Outras entidades	-	15.000.000	-	-	-	15.000.000	-
D4113	Segurança Social	-	55.272	507.831	71.986	-	635.089	18.173
D4114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D4115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D412	Entidades no setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	10.000
D413	Famílias	-	310.844	2.518.339	57.574	-	2.886.757	111.234
D414	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D42	Subsídios Correntes	-	-	-	-	-	-	-
D5	Outras despesas correntes	-	782.684	172.665	197	-	955.546	318.555
	Despesa de capital	-	1.916.330	929.146	-	-	2.845.476	972.001
D6	Aquisição de bens de capital	-	551.833	929.146	-	-	1.480.979	972.001
D7	Transferências e subsídios de Capital	-	1.364.497	-	-	-	1.364.497	-
D71	Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D711	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
D7111	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
D7112	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D7113	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
D7114	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D7115	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D712	Entidades no setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-
D713	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D714	Outras	-	1.364.497	-	-	-	1.364.497	-
D72	Subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-
	Despesa efetiva (5)	-	46.186.492	10.167.419	11.075.003	-	67.428.914	40.632.185
	Despesa não efetiva (6)	-	40.000.000	-	-	-	40.000.000	10.000.000
D9	Despesa com ativos financeiros	-	40.000.000	-	-	-	40.000.000	10.000.000
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Soma (7) = (5)+(6)	-	86.186.492	10.167.419	11.075.003	-	107.428.914	50.632.185
	Operações de tesouraria (C)	-	-	-	-	185.861.202	185.861.202	180.391.502
	Saldo para a gestão seguinte	676.723	23.486.897	(3.511.196)	424.997	4.933.626	26.011.047	72.102.770
	Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	676.723	23.486.897	(3.511.196)	424.997	-	21.077.421	64.365.271
	Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	-	-	-	-	4.933.626	4.933.626	7.737.499
	Saldo global (2)-(5)	-	(16.380.403)	(3.511.196)	(11.075.003)	-	(30.966.602)	2.624.535
	Despesa primária	-	46.186.492	10.167.419	11.075.003	-	67.428.914	40.632.185
	Saldo corrente	-	(22.112.132)	(2.582.050)	(11.075.003)	-	(35.769.185)	(2.733.187)
	Saldo de capital	-	5.708.709	(929.146)	-	-	4.779.563	5.296.861
	Saldo primário	-	(16.380.403)	(3.511.196)	(11.075.003)	-	(30.966.602)	2.624.535
	Receita total (1)+(2)+(3)	676.723	109.673.389	6.656.223	11.500.000	-	128.506.335	114.997.456
	Despesa total (5)+(6)	-	86.186.492	10.167.419	11.075.003	-	107.428.914	50.632.185

Refira-se que na rubrica despesa com o pessoal está incluído cerca de 1 milhão de euros autorizados por aplicação de saldos de anos anteriores, para pagamentos decorrentes de decisões judiciais relativas a diuturnidades, com os respetivos juros de mora (548 mil euros) e subsídios de refeição (281 mil euros), ambos com o conseqüente impacto nas contribuições sociais (166 mil euros).



aicep Portugal Global



2.2. Demonstração de execução orçamental da receita

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas rúbricas detalhadas. O traçado do layout apresentado para esta demonstração decorre da Norma Técnica n.º 1/2017 e da informação enviada para o S3CP – Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas.

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(5)-(7)	(11)	(12)=(8)/(2)*100	(13)=(9)/(1)*100
Receita corrente		44.422.248	4.438.825	28.175.866	210.843	28.885.596	98.708	71.343	1.563.943	27.250.310	28.814.253	3.589.596	35%	61%
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	R1.1 Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	R1.2 Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R4	Redimentos de propriedade	3.168.921	-	3.168.918	-	3.168.918	-	-	-	3.168.918	3.168.918	-	-	100%
R5	Transferências e subsídios correntes	40.686.410	4.263.910	24.438.699	170.415	25.141.766	90.468	63.102	1.513.910	23.564.753	25.078.664	3.453.531	36%	58%
	R5.1 Transferências Correntes	40.686.410	4.263.910	24.438.699	170.415	25.141.766	90.468	63.102	1.513.910	23.564.753	25.078.664	3.453.531	36%	58%
	R5.1.1 Administrações Públicas	22.629.641	4.263.910	18.391.104	170.415	19.094.171	90.468	63.102	1.513.910	17.517.158	19.031.069	3.453.531	36%	77%
	R5.1.1.1 Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	22.629.641	4.263.910	18.391.104	170.415	19.094.171	90.468	63.102	1.513.910	17.517.158	19.031.069	3.453.531	36%	77%
	R5.1.1.3 Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	R5.1.1.4 Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	R5.1.1.5 Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	R5.1.2 Exterior - EU	18.056.769	-	6.047.595	-	6.047.595	-	-	-	6.047.595	6.047.595	-	-	33%
	R5.1.3 Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	R5.2 Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	116.185	-	117.260	1.320	117.260	1.320	1.320	-	115.940	115.940	-	-	100%
R7	Outras receitas correntes	450.732	174.915	450.989	39.108	457.652	6.921	6.921	50.033	400.698	450.731	136.065	29%	89%



Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(5)-(7)	(11)	(12)=(8)/(2)*100	(13)=(9)/(1)*100
Receita de capital		7.711.305	-	7.648.059	-	7.648.059	-	-	-	7.648.059	7.648.059	-	-	99%
R8	Venda de bens de investimento	13.973	-	13.973	-	13.973	-	-	-	13.973	13.973	-	-	100%
R9	Transferências e subsídios de Capital	7.674.312	-	7.611.067	-	7.611.067	-	-	-	7.611.067	7.611.067	-	-	99%
R9.1	Transferências de Capital	7.674.312	-	7.611.067	-	7.611.067	-	-	-	7.611.067	7.611.067	-	-	99%
R9.1.1	Administrações Públicas	7.674.312	-	7.611.067	-	7.611.067	-	-	-	7.611.067	7.611.067	-	-	99%
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	7.674.312	-	7.611.067	-	7.611.067	-	-	-	7.611.067	7.611.067	-	-	99%
R9.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.2	Exterior - EU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.2	Subsídios de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	23.020	-	23.020	-	23.020	-	-	-	23.020	23.020	-	-	100%
R12	Receita com ativos financeiros	49.814.256	-	16.178.752	-	16.178.752	-	-	-	16.178.752	16.178.752	-	-	32%
R13	Receita com passivos financeiros	11.500.000	-	11.500.000	-	11.500.000	-	-	-	11.500.000	11.500.000	-	-	100%
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		64.365.271	-	64.365.271	-	64.365.271	-	-	-	64.365.271	64.365.271	-	-	100%
Total		177.813.080	4.438.825	127.867.949	210.843	128.577.678	98.708	71.343	1.563.943	126.942.392	128.506.335	3.589.596	35%	71%



2.3. Demonstração de execução orçamental da despesa

Esta demonstração explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, em coluna, organizada pelas diversas rubricas detalhadas. O traçado do layout apresentado para esta demonstração decorre da Norma Técnica n.º 1/2017 e da informação enviada para o S3CP – Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas.

Rúbrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
							(1)	(2)	(3)			(4)	(5)
Despesa corrente		888.596	74.387.983	1.034.029	65.949.973	65.621.505	882.796	63.700.641	64.583.438	328.468	1.038.067	1%	86%
D1 Despesa com o pessoal		764.363	30.281.073	-	30.210.312	30.208.905	760.776	28.652.484	29.413.260	1.407	795.645	3%	95%
D1.1 Remunerações certas e permanentes		384.158	23.151.102	-	23.128.342	23.128.342	383.525	22.356.921	22.740.445	-	387.897	2%	97%
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		32.248	592.603	-	589.761	589.761	32.248	549.024	581.272	-	8.489	5%	93%
D1.3 Segurança Social		347.957	6.537.368	-	6.492.210	6.490.803	345.003	5.746.540	6.091.543	1.407	399.260	5%	88%
D2 Aquisição de bens e serviços		121.199	24.205.011	951.304	16.054.509	15.727.448	119.004	15.372.892	15.491.896	327.061	235.552	0%	64%
D3 Juros e outros encargos		-	201.301	-	200.872	200.872	-	200.872	200.872	-	-	0%	100%
D4 Transferências e subsídios correntes		2.555	18.622.400	-	18.528.671	18.528.671	2.555	18.519.309	18.521.864	-	6.807	0%	99%
D4.1 Transferências Correntes		2.555	18.622.400	-	18.528.671	18.528.671	2.555	18.519.309	18.521.864	-	6.807	0%	99%
D4.1.1 Administrações Públicas		1.413	15.706.806	-	15.639.058	15.639.058	1.413	15.633.694	15.635.107	-	3.951	0%	100%
D4.1.1.1 Administração Central - Estado		-	19	-	18	18	-	18	18	-	-	0%	97%
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	15.000.000	-	15.000.000	15.000.000	-	15.000.000	15.000.000	-	-	0%	100%
D4.1.1.3 Segurança Social		1.413	706.787	-	639.040	639.040	1.413	633.676	635.089	-	3.951	0%	90%
D4.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.2 Entidades no setor não lucrativo		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.3 Famílias		1.142	2.915.594	-	2.889.612	2.889.612	1.142	2.885.615	2.886.757	-	2.856	0%	99%
D4.1.4 Outras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.2 Subsídios Correntes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D5 Outras despesas correntes		480	1.078.198	82.725	955.610	955.610	462	955.084	955.546	-	63	0%	89%



Rúbrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
							(1)	(2)	(3)			(4)	(5)
Despesa de capital		-	6.917.276	-	4.096.184	2.941.269	-	2.845.476	2.845.476	1.154.915	95.793	0%	41%
D6 Aquisição de bens de capital		-	5.552.778	-	2.731.687	1.576.772	-	1.480.979	1.480.979	1.154.915	95.793	0%	27%
D7 Transferências e subsídios de Capital		-	1.364.498	-	1.364.497	1.364.497	-	1.364.497	1.364.497	-	-	0%	100%
D71 Transferências de capital		-	1.364.498	-	1.364.497	1.364.497	-	1.364.497	1.364.497	-	-	0%	100%
D7.1.1 Administrações Públicas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.1 Administração Central - Estado		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.3 Segurança Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.2 Instituições sem fins lucrativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.3 Famílias		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.4 Outras		-	1.364.498	-	1.364.497	1.364.497	-	1.364.497	1.364.497	-	-	0%	100%
D72 Subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D8 Outras despesas de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D9 Despesa com ativos financeiros		-	73.635.502	-	40.000.000	40.000.000	-	40.000.000	40.000.000	-	-	0%	54%
D10 Despesa com passivos financeiros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		888.596	154.940.761	1.034.029	110.046.157	108.562.774	882.796	106.546.118	107.428.914	1.483.383	1.133.860	1%	69%



2.4. Anexo às demonstrações orçamentais

A informação contida nas demonstrações orçamentais, sendo extremamente relevante, é insuficiente para proporcionar uma visão completa acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das várias fases das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. Assim, o Anexo às demonstrações orçamentais, inclui informação adicional, alguma não financeira, havendo a possibilidade de ser divulgada informação suplementar, em simultâneo com as demonstrações orçamentais com a finalidade de proporcionar uma imagem integral das atividades da entidade durante o período de relato, sendo mesmo incentivadas, vide nº48 da NCP-26, a divulgar informação acerca do cumprimento das leis, regulamentos ou regras impostas externamente.

I. Alterações orçamentais da receita

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da receita ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

Rúbricas	Tipo	Receita					Previsões corrigidas	Obs.
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais					
			Inscrições / Reforç	Diminuições / Anul	Créditos especiais			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)	
R4 - Rendimentos de propriedade	P/M	2.526.720	642.201	-	-	3.168.921		
R5 - Transferências e subsídios correntes	P/M	48.909.545	4.662.652	12.885.787	-	40.686.410		
R5.1 - Transferências Correntes	P/M	48.909.545	4.662.652	12.885.787	-	40.686.410		
R5.1.1 - Administrações Públicas	P/M	27.174.312	4.389.641	8.934.312	-	22.629.641		
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	P/M	27.174.312	4.389.641	8.934.312	-	22.629.641		
R5.1.2 - Exterior - U E	P/M	21.650.233	273.011	3.866.475	-	18.056.769		
R5.1.3 Outras	P/M	85.000	-	85.000	-	-		
R6 - Venda de bens e serviços	P/M	297.288	98.683	279.786	-	116.185		
R7 - Outras Receitas Correntes	P/M	400.000	135.494	84.762	-	450.732		
R8 - Venda de bens de investimento	P/M	-	13.973	-	-	13.973		
R9 - Transferências e subsídios de capital	P/M	-	8.674.312	1.000.000	-	7.674.312		
R9.1 - Transferências de capital	P/M	-	8.674.312	1.000.000	-	7.674.312		
R9.1.1 - Administrações Públicas	P/M	-	8.674.312	1.000.000	-	7.674.312		
R9.1.1.2 - Administração Central - outras entidades	P/M	-	8.674.312	1.000.000	-	7.674.312		
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	P/M	-	23.020	-	-	23.020		
R12 - Receita com ativos financeiros	P/M	35.000.000	16.178.754	1.364.498	-	49.814.256		
R13 - Receita com passivos financeiros	P/M	11.500.000	-	-	-	11.500.000		
R14 - Saldo de gerência anterior - operações orçamentais	P/M	-	64.365.271	-	-	64.365.271		
Total		98.633.553	94.794.360	15.614.833	-	177.813.080		



II. Alterações orçamentais da despesa

À semelhança da demonstração das alterações orçamentais da receita, a demonstração das alterações orçamentais da despesa destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que tenham ocorrido no período de relato devendo as rubricas da despesa ter um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

Rúbricas	Tipo	Despesa				Dotações corrigidas	Obs.
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais		Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
D1 - Despesas Com o Pessoal	P/M	28.854.202	14.995.839	13.568.968	-	30.281.073	
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	P/M	22.181.463	11.973.448	11.003.809	-	23.151.102	
D1.2 - Abonos variáveis ou eventuais	P/M	585.832	147.648	140.877	-	592.603	
D1.3 - Segurança social	P/M	6.086.907	2.874.744	2.424.283	-	6.537.368	
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	25.040.801	13.328.687	14.164.477	-	24.205.011	
D3 - Juros e outros encargos	P/M	-	201.301	-	-	201.301	
D4 - Transferências e Subsídios Correntes	P/M	3.815.185	15.816.049	1.008.834	-	18.622.400	
D4.1 - Transferências Correntes	P/M	3.815.185	15.816.049	1.008.834	-	18.622.400	
D4.1.1 - Administrações Públicas	P/M	29.070	15.737.488	59.752	-	15.706.806	
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	-	19	-	-	19	
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	-	15.000.000	-	-	15.000.000	
D4.1.1.3 - Segurança Social	P/M	29.070	737.469	59.752	-	706.787	
D4.1.3 Famílias	P/M	3.786.115	78.561	949.082	-	2.915.594	
D5 - Outras despesas correntes	P/M	195.825	981.163	98.790	-	1.078.198	
D6 - Aquisição de bens de capital	P/M	5.727.540	3.036.653	3.211.415	-	5.552.778	
D7 - Transferências e subsídios de capital	P/M	-	1.364.498	-	-	1.364.498	
D7.1 - Transferências de Capital	P/M	-	1.364.498	-	-	1.364.498	
D7.1.4 Outras	P/M	-	1.364.498	-	-	1.364.498	
D9 - Despesa com ativos financeiros	P/M	35.000.000	40.000.000	1.364.498	-	73.635.502	
Total		98.633.553	89.724.191	33.416.983	-	154.940.761	



III. Operações de Tesouraria

Códigos das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1	Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	-	-	-	-
07.1.2.1.1 / 07.2.1.1	Autarquias Locais	-	-	-	-
07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2	Entidade Contabilística Estado	-	-	-	-
07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3	Região Autónoma Açores	-	-	-	-
07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4	Região Autónoma Madeira	-	-	-	-
07.1.2.1.5 / 07.2.2.1.5	Outras entidades beneficiárias	-	-	-	-
07.1.2.2 / 07.2.2.2	Receita não Fiscal	-	-	-	-
07.1.3 / 07.2.3	Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	-	10.786	9.276	1.510
07.1.4 / 07.2.4	Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	-	-	-	-
07.1.5 / 07.2.5	Receção/receitas de receitas próprias – duplo cabimento	-	-	-	-
07.1.6 / 07.2.6	Retenções - Transição para o SNC-AP	-	-	-	-
07.2.8	Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	-	-	-	-
07.1.9 / 07.2.9	Outras receitas/despesas de operações tesouraria	7.737.499	183.046.543	185.851.926	4.932.116
Total		7.737.499	183.057.329	185.861.202	4.933.626



IV. Transferências e subsídios

Concedidos

A informação relativa a transferências e subsídios é também de grande importância, dado que permite acompanhar a intervenção do Estado na economia, e que tipos de apoio são concedidos.

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício	Obs.
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)
Transferências correntes									
040301	Nº9 Art. 115º DLEO 2019	Entrega dos rendimentos de depósitos e aplic.s fin. fora do IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e Dívida Pública	18,44	18,44	18,44	-	-	-
040305	RCM n.º 131-D/2022	Apoio ao Estado de São Tomé e Príncipe via CICL	Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P	15.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00	-	-	-
040600	ESTÁGIOS	Estágios Profissionais e INOV Contacto	Segurança Social	635.088,91	635.088,91	635.088,91	-	-	-
040802	ESTÁGIOS	Estágios Profissionais e INOV Contacto	Vários Estagiários	2.886.756,52	2.886.756,52	2.886.756,52	-	-	-
Total Transferências correntes				18.521.863,87	18.521.863,87	18.521.863,87	-	-	-
Transferências de capital									
080102	Decreto-Lei n.º 191/2014 - Aviso 11	Incentivo às empresas no âmbito do RCI	Borgwarner Emissions Systems Portugal, Unipessoal, Lda.	1.364.497,25	1.364.497,25	1.364.497,25	-	-	-
Total Transferências de capital				1.364.497,25	1.364.497,25	1.364.497,25	-	-	-
Subsídios									
Total Subsídios				-	-	-	-	-	-



Recebidos

A informação relativa a transferências e subsídios é também de grande importância, dado que permite acompanhar a intervenção do Estado na economia, e que tipos de apoio são recebidos.

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)
Transferências correntes						
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 2/2020)	Promoção de Portugal no exterior, nos termos contratualizados entre as duas entidades	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	2.750.000	-	2.750.000,00
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 12/2022)	Promoção de Portugal no exterior, nos termos contratualizados entre as duas entidades	Turismo de Portugal, I.P.	11.000.000	11.000.000	-
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 12/2022)	Protocolo de cedência de colaboradores e de pagamento de despesas de promoção entre o Turismo de Portugal, I. P., e a AICEP, E. P. E., a contratualizar entre as duas entidades	Turismo de Portugal, I.P.	7.125.971	6.422.440	703.530,69
060307	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 12/2022)	Lei do Orçamento do Estado para 2022	Fundo para as Relações Internacionais, IP	1.000.000	1.000.000	-
060307	Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho	Financiamento de projetos na medida «Plano de Recuperação e Resiliência»	AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	348.628	348.628	-
060307	Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho	Financiamento de projetos na medida «Plano de Recuperação e Resiliência»	IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	260.000	260.000	-
060901	Decreto-Lei n.º 159/2014	Regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2.201.800	2.201.800	-
060901	Portaria 57-A/2015	Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	2.443.804	2.443.804	-
060901	Portaria 57-A/2015	Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	1.321.328	1.321.328	-
060901	Portaria 97-A/2015	Regulamento específico do domínio da Inclusão Social e Emprego	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	80.663	80.663	-
Total Transferências correntes				28.532.194	25.078.664	3.453.531
Transferências de capital						
100308	Lei do Orçamento de Estado (Lei n.º 12/2022)	Lei do Orçamento do Estado para 2022 para financiamento da EXPO 2020 DUBAI	Fundo para as Relações Internacionais, IP	7.611.067	7.611.067	-
Total Transferências de capital				7.611.067	7.611.067	-
Subsídios						
Total Subsídios				-	-	-



V. Contratação administrativa

Situação dos contratos

Entidade	Contrato					Comunicação do contrato ao TC			Visto do TC		Pagamentos no período				Pagamentos acumulados												
	Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual	Preço Contratual com IVA	Prazo de execução (física)	MECP	Contratos Adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimento	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimento	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo	
CASAS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA	F5000238750		Empreitada de obras públ	Obras de construção total ou par	29-07-2019	Consulta Prévia	5.500.000,00	5.449.000,00	6.702.270,00	374 dias	12-09-2019	Não	Não	Não	2571/2019	11-09-2019	21-01-2021	265.237,00	6.485,65	0,00	0,00	0,00	7.035.864,96	71.485,65	0,00	0,00	0,00
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A	F50461594701		Aquisição de serviços	Serviços de organização de expos	05-03-2021	Concurso Público	2.000.000,00	1.989.740,00	2.447.380,20	391 dias	05-05-2021	Não	Não	Não	590/2021	04-05-2021	30-08-2021	510.241,08	0,00	68.650,00	0,00	0,00	1.918.487,00	0,00	68.650,00	0,00	0,00
Televier IV - Digital Unipessoal, Lda.	F511532584801		Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de prog	23-08-2021	Parceria para a Inovação	1.545.437,00	1.545.437,00	1.900.887,51	730 dias	07-06-2022	Não	Não	Não	2072/2021	06-06-2022	25-10-2022	242.851,49	0,00	0,00	0,00	0,00	242.851,49	0,00	0,00	0,00	0,00
RJCO - Viagens e Turismo, S.A.	F50088611301		Aquisição de serviços	Serviços de agências de viagens e	18-02-2019	Concurso Público	1.536.000,00	1.536.000,00	1.889.280,00	990 dias	16-04-2019	Não	Não	Não	725/2019	16-04-2019	17-05-2021	424.904,45	0,00	0,00	0,00	0,00	2.120.523,53	0,00	0,00	0,00	0,00
CLUB PLURAL, S.A.	F50044260301		Aquisição de serviços	Serviços de organização de expos	14-06-2021	Concurso Público	1.400.000,00	1.199.000,00	1.474.470,00	275 dias	29-07-2021	Não	Não	Não	1305/2021	28-07-2021	04-11-2021	758.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.199.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CLUBE VIAGERS - Viagens e Turismo, Lda.	F50334201601		Aquisição de serviços	Serviços de agências de viagens e	10-02-2022	Concurso Público	1.425.000,00	1.425.000,00	1.474.470,00	275 dias	10-05-2022	Não	Não	Não	272/2022	06-05-2022	02-06-2022	480.740,52	0,00	0,00	0,00	0,00	480.740,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Spomex Events & Exhibitors, Lda.	F50330730501		Aquisição de serviços	Montagem e edificação de estru	20-04-2022	Concurso Público	1.026.742,50	1.026.742,50	1.026.742,50	275 dias	31-03-2022	Não	Não	Não		08-06-2022	08-06-2022	1.026.742,50	0,00	0,00	0,00	0,00	1.026.742,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Clonet III Solutions, S.A.	F51072818901		Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de softw	20-09-2022	Concurso Público	719.411,90	719.411,90	884.876,64	1095	26-09-2022	Não	Não	Não		25-10-2022	27-11-2021	277.614,35	0,00	0,00	0,00	0,00	277.614,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Vernique - Concretos de Seguros, S.A.	F50235841601		Aquisição de serviços	Serviços de seguros	14-12-2020	Concurso Público	626.884,00	609.532,51	749.724,99	382 dias	14-12-2020	Não	Não	Não		11-01-2021	11-01-2021	3.336,08	0,00	0,00	0,00	0,00	717.258,41	0,00	0,00	0,00	0,00
A+ Telecom - Assessoria e Redes Telecomunicações, S.	F50630381001		Aquisição de serviços	Serviços de armazenamento de dad	01-10-2021	Concurso Público	487.750,00	487.750,00	599.932,50	92 dias	01-10-2021	Não	Não	Não		28-08-2022	28-08-2022	110.759,39	0,00	0,00	0,00	0,00	110.759,39	0,00	0,00	0,00	0,00
Vernique - Corretor de Seguros, S.A.	F50235841601		Aquisição de serviços	Serviços de seguros	17-12-2021	Concurso Público	516.367,66	516.367,66	516.367,66	15 dias	17-12-2021	Não	Não	Não		14-01-2022	14-01-2022	515.462,86	0,00	0,00	0,00	0,00	515.462,86	0,00	0,00	0,00	0,00
PricewaterhouseCoopers - PWCAS - Management, Fe	F50047919401		Aquisição de serviços	Serviços relacionados com a gestã	29-09-2021	Concurso Público	379.200,00	379.200,00	466.416,00	94 dias	29-09-2021	Não	Não	Não		28-12-2021	28-12-2021	123.054,26	0,00	0,00	0,00	0,00	149.553,61	0,00	0,00	0,00	0,00
PRIMAVERA - Business Software Solutions, S.A.	F50314062001		Aquisição de serviços	Pacote de software para ligações	08-01-2020	Concurso Público	334.108,35	333.074,46	409.681,59	1096 dias	08-01-2020	Não	Não	Não		27-04-2021	27-04-2021	53.880,66	0,00	0,00	0,00	0,00	409.661,87	0,00	0,00	0,00	0,00
Vitor Hugo - Coordenação e Gestão de Projetos, S.	F50304963001		Aquisição de serviços	Serviços de reabilitação e manuten	02-08-2021	Concurso Público	295.200,00	295.200,00	295.200,00	152 dias	02-08-2021	Não	Não	Não		12-11-2021	12-11-2021	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Filius Portugal - Marketing Interactivo, Lda.	F50507730201		Aquisição de serviços	Serviços de assistência em matéria	18-04-2022	Concurso Público	209.842,00	209.842,00	258.105,66	257 dias	18-04-2022	Não	Não	Não		22-07-2022	22-07-2022	258.105,66	0,00	0,00	0,00	0,00	258.105,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Wacmarketing Studio, Lda.	F51635443401		Aquisição de serviços	Serviços de promoção	25-09-2022	Concurso Público	207.740,00	207.740,00	255.520,20	669 dias	25-09-2022	Não	Não	Não		04-11-2022	04-11-2022	51.104,04	0,00	0,00	0,00	0,00	51.104,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Deutsche Messe AG Hannover	F0000054401		Aquisição de serviços	CE_347/2022- HM 22 - Contrataç	06-06-2022	Contratação excluída	242.142,26	242.142,26	242.142,26	208 dias	06-06-2022	Não	Não	Não		19-10-2022	19-10-2022	240.621,50	0,00	0,00	0,00	0,00	240.621,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Vitor Hugo - Coordenação e Gestão de Projetos, S.	F50304963001		Aquisição de serviços	Serviços diversos de engenharia	14-11-2019	Concurso Público	220.000,00	193.550,00	238.066,50	1635 dias	14-11-2019	Não	Não	Não		23-03-2021	23-03-2021	38.710,00	0,00	0,00	0,00	0,00	257.421,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Adidã, Lda.	F50811319901		Aquisição de serviços	Serviços de promoção	13-07-2021	Concurso Público	178.920,00	178.920,00	220.071,60	172 dias	13-07-2021	Não	Não	Não		02-12-2021	10-05-2021	110.035,80	0,00	0,00	0,00	0,00	220.071,60	0,00	0,00	0,00	0,00
GAUDE - GESTÃO DE CARRERAS E CONCEÇÃO D	F501655620301		Aquisição de serviços	Serviços prestados por arbitra	04-11-2021	Ajuste Direto	210.000,00	210.000,00	210.000,00	58 dias	04-11-2021	Não	Não	Não		27-12-2021	27-12-2021	126.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FCB Lisboa, Lda	F5007724601		Aquisição de serviços	Campanha de Marketing Digital de	13-10-2022	Concurso Público	162.100,00	162.100,00	199.383,00	180 dias	13-10-2022	Não	Não	Não		21-12-2022	21-12-2022	135.423,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135.423,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Avedean - Limpeza e Conservação, Lda.	F50461532901		Aquisição de serviços	Serviços de limpeza	04-08-2021	Concurso Público	160.917,12	160.917,12	197.928,06	150 dias	04-08-2021	Não	Não	Não		25-10-2021	25-10-2021	52.848,36	0,00	0,00	0,00	0,00	70.464,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Pfizer em Informática, S.A.	F50232774001		Aquisição de serviços	Serviços relacionados com dados	28-03-2022	Concurso Público	165.000,00	148.500,00	182.650,00	365 dias	28-03-2022	Não	Não	Não		17-05-2022	17-05-2022	182.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marketidade-Marketing, Comunicação e Vendas, Ld	F50471930001		Aquisição de serviços	Serviços de publicidade e marketi	01-09-2021	Concurso Limitado por Prévia C	94.500,00	94.500,00	116.235,00	122 dias	01-09-2021	Não	Não	Não		13-10-2021	13-10-2021	92.988,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marketable, Lda.	F51526357001		Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Consult	11-08-2022	Consulta Prévia Simplificada	115.718,40	115.718,40	115.718,40	136 dias	11-08-2022	Não	Não	Não	364/2022	22-08-2022	06-12-2022	106.626,24	0,00	0,00	0,00	0,00	106.626,24	0,00	0,00	0,00	0,00
Marketidade-Marketing, Comunicação e Vendas, Ld	F50471930001		Aquisição de serviços	GP-485/2022DC- AQUISIÇÃO DE	07-11-2022	Concurso Público	91.500,00	91.500,00	112.544,00	205 dias	07-11-2022	Não	Não	Não		16-12-2022	16-12-2022	88.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UNIAUDAX - Centro Invest, Apoio Empreend. Em	F50740154901		Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéri	23-02-2022	Concurso Público	88.450,00	88.450,00	108.793,50	312 dias	23-02-2022	Não	Não	Não		04-04-2022	108.793,50	0,00	0,00	0,00	0,00	108.793,50	0,00	0,00	0,00	0,00	
Wacmarketing Studio, Lda.	F51635443401		Aquisição de serviços	Serviços de produção de filmes e	24-05-2022	Concurso Público	88.000,00	88.000,00	108.240,00	231 dias	24-05-2022	Não	Não	Não		28-06-2022	108.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Petróleos de Portugal - Petropal, S.A.	F50069737001		Aquisição de bens	Combustíveis	25-06-2021	Concurso Público	84.000,00	84.000,00	103.320,00	190 dias	25-06-2021	Não	Não	Não		30-09-2021	27.385,98	0,00	0,00	0,00	0,00	33.570,14	0,00	0,00	0,00	0,00	
Timetamp - Sistemas de Informação, S.A.	F50636023701		Aquisição de serviços	Serviços de TI: consultoria, desen	22-12-2021	Concurso Público	83.800,00	83.800,00	103.074,00	10 dias	22-12-2021	Não	Não	Não		25-01-2022	96.437,48	0,00	0,00	0,00	0,00	96.437,48	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais, S.A.	F5025418001		Aquisição de serviços	Serviços de telecomunicações	31-12-2021	Concurso Público Urgente	82.630,56	82.630,56	101.635,59	1 dia	31-12-2021	Não	Não	Não		03-03-2022	32.462,71	0,00	0,00	0,00	0,00	32.462,71	0,00	0,00	0,00	0,00	
Canon Portugal, S.A.	F50747747001		Aquisição de serviços	Serviços de impressão e afins	09-03-2020	Concurso Público	87.096,00	81.274,40	99.967,51	1727 dias	09-03-2020	Não	Não	Não		04-02-2021	19.292,02	0,00	0,00	0,00	0,00	59.629,65	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deotte MCS Limited	F00000116001		Aquisição de serviços	CE_453/2022- Participação da AIC	14-09-2022	Contratação excluída	97.867,38	97.867,38	97.867,38	108 dias	14-09-2022	Não	Não	Não		09-12-2022	95.494,29	0,00	0,00	0,00	0,00	95.494,29	0,00	0,00	0,00	0,00	
ATI - AGENCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A.	F50302426001		Aquisição de serviços	Serviços de consultoria de pentos	16-11-2022	Contratação excluída	77.500,00	77.500,00	95.325,00	45 dias	16-11-2022	Não	Não	Não		14-12-2022	66.769,92	0,00	0,00	0,00	0,00	66.769,92	0,00	0,00	0,00	0,00	
Luis Silva Morais, Sérgio Gonçalves do Cabo & Ass	F51017670101		Aquisição de serviços	Serviços de assessoria jurídica	30-12-2021	Ajuste Direto	75.000,00	75.000,00	92.250,00	2 dias	30-12-2021	Não	Não	Não		28-06-2022	77.643,75	0,00	0,00	0,00	0,00	77.643,75	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amvos Digital, S.L.	F00000																										



Entidade		Contrato						Comunicação do contrato ao TC				Visto do TC		Pagamentos no período				Pagamentos acumulados							
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual	Prazo de Execução	Início de execução (física)	MECP	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os
IBERINFORM INTERNACIONAL, S.A. - SUCLRSIA	F9806838230	Aquisição de serviços	Serviços relacionados com bases d	16-12-2021	Concurso Público	50.700,00	50.700,00	62.361,00	16 dias	16-12-2021	Não	Não	Não	27-12-2021	20.787,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.574,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LUSA - Actividades Artísticas e Literárias, Lda.	F5068107200	Aquisição de serviços	Serviços de organização de evento	27-04-2022	Ajuste Direto	50.000,00	50.000,00	61.500,00	255 dias	20-04-2022	Não	Não	Não	24-05-2022	61.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LUSA AGENCIA DE NOTICIAS DE PORTUGAL, SA	F5039351070	Aquisição de serviços	Serviços de campanhas publicitári	07-10-2021	Contratação excluída	49.723,58	49.723,58	61.160,00	86 dias	07-10-2021	Não	Não	Não	30-12-2021	20.386,66	0,00	0,00	0,00	0,00	40.773,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERNST & YOUNG, S.A.	F5009126450	Aquisição de serviços	Serviços de estudos de mercado	18-03-2022	Consulta Prévia	50.000,00	47.500,00	58.425,00	120 dias	21-03-2022	Não	Não	Não	04-05-2022	58.425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integrity, S.A.	F5090720540	Aquisição de serviços	Serviços informáticos de seguranc	02-08-2021	Consulta Prévia	41.796,00	41.796,00	51.409,08	152 dias	02-08-2021	Não	Não	Não	03-11-2021	34.272,72	0,00	0,00	0,00	0,00	51.409,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iterartis - Serviços para Museus e Transportes de A	F5074491850	Aquisição de serviços	Serviços de transporte aéreo	26-11-2021	Ajuste Direto	40.687,36	40.687,36	50.045,45	36 dias	26-11-2021	Não	Não	Não	15-02-2022	50.370,90	0,00	0,00	0,00	0,00	50.370,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Digibeta Information Technologies, S.A	F5026703550	Aquisição de bens	Lote 1. 54 Computadores Portáti	22-08-2022	Concurso Público	40.597,20	40.597,20	49.934,56	45	22-08-2022	Não	Não	Não	08-11-2022	49.934,56	0,00	0,00	0,00	0,00	49.934,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acoona Facility Services, S.A.	F5034313970	Aquisição de serviços	Serviços de limpeza	04-08-2021	Concurso Público	37.516,32	37.516,32	46.145,07	150 dias	04-08-2021	Não	Não	Não	25-10-2021	12.088,44	0,00	0,00	0,00	0,00	16.117,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UPS Supply Chain Solutions (Portugal) - Transítari	F5043698580	Aquisição de serviços	CFR_252- Expo 2020 - Transporte	18-07-2022	Consulta Prévia	36.585,37	36.585,37	45.000,00	166 dias	18-07-2022	Não	Não	Não	21-12-2022	49.232,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.232,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	F5006973700	Aquisição de serviços	Electricidade	28-12-2020	Concurso Público	50.000,00	35.499,28	43.614,91	790 dias	01-11-2021	Não	Não	Não	07-01-2022	6.810,96	0,00	0,00	0,00	0,00	6.810,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UPS Supply Chain Solutions (Portugal) - Transítari	F5043698580	Aquisição de serviços	Serviços de transporte (excl. tran	29-09-2021	Concurso Público Urgente	35.000,00	35.000,00	43.050,00	94 dias	29-09-2021	Não	Não	Não	14-12-2021	595,42	0,00	0,00	0,00	0,00	29.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRIMAVERA - Business Software Solutions, S.A.	F5031406000	Aquisição de serviços	Serviços de TI: consultoria, desen	02-12-2021	Ajuste Direto	34.500,00	34.500,00	42.435,00	30 dias	02-12-2021	Não	Não	Não	30-12-2021	37.229,54	0,00	0,00	0,00	0,00	42.434,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imoestatística - Sistemas de Informação de Imobili	F5078303690	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéri	26-05-2021	Ajuste Direto	34.000,00	34.000,00	41.820,00	220 dias	26-05-2021	Não	Não	Não	07-10-2021	20.910,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Floedit - Software, Lda	F5103657100	Aquisição de serviços	Serviços de TI: consultoria, desen	07-04-2021	Consulta Prévia	34.200,00	33.000,00	40.590,00	1095 dias	07-04-2021	Não	Não	Não	21-04-2021	13.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Easythink - Consultoria em Comunicações e Sistem	F5132401010	Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de softw	09-02-2022	Consulta Prévia	43.507,00	31.992,23	39.350,44	326 dias	09-02-2022	Não	Não	Não	08-04-2022	39.350,44	0,00	0,00	0,00	0,00	39.350,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FLM Middle East Events	F000011320	Aquisição de serviços	Serviços de eventos	02-02-2022	Contratação excluída	30.633,84	30.633,84	37.679,62	333 dias	02-02-2022	Não	Não	Não	28-02-2022	38.192,47	0,00	0,00	0,00	0,00	38.192,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, S	F5002493190	Aquisição de serviços	Serviços de vigilância	30-12-2020	Consulta Prévia	30.936,00	30.102,00	37.025,46	1095 dias	30-12-2020	Não	Não	Não	12-03-2021	12.280,32	0,00	0,00	0,00	0,00	24.622,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Timstamp - Sistemas de Informação, S.A.	F5063602370	Aquisição de serviços	CFR_257/2022- AQUISIÇÃO DE SI	30-08-2022	Consulta Prévia	28.383,20	28.383,20	34.911,33	126 dias	30-08-2022	Não	Não	Não	28-12-2022	16.580,40	0,00	0,00	0,00	0,00	16.580,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deutsche Messe AG Hannover	F000005440	Aquisição de serviços	CE_799- Hannover Messe 2023 - /	16-12-2022	Contratação excluída	34.900,00	34.900,00	34.900,00	15 dias	16-12-2022	Não	Não	Não	26-12-2022	34.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FLM Middle East Turnkey Projects Contracting L.L.C	F0000010740	Outro	COE_124- Aquisição de bens e ser	08-03-2022	Contratação excluída	30.054,63	30.054,63	30.054,63	296 dias	10-03-2022	Não	Não	Não	31-01-2022	29.656,56	0,00	0,00	0,00	0,00	29.656,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRIMAVERA - Business Software Solutions, S.A.	F5031406000	Aquisição de bens	Pacote de software para gestão d	03-08-2021	Consulta Prévia	22.624,36	22.624,36	27.827,96	151 dias	03-08-2021	Não	Não	Não	08-09-2021	3.946,68	0,00	0,00	0,00	0,00	27.827,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VDI Verlag GmbH	F0000024080	Aquisição de serviços	Jornais, revistas especializadas, p	30-05-2022	Contratação excluída	25.000,00	25.000,00	25.000,00	215 dias	30-05-2022	Não	Não	Não	20-07-2022	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clarinet II Solutions, S.A.	F5107281890	Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de softw	31-12-2021	Concurso Público	20.316,24	20.316,24	24.988,98	1 dia	31-12-2021	Não	Não	Não	04-04-2022	15.881,57	0,00	0,00	0,00	0,00	15.881,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPOS FERREIRA SÁ CARNEIRO & ASSOCIADOS	F5092213510	Aquisição de serviços	Serviços jurídicos	08-10-2021	Ajuste Direto	19.990,00	19.990,00	24.587,70	85 dias	08-10-2021	Não	Não	Não	15-11-2021	7.997,87	0,00	0,00	0,00	0,00	20.225,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Coustomer, Lda.	F5140392050	Aquisição de serviços	AD_574- Aquisição de serviços pa	07-11-2022	Ajuste Direto	19.990,00	19.990,00	24.587,70	54 dias	07-11-2022	Não	Não	Não	27-12-2022	7.376,31	0,00	0,00	0,00	0,00	7.376,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
YCCONE, PCC, LDA.	F5137468030	Aquisição de serviços	Outros serviços	07-12-2021	Ajuste Direto	19.984,52	19.984,52	24.580,96	25 dias	07-12-2021	Não	Não	Não	27-12-2021	17.206,67	0,00	0,00	0,00	0,00	24.580,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PURPLE MIND, LDA.	F5160380790	Aquisição de serviços	Serviços de promoção	08-03-2022	Ajuste Direto	19.980,00	19.980,00	24.575,40	298 dias	08-03-2022	Não	Não	Não	04-05-2022	12.287,70	0,00	0,00	0,00	0,00	12.287,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intercampus - Recolha, Tratamento e Distribuição	F5024817490	Aquisição de serviços	Serviços relacionados com dados	22-12-2021	Ajuste Direto	19.968,00	19.968,00	24.560,64	10 dias	22-12-2021	Não	Não	Não	24-03-2022	24.560,64	0,00	0,00	0,00	0,00	24.560,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADEA - Administradora de Arquivos, S.A.U - Sucurs	F50804731870	Aquisição de serviços	Serviços de arquivo	02-08-2021	Consulta Prévia	19.955,28	19.955,28	24.545,00	152 dias	02-08-2021	Não	Não	Não	15-10-2021	7.485,77	0,00	0,00	0,00	0,00	10.296,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80 - Generator 8.0 Lda	F5161192220	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéri	30-12-2021	Ajuste Direto	0,00	19.900,00	24.477,00	365 dias	31-12-2021	Não	Não	Não	08-04-2022	8.811,72	0,00	0,00	0,00	0,00	8.811,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ED-ROM - Produções de Conteúdos Multimédia, Lda	F5065610540	Aquisição de serviços	Serviços de aprendizagem electró	24-08-2022	Ajuste Direto	19.900,00	19.900,00	24.477,00	730	25-08-2022	Não	Não	Não	14-10-2022	7.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Addick, Lda.	F5081131990	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços para Gestã	23-05-2022	Ajuste Direto	19.880,00	19.880,00	24.452,40	30 dias	23-05-2022	Não	Não	Não	28-06-2022	24.452,40	0,00	0,00	0,00	0,00	24.452,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Addick, Lda.	F5081131990	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços para Gestã	27-07-2022	Ajuste Direto	19.880,00	19.880,00	24.452,40	30 dias	27-07-2022	Não	Não	Não	17-08-2022	24.452,40	0,00	0,00	0,00	0,00	24.452,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EUROSERVICE - SERVIÇOS AUDIOVISUAIS, S.A.	F5039651540	Aquisição de serviços	Equipamento audiovisual	22-12-2021	Ajuste Direto	19.823,12	19.823,12	24.382,44	10 dias	22-12-2021	Não	Não	Não	08-02-2022	24.382,44	0,00	0,00	0,00	0,00	24.382,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Easythink - Consultoria em Comunicações e Sistem	F5132401010	Aquisição de serviços	Serviços técnicos de análise ou co	25-07-2022	Ajuste Direto	19.799,04	19.799,04	24.352,82	159 dias	25-07-2022	Não	Não	Não	06-12-2022	11.415,39	0,00	0,00	0,00	0,00	11.415,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infotrust - Informação para Negócios, Lda.	F5026614450	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria e de prog	16-11-2022	Ajuste Direto	19.550,00	19.550,00	24.046,50	45	16-11-2022	Não	Não	Não	27-12-2022	24.046,50	0,00	0,00	0,00	0,00	24.046,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Markesearch - Estudos de Mercado, Unipessoal, Lda	F5075104530	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéri	03-03-2022	Ajuste Direto	19.500,00	19.500,00	23.985,00	312 dias	23-02-2022	Não	Não	Não	30-08-2022	10.553,40	0,00	0,00	0,00	0,00	10.553,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RASO - Viagens e Turismo, S.A.	F5008861130	Aquisição de serviços	Serviços de agências de viagens e	21-04-2022	Ajuste Direto	19.500,00	19.500,00	23.985,00	21 dias	21-04-2022	Não	Não	Não	13-07-2022	16.698,88	0,00									



Entidade		Contrato				Valor do Contrato		Preço Contratual		Prazo de Execução		Início da execução (física)		Comunicação do contrato ao TC		Visto do TC		Pagamentos no período					Pagamentos acumulados						
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação									MECP	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1.º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os
BDO BDC & Associados - Soc. Rev.Officas Contas, AIP - Feiras, Congressos e Eventos (AIP-FCE)	F5013404670	Aquisição de serviços	AD_741/2022- Aquisição de serv	29-12-2022	Ajuste Direto	16.200,00	16.200,00	19.926,00	183 dias	29-12-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	29-12-2022	5.977,80	0,00	0,00	0,00	0,00	5.977,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Let's Get Lost, Unipessoal Lda	F5097998960	Aquisição de serviços	CE_433/2022- Nigéria - Fórum Eco	14-09-2022	Contratação excluída	16.103,74	16.959,00	19.807,60	108 dias	14-09-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	05-09-2022	12.857,94	0,00	0,00	0,00	0,00	12.857,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EUROSERVICE - SERVIÇOS AUDIOVISUAIS, S.A.	F5039651540	Aquisição de serviços	AD-722/2022/DINOV - Aquisição d	21-11-2022	Ajuste Direto	15.130,02	15.130,02	18.609,92	218 dias	27-05-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	06-12-2022	18.696,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.696,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HIPNOSE-PRODUÇÕES ARTISTICAS,LDA	F5038867690	Aquisição de serviços	Serviços de eventos	22-11-2022	Ajuste Direto	15.129,52	15.129,52	18.609,31	1 dia	22-11-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	06-12-2022	18.609,31	0,00	0,00	0,00	0,00	18.609,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BDO BDC & Associados - Soc. Rev.Officas Contas, Lino Alberto Santos Ramos	F5013404670	Aquisição de serviços	Serviços de auditoria financeira	30-12-2021	Ajuste Direto	15.000,00	15.000,00	18.450,00	2 dias	30-12-2021	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	03-03-2022	18.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amvos Digital, S.L.	F0000008360	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em materi	02-08-2021	Ajuste Direto	18.050,00	18.050,00	18.050,00	152 dias	02-08-2021	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	07-10-2021	9.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Canera & Almeida, Lda.	F5096179800	Aquisição de serviços	Serviços de reparação e manuten	30-03-2021	Ajuste Direto	14.553,00	14.553,00	17.900,19	277 dias	30-03-2021	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13-05-2021	5.966,76	0,00	0,00	0,00	0,00	10.939,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDEMPRESA - MEDICINA DE EMPRESA, S.A.	F5027773540	Aquisição de serviços	Termómetros	01-11-2019	Ajuste Direto	14.000,00	14.000,00	17.220,00	729 dias	01-11-2019	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23-03-2021	199,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.871,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Filedo - Software, Lda	F5103657100	Aquisição de serviços	Serviços de TI: consultoria, desen	03-05-2021	Ajuste Direto	13.200,00	13.200,00	16.236,00	607 dias	03-05-2021	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23-09-2021	1.826,55	0,00	0,00	0,00	0,00	8.219,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consenso Global, Serviços de Tradução, Unip., Lda	F5049956180	Aquisição de serviços	Serviços de tradução	20-09-2022	Ajuste Direto	13.188,48	13.188,48	16.221,83	102 dias	20-09-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	04-11-2022	16.178,64	0,00	0,00	0,00	0,00	16.178,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BIOSOM ELECTRO ACÚSTICA APLICADA, LDA.	F5027246250	Aquisição de serviços	Serviços prestados por artistas	15-12-2021	Ajuste Direto	12.195,12	12.195,12	15.000,17	17 dias	15-12-2021	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	30-12-2021	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RO - RITMO OBLIGATÓRIO, LDA.	F5136671990	Aquisição de serviços	Equipamento informático	27-07-2022	Ajuste Direto	11.500,00	11.500,00	14.145,00	157 dias	27-07-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	03-08-2022	14.145,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.145,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Onitecom - Infocomunicações, S.A.	F5040732060	Aquisição de serviços	Serviços de telecomunicações	31-07-2020	Ajuste Direto	10.707,00	10.706,93	13.169,52	365 dias	31-07-2020	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	08-03-2021	767,05	0,00	0,00	0,00	0,00	14.774,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELOAD - CONSULTORIA INFORMÁTICA LDA	F5062108550	Aquisição de serviços	Serviços de TI: consultoria, desen	31-03-2022	Ajuste Direto	9.749,59	9.749,59	11.992,00	275 dias	31-03-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	30-11-2022	11.992,50	0,00	0,00	0,00	0,00	11.992,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ACTUASYS HUMAN TECHNOLOGIES	F5035021570	Aquisição de serviços	Manutenção de software para ses	22-12-2021	Ajuste Direto	11.846,60	11.846,60	11.846,60	10 dias	22-12-2021	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	26-04-2022	3.948,87	0,00	0,00	0,00	0,00	3.948,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quadrículas e Números, Lda.	F5165405490	Aquisição de serviços	Serviços de auditoria	27-04-2022	Ajuste Direto	9.600,00	9.600,00	11.808,00	255 dias	20-04-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	08-06-2022	7.872,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.872,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REDENEXO - INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO	F5041296190	Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de softw	26-01-2022	Consulta Prévia	9.462,00	9.462,00	11.638,26	340 dias	26-01-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	03-03-2022	11.562,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.562,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
InsigniOut - Coaching & Desenvolvimento Humano,	F5022108550	Aquisição de serviços	Serviços de formação	15-02-2022	Contratação excluída	8.440,00	8.440,00	10.381,20	519 dias	16-02-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	18-03-2022	10.381,20	0,00	0,00	0,00	0,00	10.381,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseados - Informática e Telecomunicações, Lda.	F5013324010	Aquisição de bens	Lote 5, 5. 1: 10 Monitores 27"; 5.2	18-08-2022	Concurso Público	8.100,00	8.100,00	9.963,00	45 dias	03-10-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	14-12-2022	9.963,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.963,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da	F5016077490	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em materi	20-10-2021	Ajuste Direto	7.750,00	7.750,00	9.532,50	73 dias	20-10-2021	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	30-03-2022	9.532,50	0,00	0,00	0,00	0,00	9.532,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bicayne Relocations, Unipessoal, Lda.	F5084633350	Aquisição de serviços	Serviços de transporte (exc. tran	18-10-2022	Ajuste Direto	9.254,00	9.254,00	9.254,00	74 dias	18-10-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	21-12-2022	8.024,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.024,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HEWLETT-PACKARD PORTUGAL, LDA	F5024076970	Aquisição de serviços	Serviços de manutenção de sistem	16-12-2021	Ajuste Direto	7.497,72	7.497,72	9.222,20	16 dias	16-12-2021	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	03-03-2022	9.222,20	0,00	0,00	0,00	0,00	9.222,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pamafre 2 - Service, Lda.	F5079321960	Aquisição de serviços	Serviços de instalação de hardwar	26-10-2021	Consulta Prévia	7.020,00	7.020,00	8.634,60	67 dias	26-10-2021	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	15-11-2021	6.475,95	0,00	0,00	0,00	0,00	7.956,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IQC - International Quality & Productivity Centre	F0000023090	Outro	Participação no Shared Services &	06-04-2022	Contratação excluída	10.229,41	8.607,54	8.607,54	45 dias	06-04-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	11-05-2022	8.607,54	0,00	0,00	0,00	0,00	8.607,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bechtel Direct Portugal, Unipessoal Lda	F508832090	Aquisição de bens	Lote 4, 4. 1: 1 Computador Portá	31-08-2022	Concurso Público	6.952,94	6.952,94	8.552,12	45 dias	31-08-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	13-10-2022	8.552,11	0,00	0,00	0,00	0,00	8.552,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EA - Etapas Assíduas, Lda.	F5100115050	Aquisição de serviços	Serviços de eventos	12-10-2022	Ajuste Direto Simplificado	6.300,00	6.300,00	7.749,00	80 dias	12-10-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	07-12-2022	6.765,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.765,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clouts, Lda.	F5100783540	Aquisição de serviços	COE_388/2022- Licença anual par	26-07-2022	Ajuste Direto	6.000,00	6.000,00	7.380,00	158 dias	26-07-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	17-08-2022	3.689,94	0,00	0,00	0,00	0,00	3.689,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Securitas - Serviços e Tecnologia de Segurança, S.	F50002437190	Aquisição de serviços	Serviços de vigilância	13-04-2020	Ajuste Direto	5.733,00	5.733,00	7.051,59	779 dias	13-04-2020	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12-03-2021	487,45	0,00	0,00	0,00	0,00	7.539,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BAS - Sociedade de Advogadas, SP, R.L.	F5091000070	Aquisição de serviços	Serviços jurídicos	22-04-2021	Ajuste Direto Simplificado	5.000,00	5.000,00	6.150,00	254 dias	22-04-2021	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	07-02-2022	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MANUFATURA DE TAPECARIAS DE PORTALEGRE,	F5001814620	Aquisição de serviços	Serviços de limpeza de têxteis	28-09-2021	Ajuste Direto Simplificado	5.000,00	5.000,00	6.150,00	95 dias	28-09-2021	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	15-02-2022	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SIBS - Forward Payment Solutions, S.A.	F5051078460	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em materi	16-12-2021	Ajuste Direto Simplificado	5.000,00	5.000,00	6.150,00	16 dias	16-12-2021	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	05-09-2022	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Onitecom - Infocomunicações, S.A.	F5040732060	Aquisição de serviços	Serviços de telecomunicações	11-01-2022	Ajuste Direto Simplificado	5.000,00	5.000,00	6.150,00	355 dias	11-01-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	21-02-2022	5.247,17	0,00	0,00	0,00	0,00	5.247,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sandra Barão Nobre	F2166791410	Aquisição de serviços	Livros impressos	09-08-2022	Ajuste Direto Simplificado	4.999,00	4.999,00	6.146,77	144 dias	09-08-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	21-12-2022	4.899,02	0,00	0,00	0,00	0,00	4.899,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servisan-Produtos de Higiene,S.A.	F5002465300	Aquisição de bens	ADS_S81 - Aquisição de consumive	31-08-2022	Ajuste Direto Simplificado	4.998,00	4.998,00	6.147,54	122 dias	31-08-2022	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23-11-2022	6.053,45	0,00	0,00	0,00	0,00	6.053,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Onda Gráfe-Artes Gráficas Lda	F5015931280	Aquisição de bens	Livros impressos	30-11-2022	Ajuste Direto Simplificado	4.995,76	4.995,76	6.144,78	31 dias	30-11-																			



Entidade		Contrato				Comunicação do contrato ao TC							Visto do TC		Pagamentos no período					Pagamentos acumulados						
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	Data	Procedimento de contratação	Valor do Contrato	Preço Contratual		Prazo de Execução	Início da execução (física)	MECP	Contratos adicionais	Contratos COVID-19	N.º do registo	Data	Data do 1.º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os
3 C I Cologne Creative Cooking GmbH	F0000024560	Aquisição de serviços	Serviços de consultoria em matéria	01-06-2022	Ajuste Direto Simplificado	5.946,81	5.946,81	5.946,81	213 dias	01-06-2022	Não	Não	Não			14-07-2022	4.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Chauffeurs - First Class Services	F0000024620	Aquisição de serviços	Serviços de fornecimento de pessoal	01-06-2022	Ajuste Direto Simplificado	5.947,62	5.947,62	5.947,62	213 dias	01-06-2022	Não	Não	Não			14-07-2022	4.998,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.998,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSOCIAÇÃO PORTO BUSINESS SCHOOL - UNIVER	F5085418320	Aquisição de serviços	Serviços de formação	17-05-2022	Contratação excluída	4.817,07	4.817,07	5.925,00	228 dias	17-05-2022	Não	Não	Não			02-06-2022	5.782,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.782,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inapa Portugal - Distribuição de Papel, S.A.	F5001567600	Aquisição de bens	ADS_793- Aquisição de papel de c	12-12-2022	Ajuste Direto Simplificado	5.924,70	5.924,70	5.924,70	19 dias	12-12-2022	Não	Não	Não			28-12-2022	5.922,08	0,00	0,00	0,00	0,00	5.922,08	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: contratos com preço contratual superior a 5.000 euros. Lista completa na plataforma do TC.

Adjudicação por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento (01-01-2022 até 31-12-2022)										Total	
	Concurso Público		Concurso limitado por Prévia Qualificação		Consulta Prévia		Ajuste Direto		Outros			
	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Preço Contratual	Número de Contratos	Valor
Locação de Bens							3	1.660,00			3	1.660,00
Aquisição de Bens	4	57.433,14			1	507,38	57	94.215,94			62	152.156,46
Aquisição de Serviços	11	3.748.527,68	1	66.000,00	14	808.910,21	202	565.404,60	50	507.134,30	278	5.695.976,79
Outro							3	1.204,39	13	310.330,77	16	311.535,16
Total	15	3.805.960,82	1	66.000,00	15	809.417,59	265	662.484,93	63	817.465,07	359	6.161.328,41

Nota: contratos com data de adjudicações entre 01-01-2022 e 31-12-2022



2.5. Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos

Com a informação supra, podemos analisar de forma facilitada, se a gestão financeira está a ser feita de forma a gerar sustentabilidade orçamental, e por inerência financeira.

Descrição	Dívida vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em dias) (C)				Exceções (D)	Pagamento em	Total dívida por natureza da despesa		
	Curto prazo (A)	Médio/Longo prazo (B)	<90 dias (1)	[90-180] (2)	[180-365] (3)	>365 dias (4)		E=(2)+(3)+(4)-(D)	Curto Prazo (F)=(A)+(C)	Médio/Longo prazo (G)=(B)	Total (H)=(F)+(G)
Despesas correntes	1.029.746,19	-	8.320,88	-	-	-	-	-	1.038.067,07	-	1.038.067,07
Despesas com o pessoal	396.385,54	-	-	-	-	-	-	-	396.385,54	-	396.385,54
Remunerações certas e permanentes	387.896,72	-	-	-	-	-	-	-	387.896,72	-	387.896,72
Abonos variáveis ou eventuais	8.488,82	-	-	-	-	-	-	-	8.488,82	-	8.488,82
Segurança Social dos quais:	399.259,87	-	-	-	-	-	-	-	399.259,87	-	399.259,87
Encargos com Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ADSE e outros da AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros sectores fora da AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições de Segurança Social	384.234,09	-	-	-	-	-	-	-	384.234,09	-	384.234,09
CGA	11.453,26	-	-	-	-	-	-	-	11.453,26	-	11.453,26
Segurança Social - regime geral	333.468,14	-	-	-	-	-	-	-	333.468,14	-	333.468,14
Outras	39.312,69	-	-	-	-	-	-	-	39.312,69	-	39.312,69
Outras	15.025,78	-	-	-	-	-	-	-	15.025,78	-	15.025,78
Aquisições de Bens e Serviços	227.245,81	-	8.305,97	-	-	-	-	-	235.551,78	-	235.551,78
Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências correntes	6.806,65	-	-	-	-	-	-	-	6.806,65	-	6.806,65
Administrações Públicas	3.951,04	-	-	-	-	-	-	-	3.951,04	-	3.951,04
Outras transferências correntes	2.855,61	-	-	-	-	-	-	-	2.855,61	-	2.855,61
Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	48,32	-	14,91	-	-	-	-	-	63,23	-	63,23
Despesa de Capital	95.792,67	-	-	-	-	-	-	-	95.792,67	-	95.792,67
Aquisições de Bens de Capital	95.792,67	-	-	-	-	-	-	-	95.792,67	-	95.792,67
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolsos de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.125.538,86	-	8.320,88	-	-	-	-	-	1.133.859,74	-	1.133.859,74



2.6. Encargos Contratuais

Contrato									Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
Nº Contrato	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº de registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP004/000/2021/1	79950000-8	504615947	85	05-03-2021	2.000.000,00	2.447.380,20	21-06-2022	21-06-2022	590/2021	04-05-2021	RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-08-2021	578.891,08		1.408.245,92					
TP013/000/2021/1	72200000-7	515325848	104	23-08-2021	1.545.437,00	1.900.887,51	06-06-2024	06-06-2024			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	25-10-2022	242.851,49	1.182.295,66		294.559,28				
TP004/000/2018/2	63510000-7	500886113	21	18-02-2019	1.536.000,00	1.889.280,00	17-04-2022	17-04-2022	725/2019	16-04-2019	UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	17-05-2021	424.904,45		1.695.619,10					
TP004/000/2022/3	63510000-7	503542016	59	10-02-2022	1.425.000,00	1.434.503,16	31-12-2024	31-12-2024	272/2022	06-05-2022	UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	02-06-2022	480.740,52			478.167,71	478.167,72			
TP004/000/2021/7	79950000-8	500642605	50	14-06-2021	1.400.000,00	1.474.770,00	30-04-2022	30-04-2022	1305/2021	28-07-2021	RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-11-2021	758.680,00		440.320,00					
TP004/000/2022/7	45223800-4	503037605	1546	20-04-2022	1.026.742,50	1.026.742,50	30-07-2022	30-07-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	08-06-2022	1.026.742,50							
TP004/000/2022/14	72268000-1	510728189	6213	20-09-2022	719.411,90	884.876,64	25-09-2023	25-09-2023			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	25-10-2022		15.300,92		299.046,09	290.462,95	2.452,33		
TP004/000/2022/19	66510000-8	502358416	9499	31-12-2022	784.211,46	560.603,82	31-12-2023	31-12-2023			RP - Receitas próprias	D1.3 - Segurança Social				560.603,82					
TP004/000/2021/20	66510000-8	502358416	8	17-12-2021	516.367,66	516.367,66	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D4.1.3 - Famílias	14-01-2022	515.462,86	143,65						
TP004/000/2021/17	72317000-0	506303810	82	01-10-2021	487.750,00	599.932,50	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	28-06-2022	110.759,39	209.204,55		279.968,56				
TP004/000/2021/16	79420000-4	500479194	98	29-09-2021	379.200,00	466.416,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	28-12-2021	123.054,26	102.831,31	26.499,35					
TP004/000/2019/3	48200000-0	503140600	2560	08-01-2020	334.108,35	409.681,59	08-01-2023	08-01-2023			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	27-04-2021	53.880,66		301.920,00					
TP004/000/2021/12	50000000-5	503040630	167	02-08-2021	295.200,00	295.200,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	12-11-2021	120.000,00		120.000,00					
TP009/000/2022/52	98390000-3	E226067058	3714	06-06-2022	242.142,26	242.142,26	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	19-10-2022	240.621,50							
TP002/000/2021/59	92312240-5	501655603	44	04-11-2021	210.000,00	210.000,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	27-12-2021	126.000,00		84.000,00					
TP004/000/2022/6	79933000-3	505077302	1316	18-04-2022	209.842,00	258.105,66	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	22-07-2022	258.105,66							
TP004/000/2022/15	79342200-5	516354434	6217	25-09-2022	207.740,00	255.520,20	25-07-2024	25-07-2024			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-11-2022	51.104,04			102.208,08	102.208,08			
TP016/000/2022/2	72000000-5	506360237	8761	06-12-2022	199.900,01	245.877,01	06-10-2024	06-10-2024			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital					141.328,64	104.548,37			
TP004/000/2019/6	71330000-0	503040630	78	14-11-2019	220.000,00	238.066,50	14-09-2022	14-09-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	23-03-2021	38.710,00		218.711,50					
TP004/000/2021/10	79342200-5	508113199	105	13-07-2021	178.920,00	220.071,60	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	02-12-2021	110.035,80		110.035,80					
TP009/000/2022/43	79340000-9	E226215840	3225	19-05-2022	164.266,50	164.266,50	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços									
TP004/000/2022/16	79340000-9	500773246	6858	13-10-2022	162.100,00	199.383,00	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	21-12-2022	135.423,00	4.575,00		59.385,00				
TP004/000/2021/13	90910000-9	504613529	109	04-08-2021	160.917,12	197.928,06	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	25-10-2021	52.848,36	2,60	17.616,04	52.850,24	35.233,49			
TP004/000/2022/5	72300000-8	502237740	1065	28-03-2022	165.000,00	182.655,00	28-03-2023	28-03-2023			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	17-05-2022	182.655,00							
TP016/000/2022/1	79410000-1	512563575	5399	11-08-2022	115.718,40	115.718,40	15-12-2022	15-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	06-12-2022	106.626,24							
TP009/000/2022/66	55120000-7	E226219684	5626	14-09-2022	97.867,38	97.867,38	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	09-12-2022	95.494,29							
TP003/000/2021/1	79340000-9	504719300	87	01-09-2021	94.500,00	116.235,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	13-10-2021	92.988,00		23.247,00					
TP004/000/2022/17	79340000-9	504719300	7090	07-11-2022	91.500,00	112.545,00	31-05-2023	31-05-2023			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	16-12-2022	88.560,00			23.985,00				
TP009/000/2022/46	55520000-1	E226272862	3241	19-05-2022	89.964,00	89.964,00	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	08-08-2022	89.964,00							
TP004/000/2022/4	79400000-8	507401549	308	23-02-2022	88.450,00	108.793,50	01-01-2023	01-01-2023			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-04-2022	108.793,50							
TP004/000/2022/8	92110000-5	516354434	3344	24-05-2022	88.000,00	108.240,00	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	28-06-2022	108.240,00							
TP004/000/2021/8	09100000-0	500697370	93	25-06-2021	84.000,00	103.320,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-09-2021	27.385,98	18.089,86	6.184,16	34.440,00	17.220,00			
TP004/000/2021/22	72000000-5	506360237	12	22-12-2021	83.800,00	103.074,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	25-01-2022	96.437,48	5.479,70						
TP011/000/2022/1	64200000-8	502544180	177	31-12-2021	82.630,56	101.635,59	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	03-03-2022	32.462,71	14.326,10		50.545,96	4.234,82			
TP004/000/2020/1	79800000-2	507477740	79	09-03-2020	87.096,00	99.967,51	30-11-2024	30-11-2024			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-02-2021	19.292,02	1.753,82	38.583,84	21.045,84	19.292,02			
TP009/000/2022/90	71319000-7	503024260	8120	16-11-2022	77.500,00	95.325,00	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	14-12-2022	66.769,92							
TP009/000/2022/45	79340000-9	E226280390	3227	19-05-2022	76.321,50	76.321,50	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços									
TP002/000/2022/1	79111000-5	510776701	142	30-12-2021	75.000,00	92.250,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	28-06-2022	77.643,75							
TP012/000/2021/9	79413000-2	E226228628	230	14-07-2021	74.950,00	92.188,51	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	23-09-2021	34.950,00		17.475,00					
TP012/000/2022/1	72200000-7	510523919	169	30-12-2021	74.800,00	92.004,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	20-04-2022	92.004,00							
TP012/000/2022/5	73200000-4	515485241	259	17-02-2022	74.230,00	91.302,90	01-01-2023	01-01-2023			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	18-03-2022	91.302,90							
TP012/000/2022/7	72600000-6	502726890	1066	16-03-2022	72.215,00	88.824,45	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	11-05-2022	86.564,33							
TP012/000/2020/2	72100000-6	506360237	27	27-09-2020	70.200,00	86.346,00	22-03-2022	22-03-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	15-02-2021	1.346,22		90.174,24					
TP003/000/2022/1	79400000-8	215024940	1005	11-03-2022	66.000,00	81.180,00	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-08-2022	25.828,82	1.382,70		27.219,18	26.741,64			
TP004/000/2018/1	09100000-0	500697370	186	23-02-2021	58.617,00	72.098,91	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	01-02-2021	17,34		67.689,46					
TP012/000/2022/11	79415200-8	513650628	5232	26-07-2022	58.000,00	71.340,00	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	08-11-2022	60.270,00							
TP012/000/2022/10	79212500-8	501266259	5038	22																	



Nº Contrato	CPV	Contrato							Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros						
		NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes		
TP004/000/2021/21	72320000-4	980683823	108	16-12-2021	50.700,00	62.361,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	27-12-2021	20.787,00		20.787,00	20.787,00						
TP002/000/2022/13	79952100-3	506810720	2265	27-04-2022	50.000,00	61.500,00	16-06-2022	16-06-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	24-05-2022	61.500,00									
TP009/000/2021/12	79341400-0	503935107	1711	07-10-2021	49.723,58	61.160,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-12-2021	20.386,66		20.386,66							
TP012/000/2022/6	79310000-0	500912645	848	18-03-2022	50.000,00	58.425,00	19-07-2022	19-07-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-05-2022	58.425,00									
TP004/000/2022/18	71317200-5	507159683	8134	22-11-2022	47.379,96	47.379,96	22-11-2025	22-11-2025			RP - Receitas próprias	D1.3 - Segurança Social			1.406,97		16.883,66	16.883,66	15.476,69				
TP012/000/2021/14	72910000-2	509072054	102	02-08-2021	41.796,00	51.409,08	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	03-11-2021	34.272,72		17.137,17							
TP002/000/2021/67	60400000-2	507449185	226	26-11-2021	40.687,36	50.045,45	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	15-02-2022	50.370,90									
TP004/000/2022/10	30213100-6	502670355	5582	22-08-2022	40.597,20	49.934,56	06-10-2022	06-10-2022			RP - Receitas próprias	D6 - Aquisição de bens de capital	08-11-2022	49.934,56									
TP004/000/2021/15	72320000-4	509359345	100	01-09-2021	39.000,00	47.970,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	25-10-2021		23.985,00	23.985,00							
TP004/000/2021/14	90910000-9	503431397	110	04-08-2021	37.516,32	46.145,07	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	25-10-2021	12.088,44		4.029,48	12.088,44	8.058,96					
TP012/000/2022/9	60000000-8	504368958	4835	18-07-2022	36.585,37	45.000,00	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	21-12-2022	49.232,00									
TP004/000/2021/23	09310000-5	500697370	57	28-12-2020	50.000,00	43.614,91	31-12-2023	31-12-2023			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	07-01-2022	6.810,96	158,85		14.538,30						
TP011/000/2021/1	60000000-8	504368958	742	29-09-2021	35.000,00	43.050,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	14-12-2021	595,42		28.904,58							
TP009/000/2022/95	79341000-6	E226067058	9261	16-12-2022	34.900,00	34.900,00	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	26-12-2022	34.900,00									
TP002/000/2021/70	72000000-5	503140600	121	02-12-2021	34.500,00	42.435,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-12-2021	37.229,54									
TP002/000/2021/25	79418000-7	507830369	92	26-05-2021	34.000,00	41.820,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	07-10-2021	20.910,00		20.910,00							
TP012/000/2021/5	72000000-5	510365710	10	07-04-2021	34.200,00	40.590,00	06-04-2024	06-04-2024			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	21-04-2021	13.530,00		13.530,00	13.530,00						
TP012/000/2022/4	72268000-1	513240101	218	09-02-2022	43.507,00	39.350,44	01-01-2023	01-01-2023			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	08-04-2022	39.350,44									
TP012/000/2022/16	72200000-7	510115250	8359	22-11-2022	30.800,00	37.884,00	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços			8.856,00								
TP009/000/2022/5	79952000-2	E226269639	181	02-02-2022	30.633,84	37.679,62	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	28-02-2022	38.192,47									
TP012/000/2020/6	79714000-2	500243719	54	30-12-2020	30.936,00	37.025,46	30-12-2023	30-12-2023			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	12-03-2021	12.280,32	61,50	12.341,82	12.341,82						
TP009/000/2022/20	79952000-2	E226261574	929	08-03-2022	30.054,63	30.054,63	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	31-01-2022	29.656,56									
TP012/000/2022/13	72200000-7	506360237	5703	30-08-2022	28.383,20	34.911,33	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	26-12-2022	16.580,40	18.330,93								
TP009/000/2022/50	22200000-2	E225541546	3552	30-05-2022	25.000,00	25.000,00	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	20-07-2022	25.000,00									
TP009/000/2022/44	79340000-9	E226240861	3226	19-05-2022	23.210,10	23.210,10	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços											
TP012/000/2021/15	48218000-9	503140600	99	03-08-2021	22.624,36	27.827,96	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	08-09-2021	3.946,68		23.880,66							
TP004/000/2022/1	72268000-1	510728189	170	31-12-2021	20.316,24	24.988,98	01-12-2022	01-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-04-2022	15.881,57									
TP002/000/2021/56	79100000-5	509221351	1777	08-10-2021	19.990,00	24.587,70	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	15-11-2021	7.997,87		12.228,00							
TP002/000/2022/33	79400000-8	514039205	7701	07-11-2022	19.990,00	24.587,70	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	27-12-2022	7.376,31	17.211,39								
TP002/000/2022/41	79100000-5	213861402	9462	29-12-2022	19.990,00	24.587,70	31-12-2023	31-12-2023			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços				24.587,70							
TP002/000/2021/78	98390000-3	513746803	164	07-12-2021	19.984,52	24.580,96	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	27-12-2021	17.206,67		7.374,29							
TP002/000/2022/9	79342200-5	516038079	816	08-03-2022	19.980,00	24.575,40	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-05-2022	12.287,70		12.287,70							
TP002/000/2021/81	72300000-8	502481749	128	22-12-2021	19.968,00	24.560,64	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	24-03-2022	24.560,64									
TP012/000/2021/13	79995100-6	980473187	39	02-08-2021	19.955,28	24.545,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	15-10-2021	7.485,77	591,54	2.810,27	8.262,84	5.394,58					
TP002/000/2022/24	80420000-4	506561054	5619	24-08-2022	19.900,00	24.477,00	24-08-2024	24-08-2024			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	14-10-2022	7.626,00		8.979,00	7.872,00						
TP002/000/2022/8	79415200-8	516119222	735	30-12-2021		24.477,00	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	08-04-2022	8.811,72									
TP002/000/2022/15	79342200-5	508113199	3164	23-05-2022	19.880,00	24.452,40	23-06-2022	23-06-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	28-06-2022	24.452,40									
TP002/000/2022/21	79342200-5	508113199	5234	27-07-2022	19.880,00	24.452,40	27-08-2022	27-08-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	17-08-2022	24.452,40									
TP002/000/2021/82	32321200-1	503965154	168	22-12-2021	19.823,12	24.382,44	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	08-02-2022	24.382,44									
TP002/000/2022/19	71621000-7	513240101	9390	25-07-2022	19.799,04	24.352,82	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	06-12-2022	11.415,39		12.938,32							
TP002/000/2022/34	72200000-7	502661445	8123	16-11-2022	19.550,00	24.046,50	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	27-12-2022	24.046,50									
TP002/000/2022/12	63510000-7	500886113	2264	21-04-2022	19.500,00	23.985,00	11-05-2022	11-05-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	13-07-2022	16.698,88									
TP002/000/2022/5	79410000-1	507510453	309	03-03-2022	19.500,00	23.985,00	04-03-2023	04-03-2023			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-08-2022	10.553,40	13.431,60								
TP002/000/2021/41	64200000-8	502544180	19	05-08-2021	19.262,50	23.692,88	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	03-11-2021	6.079,19		11.022,92							
TP002/000/2021/13	80420000-4	506561054	91	12-04-2021	19.150,00	23.554,50	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	09-06-2021	15.341,79		8.212,71							
TP002/000/2021/54	63111000-0	504066897	2566	29-09-2021	19.000,00	23.370,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	31-10-2021	6.509,77		11.685,00							
TP002/000/2022/28	22462000-6	513185240	6703	07-10-2022	19.000,00	23.370,00	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-11-2022	23.370,00									
TP012/000/2022/8	60000000-8	506851605	3188	18-05-2022	18.994,58	23.145,80	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	06-07-2022	23.145,80									
TP002/000/2021/76	79342000-3	507707818	127	20-10-2021	18.820,33	23.149,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	29-12-2021	11.574,30		11.574,30							
TP002/000/2022/29	79952000-2	502062703	6842	12-10-2022	18.776,08	23.094,58	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	25-10-2022	22.199,08									



Nº Contrato	Contrato								Visto do Tribunal de Contas		Classificações Orçamentais		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no ano N	Pagamentos previstos até final no ano N	Pagamentos acumulados até N-1	Pagamentos previstos para anos futuros				
	CPV	NIF Fornecedor	Nº de comp.	Data da celebração	Valor do contrato	Preço contratual c/IVA	Data de conclusão (inicial)	Data de conclusão (revista)	Nº do registos	Data	Fonte de Financiamento	Rubrica					N+1	N+2	N+3	N+4	Anos seguintes
TP002/000/2021/37	79415200-8	E226228628	101	02-08-2021	18.050,00	18.050,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	07-10-2021	9.025,00		9.025,00					
TP002/000/2021/68	72317000-0	502604751	15	01-10-2021	17.584,00	21.628,32	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	14-12-2021	21.525,33		7.103,45					
TP002/000/2022/32	79415200-8	503913723	7424	02-11-2022	17.500,00	21.525,00	15-12-2022	15-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	21-12-2022	21.525,00							
TP002/000/2022/7	72268000-1	510728189	376	02-03-2022	17.354,80	21.346,40	01-01-2023	01-01-2023			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-04-2022	18.297,82							
TP002/000/2022/3	92312240-5	514304758	60	28-01-2022	17.255,00	21.223,65	20-02-2022	20-02-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	15-02-2022	17.255,00							
TP009/000/2022/69	55000000-0	503657891	5721	14-09-2022	16.103,74	19.807,60	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	05-09-2022	12.857,94							
TP002/000/2021/86	51611100-9	509117660	16	31-12-2021	16.899,26	20.786,09	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	01-02-2022	20.786,09							
TP002/000/2022/40	79212000-3	501340467	9396	29-12-2022	16.200,00	19.926,00	30-06-2023	30-06-2023			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	29-12-2022	5.977,80			13.948,20				
TP002/000/2022/16	92312240-5	509798969	3495	27-05-2022	15.200,00	18.696,00	31-05-2022	31-05-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	01-06-2022	18.696,00							
TP002/000/2022/36	98300000-6	503965154	8385	21-11-2022	15.130,02	18.609,92	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	06-12-2022	18.609,92							
TP002/000/2022/38	79952000-2	503886769	8408	22-11-2022	15.129,52	18.609,31	22-11-2022	22-11-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	06-12-2022	18.609,31							
TP002/000/2022/25	71315200-1	133723712	5870	04-09-2022	15.000,00	18.450,00	04-03-2023	04-03-2023			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	22-09-2022	11.050,00	1.250,00		3.075,00				
TP002/000/2022/6	79212100-4	501340467	347	30-12-2021	15.000,00	18.450,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	03-03-2022	18.450,00							
TP002/000/2021/10	50730000-1	509617980	35	30-03-2021	14.553,00	17.900,19	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	13-05-2021	5.966,76	0,11	4.972,30	4.972,16	1.988,91			
TP009/000/2022/67	39154100-7	E226250734	5628	15-09-2022	13.814,86	16.992,28	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços			13.211,33						
TP002/000/2022/42	30200000-1	504129619	9465	22-12-2022	13.245,50	16.291,97	22-04-2023	22-04-2023			RP - Receitas próprias	D6 - Aquisição de bens de capital					16.291,97				
TP002/000/2021/16	72000000-5	510365710	83	03-05-2021	13.200,00	16.236,00	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	23-09-2021	1.826,55	8.016,52	6.392,93					
TP002/000/2022/27	79530000-8	504995618	6214	20-09-2022	13.188,48	16.221,83	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	04-11-2022	16.178,64							
TP002/000/2021/74	92312240-5	502724625	745	15-12-2021	12.195,12	15.000,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-12-2021	9.000,00		6.000,00					
TP009/000/2022/99	79340000-9	E101004364	2739	06-05-2022	11.850,00	14.575,50	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços									
TP002/000/2021/80	72267100-0	503502715	2430	22-12-2021	11.846,60	11.846,60	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	26-04-2022	3.948,87			3.948,87	3.948,86			
TP002/000/2022/31	60000000-8	503344222	7119	19-10-2022	11.545,99	11.545,99	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços			11.545,99						
TP002/000/2022/22	30230000-0	513667199	5244	27-07-2022	11.500,00	14.145,00	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	03-08-2022	14.145,00							
TP002/000/2021/61	72413000-8	509136818	2562	16-11-2021	10.000,00	12.300,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	07-12-2021								
TP002/000/2022/11	72000000-5	506210855	1547	31-03-2022	9.749,59	11.992,00	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-11-2022	11.992,50							
TP002/000/2022/14	79212000-3	516340549	2269	27-04-2022	9.600,00	11.808,00	02-05-2023	02-05-2023			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	08-06-2022	7.872,00	984,00		2.952,00				
TP012/000/2022/2	72268000-1	504129619	61	26-01-2022	9.462,00	11.638,26	01-01-2023	01-01-2023			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	03-03-2022	11.562,00							
TP002/000/2022/30	60000000-8	508463335	7081	18-10-2022	9.254,00	9.254,00	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	21-12-2022	8.024,00							
TP009/000/2022/32	79952000-2	E225550816	1816	06-04-2022	10.229,41	8.607,54	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	11-05-2022	8.607,54							
TP009/000/2022/13	80500000-9	513242406	255	15-02-2022	8.440,00	10.381,20	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	18-03-2022	10.381,20							
TP004/000/2022/11	30231310-3	501333401	5584	18-08-2022	8.100,00	9.963,00	09-10-2022	09-10-2022			RP - Receitas próprias	D6 - Aquisição de bens de capital	14-12-2022	9.963,00							
TP002/000/2021/84	79415200-8	501607749	106	20-10-2021	7.750,00	9.532,50	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	30-03-2022	9.532,50							
TP002/000/2021/77	50324100-3	502407697	166	16-12-2021	7.497,72	9.222,20	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	03-03-2022	9.222,20							
TP002/000/2022/39	72268000-1	502981547	9087	14-12-2022	7.173,00	8.822,79	13-12-2023	13-12-2023			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços			8.822,79						
TP012/000/2021/20	51611100-9	507932196	26	26-10-2021	7.020,00	8.634,60	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	15-11-2021	6.475,95		1.480,92					
TP004/000/2022/13	30213100-6	508832209	5780	31-08-2022	6.952,94	8.552,12	15-10-2022	15-10-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	13-10-2022	8.552,11							
TP001/000/2022/322	79952000-2	516511505	6844	12-10-2022	6.300,00	7.749,00	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	07-12-2022	6.765,00							
TP002/000/2022/20	72320000-4	510078354	5214	26-07-2022	6.000,00	7.380,00	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D6 - Aquisição de bens de capital	17-08-2022	3.689,94			3.690,06				
TP001/000/2022/182	79415200-8	E226280833	3696	01-06-2022	5.948,81	5.948,81	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	14-07-2022	4.999,00							
TP001/000/2022/183	79620000-6	E226280866	3699	01-06-2022	5.947,62	5.947,62	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	14-07-2022	4.998,00							
TP001/000/2022/372	30197640-4	500156760	9042	12-12-2022	5.924,70	5.924,70	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	28-12-2022	5.922,08							
TP002/000/2020/2	79714000-2	500243719	3487	13-04-2020	5.733,00	7.051,59	01-06-2022	01-06-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	12-03-2021	487,45		7.051,48					
TP001/000/2022/173	79416000-3	E226280903	3675	01-06-2022	5.520,11	5.520,11	31-12-2022	31-12-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	14-07-2022	3.808,28							
TP001/000/2022/155	90910000-9	E225542717	3385	24-05-2022	5.349,10	5.349,10	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	19-09-2022	4.495,04							
TP001/000/2021/391	79620000-6	E226277137	1781	28-12-2021	5.229,00	5.229,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	31-01-2022	5.229,00							
TP001/000/2021/237	98312000-3	500818462	199	28-09-2021	5.000,00	6.150,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D2 - Aquisição de bens e serviços	15-02-2022	5.000,00							
TP001/000/2021/344	73200000-4	505107546	156	16-12-2021	5.000,00	6.150,00	01-01-2022	01-01-2022			UE - Financiamento da UE	D6 - Aquisição de bens de capital	05-09-2022	6.150,00							
TP001/000/2021/73	79100000-5	509100007	86	22-04-2021	5.000,00	6.150,00	01-01-2022	01-01-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	07-02-2022	6.150,00							
TP001/000/2022/2	64200000-8	504073206	1	11-01-2022	5.000,00	6.150,00	31-12-2022	31-12-2022			RP - Receitas próprias	D2 - Aquisição de bens e serviços	21-02-2022	5.247,17							

Nota: contratos com preço contratual superior a 5.000 euros. Lista completa na plataforma do TC